

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

Barby de Bittencourt Martins

***PRESENCAS E AUSÊNCIAS DO ESTADO NA FRONTEIRA: um estudo a partir das trajetórias das usuárias do Programa Bolsa Família em Porto Velho, Rondônia.***

Belo Horizonte  
2020

Barby de Bittencourt Martins

***PRESENCAS E AUSÊNCIAS DO ESTADO NA FRONTEIRA: um estudo a partir das trajetórias das usuárias do Programa Bolsa Família em Porto Velho, Rondônia.***

**Versão Final**

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais

Área de concentração: Sociologia das Desigualdades e Estratificação

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Yumi Garcia dos Santos

Belo Horizonte  
2020

301	Martins, Barby de Bittencourt.
M386p	Presenças e ausências do estado na fronteira [manuscrito] :
2020	um estudo a partir das trajetórias das usuárias do Programa Bolsa Família em Porto Velho, Rondônia / Barby de Bittencourt Martins. - 2020.
	241 f.
	Orientadora: Yumi Garcia dos Santos.
	Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
	Inclui bibliografia.
	1.Sociologia – Teses. 2. Estado - Teses. 3.Políticas públicas - Teses. 4.Fronteiras - Teses. I.Santos, Yumi Garcia dos. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

## ATA DA DEFESA DE TESE

### BARBY DE BITTENCOURT MARTINS

Aos 03 (três) dias do mês de julho de 2020 (dois mil e vinte), reuniu-se a Banca Examinadora de Defesa de Tese de Doutorado, intitulada: "**PRESENCAS E AUSÊNCIAS DO ESTADO NA FRONTEIRA: UM ESTUDO A PARTIR DAS TRAJETÓRIAS DAS USUÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM PORTO VELHO, RONDÔNIA**". A banca foi composta pelos professores doutores **Yumi Garcia dos Santos** (Orientadora – DSO/UFMG), **Raquel Oliveira Santos Teixeira** (DSO/UFMG), **Angela Cristina Salgueiro Marques** (UFMG), **Isabel Pauline Hildegard Georges** (IRD – França) e **Ricardo Gilson da Costa Silva** (UNIR).

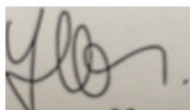
Procedeu-se a arguição, finda a qual os membros da Banca Examinadora reuniram-se para deliberar, decidindo por unanimidade pela:

Aprovação ( X )

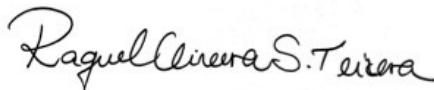
Reprovação da Tese ( )

Para constar foi lavrada a presente ata, datada e assinada pelos examinadores.

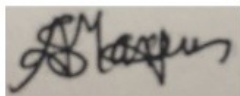
Belo Horizonte, 03 de julho de 2020.



**Profa. Dra. Yumi Garcia dos Santos** (Orientadora– DSO/UFMG)




**Profa. Dra. Raquel Oliveira Santos Teixeira** (DSO/UFMG)



**Profa. Dra. Angela Cristina Salgueiro Marques** (UFMG)

**Programa de Pós Graduação em Sociologia**  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
Universidade Federal de Minas Gerais



**Profa. Dra. Isabel Pauline Hildegard Georges** (IRD - França)



**Prof. Dr. Ricardo Gilson da Costa Silva** (UNIR)

*Aos meus pais, que sempre estiveram  
presentes na minha trajetória.*

*Às mulheres que abriram a porta de suas  
casas para a Ciência.*

## AGRADECIMENTOS

Meus primeiros agradecimentos são destinados às mulheres que me concederam tempos preciosos de seus dias. Por terem compartilhado comigo suas histórias, suas vidas, seu cotidiano e por terem aberto a porta de suas casas para a Ciência, eu agradeço.

Por me permitirem acessar as mulheres entrevistadas e contribuírem com meu trabalho de campo: agradeço à Grazzy, por ter me indicado Vera (Porto Belo II), e ao Francisco e à Natalice, por terem me recebido e apresentado às primeiras mulheres na Zona Leste – não imagino como seria o trabalho na cidade sem esse apoio. Em Calama, não poderia deixar de agradecer à Nadi pela entrevista, bem como pelas nossas tantas conversas e por ter me apresentado a outras mulheres. Além dela, não posso deixar de mencionar Lageferson Silva (Efo) por ter me apresentado Calama e me acompanhado pelo distrito inteiro, apesar de suas dificuldades de locomoção. Pagar aquela cerveja gelada naquele dia ensolarado depois de percorrermos todo o núcleo urbano de Calama ainda não paga sua imensa colaboração.

Agradeço ao colega Carlos Silva (Papagaio) por ter me dado as primeiras informações sobre Calama, isso foi fundamental. Pela companhia em dias chuvosos, pelos convites para participar de festividades da família, pelo acolhimento, agradeço ao Abelha, à Priscila, ao João, à Hilda e à Família Pinto. Agradeço à Família Silva pela receptividade, pelas conversas e, na pessoa de Dona Morena, agradeço-lhe palavras de sabedoria regadas ao bom e velho chá doce que me remetia à infância.

Agradeço ao Professor Reginaldo de Souza, do Instituto Federal de Rondônia (IFRO), pela disponibilidade em elaborar os mapas da região e pela grandeza por ter realizado isso em troca do meu compromisso em levar os resultados desta pesquisa para a comunidade acadêmica de sua instituição. Agradeço ao meu colega e amigo Professor Vinícius Miguel por ter indicado o trabalho do Professor Reginaldo.

Agradeço à querida Angélica pelo seu trabalho de transcrição das entrevistas. Ela representa o retrato de muitos pós-graduandos de nosso país, pois, além dos compromissos com sua pesquisa e com as atividades do mestrado, precisou reservar tempo para este trabalho a fim de gerar renda. Isso nos coloca a refletir sobre o contexto daqueles que praticam ciência no Brasil. Agradeço à Professora e Historiadora Rita Vieira por ter me indicado o nome de Angélica.

Para que esta pesquisa pudesse se concretizar, foi indispensável o apoio financeiro da Fundação Rondônia de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas e Tecnológicas e à Pesquisa do Estado de Rondônia (FAPERO). Por causa desse auxílio, eu consegui pagar minhas viagens a Calama, minha hospedagem e, o mais importante, trazer minha orientadora para conhecer meu campo de pesquisa. Agradeço à Yumi por ter podido conhecer meu campo, mas, principalmente, por ter sido minha mestra nesse processo, ter compreendido minhas dificuldades, ter explorado minhas capacidades e ter provocado desconstruções e construções ao longo desse caminho.

Nas construções e desconstruções deste percurso, agradeço imensamente aos professores que estiveram comigo na minha Banca de Qualificação: Dimitri Fazito e Eduardo Vargas, da UFMG, e Renata Nóbrega, também professora da UNIR e referência na Sociologia em Rondônia. Aos professores que estiveram comigo nessa reta final, na Banca de Defesa de Tese, meu agradecimento sincero pelos elogios, pelas críticas e por terem aceitado participar desse momento tão importante. Obrigada Yumi, Isabel, Ricardo, Ângela e Raquel, suas falas me permitiram ter certeza de que este trabalho não termina aqui e que, a partir dele, há um leque de possibilidades abertas para novas pesquisas.

Agradeço à Universidade Federal de Rondônia (UNIR), na figura do Departamento Acadêmico de Ciências Sociais (DACS) e dos colegas docentes, assim como aos discentes, que permitiram minha ausência ao longo destes quatro anos. Os frutos disso espero que todos possamos partilhar.

Em minha passagem por Minas Gerais, meu agradecimento especial destina-se à dona Arlete por ter me recebido em sua casa, por ter me tratado como filha, amiga, e por ter sido meu suporte durante todo o tempo em que fiquei em Belo Horizonte. Além dela, agradeço ter podido contar com a alegria do William, a juventude de Eduarda, a experiência do Adair e a irreverência de Irene. Ainda em Belo Horizonte, não posso deixar de agradecer aos colegas de curso da coorte de 2016, com eles aprendi muito e dividi muitos momentos e desabafos – não é fácil estar longe de casa.

Para além da pesquisa, agradeço a todos aqueles que sempre estiveram comigo, minhas amigas de Rio Grande, que, mesmo a distância, são ombro amigo para todas as horas e para quaisquer dilemas – Dani e Paula estão de parabéns; meus amigos de Porto Velho, cuja companhia em almoços dominicais aliviava o peso das responsabilidades diárias – depois da quarentena precisamos brindar, Mirella, Paulo, Ciro, Elie, Zado e Gabrielzinho; meus



sobrinhos, que foram a alegria em momentos de tensão, Vinícius e Pietrus, vocês são a esperança de dias melhores; ao Tomas e à Duda pela companhia cotidiana, pela parceria de vida, pela amizade e pelo amor – nada paga a paciência com que me aguentaram durante todos esses anos – e, à minha família, meus pais Paulo e Maria, minha irmã/dinda Luciene e meu irmão Paulinho por sempre estarem ao meu lado, principalmente, nos momentos mais turbulentos dessa caminhada.

Por fim, gostaria de registrar que, desde a gestação da ideia de participar da seleção de doutorado na UFMG até hoje, quando concretizo um projeto profissional e de vida, e entrego minha tese à Banca, todo os passos que me conduziram até aqui também foram responsáveis por eu estar distante das pessoas que amava e que nesse processo partiram e não pude dizer adeus. Por isso, por último, gostaria de agradecer a todos eles por ter tido a oportunidade de tê-los em minha vida. Por ter sido meu amigo, meu companheiro e por só espalhar amor, agradeço ao Junior (*In memoriam*), meu primo amado, pelos ótimos momentos que dividimos nessa vida. Por espalharem alegria por onde fossem, agradeço aos meus amados Tio Preto (*In memoriam*) e Tio Ilton (*In memoriam*). Por ter dividido a aventura de sair das nossas zonas de conforto e tentar uma vida nova em terras nortistas, agradeço à Ana (*In memoriam*) por ter sido minha companheira de vida e grande incentivadora deste projeto profissional – com certeza, seria a corretora deste texto e jamais permitiria que contivesse um erro sequer!

## RESUMO

O presente trabalho é resultado de minha pesquisa de doutorado e está situado no âmbito das discussões sobre a atuação do Estado na vida dos sujeitos, em especial daqueles “beneficiários” de políticas sociais de combate à pobreza. A extensão territorial de Porto Velho, capital de Rondônia, permite que o município tenha uma multiplicidade de territorialidades, assim como uma diversidade de tempos históricos coexistindo nos limites de seu território legal. O município possui treze distritos sob sua administração, e muitos destes estão a uma distância significativa do distrito-sede (cidade), local onde se concentram os equipamentos do Estado. Ademais, na cidade vê-se crescer o tecido urbano através de um movimento centrífugo, por meio do qual os pobres são direcionados para a periferia da cidade em espaços sem qualquer infraestrutura. Essas questões me conduziram à pergunta central deste trabalho: em que medida o Estado está presente/ausente na trajetória de famílias pobres, situadas geográfica e socialmente distantes do poder público? Nesse sentido, tracei um paralelo entre a realidade de um distrito situado a mais de cem quilômetros da cidade, na região ribeirinha do Baixo Madeira – no caso, Calama – e a periferia da zona urbana da cidade (distrito-sede), a Zona Leste. Conhecer o efetivo alcance do Estado às populações situadas nas fronteiras é fundamental para a ciência quanto para o poder público. Para isso, foram realizadas entrevistas com usuárias do Programa Bolsa Família em ambas as localidades, com o objetivo de focar o olhar na trajetória de vida de famílias pobres. As entrevistas foram conduzidas de forma *compreensiva* (Jean-Claude Kaufmann), extraindo *relatos de vida* (Daniel Bertaux) enquanto materiais de análise da realidade social estudada. A partir da perspectiva de Pierre Bourdieu e Norbert Elias sobre *Estado* e com base na produção teórica de José de Souza Martins sobre *fronteira* no Brasil, foi possível construir a tese deste trabalho. Argumento que Porto Velho é um município que pode ser percebido como um local em *situação de fronteira*, cuja especificidade imprime certa dificuldade para que se consolide a presença do Estado enquanto garantidor dos direitos sociais. Embora ele seja presente de maneira emblemática na história da região, os relatos de vida de usuárias do Bolsa Família evidenciam a ausência do Estado na garantia de proteção social como um direito dessas mulheres e de suas famílias.

**Palavras-chave:** Estado. Políticas Públicas. Fronteira. Porto Velho. Programa Bolsa Família.

## ABSTRACT

The present work is the result of my doctoral research and is situated within the scope of discussions about the State's performance in the lives of subjects, especially those “beneficiaries” of social policies to combat poverty. The territorial extension of Porto Velho, capital of Rondônia, allows the municipality to have a variety of territorialities, as well as a diversity of historical times coexisting within the limits of its legal territory. The municipality has thirteen districts under its administration and many of these are at a significant distance from the headquarter district (city), where the state's equipment is concentrated. Furthermore, the urban mesh is spreading in the city through a centrifugal movement in which the poor are thrown into the periphery of the city in areas without any infrastructure. These questions led me to the central question of this work: to what extent is the State present / absent in the trajectory of poor families, geographically and socially distant from the public services? In this sense, I drew a parallel between the reality of a district located more than one hundred kilometres from the city, in the riverside region of Baixo Madeira – Calama – and the periphery of the urban area of the city (headquarter district), the East Zone. Knowing the effective reach of the State with populations located on the borders is essential for science as well as for public authorities. For this, interviews were carried out with users of the Bolsa Família Program in both locations in order to focus on the life trajectory of poor families. The interviews were conducted in a comprehensive way (Jean-Claude Kaufmann), extracting life stories (Daniel Bertaux) as materials for analysing the studied social reality. From the perspective of Pierre Bourdieu and Norbert Elias on the State and based on the theoretical production of José de Souza Martins on the *border* in Brazil, it was possible to construct the thesis of this work. I argue that Porto Velho is a municipality that can be perceived as a place in a *border situation* whose specificity makes it difficult to consolidate the presence of the State as guarantor of social rights. Although present in an emblematic way in the history of the region, the life stories of Bolsa Família users reveal the absence of the State in guaranteeing social protection as a right of these women and their families.

**Keywords:** State. Public Policies. Border. Porto Velho. Bolsa Família Program.

## **LISTA DE FIGURAS**

Localização da cidade de Porto Velho. Fonte: Rondônia (1999). Elaborado por Reginaldo Martins da Silva de Souza.....	77
Localização da Zona Leste da cidade de Porto Velho. Fonte: Rondônia (1999). Elaborado por Reginaldo Martins da Silva de Souza.....	77
Localização do distrito de Calama. Fonte: Rondônia (1999), IBGE (2015). Elaborado por Reginaldo Martins da Silva de Souza.....	78
Localização do núcleo urbano do distrito de Calama. Fonte: Rondônia (1999). Elaborado por Reginaldo Martins da Silva de Souza.....	79

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1. Panorama das Mulheres de Calama.....	103
Tabela 2. Panorama das Mulheres da Zona Leste.....	105

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAERD	Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CEM	Centro de Especialidades Médicas
CERO	Centro de Reabilitação de Rondônia
CEU	Centro de Artes e Esportes Unificados
CF	Constituição Federal
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CRAS	Centro de Referência em Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado em Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EMATER	Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IDARON	Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PBF	Programa Bolsa Família
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PSDB	Partido da Social-Democracia Brasileira
ESF	Estratégia Saúde da Família
PT	Partido dos Trabalhadores
SINE	Sistema Nacional de Emprego
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TEA	Transtorno do Espectro Autista
UBS	Unidade Básica de Saúde

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
PRIMEIRA PARTE.....	25
1. ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS.....	25
1.1. O ESTADO.....	26
1.1.1. O ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL.....	28
1.1.2. ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS.....	32
1.2. A QUESTÃO SOCIAL E AS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL.....	35
1.2.1. PROTEÇÃO SOCIAL ENQUANTO DIREITO DE CIDADANIA.....	39
1.2.2. BOLSA FAMÍLIA: O COMBATE À POBREZA NO BRASIL.....	42
1.3. O <i>FINGERPRINT</i> DO LULISMO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	47
1.3.1. AS POLÍTICAS SOCIAIS NO LULISMO.....	49
2. O ESTADO EM PORTO VELHO-RO.....	56
2.1. O ESTADO NA FORMAÇÃO DE PORTO VELHO.....	58
2.2. MULTIPLICIDADES DE ESPAÇOS VIVIDOS.....	70
2.2.1. ZONA LESTE.....	74
2.2.2. CALAMA.....	78
2.3. O URBANO E O RURAL, UM DEBATE NECESSÁRIO.....	83
SEGUNDA PARTE.....	87
3. PERSPECTIVA METODOLÓGICA.....	87
3.1. ESCOLHA DO CAMPO.....	94
3.2. O CAMPO.....	95
3.3. O MATERIAL DE ANÁLISE.....	101
4. A TRAJETÓRIA DAS MULHERES DE CALAMA E DA ZONA LESTE DE PORTO VELHO-RO.....	107
4.1. AS MULHERES: AS TRAJETÓRIAS.....	107
4.1.1. AS CASAS.....	110
4.1.2. AS ORIGENS.....	113
4.2. MIGRAÇÃO.....	120
4.3. O ESTADO NA TRAJETÓRIA DE VIDA DAS MULHERES DE CALAMA E DA ZONA LESTE.....	133
4.3.1. O BOLSA FAMÍLIA NA VIDA DAS MULHERES.....	135
4.3.2. POLÍTICAS QUE ATRAVESSAM A VIDA DAS MULHERES.....	139
4.3.3. FAMÍLIA, COMUNIDADE, LAÇOS QUE IMPORTAM.....	150
4.3.4. ASSOCIAÇÕES, IGREJAS E OUTRAS LIDERANÇAS.....	158
4.3.4.1. A RELIGIÃO.....	171
5. DIREITOS SOCIAIS NA <i>FRONTEIRA</i> .....	178
5.1. PORTO VELHO COMO <i>FRONTEIRA</i> .....	178
5.1.1. (RES)SIGNIFICANDO A PERGUNTA DE PARTIDA.....	189
5.2. AS POLÍTICAS SOCIAIS EM PORTO VELHO.....	190
5.3. <i>STATUS</i> DE CIDADANIA NA <i>FRONTEIRA</i> .....	204
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	215
REFERÊNCIAS.....	222
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM USUÁRIAS.....	232
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM AGENTES DO ESTADO (NÍVEL ADMINISTRAÇÃO).....	234
APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM AGENTES DA SOCIEDADE CIVIL.....	235

<b>APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (USUÁRIAS).....</b>	<b>236</b>
<b>APÊNDICE E – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (AGENTES DA SOC. CIVIL).....</b>	<b>238</b>
<b>APÊNDICE F – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (AGENTES DO ESTADO).....</b>	<b>240</b>

## INTRODUÇÃO

No curso de 25 de janeiro de 1990, Bourdieu inicia sua aula destacando o fato de que muito o espanta os acadêmicos presentes tomarem mais notas de suas exposições teóricas sobre o Estado do que suas falas sobre pesquisas realizadas sobre a ação do Estado. Segundo ele, isso demonstra o desdém deles pela empiria, reflexo da maior ênfase que todas as disciplinas depositam na teoria, conferindo-lhe um *status* maior do que é posto para a experiência. Bourdieu (2013) segue seu argumento refletindo sobre a necessidade de articular ambas – teoria e experiência –, mas também sobre a dificuldade que isso representa no processo de comunicação dessa articulação.

Essa passagem da obra de Bourdieu (2013) suscitou-me um questionamento: como apresentar esta pesquisa? Percebi que os grandes nomes da Sociologia também têm dificuldade de expor trabalhos, também refletem sobre estratégias de como abordar determinado assunto a fim de obter interesse dos leitores. Os ouvintes do curso de Bourdieu talvez pensassem que os relatos de pesquisas seriam menos importantes do que digressões teóricas sobre o Estado. As pessoas que lerão este trabalho também podem acreditar que a discussão teórica seja a parte mais interessante. Entretanto, assim como Bourdieu, acredito que minha experiência ao longo do trabalho de campo, os achados durante esse processo, os detalhes que podem parecer banais, todo esse trajeto percorrido até chegar à exposição final através deste texto (a empiria) corresponde a uma etapa fundamental da pesquisa. E também, como ele, admito a complexidade de elaborar a articulação entre teoria e empiria, principalmente, em se tratando da mesma temática: o Estado.

Por isso, eu destacarei parte do meu trajeto de pesquisa nesta introdução a fim de explicitar os caminhos percorridos até aqui. No início, ao entrar no Programa de Doutorado, meus objetivos estavam alinhados com a ideia de buscar compreender o Programa Bolsa Família a partir do olhar dos usuários. Embora tenha lido outros trabalhos que fizeram o mesmo, acreditava que minha contribuição seria na construção do conhecimento sobre a realidade amazônica, considerando que até o momento nunca havia lido algo nesse sentido, sobre Porto Velho. Contudo, minhas leituras e a troca de experiências durante o curso me conduziram a outros rumos.



Muito além de elaborar um trabalho de pesquisa sobre o Programa Bolsa Família, como é possível que alguém assim o compreenda, dado o título do trabalho, esta pesquisa caminhou desde a ideia inicial exposta anteriormente até o objetivo cristalizado ao longo da investigação: identificar as presenças e “ausências” do Estado na trajetória de vida dessas usuárias. Esse processo de (re)orientação e (re)construção ao longo do trabalho admite-se enquanto uma parte do processo de pesquisa orientada sob o viés etnossociológico, em que se admite que se inicia um projeto de pesquisa a partir de questões e representações apoiadas no senso comum e, à medida que os estudos se iniciam, as questões ganham corpo e deixam de ser meramente especulativas (BERTAUX, 2005).

Debruçada sobre as orientações teórico-metodológicas de Daniel Bertaux, Jean-Claude Kaufmann, Pierre Bourdieu e José de Souza Martins, credito meu saber-fazer às minhas interpretações desses autores. Embora outros autores façam parte da lista de referências que deram suporte à elaboração deste trabalho, os autores mencionados figuram enquanto alicerces nos quais apoiei minha interpretação da realidade estudada e a forma com a qual eu trabalhei ao longo da investigação.

Bertaux (2005) e Kaufmann (2013) foram de suma importância no aspecto metodológico, técnico mesmo. Com base nessas obras, orientei todo o processo de pesquisa, a elaboração dos roteiros de entrevista, a entrada em campo, as entrevistas, a análise do material e, inclusive, a escrita da pesquisa. O que também pode ser dito sobre Martins (1993; 1997b; 2008; 2014) e Bourdieu (1989; 2013) porque também escrevem sobre a metodologia de pesquisa do sociólogo, sobre a entrevista e o trabalho de campo.

A teoria substantiva que me servirá de alicerce para pensar a realidade social não obedece a uma lógica exclusiva, para a qual apenas dimensões micro são válidas, ou apenas as dimensões estruturais. Acredito que a análise compreendida dessa forma perde muito de sua riqueza explicativa. Por isso, é importante privilegiar as relações e conexões existentes entre as micro e macroestruturas, de forma a captar todo um espectro de possibilidades para além de determinismos sociológicos.

À guisa do que sugere Bertaux (2005), faz-se necessária a exposição dos percursos da pesquisa, suas tentativas e erros, ideias e/ou hipóteses iniciais antes do início do trabalho de campo e análise, até a construção das hipóteses finais. Então, nessa introdução, eu apresento o processo que me conduziu à pergunta de partida definitiva.

Dito isso, retorno ao tema da pesquisa: o Estado. Depois de algumas reformulações, minha pesquisa ganhou forma a partir do texto e das discussões realizadas na banca de qualificação. Eu percebi durante o processo que eu deveria ir além do Bolsa Família, que, enquanto uma tese de doutorado, deveria debruçar-me sobre um fenômeno maior do que um programa de transferência de renda. A partir dessa reflexão, resolvi compreender como se dá essa relação Estado-Sociedade em Porto Velho, considerando as políticas públicas de forma mais ampla, sem restringir ao PBF. O que eu fiz foi elaborar o recorte a partir do Programa. Assim, minha pergunta de partida passou a ser: como o Estado atua na vida dos usuários de políticas de transferência de renda?

Os usuários do Bolsa Família são pessoas que já se encontram em uma situação crítica, não apenas de pobreza econômica, mas de insuficiência em diversos aspectos de sua vida. Recebem o “benefício” do Programa as famílias que possuem uma renda mensal inferior a 178 reais per capita. Viver com dignidade com esse valor, ou menos por mês, em um país onde o gás de cozinha custa em média 80 reais, onde a cesta básica custa mais de 360 reais, onde a passagem no transporte coletivo está próxima a 4 reais, é uma tarefa realmente árdua<sup>1</sup>.

Gostaria de esclarecer, antes de prosseguir, as razões para o uso de aspas na palavra benefício. Isso é necessário para evidenciar como o Estado e os governos, através do seu poder de nomear as coisas (BOURDIEU, 2013), atribuem significados às ações através de expedientes simples, como o nome do que se quer nomear. No caso, a renda transferida aos “beneficiários” é denominada como “benefício”, que conota um ato de fazer o bem – um favor –, um ato de benemerência, “bondade do governo”. No entanto, garantir renda e, com isso, dignidade aos cidadãos, é garantir um direito.

Nesse questionamento, minha intenção foi compreender qual o papel do Estado na trajetória de vida daqueles que são silenciados, daqueles que vivem à margem da realidade dominante, como define Martins (2008), em Porto Velho. Acrescento ainda que esses “incluídos” de forma precária (MARTINS, 2002) possuem uma variável a mais a ser considerada: estão localizados nos rincões da Amazônia Ocidental, derradeira região territorial a ser lembrada/explorada pelo Estado brasileiro. Em se tratando das regiões brasileiras e de suas desigualdades, a Região Norte ocupa um lugar nada privilegiado – desde o desdém por parte da Coroa Portuguesa à época do Brasil Colônia, quando a região estava à

---

1 Valores referentes a Porto Velho. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2020/01/16/preco-do-gas-de-cozinha-sobe-13percent-desde-dezembro-em-porto-velho.ghtml>> Acesso em: mar. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2020/02/06/preco-da-cesta-basica-em-porto-velho-cai-231percent-em-janeiro.ghtml>> Acesso em: mar. 2020.

mercê de outros dominadores que não os portugueses, aos dias de hoje, em que o Estado percebe a região apenas como fonte recursos naturais – um lugar continuamente explorado e obtendo migalhas como retorno (MARTINS, 2002).

As desigualdades regionais às que me referi são bem compreendidas quando penso na minha trajetória até aqui e o que me levou a estudar sobre Porto Velho. Até bem pouco tempo, Rondônia era um local distante fisicamente e socialmente para mim. Sabia muito pouco e, hoje, tenho consciência de que não sabia nada sobre Rondônia. Nascida e criada no sul do Rio Grande do Sul, em uma cidade litorânea chamada Rio Grande, a 220 quilômetros do Uruguai, minha realidade estava muito distante deste universo que veio a se incorporar na minha vida há exatos seis anos, quando um concurso público trouxe-me para Porto Velho – capital do estado.

Em abril de 2014, cheguei à cidade em um momento conturbado para a história local: a maior enchente até então já vista atingiu um sem número de pessoas no município. À época, famílias estavam abrigadas em escolas, em igrejas e em todos os tipos de locais que pudessem abrigar quem perdeu sua casa ou a teve invadida pelas águas do Madeira. O Rio Madeira se elevou “20 metros acima do nível normal”, diversas regiões do município foram atingidas. Segundo reportagens da época, mais de 12 mil pessoas foram desabrigadas pela cheia<sup>2</sup>, só em Porto Velho foram mais de mil famílias desabrigadas.

Primeiro evento do qual participei foi em maio: uma audiência sobre as Cheias do Madeira. Nesse evento, pude observar, pela primeira vez, a crua realidade do lugar onde eu decidira morar: Porto Velho, um município gigantesco, devido às suas dimensões territoriais, com um território maior do que o de países como Israel e Bélgica, que conta com 34 mil km<sup>2</sup> de área em extensão. Em plena Amazônia Ocidental, Porto Velho é banhada por diversos rios, o Rio Madeira é o maior deles. O rio não é apenas uma referência geográfica, o rio é o meio pelo qual muitos moradores tiram seu sustento e também é o meio pelo qual ocorre a mobilidade “urbana” do município.

O que representaria então a cheia do Rio Madeira na vida dos moradores de Porto Velho? Representaria uma mudança, representou uma mudança. Essa cheia foi considerada<sup>3</sup>

---

2 Disponível em: <<http://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2014/03/maior-cheia-do-rio-madeira-completa-um-mes-e-rio-continua-subir-em-ro.html>> Acesso em: mar. 2018.

Disponível em: <<http://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2015/03/cheia-do-madeira-pode-deixar-cerca-de-20-mil-pessoas-desabrigadas-em-ro.html>> Acesso em: mar. 2018.

Disponível em: <<http://www.ceped.ufsc.br/2014-cheia-do-rio-madeira-afeta-rondonia-acre-e-amazonas/>> Acesso em: mar. 2018.

3 Foi o debate apresentado por especialistas no evento mencionado.

resultado, em parte, das obras de infraestrutura do Complexo Madeira (BARAÚNA, 2014), as Usinas Hidrelétricas construídas ao longo do rio e que modificaram a realidade daquele município e das famílias que viviam do rio ou próximas a ele. Eu cheguei no meio desse processo, em meio a discussões acaloradas sobre as mudanças em curso e sobre as que poderiam surgir. E foi nesse momento que surgiram minhas primeiras indagações sobre as políticas sociais no município. Foi em meio a um processo de possível surto de demanda por políticas sociais que surgiu meu interesse em estudar a realidade local, em especial, a de famílias em situação de pobreza.

Minha primeira pergunta, e a que me guiou até os primeiros passos da entrada em campo e que, posteriormente à qualificação, sofreu algumas alterações, era sobre como as famílias em situação de pobreza conseguiam acessar seus direitos sociais por meio das políticas públicas existentes considerando as distâncias físicas (sem mencionar as sociais) que as separavam dos equipamentos do poder público. Intrigava-me o fato de que havia distritos de Porto Velho situados a mais de 300 (trezentos) quilômetros da cidade, do distrito-sede. Apesar disso, há distritos que estão mais próximos, mas que seu acesso só é possível por via fluvial, o que torna essa distância muito maior, considerando o tempo que as embarcações podem levar para fazer o trajeto (doze horas para Calama, por exemplo). O problema de pesquisa que se colocava àquele momento era como as políticas sociais, em especial, a política de combate à pobreza por meio do programa Bolsa Família chegava a essas famílias e como esses usuários percebiam essa política.

Abro parênteses aqui para explicar a razão pela qual o meu interesse eram as famílias que participavam do Bolsa Família. Em realidade, já no meu mestrado, eu havia estudado sobre o Programa. Meu interesse sempre esteve concentrado na temática da pobreza e da resposta do Estado para lidar com essa questão social por excelência. À época, estudar o Programa em si era algo recente e rendia uma multiplicidade de investigações nas ciências sociais por meio de diversos olhares e perspectivas. Os anos se passaram, e esses estudos se tornaram abundantes. Embora chegando a Porto Velho eu não tenha encontrado nenhum trabalho sobre a região – o que me estimulou a pensar em um projeto nesse sentido, conforme mencionei anteriormente –, ao entrar em campo, percebi que poderia ampliar meu leque de abordagem, buscando identificar a atuação do Estado ao longo da trajetória de vida dos usuários do Programa.

Outrossim, o tema das políticas públicas sociais me acompanha não apenas na minha trajetória acadêmica, mas na profissional. Saliento o fato de ter exercido o magistério no

ensino básico durante quatro anos após a saída da graduação e, depois disso, exerci a profissão de socióloga em uma instituição de acolhimento institucional antes de tornar-me professora do magistério superior. Além disso, logo que cheguei a Porto Velho, participei de um Grupo de Trabalho para a elaboração do Plano Decenal de Medidas Socioeducativas de Rondônia, tendo em vista minha experiência com a política de proteção social especial. Minhas experiências profissionais – mas também políticas – possuem forte influência nas minhas escolhas teóricas, bem como no meu posicionamento frente a essa temática.

Na primeira entrevista com uma usuária do Bolsa Família, eu percebi que a presença do Estado enquanto garantidor de direitos e promotor de justiça social é muito mais requisitada do que pode imaginar alguém que nunca precisou de uma transferência de renda do Estado. Dessa forma, sem abandonar meu apego ao Bolsa Família enquanto objeto de estudo, resolvi adotá-lo enquanto mecanismo de recorte do meu objeto de estudo.

Assim, o problema de pesquisa que orientou os primeiros passos dela foi a busca pelas presenças e “ausências” do Estado na trajetória de famílias pobres que estão situadas geográfica e socialmente distantes do poder público. Interessou-me compreender a dinâmica de atuação do Estado na vida de “beneficiários” do Bolsa Família a partir dos seus relatos de vida, em particular, sua atuação na garantia da proteção social básica. Além da atual transferência de renda a essas famílias que se situam na degradante transitoriedade do movimento desenraizante<sup>4</sup> próprio do capitalismo, onde podemos identificar a presença do Estado na vida desses sujeitos?

Entretanto, após os diálogos travados com a literatura e com as mulheres entrevistadas, a partir do início da análise do material de campo, esse problema de pesquisa foi (re)significado e cristalizou-se na seguinte questão: como a política pública social, em especial a proteção social básica, se consolida em um espaço de *fronteira*? Esse questionamento foi ganhando forma à medida que o campo foi se mostrando enquanto um espaço fronteiro, um espaço da diversidade, permeado pela violência característica de uma *situação de fronteira* (MARTINS, 1997b).

Rondônia se constitui estado da federação a partir de uma empreitada do Estado brasileiro de garantir ocupação de terras que se mostravam bastante valiosas para permanecerem sem exploração do homem branco. Uma colonização dirigida para ocupar os “espaços vazios” a oeste foi a justificativa para o Estado estabelecer condições adequadas

---

4 Sobre esse processo, ver Martins (1997a).

mínimas, abrindo estradas e oferecendo serviços para que se iniciasse a longa trajetória de exploração de terras rondonienses a serviço do grande capital, sob a proteção estatal.

A descoberta de cassiterita, diamantes e o grande potencial hídrico da região conseguiu despertar atenção do Estado para Rondônia. Era conveniente promover o povoamento dessa região com pessoas não-índias e que estavam começando a ser um problema na região sudeste. A constante ameaça que a exigência por reforma agrária representava ao governo serviu de argumento para os projetos de colonização durante o Regime Militar. Rondônia surge a partir dos interesses do Estado brasileiro, ou melhor, através do Estado a partir dos interesses do grande capital. O que não é muito diferente de Porto Velho.

Porto Velho é muito mais antiga que o estado de Rondônia, com seu surgimento datado no início do século XX. O município tem suas raízes na construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, com a Madeira-Mamoré Railway Company. Não obstante possamos resgatar sua história a partir do primeiro grande Ciclo da Borracha, é através da economia da borracha que há o impulso para a construção do empreendimento estrangeiro. A ferrovia que deu origem à cidade foi um compromisso do Estado brasileiro a partir do Tratado de Petrópolis<sup>5</sup>. Apesar de ser um empreendimento realizado por uma companhia estrangeira, tratava-se de uma obra do governo brasileiro. Tanto o município quanto o estado surgem a partir de políticas econômicas, e de infraestrutura, realizadas pelo Estado.

O Estado brasileiro foi responsável pela presença de políticas econômicas e desenvolvimentistas que refletiram em questões sociais que marcam a história de Rondônia e de Porto Velho – trabalho escravo, conflitos territoriais, desmatamento de terras indígenas, alagamentos, pobreza, violência, entre outros. Mais detalhadamente, essas questões são abordadas no segundo capítulo, mas é importante trazer esse aspecto aqui de forma breve para contextualizar a dimensão que o Estado possui na história da região. Considerando esse forte papel do Estado, é razoável se perguntar em que medida ele também está presente para garantir direitos, em especial, os direitos sociais? Na sua “ausência”, quais atores surgem nesse processo? E esses questionamentos se justificam considerando a importância que o Estado possui na garantia de direitos e na manutenção do *status* de cidadania dos sujeitos.

Posto isso, meu interesse foi compreender essas questões a partir da trajetória de famílias que estão no cruzamento dessas políticas públicas. Famílias cujas trajetórias são

---

5 Sobre o Tratado de Petrópolis, ver Capítulo 2.

permeadas por políticas desenvolvimentistas – a exemplo da construção de usinas hidrelétricas que provocaram o agravamento da cheia do Rio Madeira, a qual mencionei anteriormente –, assim como políticas de proteção social.

Considerando pobres (MARTINS, 2007) aqueles sujeitos que sofrem de uma série de privações (econômicas, de direitos, morais etc.) e que são produto de processos excludentes inerentes ao desenvolvimento da sociedade capitalista, é razoável sugerir que o Estado atua duplamente na vida desses sujeitos pobres. Ao mesmo tempo em que atua nesses processos de exclusão, promove políticas de inclusão precárias (MARTINS, 2007). O Estado está presente para estimular o empreendedorismo (GEORGES; SANTOS, 2016) dos sujeitos e ausenta-se quando não proporciona um acesso efetivo aos serviços públicos, aos direitos cidadãos. Em que medida esses processos ocorrem nas trajetórias de famílias pobres e que dependem de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família?

O Programa Bolsa Família completou quinze anos de existência e, atualmente, atende cerca de 14 milhões de famílias no país. Destinado a famílias em extrema pobreza (com renda per capita mensal de até 89 reais) e pobres que possuam crianças ou adolescentes em sua composição familiar (com renda per capita mensal entre 89,01 a 178 reais), o Programa consiste na principal política social destinada ao combate à pobreza. No município de Porto Velho, atualmente, há quase 24 mil famílias sendo atendidas pelo programa – um total de 14,89% da população total do município, segundo dados do Ministério da Cidadania<sup>6</sup>.

Criado em razão do propósito de interromper o ciclo intergeracional da pobreza, o Programa exige contrapartida dos usuários para a manutenção da transferência de renda – a condicionalidade. As chamadas condicionalidades do Bolsa Família se referem a obrigações nas áreas da saúde e educação, por exemplo, o acompanhamento de saúde das crianças até 7 anos de idade e de gestantes, bem como frequência mínima escolar de crianças e adolescentes. É interessante destacar que as condicionalidades representam, além de uma forma de controle por parte do Estado<sup>7</sup>, a possibilidade de acesso a outras políticas públicas de forma facilitada. Com a criação do programa, assim como a regulamentação da Política Nacional de

---

6 Dados do Relatório Do Bolsa Família e Cadastro Único do Município de Porto Velho. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php?relatorio=153&file=entrada>> Acesso em: dez. 2019.

7 Os usuários do programa devem se encaminhar ao posto de saúde para agendar o acompanhamento de saúde, em áreas cobertas pela presença do agente comunitário de saúde, o profissional realiza o acompanhamento das famílias e recorda a família de suas obrigações em relação às condicionalidades da saúde.

Assistência Social (PNAS), aumentou o número de equipamentos dos serviços públicos. O PBF tornou-se a porta de entrada para as políticas públicas de assistência social.

Uma outra característica do Programa é a adoção da preferência do pagamento do “benefício” à mulher. O objetivo está vinculado à ideia de que o pagamento realizado à mulher é capaz de empoderá-la, senão socialmente, pelo menos economicamente. Nesse sentido, inclusive, há o sempre lembrado trabalho de Rego e Pinzani (2014), que destaca a melhora da autoestima e o empoderamento feminino a partir do Bolsa Família. Por outro lado, autoras feministas salientam o lado perverso neste processo apontando o viés crítico de nomear a mulher enquanto responsável pelo cartão do Programa – reforçando o papel da mulher enquanto responsável pelo cuidado familiar, pelo espaço doméstico, privado<sup>8</sup>.

Nesse sentido, e muito por isso, nesta pesquisa optei pelas mulheres enquanto interlocutoras. Embora a ideia inicial fosse ouvir mais de uma pessoa da família, partindo do objetivo de cruzar as falas dessas pessoas e captar o olhar da família – considerando o viés familista das políticas sociais –, ao longo do processo da pesquisa, percebi que teria um material bastante rico apenas com suas falas. Ademais, acredito que encontraria mais dificuldades em estabelecer o mesmo ritmo e entrosamento das entrevistas com homens e mulheres pelo fato de eu ser mulher – já não bastasse a barreira de classe e origem que impunham certa dificuldade para o desenrolar das conversas.

Foram entrevistadas mulheres usuárias do Programa Bolsa Família e residentes de dois territórios do município de Porto Velho. A escolha desses locais não se deu de forma aleatória. O fato é que, antes de qualificar o projeto de pesquisa, o problema inicial, conforme mencionado anteriormente, era outro – estava relacionado com o acesso dos usuários aos seus direitos sociais, considerando as distâncias físicas e sociais dos usuários em relação ao poder público, aos equipamentos do Estado, fato ligado à extensa proporção territorial do município. Sendo assim, antes mesmo da qualificação, eu havia selecionado dois distritos distantes da cidade (distrito-sede), cuja distância física era considerável; um localizado na região do Baixo Madeira, e outro, na direção do Alto Madeira – um, cujo acesso somente era possível via fluvial, e outro que era possível acessar pela rodovia BR 364. Além desses distritos, eu aventava a possibilidade de elaborar um paralelo com um bairro periférico do próprio distrito-sede, em tese, localizado próximo ao poder público, porém, às margens deste. Contudo, à defesa de meu projeto, eu optara por apresentar a proposta de investigar apenas os distritos, por acreditar que não conseguiria ter tempo suficiente para realizar um campo bastante amplo.

---

8 Discuto isso em outro texto, ver Martins (2018).



Mas foi o início do trabalho de campo e a minha dificuldade de acessar o distrito do Alto Madeira que me conduziram a optar pela renúncia deste e retornar à ideia de traçar um paralelo com uma região periférica da cidade.

Dessa forma, este trabalho apresenta uma pesquisa realizada com moradoras de Calama – distrito localizado no sentido do Baixo Madeira –, e moradoras de bairros situados na Zona Leste de Porto Velho – região periférica que carrega o estigma da pobreza e da violência urbana. Na tentativa de traçar paralelos entre essas realidades distintas, a investigação buscou encontrar a presença do Estado na vida dessas mulheres que se encontram mediocrementemente “incluídas” em um sistema que as capturou enquanto cúmplices do *mundo que as fez pobres*<sup>9</sup>.

Assim, divido meu trabalho em duas partes. Na primeira, resgato as discussões sobre o tema de pesquisa, além de contextualizar o universo do objeto de pesquisa através de uma breve apresentação da história do município e da região. E, na segunda parte, apresento a pesquisa realizada. No **Primeiro Capítulo**, eu apresento uma discussão sobre o papel do Estado e das políticas públicas em uma âmbito mais geral e, depois, conduzo o debate para o contexto brasileiro. No **Segundo Capítulo**, é apresentada a história de Porto Velho e a maneira como o Estado atuou fortemente nessa trajetória. Além disso, apresento as duas localidades onde foram realizadas as entrevistas, a Zona Leste do distrito-sede e o distrito de Calama. O **Terceiro Capítulo** compreende a apresentação da metodologia e dos métodos utilizados para o trabalho de pesquisa, assim como o relato da experiência de campo. Assim, no **Quarto Capítulo**, eu lanço mão das trajetórias das entrevistadas para elaborar a análise que se propôs no trabalho, tecendo considerações sobre o Estado na trajetória de vida relatada pelas usuárias do Programa Bolsa Família. E, por fim, no **Quinto Capítulo**, elaboro uma discussão sobre a consolidação da política pública social e do *status* de cidadania em Porto Velho a partir da categoria de *fronteira* de José de Souza Martins.

Com uma citação de Martins (1993, p. 29), sociólogo brasileiro cuja obra serviu-me como uma das principais referências para esta pesquisa, eu fecho essa introdução:

Não dá para transplantar de um lugar a outro o conhecimento sociológico, sem um crivo para distinguir a sua particularidade da sua possível universalidade. É aí que se manifesta a criatividade do sociólogo e a imaginação sociológica. Estamos falando de ciência, não estamos falando de ideologia. Porém, o conhecimento sociológico é,

---

9 Martins (2002, p. 37)

em parte, também, expressão de uma realidade específica, singular. Temos que incluir no nosso trabalho a ideia do singular. No nosso singular está, claramente, o posseiro, está o índio, está o negro e ex-escravo. Estou falando, portanto, de um conhecimento sociológico que opera num território demarcado, situado. A sociologia, por menos que se goste, é um conhecimento situado. Nesse sentido, a pesquisa sociológica sobre essas populações é pesquisa que tem como premissa o *reconhecimento do outro como sujeito de conhecimento* (grifo do autor).

E meu trabalho foi guiado nesse sentido, buscando o que nos é singular, dando voz àqueles que são sujeitos na realidade social da fronteira (MARTINS, 1997b).

## **PRIMEIRA PARTE**

### **1. ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS**

À luz das palavras de Janine Ribeiro (ELIAS, 1993) ao apresentar a obra de Elias, gosto de pensar que, da mesma forma que este, o que me move no estudo da atuação do Estado e, mais precisamente, de sua atuação frente às desigualdades sociais, é o fato de partilhar a visão do homem sofrido, partilhar um olhar que não percebe com naturalidade a existência de desigualdades entre os homens. Como não se incomodar com os dados alarmantes sobre a pobreza e as desigualdades brasileiras que foram divulgadas em 2019 pelo IBGE (BRASIL, 2019)?

As desigualdades sociais, aliadas às desigualdades regionais existentes no país, são as reais razões para que essa temática esteja ocupando lugar central nas minhas preocupações acadêmicas, principalmente, depois de mudar-me para Rondônia. As desigualdades estão intimamente relacionadas com o papel do Estado e de suas políticas e estratégias de ação. Não se quer aqui elaborar uma avaliação das políticas do Estado a fim de medir sua eficácia, mas, sim, discutir as presenças e “ausências” delas na trajetória de vida de pessoas que são usuárias da política pública social. Nesse sentido, faz-se importante traçar algumas considerações acerca do que são essas presenças e ausências e de que Estado estamos falando.

É imprescindível abrir este capítulo tecendo considerações sobre o Estado e sua atuação frente à questão social. Nesse sentido, é importante situar a partir de quais discussões surge o problema que orientou este trabalho, bem como apontar as perspectivas teóricas que serviram de alicerce para a pesquisa. A fim de apresentar o trabalho realizado nesta pesquisa, optou-se por iniciar o texto abordando o tema central no qual a pesquisa está inserida, qual seja, Estado e políticas públicas, em especial as sociais.

## 1.1. O ESTADO

Quando se pensa em Estado, a primeira referência que nos ocorre é a tão consagrada definição de Estado expressa por Max Weber, segundo a qual ele é definido enquanto aquele que detém o monopólio legítimo da violência e da força física em determinado território. Para Weber (1999), devemos compreender o Estado não por suas ações, mas pelo que lhe é peculiar, o que lhe é próprio e, segundo ele, o que é específico do Estado é o uso da coação física de forma legítima; e o que caracteriza o Estado Moderno é exatamente o monopólio dessa força, caracterizando-o enquanto a única fonte de direito a exercê-la.

O Estado Moderno surge historicamente com a tendência da monopolização dos territórios e do poderio bélico nas mãos de um governante (ou um grupo) e, com isso, paralelamente, ocorre um processo de especialização e burocratização do aparelho de poder. A racionalidade que acompanha a empresa capitalista imprime as características do que vem a ser considerado o Estado Moderno, um Estado baseado no cálculo racional, na burocracia e na manutenção do poder legítimo por meio da monopolização da força física e da consolidação de órgãos de controle na sociedade (WEBER, 1999; ELIAS, 1993).

Enquanto para Elias e Weber o Estado Moderno surge concomitantemente ao sistema capitalista<sup>10</sup>, Lefebvre (2012) defende que o Estado moderno se constitui a partir do momento em que o Estado toma para si o encargo de promover o crescimento econômico, a partir do século XIX, quando ocorre uma mundialização do Estado e ele passa a ocupar um papel central no avanço do capitalismo global – e isso supõe a produção do Estado e planejamento do espaço. Embora divirja quanto à concepção de modernidade, o autor não prescinde da definição weberiana, considerando os aspectos relativos à burocracia e à racionalidade.

Bourdieu (2013), também sem abandonar a perspectiva de Weber, traça o que denomina de sociogênese do Estado moderno apoiando-se em grandes nomes da Sociologia, História e da Filosofia, e o define nas suas mais diversas linhas, desde suas funções, como

---

10 Para Marx (2013), referência quando se pensa na análise do sistema capitalista, o Estado teve um papel importante para a transformação do modo produção feudal em capitalista, pois é através do poder e da violência estatal que surgem as condições para que o sistema capitalista possa se estabelecer. [...] *a pré-história do capital [...] compreende uma série de métodos violentos. [...] A propriedade privada constituída por meio do trabalho próprio, fundada, por assim dizer, na fusão do indivíduo trabalhador isolado, independente, com suas condições de trabalho, cede lugar à propriedade privada capitalista, que repousa na exploração de trabalho alheio, mas formalmente livre* (MARX, 2013, p. 831).

apreciam os funcionalistas, até suas mais sutis presenças em nossa realidade cotidiana. Em um trabalho recente, em que são reunidas aulas proferidas por Pierre Bourdieu sobre o Estado nos Cursos do *Collège de France* de 1989 a 1992, é possível ampliar nossa perspectiva sobre o Estado.

Bourdieu (2013) acrescenta a dimensão simbólica ao Estado, demonstrando a sua atuação no estabelecimento da ordem social, dos princípios de classificação, enfim, de todo um sistema simbólico capaz de inculcar crenças e estruturas cognitivas. Por dimensão simbólica estou me referindo aos sistemas simbólicos aos quais Bourdieu (1989) se refere, estruturas estruturantes e estruturadas que são responsáveis pelo estabelecimento do “consenso”, pela construção da realidade social, constituem instrumentos de comunicação e conhecimento, mas também podem representar instrumentos de dominação.

*O Estado é o principal produtor de instrumentos de construção da realidade social* (2013, p. 230).

O calendário é o próprio símbolo de constituição de uma ordem social que é ao mesmo tempo uma ordem temporal e cognitiva, pois, para que harmonizem, as experiências internas do tempo precisam ser ordenadas a um tempo público. A constituição do Estado coincide com a constituição de referentes temporais comuns, de categorias de construção das oposições fundamentais (dia/noite, horários de abertura e fechamento dos escritórios, períodos de feriados/períodos de trabalho, férias etc.) (Idem, p. 231 e 232).

Esse é um dos exemplos do autor que nos remete à presença do Estado em nossas vidas cotidianas. É o que Bourdieu (2013, p. 165) denomina de Estado estabelecido, que se *estabelece na ordem simbólica que instaura tanto na objetividade quanto na subjetividade, nas estruturas mentais e nos sistemas de classificações.*

Assim como o calendário, é possível destacar os diversos ritos de instituição organizados pelo Estado e por ele legitimados, como os exames, os diplomas, os certificados, entre outros. Em nosso país, por exemplo, rotineiramente, precisamos do reconhecimento do Estado para sermos habilitados a dirigir, para exercermos uma profissão ou ainda para sermos considerados cidadãos “respeitáveis” ou “confiáveis” frente a quaisquer negociações no mercado. Por isso, sua presença é incontestável. Contudo, é necessário relativizar essa “presença” e problematizar as razões pelas quais se questiona sua “ausência” na vida de determinados sujeitos.

O Estado é uma entidade abstrata, produto dos teóricos, mas real, em que se produz o oficial e a partir do qual é possível construir os princípios de visão do mundo, do qual se universalizam categorias de percepção<sup>11</sup>. Nesse sentido, ele representa um campo de poder e, mais especificamente, de lutas pelo poder – ou ainda, como pontua Elias (1993, l. 2254), luta pelo controle do que ele produz, pelas chaves para a distribuição (BOURDIEU, 2013).

Max Weber diz que o Estado é o monopólio da violência legítima, E eu o corrijo dizendo: é o monopólio da violência física e simbólica legítima. As lutas a respeito do Estado são lutas pelo monopólio desse monopólio, e penso que os fundadores do Estado moderno ficaram bem colocados na luta por esse monopólio – como atesta a permanência do tempo do que eu chamo de nobreza de Estado. [...] A monopolização do capital jurídico e do capital estatal, através da condição de acesso ao capital estatal que é o capital cultural, permitiu a perpetuação de um grupo dominante cujo poder reside em grande parte ao capital cultural [...] (BOURDIEU, 2013, p. 450).

Na transição de um Estado dinástico para um Estado moderno, surge a necessidade de estabelecer o princípio jurídico, o público, o universal. Assim, a construção da realidade social promovida pela consolidação desse Estado Moderno carrega consigo a construção da categoria *nação* e, com ela, a ideia de uma comunidade imaginária de iguais, uma comunidade de *cidadãos* – em oposição à categoria de súditos (BOURDIEU, 2013). É a partir da percepção de mundo de que todos são iguais, da categoria de *cidadãos*, que surge a reivindicação da presença estatal para gerir o social.

### 1.1.1. O ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL

Segundo Bourdieu (2013), o *Welfare State* ou o que chamamos de Estado de Bem-Estar Social é produto de um dilema: como garantir a participação de todos no jogo do campo político, porém, garantindo o suficiente para participarem e o mínimo de chances para a

---

11 Semelhante ao que Foucault (2012, p. 430) denomina de *governamentalidade*, “as táticas de governo que permitem definir a cada instante o que deve ou não competir ao Estado, o que é público ou privado, o que é ou não estatal etc [...]”.

imprimirem mudanças no *status quo* do jogo. Domesticar os dominados, expressão que Bourdieu (2013, p. 466) resgata de Weber, é também o papel do Estado:

Construir a nação, construir o Estado, construir a nação a partir do Estado é favorecer a “integração” dos dominados. Integração: eis mais uma dessas palavras que foi muito empregada em contextos políticos diversos, e que hoje ressurgiu mas quer dizer duas coisas. É um movimento para o centro, é uma participação no **illusio** (entrar no jogo) e, ao mesmo tempo, integração se opõe a secessão, ao fato de sair do Estado.

Esses dominados não estão “excluídos” do jogo político e tampouco do sistema que os empurra para a margem. Ao elaborar uma reflexão sobre o tema da “exclusão” social, Martins (2002) afirma que a sociedade da contratualidade exige uma contínua ressocialização dos seus membros, não comporta a categoria “excluído”. Segundo ele, o discurso da “exclusão” carrega consigo a mentalidade conservadora porque está orientada para a inclusão no sistema existente, e não para uma transformação social. Assim, esse discurso está alinhado não com uma perspectiva de mudança do *status quo*, de ruptura com a situação que permite a “exclusão”, mas sim a uma visão de “re-integração” em favor das relações sociais existentes.

Para Foucault (2012), essa domesticação seria o papel central do governo e de seus dispositivos de segurança, o controle da população. Entretanto, esse controle é legítimo a partir do momento em que a soberania repousa em um fim conveniente, qual seja, o bem comum. Nesse sentido, poderíamos interpretar o Estado de Bem-Estar enquanto parte constitutiva da finalidade do Estado, sobre a qual lhe repousa a legitimidade.

Manter o *status quo* é o objetivo dos dominantes e, por isso, faz-se necessária sua domesticação – o que é realizada pelo Estado, mas também pelos filantropos. Estes possuem um papel importante nesse processo de domesticação. São parte da classe dominante – ainda que dominada – e carregam consigo a bandeira da unificação, da ordem e da moral (BOURDIEU, 2013; GEORGES e SANTOS, 2016). Surgindo a partir do Estado Moderno, a filantropia possui papel de destaque na construção da ideia de um Estado de Bem-Estar Social (BOURDIEU, 2013).

O Estado de Bem-Estar Social é caracterizado pela forte presença do Estado na assistência àqueles cujo estado de miséria seja insuportável, àqueles que são penalizados pelo modelo econômico que os mantém alheios ao mercado e, por isso, fora do campo político e econômico. A concepção de um Estado justo, de justiça social em uma comunidade de iguais,

reserva a ele o papel de agente responsável por responder às demandas geradas com a emergência de conflitos sociais resultantes do sistema capitalista.

O Estado de Bem-Estar Social surge para responder à demanda cidadã da sociedade moderna, para a qual o Estado deve garantir o aspecto social da cidadania. Vale destacar que, de acordo com Marshall (1967), a noção de cidadania é constituída por três aspectos: civil, político e social.

O elemento civil é composto dos direitos necessários à liberdade individual – liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fê, o direito à propriedade e de concluir contras válidos e o direito à justiça. [...] Por elemento político se deve entender o direito de participar no exercício do poder político, como um membro de um organismo investido da autoridade política ou como um eleitor dos membros de tal organismo. [...] O elemento social se refere a tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico ao direito de participar, por completo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade. As instituições mais intimamente ligadas com ele são o sistema educacional e os serviços sociais (MARSHALL, 1967, p. 63 e 64).

Os direitos civis dão respaldo à existência de uma economia de mercado competitivo quando estabelece a exigência de igualdade civil. Assim, o fato da exigência de igualdade no aspecto civil legitima a desigualdade resultante desse sistema, o que provoca uma desigualdade no aspecto social. Todavia, os efeitos mais nefastos dessa desigualdade resultante precisam ser evitados, ou melhor, remediados. Dessa maneira, as políticas sociais surgem como ações que visam a atender os direitos de cidadania, porém, em sua dimensão social (MARSHALL, 1967).

Embora haja autores que sustentem que as políticas sociais sejam práticas compensatórias e que legitimam o sistema, sem modificá-lo (MARTINS, 2002), para os sociais-democratas, essas políticas possibilitam a mobilização de poder, aumentando a capacidade de participação política dos pobres. Dessa forma, o caminho para uma igualdade e justiça social seria adotar um modelo de Estado de Bem-Estar Social (ESPING-ANDERSEN, 1991).

Esping-Andersen (1991) alega que o *welfare state* não pode ser compreendido apenas por meio da garantia de direitos, mas é necessário considerar alguns elementos importantes, como o papel da família e o do mercado. De acordo com o autor, há três abordagens para compreender e definir um Estado de bem-estar social: a primeira seria uma abordagem que



considera o *welfare state* quando todas as atividades rotineiras do Estado estão voltadas para o bem-estar dos seus cidadãos; uma segunda perspectiva seria aquela em que há dois tipos de *welfare state*, os residuais e os institucionais, em que os primeiros seriam aqueles nos quais a atuação do Estado existe quando a família e o mercado não são suficientes, e o segundo corresponderia ao Estado que promove o bem-estar de forma institucionalizada e universal; a última abordagem corresponderia ao processo de comparar os modelos de Estado a um modelo ideal, teoricamente construído, avaliando os programas estatais com base nesse constructo teórico.

Para Esping-Andersen (1991), o modelo de Marshall é usualmente interpretado enquanto o modelo de Estado de bem-estar. Entretanto, é preciso refletir sobre esse modelo frente a uma lógica capitalista. Em que medida a política social pode provocar uma independência dos sujeitos em relação ao mercado – desmercadorização/ desmercantilização?

Quando os direitos sociais adquirem o status legal e prático de direitos de propriedade, quando são invioláveis, e quando são assegurados com base na cidadania em vez de terem base no desempenho, implicam uma desmercadorização do status dos indivíduos vis-à-vis o mercado. Mas o conceito de cidadania social também envolve a estratificação social: o status de cidadão vai competir com a posição de classe das pessoas, e pode mesmo substituí-lo (ESPING-ANDERSEN, 1991, p. 101)

Mas é importante frisar que esse processo ocorre na medida em que realmente se efetiva um Estado de Bem-Estar Social conforme o modelo em que há garantias de direitos sociais, uma cidadania social. Por isso, há uma variedade de modelos deste tipo de Estado. Desde aquele mais alinhado a uma postura *desmercantilista* àquele que atua somente quando a capacidade das famílias e/ou mercado de promover o bem-estar se esgota. Ainda assim, considerando o Estado enquanto representação dos dominantes, podemos questionar até que ponto é interesse do Estado adotar uma perspectiva *desmercantilista*.

### 1.1.2. ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS

As políticas sociais acabam por representar a outra mão do Estado, cuja ação na esfera econômica provocou a existência de mazelas sociais que necessitam ser remediadas (inclusive para reprodução da força de trabalho). Discutir sobre políticas sociais é discutir sobre a relação Estado/sociedade. Cohn (1995) ressalta que essa relação é representada por políticas econômicas estruturais, as quais estão lado a lado com a complexa manutenção entre democracia política e social.

Höfling (2001, p. 31) afirma que *“as políticas sociais se referem a ações implementadas pelo Estado e voltadas, em princípio, para a redistribuição de benefícios sociais de forma a diminuir as desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico”*. As políticas sociais, neste caso, estariam a serviço do Estado para tentar manter sob controle as parcelas da população que não estão inseridas no processo produtivo, segundo a autora.

Para Coimbra (1998), essa perspectiva de ação do Estado está alinhada ao olhar funcionalista que percebe as políticas sociais enquanto necessárias para garantir a reprodução da sociedade. O autor ainda afirma que existem outras seis abordagens das políticas sociais: a do serviço social, a da cidadania, a marxista, a pluralista, a da convergência e as teorias econômicas das políticas sociais<sup>12</sup>.

Dentre essas abordagens identificadas pelo autor, é importante destacar a abordagem da cidadania cujo expoente é Marshall (1967), considerando sua influência no desenho de políticas sociais recentes. A teoria da cidadania tem como especificidade a sua centralidade no conceito de cidadania e sua expansão no mundo moderno, ressaltando a noção da política social como resposta a um direito social. Assim, a política social aparece como um elemento essencial para a cidadania.

No Brasil, as políticas sociais ganham corpo e influência a partir de uma mudança de orientação de agências internacionais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, que apontaram o sentido para onde deveriam se encaminhar as políticas de desenvolvimento – a inclusão dos pobres no mercado. Assim, ao longo do século XX, se constrói uma perspectiva de desenvolvimento econômico que adquire viés social por meio da

<sup>12</sup> Para mais detalhes, ver Coimbra (1998).

promoção à garantia dos direitos sociais básicos, o que possibilitaria a criação de oportunidades – os cidadãos poderiam reivindicar a condição de agentes de suas vidas se não forem privados de sua liberdade de levarem o tipo de vida que valorizam, mas para isso seria necessário promover a liberdade de viver sem fome, com saúde, entre outras condições básicas para se tornar um agente de sua vida (SEN, 2000).

Esse viés influenciou sobremaneira a forma como os Estados passaram a construir suas políticas públicas. Embora seja uma perspectiva vinculada ao viés humano, ao incorporar o social, não raras são as críticas que apontam para o aspecto liberal dessa visão, conforme demonstram Georges e Santos (2016). O desenvolvimento como liberdade representaria a mobilização dos sujeitos enquanto agentes lucrativos, participantes do mercado, consumidores, empreendedores de si mesmos e, por isso mesmo, responsáveis pelas mazelas em que se encontram – orientando o debate ao nível individualizante sem problematizar as questões estruturais (GEORGES e SANTOS, 2016), demonstrando uma tendência conservadora (MARTINS, 2002) ou mesmo funcionalista (COIMBRA, 1998).

Desenvolvimento humano passa a ser o objetivo a ser perseguido pelos países a partir da década de 1990 e, no Brasil, não foi diferente. Influenciados por agências de cooperação internacional, como o Banco Mundial, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, os países da América Latina “seguem a cartilha” de um modelo de desenvolvimento influenciado pela teoria do capital humano – a panaceia da solução das desigualdades, segundo Silva (2014).

Segundo Lautier (2014), inicia-se a saga pela política de empoderamento do pobre, segundo a qual é o pobre que produz seu próprio capital humano, e àqueles que não se ajustam ao mercado – os inúteis – a moral da compaixão, da ajuda (processo de despolitização). Para o *lumpen*, aqueles que vivem “dentro” e “fora” do capitalismo, ou melhor, vivem em um mundo de incertezas em meio a processos de “exclusão” e “inclusão” (MARTINS, 2002; 2011b), para esses apenas a possibilidade de participar do jogo, mas sem representar ameaça à estrutura do campo político (BOURDIEU, 2013).

A “virada” dos anos 1990 reside essencialmente no que se segue: a criação de uma categoria, os pobres, que são tanto mais legitimamente os objetos de auxílio que se lhes atribui quanto mais se tem em conta que é esse auxílio que os cria. Polarizando todas as políticas sociais na questão da ajuda aos pobres (não se generaliza a educação primária; promove-se a escolarização de crianças pobres; não se cria um

sistema generalizado de saúde de base; promove-se o acesso dos pobres à saúde; não se providencia a construção de equipamento de esgotamento sanitário nos bairros periféricos; promove-se o saneamento dos bairros pobres, etc.), elimina-se uma noção forte (os direitos sociais) em benefício de uma noção mais do que fraca: trata-se de uma noção vazia. Essa operação é, em si mesma, uma operação de despolitização (LAUTIER, 2014, p.474).

De acordo com Lima *et al* (2014), ocorre uma mudança no padrão de regulação econômica e social, e da própria organização do Estado. A partir dessa perspectiva neodesenvolvimentista, as políticas sociais adquirem outro viés. Sob uma perspectiva residual-liberal, as políticas sociais iniciam um processo de descentralização, focalização e privatização (SILVA, 2014). É possível adicionar o processo de funcionalização das mulheres pobres por meio do emprego da mão de obra feminina na mediação entre o Estado e a família (GEORGES e SANTOS, 2016).

O Brasil, segundo Silva (2014), é o pioneiro na América Latina na corrida pela implementação dessas políticas sociais de inserção. Cabe assinalar que até esse momento não havia no país uma estratégia definida de combate à pobreza (COHN, 1995). E é nesse contexto que surgem os programas de transferência de renda condicionada – política alinhada à perspectiva do capital humano, cujo pressuposto é de que o investimento em educação possibilita desenvolvimento econômico e social, bem como o desenvolvimento individual de cada indivíduo (SILVA, 2014).

Nessa linha de pensamento, o estado deve investir na qualificação/educação da sociedade, pois isso viabiliza a entrada dos indivíduos no mercado, estimulando o desenvolvimento econômico. As políticas sociais de combate à pobreza se pautam na garantia de direitos, mas objetiva a reprodução da força de trabalho e a produção de um mercado consumidor. O Programa Bolsa Família (PBF) é o exemplo brasileiro de um programa de transferência condicionada de renda inserido na perspectiva desse *neodesenvolvimentismo*.

## 1.2. A QUESTÃO SOCIAL E AS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL

A questão social, abordada por diversos autores, é definida por Castel enquanto a preocupação com o lugar dos trabalhadores que não estão integradas à sociedade industrial, o lugar dos *desfiliados* (Castel, 1995, p. 31).

Muito se discute sobre pobreza, exclusão, marginalidade. O debate sobre a questão social sempre esteve presente na sociologia brasileira. A pobreza e as desigualdades sociais sempre estiveram e estão em pauta nos meios acadêmicos, mas também entre os agentes de governo e organismos internacionais, a ONU, por exemplo. Entretanto, o debate adquiriu variadas facetas ao longo dos anos, provocando sucessivas mudanças no entendimento do que viria a ser a questão social e de como ela deve ser interpretada, equacionada e solucionada.

Ianni (2004) salienta que, desde a sociedade escravocrata até os dias atuais, as desigualdades sociais e os antagonismos que permeiam a questão social no Brasil nunca saíram de cena. Desde a expulsão dos trabalhadores do campo ao desemprego, ou mesmo o subemprego nas cidades, enfim, esses processos são fruto de questões estruturais. *“Conforme a época e o lugar, a questão social mescla aspectos raciais, regionais e culturais, juntamente com os econômicos e políticos. Isto é, o tecido da questão social mescla desigualdades e antagonismos de significação estrutural (p. 107)”*.

As desigualdades sociais não dizem respeito apenas às questões socioeconômicas, são atravessadas pelas questões raciais e de gênero. Dada a multidimensionalidade das desigualdades, um olhar interseccional se faz necessário (HIRATA, 2014), considerando as imbricações das relações sociais de classe, raça e gênero.

Apesar de sempre figurar como uma preocupação, a questão social ganha contornos diferentes ao longo dos anos. Passa pelo problema da migração, do desemprego, da mortalidade infantil, da marginalização, da habitação, da fome, das precárias condições de saúde, da exclusão etc. Segundo Ianni (2004), a sociedade em movimento é que se apresenta enquanto uma fábrica de desigualdades sociais, essas questões são, ao mesmo tempo, produto e condição dos processos estruturais que permitem pensarmos que o país é uma economia moderna.

A questão social no Brasil acaba se constituindo naquele problema social mais visível dependendo da época e dos discursos dominantes que direcionam o olhar da sociedade para determinados sentidos. Delgado (2005) assume que até a abolição da escravatura a questão por excelência era a escravidão. Após a Lei Áurea, emergem novos problemas e atores sociais, as condições de vida de ex-escravos, brancos pobres e outros adquirem a notoriedade que antes não obtinham. No entanto, a partir da década de 1960, a questão agrária, cuja origem pode ser remetida ainda ao período colonial (e ratificada a partir da Lei de Terras de 1850), assume relevância no cenário político brasileiro. Somadas a isso, as consequências do forte incentivo à industrialização e urbanização do país começam a ganhar destaque – trabalho informal, subemprego, condições de habitação nas cidades, entre outros.

Desde o fim do século passado até as discussões mais recentes, dois termos ganham destaque: *vulnerabilidade social* e *exclusão social*. Esses termos tornam-se de uso comum, conquistam espaço nas falas de governantes e, muitas vezes, são utilizados por pesquisadores sem qualquer reticência. Mas o que essas expressões indicam?

Breda (2016) aponta as condições de emergência do conceito de vulnerabilidade social no campo da assistência. Segundo a autora, já na década de 1990, o termo aparece resgatando a ideia de acesso a direitos e está pautado nas contribuições do economista Amartya Sen, considerando sua influência na construção do discurso de organizações como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Entretanto, a autora destaca que a noção de vulnerabilidade pode ser considerada um *quase conceito* na medida em que carrega um aspecto de informalidade ou flexibilidade, *um vagão vazio* que poderia carregar uma variedade de discursos distintos.

Na mesma linha, Lautier (2014, p. 468) afirma que:

Para além da definição técnica ou estatística, a vulnerabilidade indica uma mudança de registro: passa-se da compaixão vitimizadora (o pobre que recebe ajuda) à atenção paternal (o vulnerável que é ajudado a se ajudar e que é protegido enquanto continua frágil). Como já se notou muitas vezes, a retórica da vulnerabilidade está, mais do que a retórica da pobreza, em sintonia com o discurso de Amartya Sen e seu vocabulário (*capabilities, empowerment, etc.*).

Georges e Santos (2016) também indicam a incorporação do termo “vulnerabilidade social” por diversos atores do campo social, independente de sua orientação político-partidária. Salientam que os usos do termo merecem atenção e um estudo aprofundado, porém

o uso por parte desses atores é justificado por eles com base na ideia de que o termo permite apreender uma multidimensionalidade que o termo pobreza não é capaz de representar.

Martins (1997a; 2002) é crítico ao debate sobre “exclusão” porque ele não permite direcionar a questão para o que importa, as formas precárias de (re)inclusão. Para o autor, utilizar esses termos empobrece o debate e invisibiliza a dinâmica própria do capitalismo no país.

De repente, essa categoria tão extremamente vaga (no sentido de imprecisa e vazia), que é a de exclusão, substitui a ideia sociológica de processos de exclusão (entendidos como processos de exclusão integrativa ou modos de marginalização). O rótulo acaba se sobrepondo ao movimento que parece empurrar as pessoas, os pobres, os fracos, para fora da sociedade, para fora de suas “melhores” e mais justas e “corretas” relações sociais, privando-as dos direitos que dão sentido a essas relações. Quando, de fato, esse movimento as está empurrando para “dentro”, para a condição subalterna de reprodutores mecânicos do sistema econômico, reprodutores que não reivindicam nem protestem em face de privações, injustiças, carências (MARTINS, 1997a, p. 16-17).

*Exclusão social* vem sendo utilizada enquanto uma categoria guarda-chuva e que contempla uma série de sujeitos, os desfiliaados, os desqualificados, os marginalizados, entre outros. Vêras (2001) faz um retrospecto dos usos do conceito ao longo da história brasileira e demonstra o quanto ele foi versátil no sentido de indicar tantos os processos quanto as situações geradas pelos modelos econômicos adotados.

Martins (2002) reforça sua observação sobre a pobreza explicativa da categoria exclusão quando afirma que esse processo faz parte do sistema capitalista. Desde que surgiu, o que caracteriza o capitalismo é exatamente esse movimento de desenraizamento (exclusão) – por meio do qual os sujeitos são despojados da propriedade dos meios de produção e “tornam-se livres” para vender sua força de trabalho (proprietários somente de sua força de trabalho). O “excluído” é, na verdade, o incluído de forma precária. Ele não está excluído do sistema que o produz, faz parte dele enquanto consumidor – mesmo que marginal – e cúmplice, na medida em que reivindica a inclusão – não comprometendo ou ameaçando as bases do sistema que o marginaliza.

De acordo com Bajoit (2003), são as percepções sobre pobreza que conduzirão as formas de enfrentar o problema e a maneira como o Estado articulará suas políticas sociais. Para o autor, que propõe uma perspectiva identitária, existem quatro visões sobre pobreza que

estão relacionadas a percepções distintas sobre o contrato social e, conseqüentemente, corresponderão a visões distintas de política social. Ele sugere que há duas visões de política social. A visão em que o pobre é considerado responsável por sua situação e deve atuar em busca de ajustamento às exigências da sociedade. E a segunda perspectiva, para a qual a pobreza é consequência do funcionamento da sociedade, e isso exige que as estruturas sejam modificadas. Caso contrário, o pobre deverá ser assistido indefinidamente. Como o Estado brasileiro tem concebido a pobreza e quais as formas de enfrentamento que tem adotado?

Tanto no país quanto na América Latina como um todo, há um processo muito semelhante de adesão a partir da década de 1990 a um modo de fazer política econômica e social. De acordo com Lima *et al* (2014), a trajetória dos países latino-americanos é reflexo de uma história econômica que, desde a época colonial até os dias atuais, possui períodos de crescimento e de recessão alternadamente. Próximo ao fim do século XX, tem início um novo ciclo econômico que veio a provocar mudanças em escala global. A chamada reestruturação produtiva, em que o avanço tecnológico vai influenciar sobremaneira o mercado – conduzindo o capitalismo industrial para o capitalismo financeiro –, bem como as ações do Estado também. Assim, o Estado mais regulamentador do setor produtivo e provedor de um sistema de proteção social à classe trabalhadora cede espaço para um Estado cujas políticas seguem a lógica do sistema financeiro (LIMA *et al*, 2014).

É importante destacar que nesse processo os países da América Latina sofreram reflexos, mesmo não compartilhando da mesma trajetória econômica dos países desenvolvidos. Segundo Lima *et al* (2014), os países latino-americanos vivenciaram dois ciclos econômicos no cenário mundial que merecem destaque: o primeiro, colonial, de exploração predatória (extração mineral e vegetal); e o segundo, de uma economia primário-exportadora. Assim, serão as crises nos países desenvolvidos e com uma experiência de Estado de Bem-Estar que, na segunda metade do século XX, despertarão a emergência de um novo modelo de desenvolvimentismo – o já mencionado desenvolvimento humano.



### 1.2.1. PROTEÇÃO SOCIAL ENQUANTO DIREITO DE CIDADANIA

Ianni (2004), ao afirmar que a questão social no país adquiriu distintas denominações, também nos alerta para o fato de que apenas no século XX o tema deixou de ser visto enquanto uma questão de polícia e passou a ser percebido como uma questão política, ou seja, problema dos governantes. Obviamente que o autor não quis dizer com isso que os problemas referentes à questão social não sejam ainda tratados de forma repressiva, apenas destacou que eles entram para a pauta da agenda pública muito recentemente – há menos de um século.

Os primeiros passos de uma política social brasileira se iniciam com reivindicações trabalhistas no despertar do século XX impulsionados pela influência das ideias anarquistas e socialistas de alguns trabalhadores imigrantes europeus. E é com os Institutos e Caixas de Aposentadorias e Pensões, com a Lei Elói Chaves, que o Brasil inaugura a política social brasileira – política previdenciária (YAZBEK, 2008).

Depois disso, as políticas se ampliam, mas sempre privilegiando um setor específico, o dos trabalhadores formais. A exemplo disso tem-se a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e uma série de políticas da Era Vargas que passam a constituir a origem de muitas políticas sociais que persistem até hoje (YAZBEK, 2008).

De acordo com Medeiros (2001), as políticas do Estado de Bem-Estar brasileiro começam a aparecer no país devido ao desejo do Estado de conter os movimentos dos trabalhadores, o que caracterizou a passagem, no período Vargas, de uma sociedade de base agrária para uma sociedade urbano-industrial. Dessa forma, tinha o viés específico de conter a organização dos trabalhadores assalariados dos setores modernos da economia. As políticas sociais no Brasil ganharão o caráter de medida-resposta para as conseqüências da urbanização apenas no período democrático entre 1945 e 1964, quando ocorre uma ampliação da atuação dos serviços, como na saúde, na educação, assim como no atendimento de algumas reivindicações, como o direito à greve.

De acordo com Draibe (2006), é possível perceber o desenvolvimento das políticas sociais no Brasil em dois ciclos: um ciclo democratizante, de reformas dentro de um período compreendido a partir da Constituição de 1988 até meados da década de 1990; e um segundo

ciclo, compreendido a partir da década de 1990, quando se inicia uma reforma por programas de transferência de renda condicionada.

Para Georges e Ceballos (2014, p. 516), por outro lado, essas políticas são interpretadas em três momentos:

Brasil representa una trayectoria que se distingue fuertemente del resto de América Latina en materia de política social. Podemos distinguir tres grandes momentos, desde mediados o fines de la década de 1980 hasta el presente: una primera fase, con características de un proyecto social-demócrata, que se extiende entre el inicio de la salida paulatina de la dictadura militar en 1985 y la crisis política de principios de 1990; una segunda fase, de pragmatismo social, que abarca los sucesivos gobiernos de Cardoso entre 1995 y 2003; y una tercera fase de retorno de lo social, que comprende desde los sucesivos gobiernos de “Lula” entre 2003 y 2011 hasta la actualidad.

Embora não haja consenso sobre o momento em que as políticas sociais surgem no Brasil, é importante traçarmos alguns parâmetros. Isso presume que façamos uma escolha de perspectiva, ou seja, delimitar o que representam as políticas sociais. Nesse sentido, adoto aqui a postura de Bourdieu (2013), ao afirmar que gerir o social supõe a manutenção no jogo daqueles cujo estado de miséria poderia empurrá-los para fora do campo político. Contudo, não apenas o aspecto da interdependência política entre dominantes e dominados é importante, o Estado também atua na assistência a fim de manter a ordem pública, porque os dominados protestam, mobilizam-se, são perigosos.

Então, pode se adotar a perspectiva de que as políticas sociais no Brasil tem sua origem quando o Estado dá os primeiros passos da direção de responder a demandas de mobilizações da sociedade. Assim, tendemos a concordar com Yazbek (2008; 2012), que pontua a CLT e a política previdenciária enquanto origens de uma política social no país. Contudo, a autora enfatiza que a marca da política social brasileira seria o dualismo entre pobres e cidadãos e, no caso, essas políticas iniciais são direcionadas a cidadãos trabalhadores.

Yazbek (2008) ressalta a característica estrutural da questão social, que não é passível de solução em um sistema que é excludente por natureza. Cabe destacar aqui o posicionamento de Martins (2002; 1997a), que guiará a perspectiva deste trabalho, segundo o autor, o sistema não é apenas excludente, a exclusão é um processo transitório – os sujeitos

são “excluídos”, desenraizados pelo capitalismo para serem lançados ao mercado, para se submeterem à lógica do mercado, e essa lógica não comporta “excluídos”.

Considerando que o cerne da questão é redirecionada para as formas como esses sujeitos são “incluídos” - a precariedade a que estão submetidos nessa transição, resta saber de que maneira o Estado brasileiro tem lidado com essa questão. Afinal, esse período transitório tem se tornado um modo de vida (MARTINS, 1997a).

Os pobres, os “excluídos”, os marginalizados são historicamente público-alvo mais de ações filantrópicas e de benemerência do que de políticas sociais públicas. De acordo com Yazbek (2008), até a Constituição de 1988, o que se presenciou na área da assistência social foi a criação da Legião Brasileira de Assistência, que fora criada para atender as famílias dos expedicionários e que, após a guerra, direcionou suas ações para o público materno-infantil por meio da mobilização da sociedade civil, em especial, das mulheres. O que condiz com a afirmação de Mioto *apud* Georges e Santos (2016, p 37), a família e a igreja, por exemplo, “*nunca deixaram de ter um papel significativo na organização e desenvolvimento dos diferentes sistemas de proteção social*”. Destaque para ausência de uma linha nítida que permitisse identificar o que era público e privado, evidenciando um caráter de parceria público-privada que ocorre até os dias de hoje – atualmente, de forma regulamentada (YAZBEK, 2008; 2012; COUTO, 2015; GEORGES e SANTOS, 2016).

A política social pública no país está articulada com a noção de cidadania e, por isso, começa a ganhar contornos mais definidos a partir da redemocratização. A cidadania, não só em seu aspecto civil e político, mas também no seu aspecto social, deveria ser garantida na abertura democrática. Nesse ponto, cabe destacar o papel fundamental dos movimentos sociais na construção desse ideal de cidadania, democracia e participação da sociedade civil – o que, todavia, será incorporado pelo projeto neoliberal por meio da apropriação e ressignificação desses termos e posterior transferência das responsabilidades estatais para a sociedade civil ou para o setor privado (DAGNINO *et al*, 2006; GEORGES e SANTOS, 2016).

Com a Constituição de 1988, são lançadas as bases para o Sistema de Proteção Social no Brasil, conseqüentemente, para a criação da Lei Orgânica de Assistência Social, em 1993, e, posteriormente, para a Política Nacional de Assistência Social, em 2004, bem como para o Sistema Único da Assistência Social, em 2011. Ao se vislumbrarem as datas em que as leis entram em vigor no país, já é possível perceber o quão jovem é a história da proteção social

enquanto política pública, em especial, enquanto direito social constitutivo do *status* de cidadania.

### 1.2.2. BOLSA FAMÍLIA: O COMBATE À POBREZA NO BRASIL

Seja para garantir direitos sociais ou para estabelecer um clientelismo político estatizado, o fato é que o Programa Bolsa Família (PBF) até o momento é considerado um marco na história do combate à pobreza em nosso país. Criado durante o primeiro mandato de Lula (2003-2006), ele figura enquanto política social central do então presidente, contribuindo sobremaneira para o surgimento do que Singer (2012) chama de *lulismo*, que se consolida a partir de sua reeleição, em 2006.

O Bolsa Família é um programa de transferência condicionada de renda, ou seja, a transferência do recurso é feita mediante o cumprimento de condições, contrapartidas, por parte do público-alvo, os pobres. A ideia apresentada pelo Estado é que por meio do cumprimento das condicionalidades do Programa, os usuários possam acessar serviços de saúde, de educação e de assistência social básicos e, dessa forma, acessar condições básicas de cidadania suficientes para empoderar-se, criando condições de superação da pobreza (MDS, 2018).

O programa é lançado sob a égide da garantia de cidadania. O acesso aos serviços do PBF permitiria aos cidadãos criar condições para superar a pobreza – aqui é a perspectiva do desenvolvimento humano, o desenvolvimento como liberdade que está presente na política desenvolvimentista do governo petista. Seguindo a “cartilha” das agências internacionais de desenvolvimento, o governo Lula unificou os programas já existentes<sup>13</sup>, demonstrando não romper com o modelo vigente. O Bolsa Família representaria uma aposta de investimentos nos pobres, possibilitando sua participação no jogo e, principalmente, no mercado enquanto consumidores ou mesmo enquanto agentes produtivos (GEORGES *et al*, 2014; GEORGES; SANTOS, 2016; MARTINS, 2011b).

---

<sup>13</sup> Lula unificou políticas isoladas que existiam anteriormente ao seu governo, como o Bolsa Escola, Auxílio Gás, Bolsa Alimentação e Cartão-Alimentação e as colocou sob uma gestão unificada, o Programa Bolsa Família (MARTINS, 2011a).

Segundo Cunha (2010, p. 20), o Programa, em conjunto com o aumento do salário mínimo, foi responsável por 21% da queda da desigualdade no país. De acordo com a autora, a situação alimentar e nutricional dos usuários também melhoraram, principalmente, a das crianças. Outro aspecto que a autora relaciona à existência do PBF é a mobilização local da economia dos municípios com a transferência de renda feita pelo Programa. Essa foi a tônica das primeiras avaliações do Programa que contava com o apoio de organismos internacionais como o Banco Mundial, gozando de certo consenso internacional em relação a sua efetividade em diminuir a extrema pobreza (LAUTIER, 2014; GEORGES; CEBALLOS, 2014).

De outro lado, muitas foram as críticas sobre a efetividade do Programa ou mesmo sobre o desenho dele. Schwartzman (2006) aponta que, apesar da diminuição das desigualdades, não é possível creditar esse movimento aos programas de transferência de renda, porquanto o papel deles é limitado. Segundo o autor, problemas de focalização e de controle de condicionalidades em programas como o Bolsa Família tendem a ser pouco efetivos. Acrescenta que, se os recursos destinados a tais programas fossem destinados à melhoria de serviços básicos, como a educação, poderiam ter um impacto melhor. Kerstenetzky (2009) argumenta que a centralidade no aspecto renda é problemática. Além disso, o critério utilizado apenas atinge famílias de extrema pobreza, e a renda transferida não consegue retirá-las de tal situação, apenas atenua-lhes o problema.

A focalização do programa e as condicionalidades impostas aos usuários são alvo de muitos debates<sup>14</sup>. As condicionalidades aparecem enquanto um investimento no capital humano, um acesso a direitos sociais, como saúde e educação, ou representa um meio pelo qual os sujeitos devem demonstrar o merecimento da renda recebida, garantindo legitimidade da política?

É importante salientar que as condicionalidades são consideradas uma contrapartida dos usuários – um compromisso enquanto corresponsáveis pelo próprio bem-estar. Essa corresponsabilidade pode significar muito mais um instrumento de intervenção em práticas familiares (GEORGES; CEBALLOS, 2014) e de busca por legitimidade do Programa (KERSTENETZKY, 2009) – um apoio político – do que um instrumento de interrupção do ciclo intergeracional de pobreza.

Georges e Santos (2016) pontuam que o surgimento das condicionalidades está relacionado à discussão realizada ao longo dos anos 1990, quando se discutia sobre uma renda

---

14 Esse debate foi explorado por mim na dissertação (MARTINS, 2011a). Para um debate mais recente, ver Lautier (2014).

universal mínima e emergiam hipóteses sobre um possível incentivo ao trabalho informal. Ademais, promover o acesso à escola estaria diretamente relacionado com a interrupção da reprodução da pobreza. E é exatamente neste ponto que o Programa Bolsa Família pauta a justificativa para a existência de condicionalidades na área educacional – acesso à educação enquanto oportunidade de interromper o ciclo intergeracional da pobreza.

Uma política de transferência de renda não universal, contrariando a ideia inicial de Suplicy, em seu Projeto de Lei de Renda Mínima (GEORGES; SANTOS, 2016), é uma iniciativa de política focalizada, direcionada a um público-alvo. Os primeiros passos da política social enquanto direito social, após a Constituição de 1988, evidenciam o perfil liberal com que as políticas se desenham. Não há indícios de um *Welfare State desmercantilizante*, no sentido mesmo que o termo denota, segundo o qual o Estado atua no sentido de proteger os indivíduos das consequências do mercado em vez de empurrá-los para o mercado. Conforme aponta Esping-Andersen (1991, p.108):

Em um dos grupos temos o Welfare State “liberal”, em que predominam a assistência aos comprovadamente pobres, reduzidas transferências universais ou planos modestos de previdência social. Os benefícios atingem principalmente uma clientela de baixa renda, em geral da classe trabalhadora ou dependentes do Estado. Neste modelo, o progresso da reforma social foi severamente limitado pelas normas tradicionais e liberais da ética do trabalho: aqui os limites do bem-estar social equiparam-se à propensão marginal à opção pelos benefícios sociais em lugar do trabalho. As regras para a habilitação aos benefícios são portanto estritas e muitas vezes associadas ao estigma; os benefícios são tipicamente modestos. O Estado, por sua vez, encoraja o mercado, tanto passiva – ao garantir apenas o mínimo – quanto ativamente – ao subsidiar esquemas privados de previdência.

Sendo assim, essas características do PBF estão inseridas nessa lógica, uma lógica de inserção dos sujeitos no mercado tanto como produtores, como consumidores. Além de favorecer um processo de transformação da assistência enquanto mercadoria – o social como criador de novos nichos de mercado (GEORGES; CEBALLOS, 2014; GEORGES; SANTOS, 2016). O que para Rego e Pinzani (2014) denota um ponto positivo do Programa, considerando que o recebimento dessa renda possibilita a participação dos usuários no mercado enquanto consumidores e esse processo garante certa autonomia individual, inclusive promovendo uma melhora na autoestima dessas pessoas. As mulheres que possuem a titulação do cartão do PBF, entrevistadas pelos autores durante a pesquisa, demonstraram que a renda do programa lhes possibilitou a descoberta de novas experiências – experiências de consumo

até então raras ou inexistentes – e, de certa forma, isso significou uma conquista pessoal, uma liberdade até então não desfrutada.

As mulheres, a partir do recebimento da renda monetária, se apoderam de alguma forma de capacidade humana, como a de escolher certas opções, inclusive, como já se falou anteriormente, as de ordem moral. Nossa humanidade repousa fundamentalmente no exercício permanente de escolhas. Contudo, em situações de miséria e privação absoluta dos bens mais elementares da vida, não se escolhe, vive-se o momento perpétuo do “ciclo vicioso da pobreza”, que se caracteriza pela quase impossibilidade da escolha pessoal da vida que se quer viver (REGO; PINZANI, 2014, p 204).

Esse empoderamento feminino está baseado no poder de escolha das mulheres quanto às decisões sobre a destinação da renda recebida pelo Programa, bem como uma (res)significação de dignidade pessoal a partir de um incremento de autoestima delas. Todavia, essa é uma perspectiva de cidadania baseada na ideia do cidadão consumidor (DAGNINO *et al*, 2006; COUTO, 2015). Conforme destaca Couto (2015, p. 32) sobre essa valorização do consumo e esse movimento em direção ao mercado:

[...] foi a grande “sacada” do capitalismo em relação às populações pobres. A exploração por meio da relação de mercado transforma os pobres em consumidores e trabalha na perspectiva de que isso sim é cidadania. Isso faz com que os indivíduos, por exemplo, sonhem em ter planos de saúde, quando temos um sistema de saúde público, universal.

Outro aspecto relevante na pesquisa de Rego e Pinzani (2014) foi a importância que os autores atribuem ao PBF no combate à desigualdade de gênero. Vale ressaltar que o Programa privilegia o cadastro das mulheres como responsáveis pelo cartão do Bolsa Família. Segundo os idealizadores do Programa, tal iniciativa teria por objetivo promover um empoderamento da mulher e a igualdade de gênero – o que também constava enquanto meta e compromisso do Brasil perante os Objetivos do Milênio<sup>15</sup> do PNUD (MARTINS, 2011a).

Vale lembrar que não apenas por incentivo das agências de fomento ao desenvolvimento que o Estado passa a adotar a dimensão de gênero do debate das políticas públicas. É preciso destacar a inserção do movimento feminista ao longo do processo de

---

15 Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM da Organização das Nações Unidas foram compromissos assumidos por diversos países, incluindo o Brasil, a fim de combater a pobreza e outras mazelas sociais (MARTINS, 2011a).

redemocratização do país e, depois, a partir da institucionalização de gênero na arena decisória de construção das políticas públicas ao longo do governo petista, é válido assumir que havia uma demanda urgente no contexto político para a incorporação do viés de gênero nas políticas sociais (MARTINS, 2018).

Entretanto, há de se questionar até que ponto o Programa está articulado com o combate à desigualdade de gênero. Segundo Georges e Santos (2016), os novos programas sociais não possuem um compromisso com a igualdade de gênero. Destaca-se a forma como essas políticas compreendem o papel da mulher, enquanto responsável pelo espaço reprodutivo – privado. A mulher surge como protagonista do lar, responsável pelo cuidado com a família, com os filhos e com os gastos e afazeres domésticos. As autoras evidenciam que esses programas com viés familista valorizam a mulher enquanto mãe, cuja responsabilidade é executar as orientações recebidas pelos agentes do estado, assumindo a corresponsabilidade pelos resultados da política pública.

É interessante observar que autoras feministas elaboram críticas ao Estado de Bem-Estar Social, considerando que ele se estrutura no trabalho invisível, ou melhor, invisibilizado das mulheres. Destaca-se o trabalho remunerado e não remunerado realizado pelas mulheres e a divisão sexual do trabalho – desigualdade de gênero, nesse sentido, pode influenciar sobremaneira as políticas sociais de um país (GAMA, 2008).

Como assinala Sorj (2016, p. 109), *“o novo paradigma de políticas sociais caracteriza-se, sobretudo, por operar uma redistribuição das responsabilidades pelo bem-estar dos cidadãos entre o Estado, mercado, comunidade e os próprios cidadãos individualmente”*. Contudo, essas políticas são desenhadas com base na lógica dos papéis de gênero, concebendo o espaço privado enquanto campo de atuação das mulheres e a família enquanto responsabilidade da mulher. Dessa forma, o bem-estar dos cidadãos está diretamente relacionado com o trabalho efetivo da mulher e, assim, seu cotidiano vive em uma tensão entre a cidadania e a servidão (ABRAMO; VALENZUELA, 2016).

Não basta que as políticas sejam direcionadas para as mulheres, elas necessitam romper com divisão sexual do trabalho a fim de combater a desigualdade de gênero (HIRATA; KERGOAT, 2007). Cabe assinalar que o mercado de trabalho ainda é a maior fonte de renda das famílias pobres, e a mulher permanece em desvantagem nesse setor, com ocupações precárias e rendimento inferior ao dos homens (LAVINAS; NICOLL, 2006).



Considerando a responsabilidade incumbida às mulheres nesses programas sociais, como eles podem inseri-las no mercado além de meras consumidoras?

### 1.3. O *FINGERPRINT* DO LULISMO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Singer (2012) tece uma tese surpreendente sobre os governos de Luiz Inácio Lula da Silva afirmando que houve um fenômeno capaz de reeleger Lula e inclusive eleger Dilma Rousseff em 2010. Ao que ele denomina *lulismo*, trata-se de um pacto conservador aliado com reformas graduais na área social – o “*Estado capaz de ajudar os mais pobres sem confrontar a ordem* (p.21, grifo do autor)”. Para o cientista político, o governo de Lula provocou mudanças na estrutura social através da redução da desigualdade no país, a partir delas, houve a emergência de um tipo de polarização social e política distinta, não mais entre direita e esquerda, mas entre ricos e pobres.

Ainda de acordo com Singer (2012), o que o país presencia ao longo do governo petista é a ascensão de uma classe média que tende a se identificar com o alinhamento político do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) – aderindo a um *antilulismo* –, afastando-se do Partido dos Trabalhadores (PT); ao mesmo tempo, ocorre uma adesão em massa do *subproletariado* ao lulismo, reconhecendo no governo de Lula a causa de sua significativa melhoria de vida – com acesso a bens de consumo e serviços que até então estavam distantes.

Lula, em sua figura, conseguiu afiançar o atraso no cumprimento da agenda conservadora sem, contudo, dispensá-la ou retirá-la da orientação do Estado (SINGER, 2012). Embora a eleição dele presumisse uma reorientação das posições de poder no campo político estatal, o jogo entre dominantes e dominados, as lutas no campo político seguem sendo travadas. Entretanto, o que se percebe é uma vitória incompleta dos dominados com a eleição do metalúrgico petista, pois o que ocorre, segundo Oliveria (2007), é uma hegemonia às avessas, na qual os dominados conseguem estabelecer apenas a direção moral do Estado – trazendo para o primeiro plano político o combate à pobreza, no entanto, são os dominantes que ainda regem o sistema econômico e de exploração que mantém a ordem social tal como sempre fora.

A análise de Singer (2012) está centrada na mudança do comportamento político do eleitorado brasileiro, em especial, daqueles que estão nas camadas mais pobres da população. Para o autor, o lulismo versa sobre um Estado forte o suficiente para promover um reformismo, mesmo que lento e fraco, mas que não tem compromisso com a ruptura da ordem vigente. Entretanto, foi capaz de captar os votos daqueles que nunca votaram no PT, mas a partir de 2006 votam em Lula e nas possibilidades que se abrem a partir de sua gestão com a ampliação dos postos de trabalhos, valorização do salário mínimo e programas como o Bolsa Família (SINGER, 2012).

Obviamente que Singer (2012) também salienta o caráter despolitizador das políticas reformistas do lulismo (LAUTIER, 2014; GEORGES; SANTOS, 2016; RIZEK; GEORGES, 2018), o que muito compromete o apoio e a base do governo em momentos de crise (SINGER, 2012; 2018; COUTO, 2015). E talvez essa seja uma das maiores críticas que são direcionadas às políticas sociais do período Lula. Embora o PT tenha suas origens nos movimentos sociais, o partido que assume o governo em 2003 aos poucos abandona a sua base ou, na “melhor” das hipóteses, tutela os movimentos a fim de controlar as manifestações da sociedade civil (MARTINS, 2011b; RIZEK; GEORGES, 2018). Sem dúvidas, um período recheado de contradições, como assinala Singer (2012).

Fagnani (2011), ao elaborar um ensaio sob a perspectiva histórica das políticas sociais ao longo desse período, ressalta dois momentos distintos: um primeiro momento, que compreende o período de 2003 a 2005, no qual existe uma ambiguidade de posições do Estado, ora mínimo, ora de bem-estar –, Lula não quis correr riscos e enfrentar o capital nesse interstício (SINGER, 2012); e um segundo momento, que compreende 2006 a 2010, no qual há evidências de ensaios desenvolvimentistas. Segundo o autor, nesse segundo momento, o que possibilitou a emergência de políticas mais alinhadas com a forte presença do Estado na seguridade social foi o crescimento econômico que abriu brecha para investimento em gastos sociais e a crise de 2008, que colocou em xeque o modelo neoliberal no contexto internacional.

Além disso, o autor salienta que os dispositivos constitucionais que permitiram a existência de espaços democráticos de controle social também tiveram papel importante na construção de uma demanda ativa e de mobilização de políticas no âmbito da seguridade social (FAGNANI, 2011). Evidenciando a importância da participação da sociedade civil nos espaços públicos enquanto componente do *status* de cidadania em uma sociedade democrática, reivindicação dos movimentos sociais no processo de democratização do país e

incorporada pela Constituição de 1988 (DAGNINO *et al*, 2006). E, nesse sentido, cabe destacar a IV Conferência Nacional da Assistência Social em 2003 enquanto um fórum importante no processo de elaboração da Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

### 1.3.1. AS POLÍTICAS SOCIAIS NO LULISMO

Além do Programa Bolsa Família, estratégia central na área social do governo de Lula, outros programas emergem no período, em especial, impulsionados pela mobilização dos fóruns de participação social, são exemplos: Estratégia Saúde da Família, Programa Brasil Sorridente, Programa Universidade para Todos, Programa Farmácia Popular, Programa de Aceleração do Crescimento<sup>16</sup> nas áreas da Habitação e Saneamento – destaque para o Programa Minha Casa Minha Vida, entre outros (FAGNANI, 2011). Entretanto, vale destacar o processo de consolidação do Sistema Único de Assistência Social e da Política Nacional de Assistência Social, considerando que essas políticas são desenhadas para atender justamente aqueles que estão precariamente incluídos, os *subproletários*, aos quais Singer (2012) se refere.

Singer (2012) utiliza a categoria de *subproletários* definida por Paul Singer na obra *Dominação e Desigualdade*, cuja referência são os pobres que trabalham<sup>17</sup>. Embora faça essa referência, as pessoas às quais André Singer intitula *subproletários* não são apenas os pobres que trabalham, mas aqueles que também estão à margem do trabalho, aqueles que, com o lulismo, de acordo com o próprio Singer (2012), conquistaram espaços no mercado e no capitalismo, mesmo que de forma precária. A esses, ora “incluídos” e ora “excluídos” do capitalismo, Martins (2011b) chama de *lumpen*, categoria que, segundo ele, sempre foi ignorada pelos discursos da esquerda brasileira, em especial pelos do Partido dos Trabalhadores. Nesses discursos, só havia espaço para a categoria “trabalhadores”, pois ela representava o sujeito histórico da mudança social, o *lumpen* só começa a adquirir importância quando se torna parte constitutiva do lulismo, segundo Martins (2011b).

---

16 Para uma discussão sobre o impacto do PAC nas políticas sociais, ver Rodrigues; Salvador (2011).

17 Ver nota de rodapé n.º 32 em Singer (2012, p. 20).

É necessário que haja proteção àqueles que não estão inseridos no mercado de trabalho (ou estão de forma precária) e que não possuem direitos previdenciários que possam garantir sobrevivência digna. Essa proteção deve ser garantida pela assistência social, enquanto um direito de seguridade social estabelecido constitucionalmente (BOSCHETTI, 2005). Nesse sentido, a consolidação do SUAS como um sistema que operacionaliza a PNAS e os preceitos da LOAS é um passo importante na constituição de um Estado de Bem-Estar no país, algo que até hoje é passível de questionamento.

Todavia, mais do que galgar ao *status* de um Estado de Bem-Estar, a consolidação do SUAS estabelece um caminho para concretização da política social enquanto direito social, o que há muito tempo vinha sendo reivindicado nos espaços democráticos de debate sobre a assistência social. Ao que parece, a implementação de uma política nacional sugere uma mudança de orientação em como a assistência vinha sendo praticada no Brasil, a consolidação de uma política pública poderia superar a fase do clientelismo e assistencialismo, assim como promover a superação da concepção de que a política social nada mais é do que a gestão da miséria (BOSCHETTI, 2005; TELLES, 2013; YAZBEK, 2008).

A fim de entender o funcionamento da assistência, é necessário pontuar algumas características da Política Nacional da Assistência Social. Afinal, apesar de o PBF configurar um programa de governo, ele está inserido na lógica de funcionamento da política pública de assistência. Embora o PBF tenha sido instituído ao fim de 2003 e a PNAS em 2004, os processos de fortalecimento do próprio Bolsa Família e da política ocorrem paralelamente.

A assistência social é parte da seguridade social acompanhada da previdência social e da saúde, constituindo uma política não contributiva – uma política universal, diferentemente da previdenciária. Segundo Yazbek (2012), uma das inovações na assistência social está nesse reconhecimento da proteção social enquanto uma política não contributiva.

Marcada pelo caráter civilizatório presente na consagração de direitos sociais, a LOAS exige que as provisões assistenciais sejam prioritariamente pensadas no âmbito das garantias de cidadania sob vigilância do Estado, cabendo a este a universalização da cobertura e a garantia de direitos e acesso para serviços, programas e projetos sob sua responsabilidade (BRASIL, 2005, p. 30).

Nas suas diretrizes, a PNAS estabelece que a política é dever do Estado, e sua gestão deve ser feita de forma descentralizada (estados e municípios atuam nas suas esferas),

respeitando as especificidades socioterritoriais locais. Além disso, estabelece a participação da sociedade civil enquanto controle social da política e a família enquanto foco de intervenção – matricialidade sociofamiliar (BRASIL, 2005).

Conforme discutido anteriormente, a PNAS traz no seu bojo a concepção de que o usuário é o “excluído”, o “vulnerável”, aquele que se encontra em situação de risco. Ou seja, resgata a noção de que o público-alvo de sua política é um *desfiliado* na forma como Castel (1995) se refere, aquele que precisa ser reintegrado à sociedade.

Constitui o público usuário da Política de Assistência Social, cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (BRASIL, 2005, p. 31).

Ao Estado cabe garantir a Proteção Social Básica e Especial, esta última compreendida de acordo com a complexidade, considerando que é destinada aos sujeitos que já tiveram seus direitos violados – é o que a política define enquanto situação de risco pessoal. Embora seja importante compreender a política como um todo, interessam aqui os aspectos da proteção social básica, pois ela é direcionada para os sujeitos “vulneráveis” devido à situação de pobreza e visa atuar de forma preventiva a fim de evitar a situação de risco (BRASIL, 2005). Ademais, a proteção básica tem por objetivo o fortalecimento de vínculos comunitários e familiares, porquanto a política considera o protagonismo da família e dos laços afetivos e de pertença comunitária.

De acordo com a própria norma de operacionalização do sistema (BRASIL, 2005, p. 17), o foco na matricialidade sociofamiliar significa que:

– a família é o núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social;

– a defesa do direito à convivência familiar na proteção de assistência social supera o conceito de família como unidade econômica, mera referência de cálculo de rendimento per capita e a entende como núcleo afetivo, vinculada por laços

consangüíneos, de aliança ou afinidade, onde os vínculos circunscrevem obrigações recíprocas e mútuas, organizadas em torno de relações de geração e de gênero;

– a família deve ser apoiada e ter acesso a condições para responder ao seu papel no sustento, na guarda e na educação de suas crianças e adolescentes, bem como na proteção de seus idosos e portadores de deficiência;

– o fortalecimento de possibilidades de convívio, educação e proteção social na própria família não restringe as responsabilidades públicas de proteção social para com os indivíduos e a sociedade.

Dentre todas essas justificativas apontadas pelos planejadores da política de assistência, interessa-nos destacar que o Estado considera a família como um núcleo de protagonismo social. As políticas sociais de proteção partem do pressuposto de que a família é a interface do Estado com os indivíduos e, dessa forma, representa o foco de intervenção.

O que se percebe é que o Estado divide sua responsabilidade com a família – a família é responsável pelo seu próprio bem-estar, o Estado atua no sentido moralizar, atribuindo à família o dever da manutenção do bem-estar de seus integrantes. Afinal, a responsabilidade do Estado somente surge a partir do momento em que a família e o mercado já não se mostram suficientes (ESPING-ANDERSEN, 1991).

Os Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) são os equipamentos públicos por meio dos quais são executadas as políticas de proteção básica. Devem estar localizados em áreas de maior vulnerabilidade social (BRASIL, 2005). É importante destacar que não se trata apenas de um local de execução de políticas, mas também de encaminhamento e orientação, demonstrando articulação com a rede de proteção social – superando a concepção da abordagem fragmentada, por segmentos (YAZBEK, 2012).

O CRAS atua com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando a orientação e o convívio sociofamiliar e comunitário. Neste sentido é responsável pela oferta do Programa de Atenção Integral às Famílias. Na proteção básica, o trabalho com famílias deve considerar novas referências para a compreensão dos diferentes arranjos familiares, superando o reconhecimento de um modelo único baseado na família nuclear, e partindo do suposto de que são funções básicas das famílias: prover a proteção e a socialização dos seus membros; constituir-se como referências morais, de vínculos afetivos e sociais; de identidade grupal, além de ser mediadora das relações dos seus membros com outras instituições sociais e com o Estado. O grupo familiar pode ou não se mostrar capaz de desempenhar suas funções básicas. O importante é notar que esta capacidade resulta não de uma forma ideal e sim de sua relação com a sociedade, sua organização interna, seu universo de valores, entre outros fatores, enfim, do estatuto mesmo da família como grupo cidadão. Em consequência, qualquer forma de atenção e, ou, de intervenção no grupo familiar precisa levar em conta sua singularidade, sua vulnerabilidade no

contexto social, além de seus recursos simbólicos e afetivos, bem como sua disponibilidade para se transformar e dar conta de suas atribuições.(BRASIL, 2005, p. 33).

Ao dividir a responsabilidade com a família, o Estado está dividindo responsabilidade com quem? De que família estamos falando? Que família é esta que está sendo atendida pelas políticas sociais brasileiras? Qual o perfil das famílias brasileiras, em especial, as mais pobres?

Antes de mais nada, é preciso lembrar que não existe um conceito consensual sobre família. Há tentativas de identificar famílias por meio de categorias analíticas que possam contribuir para compreender o que é família. Entretanto, mesmo não existindo uma definição, as políticas sociais sugerem que exista um padrão de família, mesmo indicando a existência de uma diversidade. No caso das políticas sociais brasileiras, a família tem sido objeto de intervenção a partir da constituição do Sistema Único de Saúde (SUS). É por meio dele que o país tem suas primeiras experiências tendo a família como porta de entrada para as políticas do Estado. No momento da construção de um sistema único na área da assistência, o país também adota a lógica familista.

No trabalho de tentar compreender quem é esse “sujeito” que se torna protagonista, é importante considerar que as famílias não são um grupo homogêneo. No interior delas, existem relações de poder – de gênero, geracional ou até mesmo cultural. Por muito tempo, nas ciências sociais brasileiras, a família foi vista apenas como unidade de reprodução da força de trabalho (SARTI, 1994).

Entretanto, as famílias podem apresentar uma variedade de práticas de organização doméstica, além de apresentar laços de confiança e afetividade que ultrapassam o espaço circunscrito da casa, conectando-se com a vizinhança. Nesse sentido, o vizinho também pode tornar-se parente e essa relação vicinal torna-se a “sucursal da casa” (SARTI, 1994, p. 163).

O modelo burguês da família nuclear moderna é aquele que reside no imaginário da sociedade. A família composta por casal e filhos; a casa, o espaço reservado às mulheres e às crianças; a rua, o espaço dos homens (FONSECA, 2006). Porém, a família da classe popular apresenta dinâmicas bem distintas dessa imagem. Não é um grupo estático, sofre mutações ao longo do tempo (FONSECA, 2000). Nesse sentido, é fundamental compreender que o sujeito

protagonista das políticas sociais está em constante mudança – o objetivo dos serviços em promover o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários deve considerar que estes são movediços.

A família adquire importância no debate sobre políticas sociais no mesmo período em que há uma guinada para o neodesenvolvimentismo. Em uma sequência dos Anos Internacionais da Mulher, em 1975, e da Criança, em 1979, em 1994, é consagrado o Ano Internacional da Família. Essa conjuntura se compreende quando se tem a família como principal responsável pela criança e pelo adolescente, e a mulher, como responsável pela reprodução da família (TAKASHIMA, 2011).

É a unidade familiar – e não os indivíduos – que se toma como base para considerar o eixo dos programas dirigidos ao grupo materno-infantil e aos adolescentes. A justificativa dessa opção é desenvolvida no texto, mas é bom que se explicita, desde logo, que a constituição de uma política de proteção à família está presente no horizonte das nossas preocupações sobre os modos mais eficazes de atuar junto às camadas mais pobres da população brasileira (DRAIBE, 2011, p. 109).

Sendo assim, as políticas sociais a partir de então começam a ser desenhadas sob influências desses debates anteriores: combate à pobreza, geração de renda, transferência de renda, rede de apoio psicossocial às famílias, empoderamento feminino, entre outros. Nesse viés, o PBF é pensado como um programa de transferência condicionado de renda a fim de que as crianças tenham acesso à saúde e à educação; de que a família saia da condição de risco (TAKASHIMA, 2011); as mulheres tenham acesso à saúde e ao poder de escolha, vide o cartão de acesso ao “benefício” do Programa estar preferencialmente em nome da mulher – supondo, a partir disso, o empoderamento dessas mulheres.

É interessante observar que os primeiros ensaios de política social que se destinavam à família no Brasil, ainda durante o Estado Novo, contavam com a Igreja como personagem central, atuando como instituição moral para as famílias pobres (NEDER, 2011). O pressuposto dessa nova era de políticas sociais seria o abandono do viés filantrópico para a constituição de uma perspectiva em que o Estado tem o dever de fortalecer os vínculos familiares. A família enquanto sujeito de direito a fim de que exerça sua função de responsável para com seus membros, eximindo a responsabilidade estatal. Nesse processo, a mulher representa a família, e essa responsabilidade é dela. Uma característica emblemática das “novas” políticas sociais, de acordo com Georges e Santos (2016), políticas que se apoiam



fundamentalmente na divisão sexual do trabalho e na disposição feminina para o cuidado – o que, por sua vez, não rompe com a persistência da desigualdade de gênero e acaba por reforçar estereótipos de gênero.

## 2. O ESTADO EM PORTO VELHO-RO

Aqui se trata de projetos econômicos de envergadura, como hidrelétricas, rodovias, planos de colonização, de grande impacto social e ambiental, mas que não tem por destinatárias as populações locais. Seu pressuposto é o da remoção dessas populações [...] Algumas vezes, o pressuposto inconfessado e inconfessável é o próprio aniquilamento das populações que possam representar algum estorvo para a implantação dos grandes projetos governamentais [...] (MARTINS, 1993, p. 62)

O trecho acima foi retirado de um texto de Martins intitulado *A chegada do estranho*, publicado em um livro homônimo em 1993. Fruto de um trabalho apresentado pelo autor no *Simpósio sobre Grandes Projetos e seus Impactos sobre as Comunidades Indígenas e Camponesas na Amazônia Brasileira*, que ocorrera em 1988, o texto aborda os aspectos dos desencontros do encontro, o encontro de tempos históricos distintos, do capital com modos de vida tradicionais. Naquela ocasião, dissertando sobre os grandes projetos do Estado brasileiro na Região Amazônica a fim de integrá-la ao dinamismo no capital, Martins aponta para a constituição de lutas por direitos e pelo poder de classificação de sujeitos históricos – indígenas e trabalhadores rurais – que passam a questionar o modelo brasileiro de desenvolvimento.

Esse modelo de desenvolvimento ao qual Martins (1993) se refere é o modelo que acompanha a história do país desde há muito tempo, um modelo que sustenta o regime político do país, apoiado na associação entre o capital e a propriedade fundiária. Martins (1993) observa a importância de olhar a realidade brasileira a partir da percepção de que o capitalismo, em países pobres e coloniais como o Brasil, não opera na mesma lógica que em países ricos. No Brasil, tem-se um capitalismo tributário, um capitalismo baseado na renda da terra. Enquanto em países “capitalistas” *a mercadoria é a mediação de relações sociais que ganham sentido na igualdade do direito de comprar e de vender, na contratualidade das relações sociais (p.166)*, em países como o nosso a mercadoria não circula livremente, as relações de produção são baseadas no tributo pelo uso da terra. A imagem do trabalhador livre para vender sua força de trabalho após ser expropriado da terra não é real.

Aqui as relações de trabalho, que sucederam e substituíram as relações escravistas, não foram relações predominantemente e tipicamente salariais. O capital promoveu a disseminação de relações não-capitalistas de produção tanto nas grandes fazendas de cana-de-açúcar, no Nordeste do Brasil, quanto nas de café, no Sudeste, quanto nas chamadas colocações de extração de borracha e coleta de castanha na Amazônia. O próprio capital, ademais liberado pela abolição da escravatura, instituiu relações de produção baseadas no tributo, disfarçado, porém, como numa relação capitalista, pela suposta equivalência de compra e venda. (MARTINS, 1993, p. 168)

É interessante observar que as relações não-capitalistas às que Martins se refere são exatamente as relações que forjaram o sistema político constituído ao longo da história brasileira, baseado na dominação pessoal do grande proprietário de terras. O Estado, nesse sentido, se constituiu na base dos interesses daqueles que não estavam sob domínio de outrem. Organizou-se, assim, um Estado cujos dominantes são as oligarquias fundiárias (MARTINS, 1993).

É através dessa compreensão que devemos voltar o olhar para Rondônia e Porto Velho. Embora eu já conhecesse muitas obras de José de Souza Martins, em especial, sobre a temática da desigualdade social, o conjunto de sua obra nunca fez tanto sentido para mim quanto no momento em que eu busquei estudar a história de Porto Velho. De fato, conhecer a história da Região Norte foi um processo gratificante desta pesquisa, porque, como oriunda da Região Sul do país, posso afirmar que desconhecia parte importante da história do país. Ademais, ao penetrar nas especificidades históricas da formação de Porto Velho e Rondônia, foi possível identificar as raízes a partir das quais Martins constrói sua compreensão da realidade brasileira.

Uma história de invasão e de domínio sobre os povos originários, uma história de conflitos, uma zona de fronteira entre o novo e o velho, entre o capital – o moderno – e as formas de vida tradicionais. Região onde avançaram e avançam as frentes de expansão e pioneiras do país que se quer moderno e capitalista, embora seja expressão do que há de mais “barroco” na sociedade brasileira<sup>18</sup>.

---

18 Enquanto latino-americanos carregamos uma duplicidade em nossa identidade. Prisioneiros do outro conquistador que habita em nós, não podemos destruir o outro sem nos destruirmos. Vivemos em contradição, nós contra nós mesmos – essa é a expressão barroca de nossa identidade. Vivemos em uma sociedade de fachada, onde o arcaico se reveste do moderno, onde relações de servidão e dependência pessoal sustentam o poder de quem defende a contratualidade, a liberdade da sociedade capitalista. (MARTINS, 1993)

## 2.1. O ESTADO NA FORMAÇÃO DE PORTO VELHO

Porto Velho já era município antes mesmo da existência de Rondônia. Anteriormente ligado ao Estado do Amazonas, o município é criado em 1914 após ganhar importância política com a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. É com a criação do Território Federal do Guaporé, no período getulista, que Porto Velho adquire *status* de capital do então Território – que, posteriormente, passou pela denominação de Território Federal de Rondônia e, por fim, em 1981, tem-se a criação do Estado de Rondônia.

Rondônia deixa de ser Território Federal para se incorporar como Unidade da Federação no início da década de 1980, com o apoio do Regime Militar brasileiro nesse período. Viana (2019), ao analisar o sistema político rondoniense a partir de 1982, resgata a história política da região e destaca o papel dos militares no processo de anexação da região como estado – um artifício útil na tentativa de aumentar a base de apoio ao governo no Congresso Nacional. Mas, antes disso, foi por intermédio da política desenvolvimentista realizada pelo Regime Militar que Rondônia se viu em condições de almejar a criação do estado.

Isso só foi possível devido à frente de expansão econômica que ao longo das décadas de 1960 e 1970 foi avançando rumo ao oeste brasileiro. Esse movimento é caracterizado pelo incentivo do Estado à ocupação de terras, concedendo créditos, isenções e promovendo políticas de infraestrutura a fim de direcionar certo fluxo migratório no sentido de terras ainda não exploradas (NOBREGA, 2016).

Construção de estradas, planos de assentamentos rurais, colônias agrícolas, esses são alguns fatores que atraíram sujeitos em busca de terra para trabalhar, em busca do *Eldorado*. Os migrantes que aportaram em Rondônia nessa época são oriundos do Sudeste e Sul do país, embora sejam percebidos como sulistas<sup>19</sup>. O governo militar, a fim de tentar conter movimentos de reforma agrária no Sul e no Sudeste brasileiro, promoveu a distribuição de terra para ocupação territorial de grande parte do território do atual estado de Rondônia. (CIM, 2003; MOSER; ERNESTO, 2016; PERDIGÃO; BASSEGIO, 1992; NOBREGA, 2016).

---

<sup>19</sup> Embora os migrantes sejam denominados sulistas, grande parte dos migrantes provinham também do sudeste brasileiro, como Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo (PERDIGÃO; BASSEGIO, 1992).

Aqui é importante salientar a dinâmica desse fluxo migratório que aponta em direção à Amazônia Ocidental. Para Martins (1975; 1997b; 2011b), a questão agrária é fundamental para entender esse processo que ocorre a partir do regime instaurado pelo Golpe Militar de 1964. Os militares, sob a justificativa da “segurança nacional”, por meio da Operação Amazônia<sup>20</sup>, promoveram uma política de ocupação da região através da criação de “pólos de desenvolvimento” na fronteira ocidental e da rodovia BR-364, que ligaria Porto Velho a Cuiabá, seria o elo para facilitar esse processo. É possível afirmar que a rodovia em questão foi o principal fator que possibilitou a reestruturação do espaço social da região (MONTE-MOR, 1979). Contudo, não somente objetivos geopolíticos constituem a ação do Estado à época, a iminência de conflitos agrários na região Sudeste e um contexto anticomunismo levaram o governo a socializar os custos da não realização da reforma agrária por meio da ocupação dos “espaços vazios” a oeste brasileiro (MARTINS, 1997b).

Entretanto, esse movimento do governo rumo ao Norte sob o viés da geopolítica não é recente. Ainda na década de 1940 e 1950, houve por parte do governo brasileiro a política de proteção territorial que incentivou a ocupação da Região Norte do país. Existiu à época, inclusive, uma superintendência responsável pelo Plano de Valorização Econômica da Amazônia – ação diretamente ligada ao envolvimento do país na Segunda Grande Guerra e o Segundo Ciclo da Borracha (NASCIMENTO E ALBUQUERQUE, 2012).

O ciclo de ocupações de terras indígenas não se inicia, obviamente, com os militares. São os Bandeirantes os primeiros a invadir as regiões onde atualmente é território do estado. Na região de Porto Velho, no século XVIII, houve tentativas de povoamento através de expedições jesuítas. Naquele tempo, as tribos indígenas existentes na região ainda conseguiam resistir à investida portuguesa. Porém, foi a presença da igreja que permitiu a Portugal manter a região ocupada, defendendo o território da ameaça de avanço dos bolivianos em terras brasileiras (SILVA, 1991).

Foi apenas no final do século XVIII e início do século XIX que ressurgem exploradores na região e se intensificam ao fim do século XIX com a extração de látex (SILVA, 1991). É possível afirmar que foi o primeiro Ciclo da Borracha o responsável pelo estabelecimento de muitos povoados na região onde se situa Porto Velho. E foi com outros surtos econômicos e sucessivos – consequência de investimentos em políticas macroestruturais do Estado brasileiro na região – que a cidade foi adquirindo forma.

---

20 Monte-Mor (1979, p. 87) esclarece: *conjunto de leis aprovadas em fins d 1966 e início de 1967, decorrentes de estudos e recomendações encaminhadas ao Governo pelo Grupo de Estudos para a Reformulação da Política Econômica da Amazônia, criado em 1965.*

Esses ciclos econômicos ocasionaram fortes correntes migratórias de trabalhadores em busca de trabalho, de esperança ou mesmo da *Bandeira Verde*<sup>21</sup>. Porto Velho tem sua história marcada pelas migrações, fluxos que acompanham os ciclos de expansão econômica na região. E esse fluxo migratório não cessou até os dias de hoje.

E, de tempos em tempos, ele ressurgiu impulsionado pela atuação do Estado através do investimento em políticas macroestruturais. A primeira delas foi ainda no Brasil Colônia, quando se buscava o domínio sobre o território da região. Entretanto, a política que efetivamente contribuiu para autonomia da região, culminando na instalação do município de Porto Velho, foi a construção da estrada de ferro que ligaria a Bolívia ao Atlântico, compromisso do Brasil no Tratado de Petrópolis<sup>22</sup> (SILVA, 1991; BORZACOV, 2007).

Antes mesmo da efetiva construção da estrada de ferro, a região já demonstrava fluxos migratórios significativos a partir do primeiro Ciclo da Borracha. Nesse período, a região conhece seu primeiro crescimento econômico impulsionado pela produção da borracha. A região de Porto Velho ainda não se constituía como uma cidade, pertencia parte ao Estado do Amazonas e parte ao Estado de Mato Grosso. Ao fim do século XIX, chegam à região muitos migrantes vindo do Nordeste (em maior número) e de outros lugares, inclusive de outros países, para trabalhar nos seringais. Picadas<sup>23</sup> eram abertas em meio à mata fechada com intuito de extração da matéria-prima da borracha. A seringueira representava o ouro amazônico nesse período. É nesse período que se formam algumas localidades com a migração de trabalhadores para extrair o látex – os seringueiros (CIM, 2003; SILVA, 2000).

O Primeiro Ciclo da Borracha<sup>24</sup> é o período de “prosperidade” do Norte do país. O Brasil representava o grande exportador de borracha para o mundo. Um grande contingente de trabalhadores era levado para a Amazônia com a promessa da prosperidade, mas o que os trabalhadores que formaram a mão de obra para a extração do látex não imaginavam é que a prosperidade só atingiu os seringalistas, não eles, os seringueiros.

É importante destacar que na época esses trabalhadores eram trazidos de outros locais e, muitas vezes, recebiam ou deixavam para a família um valor adiantado pelo serviço. Ao

---

21 A terra da liberdade e da fartura, segundo profecia de Padre Cícero (MARTINS, 1993, p. 39).

22 O Tratado de Petrópolis sucedeu-se após a Revolução Acreana. Em razão de sucessivas disputas entre seringueiros brasileiros e bolivianos pelo território do Acre. Houve um acordo de paz entre Brasil e Bolívia em que o primeiro anexaria o território do Acre em face do cumprimento de algumas exigências, dentre elas, a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (SILVA, 1991; CIM, 2003).

23 Picadas são os caminhos abertos em meio à mata para abrir passagem, eram feitos a golpes de facão e/ou foice.

24 Esse período compreende a última década do Século XIX e a primeira do Século XX (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 1992).

chegar aos seringais, o seringueiro era responsável por abrir picadas em matas fechadas, com ferramentas pelas quais ele mesmo deveria pagar, assim como tudo que consumisse. O consumo se dava nos barracões, local onde o seringalista mantinha o seringueiro preso por dívida, considerando os valores exorbitantes dos produtos e o fato de já ter chegado ao local com dívida (SILVA, 2000). Essa situação de escravidão foi crucial para que muitos desses trabalhadores que pensavam em retornar para suas cidades se estabelecessem em Porto Velho e região.

Nesse ínterim, no início do século XX, ocorre a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EEMM). Após diversas tentativas fracassadas de iniciar a construção ao fim do século XIX, apenas em 1907, iniciam as derrubadas de árvores para efetivar o cumprimento da parte brasileira no Tratado de Petrópolis. Esse processo e a história que o acompanha são dignos de um capítulo à parte, no entanto, cabe aqui apenas trazer alguns aspectos que propiciam um melhor entendimento da história do município. Afinal, como salienta Castanhede (*apud* Borzacov, 2007), a ferrovia e Porto Velho estão tão interligadas que não se pode falar ou escrever de uma sem fazer referência à outra.

Com o Tratado de Petrópolis, que anexou o Acre ao território brasileiro, o Brasil ficou incumbido de construir a ferrovia capaz de ligar a Bolívia ao Oceano Atlântico. Assim, no início do século XX, instala-se em Porto Velho a May, Jekill & Randolph, subsidiária da Madeira-Mamoré Railway Company, de capital norte-americano, empresa responsável pela construção da estrada de ferro. Nesse momento, a cidade toma forma e recebe uma grande quantidade de migrantes que trabalhariam no empreendimento (SILVA, 1991). Esse ciclo econômico promoveu o crescimento urbano e populacional no município, mas que após o término da construção entraria em estagnação.

Vale mencionar que, nesse período da construção da estrada de ferro, têm início também as atividades da Comissão de Linhas Telégrafas e Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas, cujo objetivo era expandir a linha telégrafa para ligar o Rio de Janeiro ao Amazonas. Entretanto, a Comissão Rondon – como ficou conhecida – possuía muitos interesses além da expansão da comunicação, como o reconhecimento geográfico, fluvial, entre outros interesses científicos – antropológicos, botânicos, geológicos etc. Ademais, é possível sugerir que interesses econômicos também estavam presentes, em especial os das oligarquias dominantes no país à época. Vide trecho das palavras do próprio Cândido Rondon:

os trabalhos de reconhecimento e determinações geográficas, o estudo das riquezas minerais, da constituição do solo, do clima, das florestas, dos rios caminharam *pari passu* com os trabalhos da construção da linha telegráfica, do traçado das estradas de penetração, do lançamento de futuros centros de povoação, da instalação das primeiras lavouras e dos primeiros núcleos de criação de gado (Rondon, 1916a, *apud* Sá *et al*, 2008, p. 785).

A Linha Telégrafo e seus postos ao longo do trajeto percorrido pela Comissão Rondon até Porto Velho possibilitaram o surgimento de vários povoados no caminho, que vieram a transformar-se em municípios na abertura total da BR 364, que liga o Centro-sul do país ao Acre (SILVA, 1991; NASCIMENTO *et al*, 2012).

A construção da ferrovia durou cinco anos e foi nesse período que a cidade de Porto Velho começa a ganhar forma. Nesse momento, chega à cidade um grande contingente populacional vindo de diversas regiões do país e de outros países. Vale destacar que o tratado com a Bolívia era de que a estrada teria seu início no porto de Santo Antônio, vilarejo pertencente ao estado de Mato Grosso, na época. Entretanto, os estudos para a construção da estrada indicaram que o ponto mais adequado para o início da ferrovia seria 7 quilômetros a jusante do rio, onde se situava Porto Velho, uma localidade amazonense. Apenas em 1914, após a construção da Madeira-Mamoré, é que Porto Velho é constituído como município.

Mais do que outra cidade do Amazonas, Porto Velho era um centro cosmopolita por excelência, centro de imigração. Quase a totalidade de sua população era formada por brasileiros, filhos do Pará, Maranhão, Piauí, Ceará e de estrangeiros. Havia de tudo: norte-americanos, bolivianos, peruanos, árabes, turcos, ingleses, chineses, hindus etc e dentre estes bem pouco amazonenses (BORZACOV, 2007, p.18).

A empresa que construiu a estrada de ferro era norte-americana, por isso o grande contingente de estrangeiros. Desses, destacam-se os barbadianos e granadenses, que permaneceram na cidade mesmo após a conclusão da obra, constituindo parte importante da história e cultura locais (BORZACOV, 2007). Schuindt (2016), que disserta sobre o legado barbadiano em Porto Velho, pontua a diferença deles em relação a outros negros no Brasil e na região, considerando que compartilhavam a língua e alguns costumes dos colonizadores, bem como mantinham certo distanciamento da população autóctone com o objetivo de preservar seus costumes e valores, em especial os religiosos. E, nesse sentido, a autora ainda salienta o papel importante dos barbadianos na formação evangélica de Porto Velho, atuando



enquanto importantes lideranças religiosas tanto na Primeira Igreja Batista de Porto Velho, que surge em 1921, e a Assembleia de Deus, em 1922.

Foi na esteira da maior obra de engenharia até então realizada na região amazônica que surge o município de Porto Velho. Uma região rica em diversidade cultural. O caldeirão de culturas que estava presente em Porto Velho no início do século é o que permite a Borzacov (2007) conceber a cidade enquanto um centro cosmopolita. A região já havia sofrido influência das migrações causadas pelo Primeiro Ciclo da Borracha e, naquele momento, recebia um contingente enorme de trabalhadores do mundo inteiro.

Sua história está intimamente conectada não só com a EFMM, mas também com os ciclos da borracha, com a época áurea do garimpo e, mais recentemente, com a construção de usinas hidrelétricas em suas redes fluviais. Ou seja, a história da cidade está amarrada a uma história de exploração dos recursos naturais em que o Estado atua como ator fundamental, estimulando essas atividades.

Destaco que, após a construção da Madeira-Mamoré, houve outros processos que contribuíram para chegarmos a essa conclusão. Não há como não mencionar o Segundo Ciclo da Borracha e a decisiva política migratória do governo brasileiro, incentivando jovens trabalhadores a migrarem para o Norte como Soldados da Borracha.

Durante a Segunda Guerra, quando os países produtores de borracha ficam impedidos de comercializar a borracha com os EUA é que o Brasil realiza um acordo de fornecimento de borracha para o país norte-americano<sup>25</sup>. O Brasil, nesse momento, inicia um segundo Ciclo da Borracha, pelo qual há um estímulo para a produção do insumo, inclusive com fortes campanhas para o engajamento de trabalhadores (SILVA, 2000). Os Soldados da Borracha aportam na região, iniciando também um novo ciclo migratório e um novo ciclo de prosperidade econômica no município.

Eles diziam na propaganda que os nordestinos também iam para a guerra, mas só que na Amazônia que eles não iriam pro *front*, mas tavam também servindo o país todo o soldado da borracha que vai corta seringa é considerado soldado. Quando chegamos em Belém do Pará eu já vinha ruim (doente). Ô terra pra gente sofrer meu

---

25 Cabe salientar que no Primeiro Ciclo da Borracha, o Brasil possuía praticamente o monopólio da produção da borracha. Contudo, segundo historiadores, Henry Alexandre Wickham, proprietário de seringais no rio Tapajós contrabandeou sementes de seringueiras para Londres e suas colônias no Sudeste da Ásia. Assim, com uma produção mais racional e organizada do que havia na Amazônia, países como Ceilão, Malásia, Sumatra, Java e Bornéus suplantaram a produção brasileira que só foi atingir seu ápice novamente quando no período da Segunda Guerra Mundial em que esses países não conseguiam mais fornecer borracha para os EUA – inaugurando-se o Segundo Ciclo da Borracha no Brasil. Ver Fundação Oswaldo Cruz (1992).

Deus. (Palavras de Cícero, soldado da borracha, entrevistado por SILVA, 2000, p. 10)

Esses períodos migratórios vinculados a esses ciclos econômicos levaram grandes contingentes de nordestinos para região. Fugindo da seca que assolava o Nordeste no início do século, o Norte apresentava-se enquanto destino de muitos brasileiros do Nordeste em busca de emprego e renda (SILVA, 2000).

É importante ressaltar que, mesmo após o Ciclo da Borracha, os seringueiros permaneceram na região, considerando o regime de trabalho que possuíam – quase regime de escravidão. Tendo contraído dívidas com os seringalistas, acabavam adotando os locais como moradia, e não sendo mais o látex uma alternativa produtiva, eles acabavam por viver da agricultura, pesca ou extrativismo vegetal (SILVA, 2000).

Em outro momento da história, no período da Ditadura Militar, o governo incentiva outra empreitada migratória para Rondônia (então Território Federal), nesse momento, com outro viés e outros migrantes (CIM, 2003; MOSER; ERNESTO, 2016). Com o objetivo de evitar disputas por terras na região Sudeste, sob o pretexto de realizar uma reforma agrária, o governo, por meio do INCRA, elabora um Planos de Colonização/Assentamentos em Rondônia. Considerando as dificuldades de cultivo e agricultura na região Norte, são elaborados planos de assentamento no interior do Estado. Nessa política de expansão da fronteira agrícola, são migrantes do Sul e Sudeste que iniciam uma trajetória de migração para o Norte do país.

É preciso destacar que, antes disso, após a queda da produção da borracha, houve iniciativas do Estado para conter o êxodo rural na região de Porto Velho e Guajará-Mirim – as duas cidades que existiam até então. Foram criadas colônias agrícolas que não prosperaram devido às condições financeiras precárias. Apenas a colônia japonesa conseguiu resultados positivos graças a subsídios do consulado e ao emprego de mão de obra familiar (CUNHA; MOSER, 2010). Mas somente com abertura total da BR-364 e com a criação do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) é que os esforços de colonização do então Território Federal de Rondônia se ampliam. Entretanto, vale lembrar que a grande maioria das famílias que migram para Rondônia no período chegam ao novo estado motivados pela oportunidade de terra, resultado de uma migração “espontânea”, sendo um percentual pequeno de migrantes realmente trazidos pelo INCRA (MONTE-MOR, 1979).

Destaca-se que esse processo provocou fortes mudanças culturais, econômicas e políticas na região (MOSER; ERNESTO, 2016). Nessa política migratória, o fluxo de pessoas se concentrou ao longo do eixo da BR 364, mais ao sul do estado. Porto Velho, nesse momento, não é diretamente afetada, mas sofre influência de mais uma cultura que se instala na região e que acaba por imprimir maior diversidade cultural na cidade.

Na sequência de ciclos econômicos impulsionados pelo Estado, na década de 1980, Porto Velho foi palco um fluxo de imigração considerável. Era a época da busca pelo *Eldorado*, o auge econômico ocorreu devido às atividades do garimpo do ouro e da cassiterita (CIM, 2003; NASCIMENTO *et al*, 2012). No mesmo período, a região presencia a primeira política de geração de energia com a construção da Hidrelétrica Samuel, no Rio Jamari.

Sobre o garimpo, cabe destacar que o Estado atuou na regulamentação da atividade com a proibição do garimpo manual – o que favoreceria o declínio da economia mineradora (NASCIMENTO *et al*, 2012; CAVALCANTE *et al*, 2008; BARAÚNA, 2014). Embora a atividade não tenha cessado, apenas se concentrou sob o domínio de alguns grupos econômicos que obtinham a concessão da exploração, segundo Monte-Mor (1979).

A extinção do garimpo colocou definitivamente a exploração do minério nas mãos de poucos grandes grupos econômicos, nacionais e internacionais, aos quais o governo federal deu a concessão da lavra sem a propriedade de terra. Entretanto, no início da década de 70, observou-se uma queda na produção, a qual foi superada imediatamente no ano seguinte e mostrou um crescimento contínuo a partir de então (MONTE-MOR, 1979, p. 79).

Cabe destacar que essa regulamentação da atividade do garimpo ocorre ao mesmo tempo em que se inicia uma política de desenvolvimento por meio do POLONOROESTE (Plano de Desenvolvimento Integrado do Noroeste do Brasil, 1981), em que as questões ecológicas começam a adquirir espaço nos debates. Esse plano deu início a assentamentos dirigidos e a projetos de colonização, desta vez, em conjunto com a pavimentação da BR 364 e a construção de estradas vicinais – o que deu condições à transformação do Território em Unidade da Federação (CUNHA; MOSER, 2010).

Depois da época do garimpo, Porto Velho permaneceu em um longo período de estagnação econômica. As atividades industriais eram e continuam incipientes, e o que movimentou a economia ao longo desse período foi setor de serviços, que atendia toda a região, inclusive o Acre e o sudoeste do Amazonas. Somente nos anos 2000 é que Porto Velho

retoma o fôlego econômico através, novamente, de uma política estatal, em 2007 – o Plano de Aceleração do Crescimento – PAC (NASCIMENTO *et al*, 2012; BARAÚNA, 2014).

A construção de duas usinas hidrelétricas no Rio Madeira em dois pontos em que o rio banha o município de Porto Velho causou fortes mudanças na realidade local (BARAÚNA, 2014). Deslocando moradores das regiões a serem atingidas pelas barragens das usinas, afetando a geração de renda desses moradores e seus estilos de vida, mas também provocando um período de crescimento econômico por meio da atração de investimentos em diversas áreas.

Esse empreendimento ganha relevância na medida em que até os dias de hoje há disputas judiciais<sup>26</sup> envolvendo os conflitos gerados a partir da construção do Complexo Madeira (BARAÚNA, 2014). É interessante que esse processo de construção das barragens mobilizou a comunidade a se organizar coletivamente em defesa dos seus territórios. Vale dizer que houve mobilizações pró e contra a construção da barragem. Além disso, há uma dinâmica de disputa pelo poder de classificação entre moradores e o consórcio responsável pela construção – o que vai definir as políticas a serem realizadas pela empresa (como serão realizadas e quem será “beneficiado”), como contrapartida ao Estado (BARAÚNA, 2014).

O Complexo Madeira, como política de desenvolvimento para a construção das usinas no Rio Madeira, ocorreu no fim da primeira década deste século. Os dados populacionais analisados por Nascimento *et al* (2012, p. 30), ao analisarem a produção do espaço urbano de Porto Velho, indicam um crescimento percentual de 27% da população total do município em 2010 comparando com os dados do censo de 2000. Destaca-se que as obras iniciaram no fim da década, sugerindo que houve uma migração maior ao longo do período de construção – dados exatos não estão disponíveis.

Todavia, a Porto Velho de hoje está vivenciando o fim deste último ciclo de prosperidade econômica, os investimentos não existem como antes, os empregos já não são mais os mesmos, os trabalhadores se foram – as usinas já estão em funcionamento<sup>27</sup>. É nesse momento que as consequências das políticas econômicas e/ou de infraestrutura ficam visíveis a olho nu – desemprego, impactos ambientais, pobreza, entre outros. É nesse momento que as políticas sociais se fazem mais necessárias.

---

26 Informação obtida em conversa junto à liderança do MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens, na qual comentou sobre diversos processos em andamento com ações impetradas pelo movimento.

27 Ver Ruiz (2014).

Por outro lado, não é somente a intermitente prosperidade econômica do município que exige a existência de políticas sociais na região. Vale considerar que a região territorial do município é extensa e suas especificidades geográficas permitem que haja famílias morando a mais de 400 km de distância do distrito-sede, bem como famílias morando em locais em que o acesso é dificultado nos períodos de chuva ou se dá apenas por vias fluviais.

Considerando que a economia de Porto Velho sempre esteve subjugada às iniciativas de políticas nacionais de infraestrutura que permitissem investimentos no município, é razoável supor que empreendimentos locais estejam concentrados no distrito-sede em detrimento da expansão para localidades de difícil acesso, o que talvez justifique as atividades econômicas dos distritos estarem mais fortemente ligadas ao extrativismo, à pesca e à agricultura.

Por isso, faz-se importante ter em mente que foram esses grandes empreendimentos que delimitaram o território de Rondônia e de Porto Velho. O ordenamento territorial e a dinâmica social da região são reflexos desses processos políticos e econômicos ocorridos ao longo de sua história (CAVALCANTE *et al*, 2008). Uma história de invasão, de avanço de um capitalismo à brasileira, cuja renda da terra se torna central para seu desenvolvimento, conforme nos diz Martins (2011b, p. 164): *“enquanto para o modelo europeu de expansão do capital a centralidade estava no capital, no caso brasileiro, a terra é central porque propicia uma acumulação de capital baseada no tributo da renda territorial”*.

Martins (1997b) nos explica de forma bastante clara e rica a forma como ocorreu a ocupação da região amazônica à época da Ditadura Militar no país. Sob o discurso de ocupação de “espaços vazios” – “integrando para não entregar” –, o governo federal ofereceu incentivos fiscais a empresários do Sudeste brasileiro a fim de que a região fosse ocupada e recebesse “investimentos” daqueles que até aquele momento não demonstravam interesse em estender seus investimentos ao setor do agronegócio.

As novas atividades econômicas instauraram o grande latifúndio moderno, vinculado a poderosos conglomerados econômicos nacionais e estrangeiros. Para lograr esse resultado, o governo federal concedeu às grandes empresas, nacionais e multinacionais, incentivos fiscais, isto é, a possibilidade de um desconto de 50% do imposto de renda devido pelos seus empreendimentos situados nas áreas mais desenvolvidas do país. A condição era a de que esse dinheiro fosse depositado no Banco da Amazônia, um banco federal, e, após a aprovação de um projeto de investimentos pelas autoridades governamentais, fosse constituir 75% do capital de uma nova empresa, agropecuária ou industrial, na região amazônica. Tratava-se de uma doação e não de um empréstimo (MARTINS, 1997b, p. 86 e 87).

A modalidade de ocupação, conforme continua Martins, se tratava de um antagonismo, considerando que a agropecuária é uma atividade que esvazia territórios porque dispensa mão de obra – o que o governo assegurou foi a manutenção do poder político e econômico de oligarquias fundiárias regionais –, “*uma modalidade de povoamento através de interesses constituídos* (OLIVEIRA, 1994)”.

Também é fato a comparação elaborada por Martins (1997b) quando salienta que o processo de expansão territorial no Brasil se deu de forma diferente do que ocorrera nos Estados Unidos, onde a abertura de territórios ocorreu com base em valores de democracia e liberdade. Em nosso país, essa expansão ocorre sob um quadro político de repressão e falta de liberdade política que, somada ao fato de que as elites políticas regionais e os proprietários de terras eram aliados do Regime, resultou em um cenário de violência das mais variadas ordens (MARTINS, 1997b; OLIVEIRA, 1994).

[...] certamente o caso da frente de expansão brasileira, como provavelmente o caso de outros países, não corresponde à idílica suposição de que a fronteira é o lugar de concepções e práticas democráticas de autogestão e liberdade, na medida em que o homem da fronteira estaria menos sujeito aos constrangimentos da lei e do Estado, e mais sujeito à própria iniciativa na defesa de sua pessoa, de sua família e de seus bens. [...] Em nosso caso, é evidente, na ausência expressa e direta das instituições do Estado, o domínio do poder pessoal e a ação de forças repressivas do privado se sobrepondo ao que é público e ao poder público, até mesmo pela sujeição dos agentes da lei aos ditames dos potentados locais. Portanto, um comprometimento radical de qualquer possibilidade de democracia, direito, liberdade e ordem. Não só a fronteira é o lugar privilegiado da violência privada, mas é também, em decorrência, o lugar privilegiado de regeneração até mesmo de relações escravistas de trabalho (MARTINS, 1997b, p. 39 e 40).

Violência que caracteriza a *situação de fronteira*, segundo Martins (1997b). Para o autor, é o conflito social presente na *fronteira* – lugar da alteridade – que permite que se compreenda a singularidade sociológica contida nesse espaço social. Por ser o lugar do encontro, também é o lugar do desencontro, do conflito, do desencontro de temporalidades históricas distintas – já que os grupos sociais que aí se encontram se situam em tempos históricos diversos. Nesse sentido, para compreender a *fronteira* enquanto categoria que explica a realidade amazônica, de acordo com Martins, é necessário conhecer a distinção que autor elabora entre *frente pioneira* e *frente de expansão*.

A fronteira, neste caso, não se reduz à fronteira geográfica, a *fronteira é uma situação de conflito social* (Martins, 1997b, p. 150), ela só deixa de existir quando o conflito

*desaparece, quando os tempos históricos se fundem* (Ibidem, p. 151). Esses tempos históricos aos quais o autor se refere são os tempos das frentes demográficas, das frentes de expansão, das frentes pioneiras, cujas temporalidades estão em desencontro. A *frente pioneira* é um conceito amplamente utilizado pelos geógrafos e, cabe destacar, muitos historiadores memorialistas de Rondônia o utilizam para se referir à história regional como produto de ações dos pioneiros<sup>28</sup> - esse modo de olhar a fronteira parte do olhar do *pioneiro*, do empreendedor, da criação do novo, de uma nova sociabilidade. A *frente de expansão*, por outro lado, corresponde a uma outra perspectiva, que toma como referência as populações autóctones e percebe a fronteira como o avanço de uma frente econômica, da expansão do modo capitalista de produção. No entanto, segundo Martins, quando os autores que se utilizam do conceito de frente expansão se referem ao avanço do capitalismo, eles estavam designando um processo de expansão do capital, mas não propriamente o avanço de relações capitalistas:

Essa expansão é essencialmente expansão de uma rede de trocas e de comércio, de que quase sempre o dinheiro está ausente, sendo mera referência nominal arbitrada por quem tem o poder pessoal e o controle dos recursos materiais na sua relação com os que explora, índios ou camponeses (Ibidem, p. 156 e 157).

Depois de explicar que frentes pioneira e de expansão são modos de perceber a fronteira, sob ângulos distintos, Martins (1997b) argumenta que esse modo de perceber a frente de expansão nada mais é do que concebê-la como frente demográfica. Da mesma forma, a frente pioneira pode ser interpretada também como frente econômica. Contudo, salienta que entre a frente demográfica e a frente econômica existe uma *zona de ocupação pelos agentes da “civilização”* (p. 157), essa zona a qual ele se refere, ele chama de *frente de expansão*. E aqui é importante frisar que essa é a perspectiva de frente de expansão de Martins (1975;1997b), e ela se refere à frente composta pela população que não está incluída pela frente econômica (agentes do capital) e nem pela frente pioneira (agentes da civilização). Importante destacar essa última frente, pois com ela a presença do Estado é fundamental, do estado enquanto definidor do que é legítimo (BOURDIEU, 2013).

Essas distinções são fundamentais para entender a fronteira e sua diversidade. Mais fundamental ainda é salientar que a perspectiva de Martins (1997b) privilegia a *frente de*

---

<sup>28</sup> Vide os autores aqui utilizados para conhecer a história de Porto Velho e Rondônia: Borzacov (2007) e Silva (1991), por exemplo.

*expansão* enquanto local privilegiado para compreender a *fronteira*, isso porque é o lugar do conflito e da alteridade. Ademais, essa conceituação do autor nos conduz a considerar o município de Porto Velho como um território em *situação de fronteira*, enquanto lugar de coexistência de tempos históricos distintos, de fronteiras e de modos distintos de ocupação do território.

## 2.2. MULTIPLICIDADES DE ESPAÇOS VIVIDOS

Henri Lefebvre é um filósofo e sociólogo marxista cujos estudos da modernidade e da vida cotidiana possibilitaram a emergência de um debate sobre cidades e espaço urbano sob um viés sociológico. Para Lefebvre (1991, p.82), a modernidade é a moldura da cotidianidade. Por cotidianidade o autor concebe o objeto a ser estudado pelos cientistas sociais, lugar em que é possível encontrar o sistema perfeito, fruto da modernidade, em que se sintetiza a vida social, em que há o domínio da organização e espaço-tempo da autorregulação voluntária e planejada.

O Estado, racionalmente, será responsável por essa planificação do espaço, mas é o cotidiano das relações sociais, das relações de produção em suas dimensões históricas, mentais e culturais que tecerá os caminhos para a constituição do espaço vivido – o espaço social enquanto produto e produtor das relações sociais da vida cotidiana (LEFEBVRE, 2006). Nesse sentido, tomando o conceito de território enquanto espaço habitado e não enquanto forma (SANTOS, 2005), mas enquanto fruto de práticas sociais, a cidade de Porto Velho condensa múltiplas territorialidades.

Isso porque, ao longo de sua história e de suas experiências produtivas, as relações de produção e as dinâmicas sociais se conformaram a partir de lógicas do espaço-tempo distintas. Os padrões de ordenamento territorial que ocorreram no Primeiro Ciclo da Borracha, por exemplo, foram influenciados pela localização dos recursos naturais a serem extraídos, bem como pela dinâmica geográfica dos rios, por onde ocorria o escoamento da produção (CAVALCANTE *et al*, 2008).



Por outro lado, à época da construção da ferrovia Madeira-Mamoré, o ordenamento territorial obedeceu a outras dinâmicas sociais, inclusive dinâmicas subordinadas a relações de classes. Cabe destacar que a cidade era dividida em duas: uma região pertencente à empresa construtora e outra pertencente ao município. A chamada Avenida Divisória<sup>29</sup>, propriamente denominada, separava a cidade onde se situava a elite da Porto Velho “brasileira” da dos trabalhadores. Na primeira, o pátio de manobra para trens, armazéns, estação de passageiros, rede de água encanada, rede de esgoto, rede de iluminação elétrica, fábrica de gelo, escritório, casas residenciais e clube social (construções de madeira pré-fabricadas nos EUA, telhas apropriadas para o clima quente da região e pilastras de alvenaria); na segunda, “uma favela de barracos de palha construídos desordenadamente<sup>30</sup>” onde moravam os ex-trabalhadores da ferrovia, seringueiros, prostitutas e comerciantes (SILVA,1991).

*“O modo de produção organiza – produz – ao mesmo tempo que certas relações sociais, seu espaço (e seu tempo). É assim que ele se realiza. [...] O modo de produção projeta essas relações no terreno, o qual reage sobre elas (LEFEBVRE, 2006, p.13)”*. Enquanto produto e produtor, é possível pensar o espaço social de Porto Velho como produto das relações de produção, da relação do homem com a natureza, transformando-a e sendo transformado por ela, estabelecendo práticas sociais que configuram o espaço habitado.

Não foram apenas os Ciclos da Borracha e a construção da EFMM que contribuíram para desenhar o espaço da cidade, mas os outros processos que influenciaram os fluxos migratórios, como o garimpo, na segunda metade do século XX, as colônias agrícolas, os fracassos migratórios para o sul do estado e, mais recentemente, as construções de usinas na malha fluvial da região apresentam dinâmicas de suma importância para pensar a diversidade cultural e de práticas sociais que costuraram esse tecido espacial ao longo do tempo. Dentre essa multiplicidade de espaços vividos, interessa-me o espaço do ribeirinho e o da periferia urbana da cidade.

O ribeirinho é aquele sujeito que constituiu uma relação de dependência dos recursos naturais, tanto no que tange à sua subsistência quanto ao modo de vida. A pesca, a agricultura e o extrativismo mineral e vegetal são as atividades econômicas mais comuns aos *beradeiros*. O modo de deslocamento muitas vezes é realizado apenas via rios. O rio é um personagem central nesse cenário, assim como o foi à época dos Ciclos da Borracha.

29 Atual Avenida Presidente Dutra.

30 Essa descrição aparece em notas de rodapé de Silva (1991, p. 39-41), atribuídas à SEPHAN, pró-memória, n.º 12 – Pequena História da Ferrovia. (maio/junho de 1981).

Toda a região do Baixo Madeira é formada por comunidades ribeirinhas, considerando o rio o único meio de acesso a essas comunidades. Destaque-se que não só de ribeirinhos<sup>31</sup> são compostas essas comunidades, considerando a existência de um setor chacareiro em Calama, por exemplo. Mas a dinâmica da vida social dessas populações ainda gira em torno do Rio Madeira, pois é por meio dele que é possível transportar a produção, deslocar-se até a cidade ou obter quaisquer serviços que não sejam oferecidos nas comunidades.

A história dessas comunidades está diretamente relacionada com a produção da borracha. Muitas comunidades surgem como colocações<sup>32</sup> (SILVA, 2000) dos seringais, locais mais próximos à beira do rio. Vale lembrar que, à época, as vias de escoamento se davam por meio dos rios para que a produção chegasse até Belém ou Manaus, cidades-polo onde ocorriam as negociações e a exportação dos produtos (SILVA, 2000). A população que permaneceu nesses lugares, mesmo após os períodos de auge da borracha, é que caracterizou esse espaço habitado.

A produção do espaço e da identidade beradeiros é abordada por Silva (2000). A autora enfatiza o quanto a cultura dos nordestinos, os quais representaram a maioria dos migrantes que trabalharam como seringueiros, foi decisiva para a caracterização e formação das localidades ribeirinhas. Depois que a extração do látex fora abandonada, os moradores beradeiros adotaram as atividades de pesca e de agricultura em pequena escala. Nos casos dos distritos de Porto Velho, em sua maioria, essas atividades são realizadas para a própria subsistência e/ou para o abastecimento da cidade.

Os rios e sua dinâmica também são fatores importantes para pensar a realidade das famílias ribeirinhas. As cheias do rio ainda podem significar novos desbarrancamentos, o que sugere mudanças na organização da vida da comunidade. Vale lembrar que o Rio Madeira é considerado um rio ainda jovem (em formação), por isso ainda está desenhando a paisagem a sua volta (SILVA, 2000).

Segundo Silva (2000), a atividade de pesca é fundamental para essas famílias ribeirinhas, mas nem todos vivem exclusivamente dessa atividade. Além disso, a autora aponta que essa é uma atividade basicamente masculina, do chefe da família ou do filho mais velho. Quando as mulheres ou crianças pescam é somente para consumo próprio e próximo às suas casas. Nesse sentido, a vida no espaço ribeirinho mantém uma lógica patriarcal, sob a

---

31 Pensando em ribeirinho aquela população que vive de uma agricultura de subsistência ou atividades de pesca, conforme Silva (2000).

32 Lugar de moradia das famílias nos seringais.

qual o espaço da mulher se restringe ao espaço privado, onde ela é relegada aos afazeres domésticos.

É importante destacar que o ser ribeirinho está bastante vinculado à ideia de conhecer a dinâmica do rio, de ter aprendido técnicas para poder lidar com os recursos disponíveis no lugar onde se vive. Segundo Baraúna (2014, p. 66), em entrevistas com moradores que se autoidentificavam como ribeirinhos, tais características eram os aspectos mais salientados pelos sujeitos, além da ênfase de que *ser ribeirinho não é ser uma pessoa necessitada*.

Por outro lado, a vida na periferia urbana é tecida a partir das relações existentes na dinâmica da cidade, assim como a cidade, a forma mesmo – o produto, a obra – também influencia o modo de vida urbano (LEFEBVRE, 2001). Nesse sentido, é importante compreender a dinâmica das relações de produção desse espaço a partir das relações sociais, econômicas e políticas que se estabelecem no cotidiano da cidade de Porto Velho.

Quando fiz referência ao trecho da obra de Martins (1993) no início deste capítulo, foi para chamar atenção para a forma como se constitui o processo de formação de Rondônia: um processo de invasão, de *chegada de estranhos*, de implantação de grandes projetos governamentais. Essa invasão nada mais é do que a invasão do grande capital em terras antes não exploradas pelos capitalistas brasileiros, mas que, à época, com incentivo do Estado, eles se direcionam à fronteira oeste do país para uma *reconquista* da Amazônia (OLIVEIRA, 1994). Vale dizer que o capital estrangeiro já havia sido “pioneiro” antes mesmo da região ser lembrada como Terras de Rondon, no momento da construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré.

Embora Porto Velho tenha sido berço de grandes investimentos à época da construção da ferrovia, essa situação se modifica com o fim do Primeiro Ciclo da Borracha, que se encerra ao mesmo tempo em que a ferrovia inaugura. Apenas com a Segunda Grande Guerra é que a região retoma um ciclo de prosperidade econômica, devido à demanda por borracha e à impossibilidade de os países asiáticos comercializarem o produto. Esse período foi um sopro de esperança que não tardou a findar. Depois disso, é apenas com o governo militar e com sua política desenvolvimentista que a região presencia a chegada dos interesses capitalistas – são as frentes de expansão e pioneiras que avançam na Amazônia Ocidental.

O que se percebe é a efetiva entrada do grande capital na região a partir da segunda metade do século XX, com o apoio explícito do Estado. Essa dinâmica que ocorre com o abandono do garimpo manual em conjunto com a modalidade de atividade econômica

proposta para a ocupação “dos espaços vazios”, a agropecuária, trouxe consequências para a cidade e o município de Porto Velho, considerando a expulsão dos camponeses do campo para que fossem abertas pastagens ao agronegócio e o aumento do número de pessoas sem trabalho devido à racionalização da extração da cassiterita (MONTE-MOR, 1979; MARTINS, 1997b).

Porto Velho, nesse sentido, como capital da região, foi o destino de muitos migrantes que chegaram ao local sem que ao menos estivesse preparada para o crescimento urbano que se aproximava. Houve um aumento populacional e uma expansão urbana que ocorreram de forma desordenada (MONTE-MOR, 1979; BORZACOV, 2016), o que ocorre paralelamente aos inúmeros processos de ocupação de vazios urbanos em direção à Zona Leste da cidade, que se iniciam a partir do final da década de 1970 e início de 1980 (BORZACOV, 2016; NASCIMENTO *et al*, 2012).

A capital rondoniense vivenciou e ainda vivencia uma realidade construída por múltiplas culturas, múltiplos interesses econômicos e sociais. A região onde se localiza o município foi berço da elite política do local, cenário que só se modificou a partir das migrações que ocuparam e formaram cidades ao longo do eixo da BR-364, o que permitiu o deslocamento do eixo de poder político em direção à mesorregião Leste Rondoniense<sup>33</sup> (VIANA, 2019). Por ser um município de extensa base territorial, é possível verificar uma multiplicidade de espaços vividos, assim como temporalidades históricas distintas, desde uma periferia urbana com traços de ruralidade a espaços rurais considerados urbanos, mas carentes de uma infraestrutura condizente com a urbanização. É o caso da Zona Leste e de Calama, localidades estudadas neste trabalho.

### 2.2.1. ZONA LESTE

A Zona Leste da cidade de Porto Velho pode ser considerada a região que compreende os bairros localizados a partir da Avenida Jorge Teixeira (BR-364) em sentido leste, sendo

---

33 Viana (2019) aponta o estado de Rondônia dividido em duas mesorregiões: Leste Rondoniense e Madeira-Guaporé, vale destacar que a região que compreende a Madeira-Guaporé é constituída pelos municípios Guajará Mirim e Porto Velho, os únicos municípios existentes no Território Federal antes da criação do Estado de Rondônia que, posteriormente, incorporou a criação de municípios ao longo do eixo da BR-364, possibilitados pela migração promovida pelo Estado brasileiro no período do Regime Militar.

delimitada ao sul pela BR-364 e ao norte pela Avenida Calama. Embora, conforme Rondônia (1999), a região é delimitada pela Avenida Guaporé a oeste (Figura 1; Figura 2). É a maior região urbana da cidade, que contempla 25 (vinte e cinco) bairros, de acordo com Borzacov (2016).

Borzacov (2016) elaborou uma obra em que apresenta a história dos bairros de Porto Velho. Talvez seja o que há disponível de mais detalhado sobre cada bairro da capital rondoniense, embora sejam relegadas uma a três páginas destinadas a relatar as memórias do surgimento dos bairros e suas principais características. Sobre os bairros situados na Zona Leste, a escritora memorialista resgata as histórias de “invasão” das terras da União em praticamente todos os bairros, os que não foram ocupados por migrantes, foram ocupados por agentes da especulação imobiliária ávidos para lucrar com o crescimento desordenado de Porto Velho em distintos momentos da história da capital.

Vale destacar que, ao me dirigir ao campo de pesquisa na região, foi possível perceber que os moradores com quem dialoguei não consideram muitos bairros como pertencentes à Zona Leste. Para eles, a Zona Leste inicia a partir da Avenida Mamoré, indicando que só fazem parte da região aqueles bairros que estão mais à periferia da Zona Leste. Isso, provavelmente, é resultado do estigma construído pela mídia sensacionalista aos moradores da Zona Leste, em grande parte, pelas notícias policiais que apontam os bairros da região como os mais violentos, com maior número de crimes e/ou criminosos. Dessa forma, pessoas que “realmente moram na Zona Leste”, de acordo com esses moradores, seriam aqueles que estão situados na periferia da periferia, são os ainda *outsiders*<sup>34</sup> da região, os ocupantes mais recentes.

De acordo com dados da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, o município é dividido em zonas de planejamento, e a Zona Leste possui bairros em mais de uma zona, inclusive bairros que não estão inseridos em nenhuma zona de planejamento ou sequer possuem uma lei de criação (PORTO VELHO, 2018). Sobre isso, presume-se que esteja relacionado ao fato de que muitos bairros surgiram mais recentemente devido à expansão urbana provocada pelo último ciclo econômico, o das Usinas.

No Anuário Estatístico do Município (2010-2016), é possível perceber outra divisão do distrito-sede, as chamadas zonas administrativas. Nessa divisão, alguns bairros da Zona Leste não aparecem, a exemplo do Bairro Mariana. No entanto, considerando a Zona Leste os

---

34 Uma referência ao trabalho de Elias e Scotson (2000).

bairros a partir da Avenida Jorge Teixeira, é possível utilizar os dados do Anuário que se referem às zonas administrativas 2 e 4, pois elas correspondem a bairros da Zona Leste, embora não contemplem todos (PORTO VELHO, 2017).

Segundo esses dados, é possível perceber um aumento populacional da região – somadas as zonas 2 e 4. Em 2000, a região apresentava um pouco mais de 113 mil pessoas e, em 2010, esse número salta para mais de 145 mil (lembrando que alguns bairros não constam no anuário e que esse número pode estar sub-representado). Ademais, vê-se uma população em que as mulheres são em maior número e, no caso, mulheres jovens. Comparando com população residente no município de Porto Velho, onde há um número maior de homens em relação ao número de mulheres, a Zona Leste não acompanha esse desenho, o que pode indicar forte relação com a feminização da pobreza, levando em consideração que esses bairros representam a periferia da cidade.

Nesta pesquisa, a partir do trabalho de campo, constatou-se que a Zona Leste é uma região ainda muito carente de infraestrutura urbana, em especial, no tocante à mobilidade, pois há escassez de linhas e horários de transporte coletivo. Nas entrevistas, alguns moradores mais antigos relatam que os bairros começaram a receber asfaltamento há bem pouco tempo, após a construção das Usinas, o que, para muitos deles, é um marco importante para acesso a alguns serviços, pois afirmam que algumas melhorias só começaram a surgir a partir do *boom* das Usinas. No entanto, o aspecto de lugar esquecido pelo poder público salta aos olhos: ruas intrafegáveis em períodos chuvosos, ausência de iluminação pública em muitos locais e a imagem de um lugar que em nada nos remete ao urbanismo de uma cidade (LEFEBVRE, 2001).

Para fins de análise, a Zona Leste enquanto periferia urbana da cidade de Porto Velho é concebida como espaço social fruto da *frente pioneira*, produto das relações capitalistas de produção, da frente econômica que é acompanhada pela presença do Estado e de sua atuação na produção social do espaço (MARTINS, 1997b; LEFEBVRE, 2006).

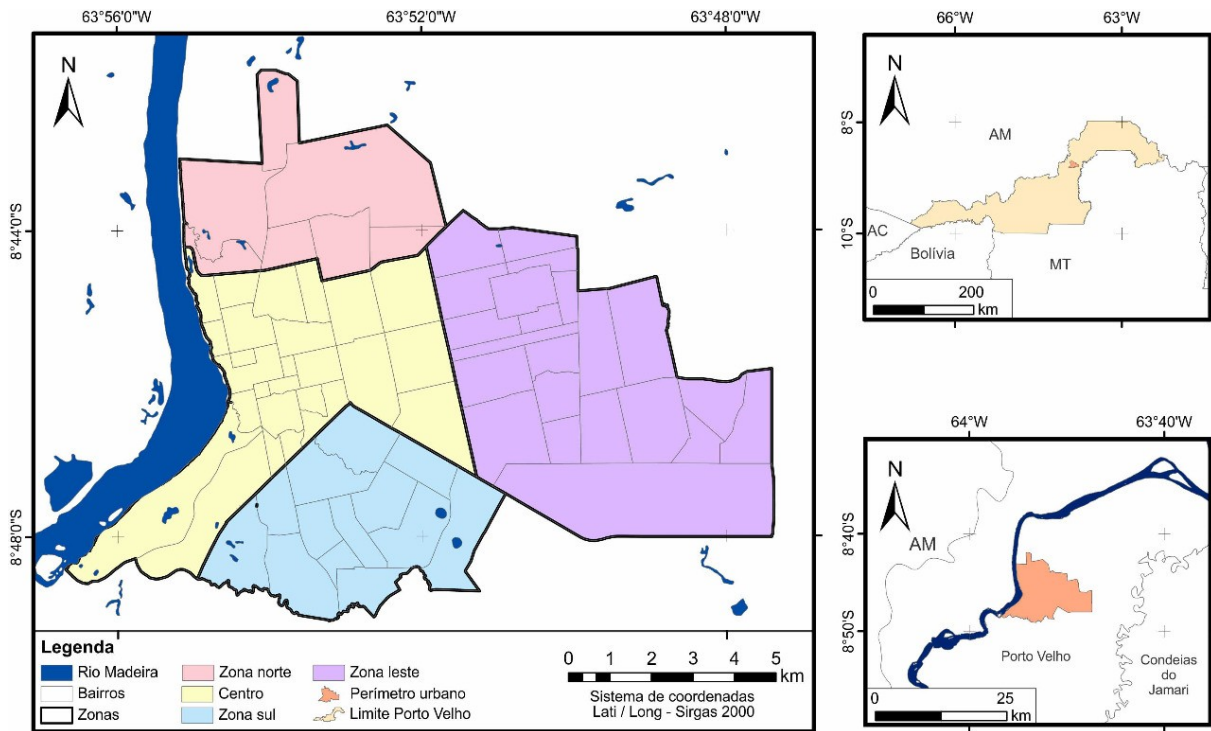


Figura 1. Localização da cidade de Porto Velho. Fonte: Rondônia (1999). Elaborado por Reginaldo Martins da Silva de Souza

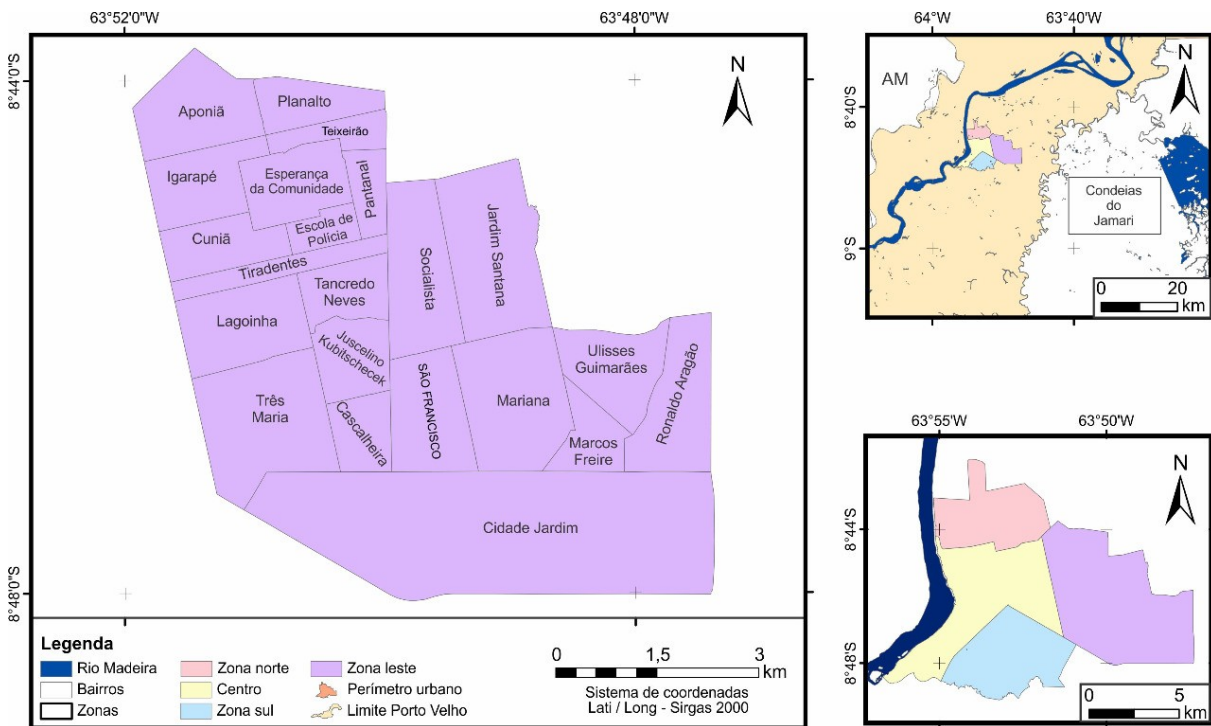
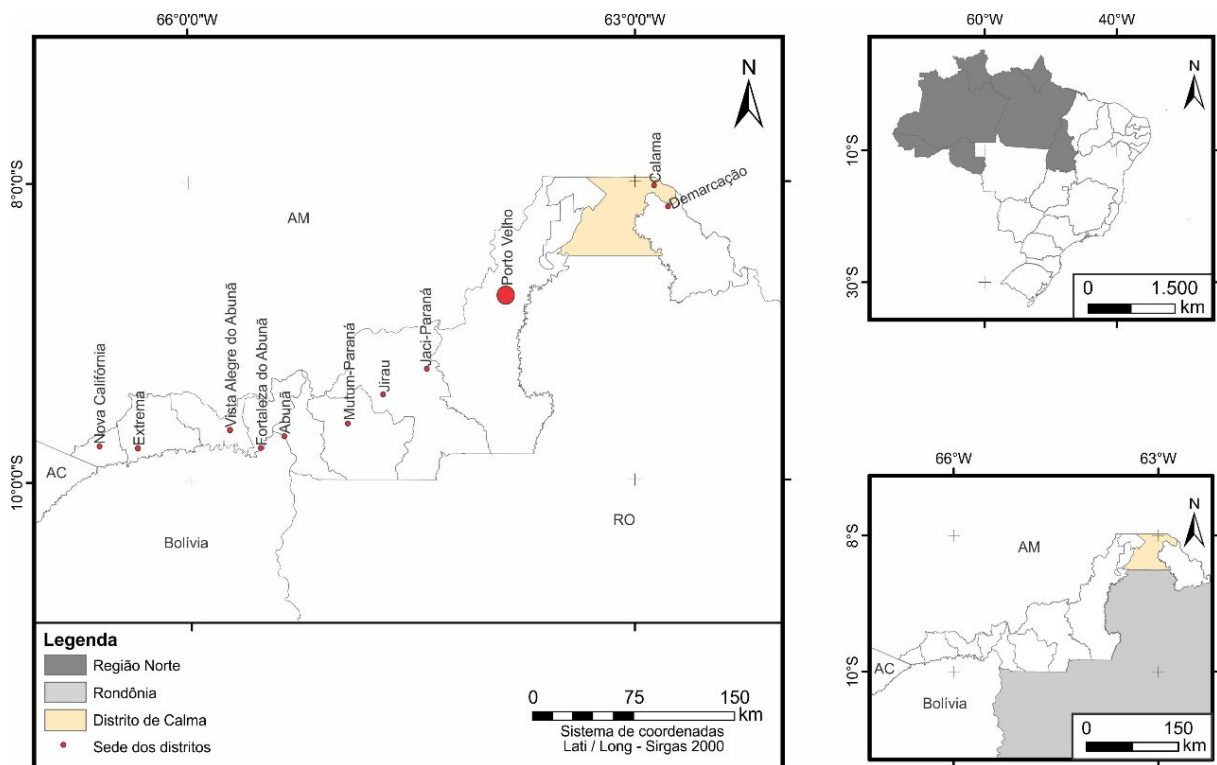


Figura 2. Localização da Zona Leste da cidade de Porto Velho. Fonte: Rondônia (1999). Elaborado por Reginaldo Martins da Silva de Souza

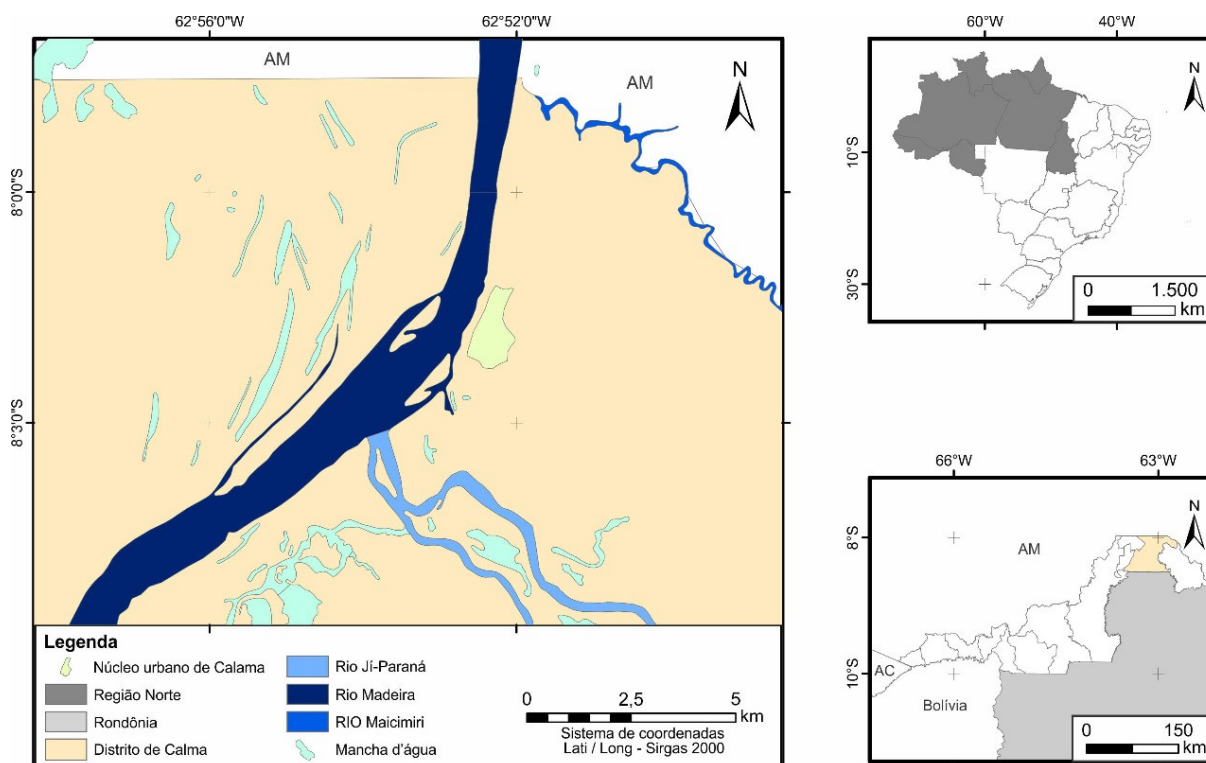
### 2.2.2. CALAMA

Calama é um dos distritos mais antigos de Porto Velho e que permanece no território administrativo da capital. Cabe destacar que o município de Porto Velho, até a criação do estado de Rondônia, compreendia todo o território atual e mais o território que hoje compreende toda a mesorregião do Leste Rondoniense (PORTO VELHO, 2017). Situado na região do Baixo Madeira, ao norte da cidade de Porto Velho, a jusante do Rio Madeira, o distrito faz fronteira com Humaitá-AM, ao norte, e com o município de Candeias do Jamari-RO, ao Sul (Figura 3). O chamado núcleo urbano (Figura 4) do distrito de Calama está situado na margem direita do Rio Madeira, entre as foz dos rios Machado (Ji-Paraná) e Maici (CALDAS FILHO, 2000).



**Figura 3. Localização do distrito de Calama. Fonte: Rondônia (1999), IBGE (2015). Elaborado por Reginaldo Martins da Silva de Souza.**





**Figura 4. Localização do núcleo urbano do distrito de Calama. Fonte: Rondônia (1999). Elaborado por Reginaldo Martins da Silva de Souza.**

Com uma população de aproximadamente 2800 pessoas, segundo o Censo Demográfico de 2010<sup>35</sup>, Calama – em especial, o seu núcleo urbano – pode ser considerada uma comunidade ribeirinha, não apenas por estar localizada à beira do rio, mas porque o modo de vida partilhado pelos moradores da comunidade está intimamente conectado ao rio. Quase todos os moradores trabalham com pesca, garimpo, extrativismo e/ou agricultura. Durante a cheia do rio, as pessoas trabalham com a pesca, com o extrativismo e com a produção da farinha de mandioca. Quando o rio baixa, é época de plantio e do garimpo. Isso condiz com o que afirma Baraúna (2014, p. 64) sobre a vida da população ribeirinha:

A vida ao longo do rio Madeira foi se moldando em torno da relação de famílias de agentes sociais entre si e dos recursos naturais disponíveis. Assim, tais famílias foram constituindo seu modo de vida e desenvolvendo diversas atividades, alguns mais dedicados a um tipo de especialidade, outros menos. Mas nunca eram dedicadas a apenas uma única ação. Elas variavam entre a agricultura, criação de animais, pesca, garimpo, extrativismo, entre outras.

35 Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores/>> Acesso em: mar. 2020.

Calama estudada por Caldas Filho (2000) já não é a mesma daquela em que o geógrafo se debruçou para descrever o lugar em sua tese. Muitas das localidades já não existem mais, o rio tomou conta, o desbarrancamento é um problema sério na vida dos moradores locais. As mudanças das margens que o próprio autor percebeu, que, no imaginário local, são uma fala comum, realmente, sofreram fortes mudanças ao longo dos últimos vinte anos – a cada período de cheia, o medo de mais desbarrancamentos está presente no cotidiano dos moradores.

Diferentemente do que se percebeu na Zona Leste, a razão entre os sexos na população do distrito demonstra uma proporção de homens maior do que de mulheres, seguindo uma tendência encontrada na zona rural brasileira – em Calama são 53,7% de residentes homens para 46,3% de mulheres<sup>36</sup>.

O trabalho de Caldas Filho (2000) sobre Calama resgata parte da história do distrito a partir da história oral de moradores da localidade, relatos muito ricos sobre a região e cujos textos foram muito bem analisados pelo autor, embora sua conclusão, em minha perspectiva, tenha sido precipitada, ou mesmo etnocêntrica.

O “ser ribeirinho”, estudado por pesquisadores do mundo inteiro, demonstra-se ser somente um “estar na beira do rio”. Mas essa posição não pode definir ou suportar uma verificação. Estar na beira de um rio não pode fundamentar nenhuma “cultura” ou “sociedade” ou “comunidade”. Logo, ser ribeirinho é condição trivial, superficial e em nada definidora seja de “comunidade” seja de “cultura”, “fala” ou formação discursiva. O conceito de “comunidade ribeirinha” ou o de “ribeirinho” é tão somente uma *dobra* de uma formação discursiva e seu *espaço diferenciado* é somente materialização dessa dobra. Tanto seu “espaço” quanto seu “discurso” e suas “vidas” são apenas o *espaço do capital* e os restos desse espaço depois de devorado; o discurso vivo dos abandonados por esse capital “no meio da selva” para viverem seu infortúnio; e suas vidas são a resistência fragmentada e sem força, o canto paralelo dentro desse grande discurso distante. Em Calama, cada um à sua maneira, está “lutando pela vida” e dizendo essa luta, seus mistérios e segredos. Na verdade não há ali nenhuma “mitologia”, nenhuma “cultura ribeirinha” (e onde há ainda é preciso recomençar a verificar as condições dessa “cultura”). Mesmo não podendo generalizar essa perspectiva aberta pela convivência em Calama e com textos de alguns dos seus moradores, podemos por em dúvida a generalização feita por quase todos os autores quando tratam de “comunidade ribeirinha”, seu “espaço”, sua “cultura” e sua “mitologia”. Restos de uma imensa pobreza triste e abandonada pelos homens e por Deus. Sem nenhuma das belezas exóticas, estranhas e etnográficas tão caras aos antropólogos: são apenas uma parte vergonhosa de nós mesmos, aspectos daquela formação discursiva, daquele espaço e daquele tempo onde todos nós estamos mergulhados. Somente mais uma favela. (CALDAS FILHO, 2000, p. 211 e 212)

---

36 Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores/>> Acesso em: mar. 2020.

Muito embora, após essa conclusão que encerra seu trabalho, o autor tenha enfatizado que o principal não é sua leitura final, mas os textos extraídos ao longo do trabalho, é inegável que sua perspectiva traga certo desconforto para quem almejava vislumbrar uma construção do que é Calama e de como os moradores percebem o espaço social onde vivem, uma construção da identidade do morador calamense através de seus discursos. Entretanto, o geógrafo conclui que não é possível identificar uma cultura ribeirinha, mas, sim, resíduos de um espaço que fora devorado pelo capital – e aqui é importante destacar que ele não explica esse processo, não indicando onde e como o capital produziu esse cenário.

Contudo, estima-se que ele se refere às mudanças percebidas pelos moradores e através das quais Calama não é mais percebido no imaginário local como um lugar de natureza exuberante, fartura de peixes e caça, assim como não se valoriza mais o trabalho extrativista de produtos como a andiroba, copaíba e outros. Esse Calama antigo cedeu lugar a um Calama moderno e pobre, que vive das memórias de um áureo tempo da produção da borracha e cuja economia, atualmente, reduziu-se a comércios que vendem produtos apenas aos funcionários públicos e a produção dos moradores é para subsistência. Nenhum comerciante compra dos produtores locais, buscam-se na cidade os produtos (CALDAS FILHO, 2000). Entretanto, essas questões apontadas pelo autor não sustentam o argumento de que não existiria uma comunidade ribeirinha, conforme pontuam “*quase todos os autores*” (palavras do geógrafo). Baraúna (2014), ao discutir sobre as noções de comunidade, ribeirinhos, pescadores, atingidos, entre outras categorias observadas na realidade estudada por ela – atingidos por barragens no Complexo do Rio Madeira –, observa que as comunidades são assim classificadas quando existe um sentimento de pertença a valores comuns, ao território, às atividades praticadas. O que representa comunidade para esses moradores, e comunidade ribeirinha em si, está muito relacionado às áreas situadas às margens do rio e cujos moradores desenvolvem atividades relacionadas com o uso dos recursos naturais.

As falas dos entrevistados de Caldas Filho (2000) indicam que a história de Calama está envolta à história do Primeiro Ciclo da Borracha. O lugar que hoje corresponde ao núcleo urbano do distrito teria sido o entreposto da circulação da borracha no início do século XX, lugar onde os navios aportavam para carregar e descarregar o produto que era extraído de seringais localizados para dentro do Rio Machado (Ji-Paraná). Essa é a história que permanece no imaginário dos moradores, considerando que também recebi as mesmas informações quando estive em campo. O fato é que Calama é produto da época do primeiro

ciclo de crescimento econômico da região e nunca mais apareceu como protagonista nos ciclos posteriores, a não ser por também compor espaço para o garimpo de ouro, como toda a região do Rio Madeira.

Calama é interpretado por mim como um espaço social que vive no limiar do humano e do não-humano, na fronteira da humanidade, no residual da expansão capitalista, conforme análise de Martins (1997b) – Calama compõe a zona da *frente de expansão*. No distrito, não existem mecanismos de reprodução capitalista, o capital não se instalou ali porque não houve interesse – *ele só entra onde sua racionalidade é possível* (MARTINS, 1997b, p. 186). Calama hoje representa o que Martins (1997b) designa como característico da expansão do capital na Amazônia à época de sua pesquisa:

No meu modo de ver, as relações sociais (e de produção) na frente de expansão são predominantemente relações não-capitalistas de produção mediadoras da reprodução capitalista do capital. Isso não faz delas outro modo de produção. Apenas indica uma insuficiente constituição dos mecanismos de reprodução capitalista na frente de expansão. Insuficiência que decorre de situações em que a distância dos mercados e a precariedade das vias e meios de comunicação comprometem a taxa de lucro de eventuais empreendedores. Portanto, aí tendem a se desenvolver atividades econômicas em que não assumem forma nem realidade própria os diferentes componentes da produção propriamente capitalista, como salário, o capital e a renda da terra. Os meios de produção ainda não aparecem na realidade da produção como capital nem a força de trabalho chega a se configurar na categoria salário (MARTINS, 1997b, p. 186).

Situado a doze horas<sup>37</sup> de viagem da cidade de Porto Velho, Calama ainda não chamou atenção do capital e de empreendedores, talvez porque ainda não apresenta uma alternativa viável de lucro capitalista.

Se o capitalista tiver de deduzir do seu lucro o preço do transporte para fazer o produto chegar ao mercado e aí realizar seu ganho, ele certamente haverá de considerara alternativa de outros investimentos para seu capital. [...] Por isso, a frente de expansão está mais próxima da economia mercantil simples do que da economia capitalista e, ao mesmo tempo, está próxima da mera economia de subsistência. O camponês produz aí seus meios de vida, além dos excedentes comercializáveis (MARTINS, 1997b, p. 188).

---

37 A embarcação mais rápida que realiza esse trajeto o faz em cinco horas e meia e só constitui transporte de passageiros, razão pela qual os moradores locais preferem utilizar o Barco Recreio porque é possível transportar carga.

Por essas razões é que Calama pode ser interpretado como uma zona de frente de expansão situada no território do município de Porto Velho, um território de proporções enormes e que consegue conter múltiplos territórios e fronteiras. Um município cuja especificidade de abranger um vasto território no interior da Amazônia Ocidental lhe permite apresentar características de um lugar em *situação de fronteira* (MARTINS, 1997b).

### **2.3. O URBANO E O RURAL, UM DEBATE NECESSÁRIO**

Refletindo sobre o viés das territorialidades, Porto Velho é um espaço com múltiplas territorialidades. Desde comunidades ribeirinhas, onde o extrativismo, a pesca, a roça e o garimpo são realidades para todos os moradores, até a vida urbana da cidade, permeada por uma diversidade enorme de realidades sociais. A Zona Leste de Porto Velho, situada à periferia da cidade, está bastante distante da realidade de bairros nobres localizados na região urbana central. Distante dos equipamentos do sistema judiciário, do poder público e carente de infraestrutura urbana, a distância da Zona Leste se torna maior quando quem precisa se deslocar é a população pobre, que precisa buscar meios alternativos para um transporte público deficitário, dispendioso e precário.

Às grandes distâncias físicas que existem no município somam-se as distâncias sociais. São doze distritos que compõem o gigantesco município de Porto Velho, cada um, à sua maneira, contribui para a diversidade local. Modos de vida distintos, culturas e origens diversas, Porto Velho foi forjada nesse caldeirão cultural e até os dias de hoje mantém esse traço distintivo. Por isso mesmo, a existência de temporalidades e territorialidades múltiplas.

Ao lançar o olhar sobre Calama e Zona Leste, essas questões emergem porque são realidades e modos de vida diferentes, porém, entrecruzadas e situadas em um mesmo território. E, quando me refiro a esse território, é importante salientar que estou falando de um lugar cuja história nos demonstra o quanto o Estado esteve presente no seu curso, mesmo quando “ausente”. Então o que pensar da atuação do Estado na vida dos moradores em situação de pobreza que vivem e sobrevivem nesse cenário?

Não posso elaborar aqui uma análise comparativa entre as entrevistadas da zona rural e da zona urbana, considerando que ambas possuem realidades distintas, e não foi isso a que me propus realizar. O objetivo da pesquisa foi compreender essas duas realidades distintas e tentar elaborar um paralelo para pensar as múltiplas realidades existentes no município de Porto Velho.

Primeiramente, é imprescindível esclarecer que aqui eu falo de duas realidades: rural e urbana. E não quero colocar essas categorias em discussão, aderindo ao viés que as percebe de forma dicotômica, muito menos atribuir ao rural a pecha do atraso, e ao urbano, a modernidade. Essa distinção é importante para entender as realidades locais e suas especificidades.

Embora os dados demonstrem um percentual de representatividade rural no Brasil bastante pequeno<sup>38</sup>, há de se questionar o que se considera rural. Calama, por exemplo, enquanto sede do distrito, é considerado urbano pelo IBGE, mas é uma comunidade, essencialmente, rural sob a perspectiva do modo de produção do espaço realizado pela comunidade. O distrito possui uma economia baseada na agricultura, no extrativismo, na pecuária e na pesca. Todas as entrevistadas, por exemplo, relatam sua experiência com a roça, senão como sustento, como experiência na infância, porque seus pais viviam da agricultura. Vale dizer que a maioria das mulheres entrevistadas cultiva o essencial de sua alimentação. Reformulo afirmando que o processo deve ser visto de forma inversa, sua alimentação se baseia no que cultivam – considerando que sua renda e sua localização não lhes permitem imprimir maior diversidade à mesa.

O cultivo da mandioca é a atividade por excelência em Calama. É comum à maioria dos moradores que cultivam a raiz em seus quintais, assim como é uma atividade que gera renda para muitas mulheres que trabalham descascando a mandioca (atividade ainda manual). A agricultura, a pesca e o extrativismo são as atividades majoritariamente praticadas em Calama. Essa relação simbiótica homem-natureza é tão presente que não me parece razoável olhar a cultura e modo de vida locais de forma desconectada da relação com a natureza.

Analisando de forma relacional e olhando para o rural a partir do que é considerado urbano, importa destacar que o distrito está muito distante daquele ritmo acelerado que se presume na cidade, aceleração esta que está atrelada ao dinheiro e a sua circulação, segundo Simmel *apud* Melo (2018). Nesse sentido, vale mencionar inclusive que a circulação do

---

38 Vide Censo Demográfico de 2010, IBGE.

dinheiro no distrito está longe de se estabelecer da forma como ocorre na cidade. Conforme dito anteriormente, parte da alimentação de muitos moradores são eles mesmos que produzem. Somado a isso, o comércio local realiza preços bem mais caros do que os praticados por Porto Velho e Humaitá, o que faz com que muitos moradores efetuem as compras na cidade – e, agora, com o fechamento do único correspondente bancário no distrito, é mais provável que os moradores prefiram gastar na cidade.

O urbano também presume o moderno, o acesso a bens de consumo. Isso é o que podemos perceber na Zona Leste, mas não em Calama. Embora a região urbana da cidade esteja muito próxima ao chamado setor chacareiro do município<sup>39</sup>, os bairros da Zona Leste estão mais próximos da definição de periferia que encontramos em muitos autores. Resultado da chamada espoliação urbana, a região é fruto de uma expansão desordenada da cidade em distintos momentos e ciclos econômicos que trouxeram consigo processos migratórios e, dessa forma, a expulsão da população pobre para locais sem nenhuma infraestrutura (KOWARICK, 1982).

A memorialista Borzacov (2016) aponta os bairros Mariana, Socialista, Jardim Santana, Tancredo Neves, entre outros bairros da Zona Leste, como bairros que se constituem a partir da década de 1970 e 1980, primeiramente, com invasões de especuladores imobiliários que se apropriaram de terras na União e, posteriormente, com ocupações da população mais pobre, que via nesses espaços vazios área onde construir casas. Praticamente, em sua maioria, os bairros da região foram sendo ocupados por meio de um mesmo processo, uns mais cedo e outros mais tarde, conforme o processo de adensamento populacional do município.

Não obstante Lefebvre (2001) elabore uma distinção importante sobre a cidade e o urbano, destacando a cidade enquanto a estrutura arquitetônica – a realidade presente – e o urbano enquanto a representação das relações que são concebidas e (re)construídas no espaço da cidade, para todos os efeitos deste trabalho, considerarei a cidade enquanto o urbano. Dessa forma, em muitos momentos, refiro-me à Zona Leste enquanto a zona urbana, o urbano, a cidade.

---

<sup>39</sup> O setor chacareiro compreende uma região contínua aos bairros da Zona Leste e onde estão presentes chácaras de produções agrícolas. Em audiências públicas de que participei à época da elaboração do Plano Diretor de Porto Velho (2018/2019), muitos agricultores se referiam a essa região como setor chacareiro, entretanto, no Mapa das Zonas de Planejamento do Município (PORTO VELHO, 2018), não há menção a essa região.

A Zona Leste de Porto Velho não é a periferia de São Paulo, mas podemos realizar uma comparação, resguardadas as proporções e especificidades. Aquela periferia descrita por Lúcio Kowarick (1982), em plena década de 1970 e 1980, é exatamente o que se percebe em Porto Velho atualmente: precariedade e/ou ausência de infraestrutura e serviços, mobilidade urbana como uma questão social para os moradores que precisam se deslocar para o trabalho e, principalmente, o papel central do poder público na produção do espaço urbano e valorização imobiliária – o que conduz famílias mais pobres a buscarem alternativas mais baratas de moradia.

Sendo assim, é impossível elaborar uma comparação entre Calama e Zona Leste, são dois lugares distintos, com espaços construídos e significados de formas distintas, realidades que podem até se entrecruzar, mas não se confundem. Por isso, essas questões se tornam cruciais: considerando suas especificidades, quais paralelos que podemos traçar entre a realidade ribeirinha e a periferia de Porto Velho?



## SEGUNDA PARTE

### 3. PERSPECTIVA METODOLÓGICA

Bruno Cavalcanti, ao apresentar a obra de Jean-Claude Kaufmann (2013, p. 11), afirma o seguinte: “*é essencial ter em mente que os métodos qualitativos têm mais vocação para compreender, detectar comportamentos, processos ou modelos teóricos do que para descrever sistematicamente, medir ou comparar*”. E é nesse viés que essa pesquisa está inserida, um trabalho que almeja não elaborar comparações ou métricas de desigualdades, mas compreender as múltiplas realidades existentes no município de Porto Velho a partir dos relatos de mulheres usuárias do Programa Bolsa Família. Compreender no sentido proposto por Kaufmann (2013, p. 47), que, calcado na perspectiva da sociologia compreensiva weberiana, entende o objetivo da sociologia como a busca pela *explicação compreensiva do social*.

O processo compreensivo apoia-se na convicção de que os homens não são simples agentes portadores de estruturas, mas produtores ativos do social, portanto, depositários de um saber importante que deve ser assumido do interior, através do sistema de valores dos indivíduos; [...] O trabalho do sociólogo não se limita, entretanto, a esta fase. Ele consiste, ao contrário, na capacidade de interpretar e de explicar a partir de dados recolhidos. A compreensão da pessoa é apenas um instrumento, o objetivo do sociólogo é a explicação compreensiva do social (KAUFMANN, 2013, p. 47).

Kaufmann (2013) escreve sobre uma sequência de técnicas e procedimentos a serem seguidos pelos pesquisadores cuja perspectiva metodológica esteja alinhada a autores como Pierre Bourdieu, Norbert Elias, Wright Mills ou mesmo autores da *Grounded Theory* ou Teoria Fundamentada. Embora, em relação à *Grounded Theory*, o autor esclareça que sua perspectiva não segue todas as suas recomendações, ponderando os riscos de uma fetichização do trabalho de campo para a construção do conhecimento. A importância de sua obra surge exatamente pelo fato de que constitui um guia bastante prático para a pesquisa de campo e, por isso, serviu como material crucial no processo desta pesquisa. Isso porque os objetivos e a

metodologia deste trabalho estão inseridos em uma perspectiva qualitativa da pesquisa social e sob a égide de uma sociologia relacional cujo objeto está situado espacial e historicamente.

Elias (1994), sobre o indivíduo, afirma que a fala dos sujeitos apresenta as representações deles acerca de suas relações com as redes de relações que eles presenciam ou de que participam. Compreender a sociedade perpassa a historicidade do indivíduo cuja existência realiza-se na relação com os outros, relação esta que é específica de sua sociedade, do seu tempo histórico. A sociedade representaria uma rede de tecidos cujos fios são representados pelos indivíduos. A trama tecida por esses fios só é passível de compreensão quando se analisam as relações estabelecidas entre fios, os padrões mutáveis de entrelaçamento – as *configurações* (ELIAS, 1980).

É importante destacar que para Elias (1980) a sociologia deve considerar as forças sociais que os indivíduos exercem uns sobre os outros, a dinâmica das interconexões sociais, das interdependências recíprocas que estabelecem as configurações que indivíduos e grupos formam uns com os outros. Essas configurações não são estáticas e tampouco externas ao indivíduo, são fruto das relações de poder que uns exercem sobre os outros sob uma dinâmica de reciprocidade – elas nos indicam padrões de conflito, mecanismos e processos sociais das relações humanas.

As entrevistas e a observação são instrumentos importantes para que o sociólogo possa reconhecer os tipos de configurações. Elias e Scotson (2000, p. 56 e 57) observam: “*Ainda não é parte integrante da formação dos sociólogos aprender a observar e conceituar sistematicamente o modo como os indivíduos se agregam, como e por que as configurações assim formadas se modificam e, em alguns casos, se desenvolvem [...]*”. Mas para isso é importante o encontro, o desencontro, o estranhamento do outro que é diferente e, ao mesmo tempo, igual. É nesse encontro de mundos diferentes, do pesquisador e do pesquisado, que reside a riqueza do trabalho sociológico (MARTINS, 1993).

A riqueza da Sociologia é lidar com um objeto que é mutável e mutante. A sociedade possui uma dinâmica de contínua (re)configuração e por isso exige dos sociólogos a atenção ao desafio colocado pelo tempo, pelas mudanças e, em especial, aos sujeitos dessas mudanças. A Sociologia é a ciência que nos liberta para a compreensão das incertas certezas da sociedade contemporânea, para o tormento dos questionamentos dos avessos (MARTINS, 2014, p. 19).

Kaufmann (2013) defende a ideia de uma sociologia dos processos que esteja comprometida com a invenção teórica. O autor descarta a dicotomização entre as dimensões micro/macro, subjetivo/objetivo, empiria/teoria, entre outras polêmicas que não contribuem positivamente para o debate científico. Para ele, faz-se imprescindível a articulação entre essas dimensões a fim de construir teoria.

Bertaux (2005), por sua vez, ressalta a importância de tornar inteligível a realidade estudada e os fenômenos observados, o que não implica necessariamente a construção de conceitos sofisticados – muitas vezes há conceitos ou categorias já existentes e que podem responder aos fenômenos, processos ou mecanismos observados.

Nesse sentido, a ideia foi reunir as contribuições de Bertaux (2005) e Kaufmann (2013) para a elaboração do trabalho de campo, considerando suas contribuições para o planejamento de todas as etapas deste processo, desde a elaboração dos roteiros de entrevista até a forma de como lidar com imprevistos no momento da entrevista. As obras de ambos autores foram utilizadas como manuais para a realização do trabalho de campo e da investigação sociológica. Foram realizadas *entrevistas compreensivas* a fim de obter o que Bertaux (2005) denomina *relatos de vida*.

Os relatos são entrevistas narrativas pelas quais o pesquisador indaga o sujeito sobre experiências vividas ao longo de um fragmento particular da realidade histórico-social. Para o autor, os relatos de vida constituem um instrumento precioso para a captação da lógica do mundo social através da orientação, por parte do entrevistador, para que o relato expresse as experiências vividas dos sujeitos (em um nível de trajetória) e os contextos macros nos quais elas ocorreram.

La hipótesis central de la perspectiva etnosociológica es que las lógicas que rigen el conjunto de un mundo social o mesocosmos se dan igualmente en cada uno de los microcosmos que lo componen: observando con atención uno solo, o mejor varios de estos microcosmos, y por poco que se logre identificar las lógicas de acción, los mecanismos sociales, los procesos de reproducción y de transformación, se deberían poder captar al menos algunas de las lógicas sociales del mesocosmos mismo (BERTAUX, 2005, p. 18).

A perspectiva etnossociológica também requer análises comparativas dos relatos para que seja possível estabelecer “generalizações”, ou seja, faz-se necessário multiplicar os campos de observações e os comparar se se quer atingir a lógica dos mecanismos sociais mais

macroestruturais. Para esta pesquisa, foram selecionados dois grupos de mulheres que se enquadram na *categoria situacional* de usuárias do Bolsa Família e moradoras do município de Porto Velho. O que diferencia esses dois grupos é a realidade em que estão inseridos: um grupo de moradoras do distrito Calama – situado na região do Baixo Madeira; e o outro, de moradoras da Zona Leste de Porto Velho, região periférica da zona urbana da cidade (distrito-sede).

Sobre as possibilidades de generalizações a partir da pesquisa etnossociológica, Bertaux (2005) afirma que é possível a partir do momento em que se descobrem os mecanismos sociais, a lógica e os processos que estabelecem as configurações específicas das relações sociais de uma determinada categoria situacional. E isso é possível quando se tornam perceptíveis as recorrências de certos processos sociais nas falas das pessoas entrevistadas, é quando as dimensões meso e macrossociais aparecem nos relatos individuais. Além disso, é possível resgatar uma fala de Martins (1993, p. 51) em que ele afirma ser necessário abandonarmos a *ilusão sobre conclusões definitivas* no fazer sociológico. Para ele, e concordo com o autor nesse aspecto, *fazemos sempre interpretações provisórias e parciais*.

Martins (2008, p. 136), quando escreve advogando *por uma sociologia sensível* afirma: “*Para o homem comum, os acontecimentos do cotidiano são os que ficam na memória, são os que têm ‘importância’.*” Para além das contribuições de Kaufmann e Bertaux, Martins (1993; 1997b; 2008) também está no rol de autores que sedimentam a minha perspectiva teórico-metodológica. Suas contribuições acerca do papel do sociólogo e sua defesa de uma sociologia sensível nos conduzem a refletir sobre a importância daquilo que muitas vezes é tratado como banal, o cotidiano – *locus* que oculta as artimanhas da reprodução social.

Na Sociologia, o colaborador é de outro tipo. É aquele que nos diz o que a sociedade é quando nos dá uma entrevista, mesmo que possamos ver, como sociólogos, o que ele próprio não vê, não sabe e não compreende; ou que nos permite invadir sua vida para que o observemos e, por meio dele, observemos a sociedade em que vive. O artesanato intelectual na Sociologia, para se viabilizar, pede mais respeito do que o habitual pelas pessoas com as quais conversamos para obter dados necessários a nossas análises e interpretações, que muitas vezes são pessoas iletradas e sábias da sabedoria própria do vivencial. Sobretudo porque pede mais tempo, mais demora na interação entre o pesquisador e seus interlocutores, demora que implica uma certa recíproca invasão da vida do pesquisador por aqueles com os quais dialoga e até mesmo sua ressocialização (MARTINS, 2008, p. 29).

Além das entrevistas, a intenção da pesquisa era realizar observações da realidade em ambos os locais. Viver um pouco dos contextos locais, analisar a rotina e o modo de vida eram parte constitutiva da metodologia a fim de descrever com mais detalhes o padrão geral de vida das localidades (WHYTE, 2005). Todavia, com a entrada em campo, percebeu-se que a observação só foi possível de ser realizada em Calama, onde era possível permanecer por alguns dias e observar a realidade local “quase” de forma participante. Vale ressaltar que o pesquisador é um estranho. Como não chega aos locais de pesquisa para ficar, nem *chegante* pode ser considerado (MARTINS, 1997b). Por isso, muitas vezes, deve aprender a lidar com a desconfiança no meio em que vai se inserir para realizar a pesquisa (ZALUAR, 1994; MARTINS, 1997b). Esse foi o caso da Zona Leste, em que lidei com maior desconfiança por parte das entrevistadas e não consegui manter um contato maior com as mulheres além daquele tempo em que elas se dispuseram a conversar comigo. Martins (1997b) salienta que é ingenuidade pensar que o pesquisador possa se tornar participante, ele sempre será um estranho, um não-membro.

Já inserida no campo, o objetivo foi buscar moradores usuários do PBF e que estivessem dispostos a participar da pesquisa, mais precisamente, dispostos a ceder um tempo considerável de seu dia para uma entrevista que não seria rápida. No início do trabalho de campo, realizei uma escolha em entrevistar apenas mulheres usuárias do PBF, isso porque elas são as titulares do cartão do Programa, mas também porque supunha conseguir estabelecer um diálogo mais profundo com elas. Sendo mulher, *estrangeira* (MARTINS, 1993; 2008) e estando em uma posição social distinta, a aposta em diálogos com outras mulheres foi uma tentativa de diminuir as barreiras entre mim e as entrevistadas, considerando que nossa experiência de gênero nos aproximava. Afinal, nossas posições relativas no espaço social estavam situadas em quadrantes distantes (BOURDIEU, 1989).

A partir da fala delas foi possível conhecer mais acerca do cenário em que vivem, identificar os arranjos familiares, as estratégias elaboradas pelas famílias para acessarem as políticas públicas e seus direitos, assim como suas trajetórias de vida. “*Todo relato de vida orientado hacia las prácticas del sujeto y los contextos sociales de esas prácticas comporta necesariamente no pocas indicaciones sobre los fenómenos y su lógica social [...] (BERTAUX, 2005, p. 92)*”.

É importante salientar que essas mulheres foram consideradas como agentes de conhecimento e cuja visão de mundo está territorial e historicamente situada, o seu senso comum foi particularmente relevante, já que pode nos dar indícios de uma universalidade

almejada pela explicação sociológica (MARTINS, 1993). Quanto a isso, Kaufmann (2013, p. 44) nos diz: “*o conhecimento comum não é um não conhecimento, ao contrário, ele esconde tesouros*”. Nesse sentido, todo o saber intuitivo e espontâneo das mulheres entrevistadas foi considerado, o seu saber tradicional, o seu conhecimento de senso comum não foi ignorado enquanto fonte de informação, pois sua riqueza imprime qualidade científica à pesquisa social (MARTINS, 2008).

O estranho e estrangeiro tem a vantagem sociológica de ver de fora para dentro e, nesse sentido, compreender mais e melhor, mais objetivamente o que vê, descreve e analisa. Seu estranhamento natural cumpre com mais facilidade uma função metodológica. Mas o de dentro vê mais e melhor as sutilezas da vida social que banalizam o ver e o compreender, tornando-as patrimônio pessoal oculto daqueles que alguns autores definem como membro daquela sociedade. Só o membro domina naturalmente o que o estranho dificilmente dominará e compreenderá. Nesse sentido é que a Sociologia deve ser ao mesmo tempo uma Sociologia dos fatos e processos sociais e uma Sociologia do conhecimento de senso comum que dos fatos e processos vividos têm os membros daquela sociedade, daquela comunidade ou daquele grupo social, os que nela foram socializados e dominam como própria sua chave interpretativa (MARTINS, 2008, p. 35).

As entrevistas foram realizadas com usuárias que possuíam crianças e/ou adolescentes em suas casas, que recebessem o Benefício Variável – ou seja, que tivessem a necessidade de cumprir condicionalidades do Programa e, dessa forma, estivessem utilizando as políticas que atravessam o Programa Bolsa Família, como as de educação e saúde. Embora em um primeiro momento o objetivo era captar os relatos da família, tentando buscar entrevistas com mais de um membro dela, conforme mencionado na introdução deste trabalho, as entrevistas ocorreram apenas com as usuárias. Ademais, seguindo a orientação de Bertaux (2005, p. 48), qualquer relato de experiências de vida pode se colocar a serviço da investigação social, *ele encerra em si uma dimensão social*.

“*Todo pesquisador sabe que a relação com o entrevistado é um jogo; o que o entrevistado é, de certo modo, vítima do entrevistador, do seu jogo de palavras, de suas intenções ocultas, de questões não reveladas. Sociologicamente, a pesquisa pode ser uma armadilha* (MARTINS, 1997b, p. 115)”. O autor elabora uma provocação aos pesquisadores que acreditam que o que é dito espontaneamente não é relevante, que apenas o oculto é sociologicamente importante, o *inconfessável* – aquilo que somente o saber do pesquisador pode decifrar. Na esteira de sua provocação, ele resgata a importância de sujeitos que muitas vezes são negligenciados porque não considerados porta-vozes de determinada categoria, os

que não foram eleitos pela ciência enquanto informantes válidos, os *mudos da história*. Nesse sentido, Martins (1997b) aponta o olhar sociológico para o desafio de interpretar o silêncio, o gesto, a metáfora daqueles que *foram calados*, marginalizados, mas que podem, através de sua voz e de suas expressões corporais e até com seu silêncio, representar a realidade social em que estão inseridos.

Antes da entrada em campo, elaborei três roteiros de entrevista: um destinado aos usuários, e outros dois roteiros para agentes do Estado (um para agentes do nível da operacionalização das políticas públicas e outro para agentes do nível da gestão). Entretanto, depois do início do trabalho de campo, adaptei os roteiros. Percebendo a dificuldade de acessar os agentes do Estado, elaborei um roteiro para lideranças locais e/ou agentes da sociedade civil, servindo como guia para diálogos e conversas com sujeitos envolvidos na elaboração de projetos sociais ou organizações da sociedade civil. Sendo assim, ao todo, foram elaborados quatro roteiros de entrevistas<sup>40</sup>.

A análise centrou-se nas entrevistas com as usuárias do PBF, embora eu tenha conseguido entrevistar duas agentes comunitárias e dois funcionários<sup>41</sup> da Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família. Tendo em vista que não consegui obter um número suficiente de agentes do Estado, tanto em Calama quanto na Zona Leste, optei pelo foco na análise das entrevistas das usuárias e utilizei as outras entrevistas (dos servidores da Secretaria) como material complementar – informativo. Essa informação é importante trazer no texto para evidenciar as dificuldades que surgiram ao longo do processo de pesquisa e descortinar as razões que guiaram os rumos do processo de investigação.

Não é demais enfatizar que todas as entrevistas foram realizadas a partir da concordância dos sujeitos em participar e permitir a gravação de nossas conversas<sup>42</sup>. Dentre todas as entrevistas, apenas uma usuária se mostrou reticente ao gravador em um primeiro momento, mas ao longo de nossa conversa ela cedeu quando eu lhe garanti que o conteúdo não seria divulgado e que o termo que ela havia assinado lhe garantia o anonimato e o meu compromisso em relação a isso.

Sobre a (re)construção do objeto e dos objetivos de pesquisa, o avanço da investigação: é importante destacar o papel fundamental que a primeira entrevista realizada desempenhou nesse processo de (re)construção, em Calama, especialmente. Isso porque eu

---

40 Embora tenham sido elaborados 4 roteiros, em apêndice, encontram-se apenas os roteiros das entrevistas utilizadas para este trabalho. Ver APÊNDICES A, B e C.

41 No caso, duas pessoas que estão ocupando cargos na gestão. A Gerente dos CRAS e o Diretor da Central do CadÚnico. Ambas entrevistas foram utilizadas enquanto fonte de informações complementares.

42 Ver APÊNDICES D, E e F.

desconhecia a realidade do distrito, e minha primeira viagem e entrevista no local oportunizaram a consolidação do meu problema de pesquisa. Conforme Kaufmann (2013), a entrevista compreensiva também faz parte da construção do objeto e isso subjaz à pesquisa qualitativa. Ao citar Anselm Strauss e sua forma de conduzir a construção do objeto e das hipóteses de pesquisa ele afirma: “*Eu prefiro, pessoalmente, ir com uma ideia na cabeça, mas o resto é idêntico: o objeto é construído gradualmente, através de uma elaboração teórica que progride diariamente, a partir de hipóteses forjadas no campo (p.45)*”.

### 3.1. ESCOLHA DO CAMPO

Em um primeiro momento, os campos de pesquisa seriam dois distritos de Porto Velho e um bairro periférico da zona urbana do município. A ideia inicial era tentar evidenciar quais eram as diferenças mais marcantes entre o acesso às políticas sociais das populações localizadas em distritos distantes da cidade. Entretanto, já para o projeto defendido na qualificação, optei por retirar a zona urbana do município por acreditar, à época, que a entrada em campo em dois distritos bastantes distantes já consumiria meu tempo de pesquisa consideravelmente. Assim, enquanto projeto de qualificação desta tese, propus focar a análise nos distritos de Nova Mutum Paraná e Calama, ambos localizados a mais de 100 km do distrito-sede (cidade). No entanto, após a qualificação, considerando as orientações da banca e após a entrada em campo de forma mais intensiva, optei por elaborar um trabalho de campo em Calama – enquanto uma localidade distante da cidade – e resolvi retomar a ideia de elaborar um paralelo com a zona urbana. Dessa maneira, o campo se estendeu para a periferia da cidade de Porto Velho, tendo a Zona Leste enquanto região urbana a ser estudada.

Os motivos que me levaram a escolher a Zona Leste como campo de pesquisa contemplam o fato de que a região está marcada pela pobreza, espoliação urbana, distância do centro da cidade, além de demonstrar um alto grau de vulnerabilidade social<sup>43</sup>, o que permitiu que a região contasse com três equipamentos de CRAS, enquanto o município como um todo possui seis CRAS. Ou seja, metade dos equipamentos estão destinados à Zona Leste.

---

43 Os CRAS devem estar situados em áreas de maior vulnerabilidade social, de acordo com o NOB-SUAS (BRASIL, 2005).



É importante salientar também que a região compreende uma frente de expansão demográfica da cidade, cujo processo se deu por meio de sucessivos movimentos de ocupação de territórios vazios. Seus bairros foram se formando ao longo do último quartel do século passado e ainda hoje continua em expansão, aumentando a franja urbana da cidade (BORZACOV, 2016). Nos últimos anos, a região obteve um avanço substantivo com o último ciclo econômico pelo qual o município viveu (a construção das usinas) o que, somado às políticas habitacionais como o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), conduziu a zona urbana da cidade mais à leste com construções de empreendimentos imobiliários nos confins da já periférica Zona Leste.

Quanto a Calama, o distrito já havia sido escolhido como campo de pesquisa ainda durante o desenho do projeto. Calama está situado na região do Baixo Madeira e é o distrito mais populoso da região, a uma distância de mais de 100 km da cidade. Distância essa que representa horas de deslocamento porque o acesso ao distrito só é possível via fluvial. O menor tempo de percurso até o distrito é em torno de cinco horas – o barco recreio que é o meio de transporte mais utilizado pelos moradores leva mais de dez horas para realizar o percurso. Essa especificidade do distrito – sua distância da cidade – já constituía uma pauta instigante: como os moradores da localidade acessavam os programas sociais, como as políticas públicas, como o Estado estava presente na realidade dos moradores de comunidades como Calama?

Assim, o campo de pesquisa ficou circunscrito a Calama e Zona Leste. O objetivo desse escopo foi tentar traçar um paralelo entre a realidade urbana e a rural do município, buscando identificar a presença do Estado na trajetória de vida dos usuários do PBF dessas localidades.

### **3.2. O CAMPO**

A entrada em campo ocorreu em dois momentos. O primeiro, em Calama, localidade de mais difícil acesso. O planejamento para a visita começou a ser elaborado assim que retornei de Minas Gerais para Rondônia. Cabe salientar que, durante o tempo do doutorado, tive que morar em Belo Horizonte a fim de cursar as disciplinas do curso. Assim, o trabalho

de campo só pôde ter início quando retornei à cidade. Em setembro de 2017, voltei a Porto Velho e iniciei as buscas sobre informações de Calama: sobre hospedagem, quem poderia me receber no local e como me deslocaria até a localidade. Por meio de um colega também professor e que já havia participado de um projeto de extensão da Universidade em Calama, consegui o primeiro contato na localidade. Segundo ele, havia muito tempo que não visitava o distrito, mas esse contato tinha família por lá e, talvez, pudesse me receber e apresentar a algumas pessoas, facilitando minha entrada em campo.

Em um dilema sobre entrar em contato ou não com o conhecido do professor e com medo de chegar à localidade sozinha sem conhecer ninguém, meu namorado sugeriu que fôssemos a Calama passar um final de semana. Assim, eu poderia fazer minha primeira visita ao distrito. No feriado de Páscoa do ano de 2018, desembarcamos em Calama e nos hospedamos na pousada cujo cartão de visita nos foi dado pelo senhor que vendia a passagem do expresso<sup>44</sup>.

Nesse processo, cabe destacar que as informações sobre transporte ou sobre hospedagem não são informações que estejam destacadas, claras e evidentes na hidroviária. Aliás, nunca ouvi ninguém se referir ao local onde aportam os barcos na malha hidroviária, essa expressão é minha, as pessoas chamam de Porto do Cai N'água. No Cai N'água, há um prédio pequeno, com duas ou três salas que representam guichês de venda de passagens de viagens realizadas no Rio Madeira, um terminal hidroviário pequeno e com uma estrutura precária – o acesso aos barcos é feito por meio de tábuas de madeira na beira do rio. Existe uma estrutura construída para servir de plataforma para o terminal hidroviário, entretanto, durante todo o tempo da pesquisa, este terminal funcionou por apenas um pouco menos de um ano, sendo interditado mais de uma vez desde sua construção. Enquanto isso, os passageiros desembarcam e embarcam em um flutuante de madeira à beira do barranco do rio.

Chegando ao terminal, depois de sermos abordados por muitos homens que ficam no local oferecendo passagens ou serviços para carregar bagagens ou cargas até o barco, encontramos o Box 3 – local onde são vendidas as passagens do expresso. À época, pagamos 60 reais pela passagem de ida a Calama; nas outras viagens, o valor já havia aumentado para 70 reais. O expresso realiza paradas ao longo do rio, em distritos e comunidades menores, desde que se avise onde se deseja aportar e que seja possível a embarcação atracar no barranco – Calama é a última parada. Pedimos informações sobre pousadas locais, e um rapaz

---

44 Pequena embarcação que realiza o transporte de forma mais rápida que o barco recreio, realiza o trajeto Porto Velho-Calama duas vezes por semana, são em média 5 horas e meia de viagem.

nos forneceu o telefone da Pousada Dona Morena, para a qual ligamos e reservamos para o feriado de Páscoa.

Calama é um distrito localizado à margem direita do Rio Madeira, sua sede possui cinco bairros, a conexão entre os bairros é feita por pontes devido aos igarapés que atravessam a localidade. Típica comunidade pequena, há igrejas, campo de futebol, e as praças locais estão próximas às igrejas católicas – salienta-se a existência de igrejas católicas em quase todos os bairros, inclusive o nome do santo padroeiro de cada igreja nomeia os bairros em que estão localizadas. Todos se conhecem, e eles reconhecem quem não é do local – sabíamos que éramos estranhos ali. Entretanto, fomos muito bem recebidos pela comunidade, como se nos conhecessem, todos nos cumprimentavam – algo improvável na zona urbana.

Ficamos hospedados na Pousada Dona Morena, atualmente, gerida pelo filho da dona do estabelecimento, e atual administrador do distrito. Lagenilson da Silva, vulgo Abelha, como gosta de ser chamado, nasceu em Calama, mas quando adulto foi morar em Porto Velho. Retornou para o distrito em 2008 e assumiu a administração da localidade no início da gestão Hildon Chaves (2017-2020). Ele me apresentou à primeira entrevistada e disse que depois eu poderia “me virar”, já que a comunidade era pequena e eu não encontraria dificuldade em conhecer os moradores locais e em ser recebida com facilidade por eles. Ele tinha razão.

A pesquisa de campo em Calama transcorreu de forma fluida. A partir da primeira entrevistada, consegui acessar as demais ao modo da técnica bola de neve: uma era capaz de me indicar outra ou outras para que pudesse entrevistá-las. Fui aos poucos me sentindo à vontade em minhas viagens a Calama. Ao todo, realizei seis viagens ao distrito, nas duas últimas, tentei realizar entrevistas com Agentes Comunitários em Saúde da Unidade Básica de Saúde, mas consegui entrevistar apenas duas ACS – o que fez com que utilizasse as entrevistas apenas como material informativo e complementar às falas das usuárias.

Apenas após conseguir entrevistar um número de mulheres que considerei adequado em Calama – no caso, em torno de duas mulheres de cada região do distrito –, comecei a pensar e planejar minha entrada em campo na Zona Leste. A tarefa na cidade foi muito mais trabalhosa que na comunidade ribeirinha. Acessar as pessoas na cidade, em uma zona periférica e coberta pelo estigma da pobreza e violência é um processo lento e que necessita

de um mediador, alguém “de dentro” para garantir também minha integridade física, conforme aponta Zaluar (1994).

Realizei, primeiramente, uma visita ao CRAS Betinho, situado na Zona Leste. Depois de uma pesquisa pela internet, descobri que havia três CRAS na região e resolvi visitá-los, mas, chegando ao equipamento, percebi que seria difícil acessar as pessoas no local. Na ocasião, o CRAS era um grande salão com uma recepcionista/atendente para dar informações básicas e duas ou três pessoas atendendo as pessoas que estavam dispostas como se fosse em uma agência bancária, em fileiras com cadeiras de plástico e todos com uma fisionomia de cansaço, como se estivessem esperando há muito tempo para serem atendidos ou não estivessem conseguindo o que almejavam no local. A sensação que tive naquele momento era de que eu não conseguiria abordar ninguém em um local assim. Como abordar alguém, de que maneira, sem parecer uma intrusa, despertando medo ou curiosidade nas pessoas? No momento da visita, o CRAS havia há pouco se instalado no prédio atual. Por fora, não havia indicações de que se tratava de um CRAS e, por dentro, o local indicava que antes aquele local era ocupado por alguma igreja – um grande salão com pé-direito alto e, ao fundo, uma porta que daria acesso à sala da coordenação do equipamento. Nesse dia, consegui conversar com a então coordenadora, que foi bastante solícita, mas não poderia me dar informações mais precisas sobre o funcionamento do CRAS Betinho porque havia há pouco chegado do Amazonas, ainda não conhecia a realidade local, então sugeri que eu procurasse “o pessoal da SEMASF”, ou seja, a gestão. Nem fiz a tentativa com os outros CRAS da Zona Leste.

Sem desistir, resolvi tentar entrar em campo por outras frentes: participei de reuniões do Plano Diretor de Porto Velho que foram realizadas na região da Zona Leste – a fim de encontrar lideranças que estivessem presentes, mas apenas empresários se faziam presentes; visitei a Associação São Tiago Maior, que me havia sido indicada como organização que realizava trabalhos com pessoas pobres e onde poderia encontrar usuários do PBF em suas atividades; visitei a Associação de Bairro Jardim Santana por indicação de uma estudante da Unir, que comentou sobre as diversas atividades que são realizadas para os moradores na associação; visitei em mais de um momento a Praça CEU (Centro de Artes e Esportes Unificados) em dias que eventos estavam sendo realizados no local.

Na Praça CEU, consegui entrevistar a coordenadora, que me explicou como funciona o espaço e quais atividades são ofertadas pela Praça, desde uma agência do SINE<sup>45</sup> até uma

---

45 Sistema Nacional de Emprego

extensão do CRAS Betinho, contando com uma extensão da Biblioteca Municipal Francisco Meirelles onde qualquer pessoa pode utilizar o material e há espaço para leitura e estudos, assim como uma quadra poliesportiva onde é ofertada uma série de atividades físicas e culturais para a população dos bairros adjacentes. As Praças CEU fazem parte da política de acesso à cidadania contida no PAC, através de atividades que envolvam expressões artísticas, esportes, cultura, lazer, informação, qualificação, entre outras ações. Os espaços físicos foram pensados para serem construídos em territórios de vulnerabilidade social<sup>46</sup>.

A conversa com a coordenadora da Praça à época foi importante porque ela me indicou uma pessoa com quem eu poderia ter acesso a moradores da Zona Leste. Passou-me o contato de Vera, síndica do Porto Belo II, residencial entregue como parte do Projeto Minha Casa Minha Vida (PMCMV) no município. Foi através de Vera e de minha visita a esse condomínio que consegui acessar algumas entrevistadas da Zona Leste.

Outra frente em que obtive sucesso foi com a Associação de Bairro Jardim Santana. Em visita à associação, conheci o local e tive oportunidade de realizar entrevistas com pessoas da diretoria da associação que me indicaram entrevistadas também. Ademais, entrei no Bairro Mariana através de um estudante de Ciências Sociais, que mantém projeto social no referido bairro e constitui uma liderança entre os jovens daquela localidade. Ele desenvolveu um projeto social ao longo de vinte anos, ensinando futebol para crianças e jovens do Bairro Mariana. Ele também já atuou como Conselheiro Tutelar. Através dele foi possível conhecer melhor o bairro, a região e um pouco da história da Zona Leste – algo que também foi possível por meio da figura de Leonilson Felix, atual diretor da Associação São Tiago Maior. Esses últimos são antigos moradores da região e demonstraram conhecer bastante a história desta zona periférica de Porto Velho.

Ao contrário de Calama, as usuárias do PBF da zona urbana carregaram um olhar de desconfiança, e o desenrolar de nossas conversas, em especial sobre sua vida privada, foi um processo de insistência. De fato, essa postura era esperada antes mesmo do início das entrevistas da pesquisa, os primeiros encontros não são fáceis, afinal somos estranhos e se faz necessário o rompimento de uma “hierarquia” na busca de uma conversa, uma troca entre “iguais” (MARTINS, 1993; ZALUAR, 1994; KAUFMANN, 2013). No entanto, o acolhimento que obtive em Calama me fez imaginar que o restante das entrevistas operariam

---

46 A Portaria nº 876, de 15 de maio de 2019 do Ministério da Cidadania alterou o nome do Centro de Artes e Esportes Unificados (CEU) para "Estação Cidadania – Cultura". Sobre as Praças CEU, foram consultados os sites do Ministério do Planejamento <<http://pac.gov.br/infraestrutura-social-e-urbana/centro-de-artes-e-esportes-unificados>> e do Programa Estação Cidadania <<http://estacao.cultura.gov.br>>.

de forma semelhante. Em média, as entrevistas duraram entre 30 minutos a quase 3 horas de conversa; as mais curtas ocorreram na cidade.

Foram realizadas ao todo treze entrevistas na zona urbana e doze entrevistas no distrito de Calama. Entretanto, duas entrevistas não foram utilizadas para a análise devido a dificuldades de capturar informações consistentes em ambas as entrevistas. Não raro foi o fato de algumas entrevistadas comporem relatos com informações desencontradas, em especial, no que se refere a acontecimentos e os momentos em que se realizaram. Embora isso tenha ocorrido, foi possível resgatar um itinerário desses acontecimentos na vida de quase todas as entrevistadas, exceto nesses dois casos.

Todas as entrevistas com as usuárias do PBF ocorreram em suas casas, com exceção da primeira entrevista realizada em Calama, em que a entrevistada preferiu realizar a entrevista em outro local alegando que em casa seria muito difícil dar-me atenção, porque seus filhos não permitiriam. Em um primeiro momento, acreditei que a razão disso seria uma espécie de constrangimento em me receber em sua casa, mas, depois, acabei por entender seu argumento – ela possui dois filhos especiais e, talvez, teríamos dificuldade de manter um diálogo na residência dela. Destaco que, embora recebida em suas casas, a grande maioria das mulheres em Calama não me convidou para entrar, as entrevistas ocorreram na parte externa de suas casas – no quintal ou abaixo de algum alpendre.

Na Zona Leste, todas as entrevistas ocorreram no interior das casas. Não obstante o fato de que não posso concluir a razão dessa distinção, se por falta de confiança ou constrangimento, o caso é que, na zona urbana, as casas também não possuíam a mesma estrutura que as casas da comunidade ribeirinha – não me recorde de nenhuma residência que possuísse um alpendre para que as mulheres pudessem me receber e conversar comigo protegidas do sol quente ou da chuva.

O período de realização das entrevistas foi entre maio de 2018 a maio de 2019. As primeiras a serem realizadas foram em Calama, isso porque a entrada em campo no distrito foi realizada de forma paulatina, considerando que eu não conhecia o distrito e que para isso era necessário realizar viagens que levavam em consideração planejamento financeiro<sup>47</sup>.

---

<sup>47</sup> Destaco que realizei a pesquisa com recursos próprios. Fui contemplada com uma bolsa da FAPERO durante 26 meses e que foram de suma importância para me manter em Belo Horizonte durante o curso das disciplinas e contribuíram de certa forma para que eu pudesse custear esses gastos. No entanto, foi apenas um apoio e não foi o suficiente para financiar todos os gastos com transporte, alimentação e hospedagem quando houve deslocamento para Calama. Mais idas ao distrito se faziam necessárias, mas considerando a ausência de financiamento, fiz o planejamento de acordo com minhas possibilidades financeiras.

Encerro essa seção citando Kaufmann (2013, p. 60 e 61) sobre o trabalho de campo: “[...] o trabalho de campo é tão rico que ele acaba afogando o pesquisador, inicialmente maravilhado por tanta riqueza, depois incapaz de dominá-la.” De fato, há um mundo de riqueza sociológica encontrada em campo, e conseguir delimitar as fronteiras do que é possivelmente exequível e do que não o é representa uma espinhosa tarefa.

### 3.3. O MATERIAL DE ANÁLISE

O roteiro foi previamente construído com base nas revisões teóricas e metodológicas realizadas para o projeto, porém, ele foi alterado após a primeira entrevista e adaptado para cada campo. Ademais, como dito anteriormente, foram adaptados os roteiros para entrevistar agentes da sociedade civil. Essas adaptações eram previsíveis, considerando que a cada entrevista são encontrados indícios que nos conduzem a mudanças necessárias no processo de investigação – hipóteses que são construídas e desconstruídas ao longo da trajetória de pesquisa (BERTAUX, 2005; KAUFMANN, 2013). Como ocorreu com a primeira entrevista realizada em Calama, cujas informações sobre a realidade local serviram de guia para compreender melhor uma realidade até então desconhecida por mim – isso possibilitou rearranjar os questionamentos que previamente foram pensados a partir a teoria, readequando-os à realidade do campo de pesquisa.

A partir das entrevistas foram elaboradas fichas biográficas das mulheres entrevistadas, com datas, acontecimentos de referência quando a data era incerta, bem como uma tentativa de construção de um itinerário da trajetória relatada. O relato de vida, como técnica, busca reconstruir as falas das pessoas entrevistadas no sentido de montar, à forma de um quebra-cabeça, uma estrutura diacrônica de acontecimentos biográficos relatados pelas entrevistadas. Suma importância é ter consciência de que os relatos possibilitam que tenhamos acesso a informações que se mostram relevantes e possuem sentido para os sujeitos da pesquisa. A partir delas, é possível encontrar os processos e mecanismos sociais a nível meso e macroestruturais quando surgem de forma recorrente em suas falas (BERTAUX, 2005; KAUFMANN, 2013).

Nesta pesquisa, não raras foram as vezes em que a construção de uma ficha biográfica com uma ordem cronológica coerente com a ordem temporal como conhecemos – a forma cartesiana do tempo – foi uma tarefa árdua. Conforme pontua Martins (1993, p. 36), o pesquisador deve estar atento às diferentes concepções de tempo, pois, muitas vezes, esse tempo não é linear, como presume nossa visão do tempo. Nesse primeiro passo para organizar o material da entrevista, foi necessário organizar esse itinerário de forma mais maleável, em que o importante foi apontar alguns acontecimentos-chave na vida das mulheres e, a partir deles, traçar os itinerários. Como bem ressalta Bertaux (2005), esse material apresenta uma estrutura diacrônica, em que os acontecimentos não são postos de forma cronológica, mas com referências a momentos e acontecimentos que são relevantes na vida das entrevistadas.

Depois das fichas individuais, elaborei uma tabela com informações das usuárias do PBF de Calama e da Zona Leste a fim de montar um desenho mais amplo dos dados e do perfil das entrevistadas. Dessa maneira, era possível visualizar as semelhanças e diferenças entre as entrevistadas e, a partir disso, iniciar a traçar um paralelo das realidades dessas mulheres em ambas as localidades.

Ao cabo, a análise centrou-se em buscar as políticas públicas que atravessam as trajetórias relatadas por essas mulheres, assim como a presença do Estado no contexto em que vivem, no seu território. Quando não observada a atuação do Estado, buscou-se compreender quais estratégias são elaboradas por elas, por suas famílias e pela sua comunidade para responder à “ausência” do poder público. “[...] *ao recolher os fragmentos, ele (sociólogo) observa diretamente o social em ato* (KAUFMANN, 2013, p. 151)”.

Por fim, resta destacar que a análise levou em conta o que Martins (1993) denomina de código da duplicidade, isto é, um fator que modula a fala dos sujeitos que estão dispostos a conversar com o pesquisador, o estranho. Nas suas palavras: *o que é dito nem sempre corresponde ao que é feito e o que é feito nem sempre se espelha no acontecido. [...] O sociólogo não vai ouvir deles senão aquilo que eles decidiram que devem dizer-lhe* (idem, p. 32 e 33).



Tabela 1. Panorama das Mulheres de Calama

NOME	KAUANE	ARACI	TACIRA	ANA ROSA	GUARACI	LAURA	MAIARA	MARIA	JANAÍNA	YASMIN	NADI
RAÇA	Branca	Branca	Negra	Negra/Indígena	Branca	Branca	Branca	Branca	Negra/Indígena	Negra	Indígena <sup>48</sup>
IDADE	34	31	46	35	47	58	38	44	39	28	39
RELAÇÃO CONJUGAL	Casada	Divorciada	Companheiro	Casada	Viúva	Casada	Solteira	Coabitação	Casada	Solteira	Casada
FILHOS	1 (1 de criação) '2'	3	12	6	11	6 (criou 7 cunhados) '13'	8	3	4	1	6
NATURALIDADE	Calama (PVH)	Calama (PVH)	Ilha Nova (PVH)	Humaitá (AM)	Humaitá (AM)	Ji-Paraná (RO)	Humaitá (AM)	Lago do Cuniã (PVH)	Santa Isabel (PVH)	PVH (cidade)	Maici (PVH)
ORIGEM PAIS	AM	AM	CE e RO	AM	AM e RO	ES e RO	AM	CE e AM	AM	AM	AM e RO
ORIENTAÇÃO RELIGIOSA	Assembléia de Deus	Luz do Calvário	Nada	Nenhuma, mas prefere evangélica	Assembléia Madureira	Frequenta todas, prefere Madureira	Católica, frequenta a Assembleia de Deus	Cristã do Brasil	Acredita em Deus, mas não em Santo	Acha que é católica	Adventista
ESCOLARIDADE	5ª série	Ensino Médio	1ª série	Sem	6ª série	Sem	6ª série	Ensino Fundamental	6ª série	Ensino Médio	Ensino Fundamental
TRABALHO ATUAL	Dona de Casa	Descasca mandioca, roça	Dona de casa	Empregada doméstica	Descasca mandioca, fabrica remos, roça	Roça (ultimament, doente)	Roça e tratamento de peixe	Descasca mandioca, roça e pesca	Dona de casa	Descasca mandioca	Dona de casa
EXPERIÊNCIAS DE TRABALHO	Roça e Pesca	Roça	Empregada doméstica	Empregada doméstica (faxina)	Roça e fabricação de remos	Roça, seringal, farinha	Roça e tratamento de peixe	Roça, pesca, salgados para vender, mandioca	Somente tarefas domésticas	Revendedora de roupas, caixa de supermercado	Nunca trabalhou fora de casa

48 Declarou-se descendente indígena da etnia dos Parintintins.

NOME	KAUANE	ARACI	TACIRA	ANA ROSA	GUARACI	LAURA	MAIARA	MARIA	JANAÍNA	YASMIN	NADI
QUALIFI- CAÇÃO	Não	Primeiros Socorros	Não	Não	Não	Não	Não	Emater – aproveitamento da mandioca	Não	Informática básica	Não
OUTRAS POLÍTICAS	Seguro-defeso	Se cadastrou, mas nunca recebeu carteira de pesca.	Seguro-defeso	Não	Pensão por morte do marido	Seguro-defeso	Não	Seguro-defeso	Seguro-defeso	Se cadastrou, mas nunca recebeu carteira de pesca	BPC de um filho, mas laudo de dois
PBF (VA- LOR EM REAIS)	Não revelou	125	160	296	300	140	212	48	Menos de 200	130	220

Tabela 2. Panorama das Mulheres da Zona Leste

NOME	FLORIANA	BARTIRA	SUSANA	VIOLETA	DEISE	ROSEMARY	LISANE	JOANA	AÇUCENA	POTIRA	GARDÊNIA	MARJORE
RAÇA	Negra/Indígena	Branca	Negra	Negra/Indígena	Negra	Negra/Indígena	Branca	Branca	Branca	Branca	Branca	Branca
IDADE	41	32	29	19	22	22	27	38	35	43	38	27
RELAÇÃO CONJUGAL	Casada	Casada	Casada	Solteira	Solteira	Casada	Casada	Casada	Separada	Casada	Casada	Solteira
FILHOS	6 (1 de criação) '7'	5	2	1	3	2	2 (cria 2 enteados) '4'	5	2	5	2	2
NATURALIDADE	Cruzeiro do Sul (AC)	Jaru (RO)	PVH	PVH	PVH	PVH	PVH	PVH	Barra do Corda (MA)	Janiópolis (PR)	Cruzeiro do Sul (AC)	PVH
ORIGEM PAIS	AC	ES	AM e PA	AC	PVH	AM e PI	RO e AM	AM	MA	PR	AC	BA e MG (migração)
ORIENTAÇÃO RELIGIOSA	Assembleia Madureira	Presbiteriana	Nenhuma fixa	Cristã do Brasil (antes do abuso do pai)	Frequenta Igrejas Evangélicas	Não tem	Pentecostal Estrela da Manhã	Evangélica	Presbiteriana	Mundial de Deus	Presbiteriana	Crê em Deus
ESCOLARIDADE	2ª série	1ª série	Ensino Médio	Ensino Médio	Cursando EM	1º ano EM (desistiu)	Ensino Médio	Sem	Ensino Médio	1ª série	Ensino Médio	EM (quer ES)
TRABALHO ATUAL	Dona de casa	Bicos de Diarista	Dona de casa (Pastoral da Criança voluntária)	Dona de casa	Dona de casa	Dona de casa	Dona de Casa (Voluntária na Ass. São Tiago Maior)	Cuida de uma criança (na sua própria casa)	Bicos de diarista	Dona de casa	Dona de casa	Entrega leite, vende caldo de cana
EXPERIÊNCIAS DE TRABALHO	Roça e empregada doméstica	Roça e empregada doméstica	Empregada doméstica	Bicos em lanchonetes	Comércio	Bicos em lanchonetes e no comércio	Aux. Adm.; comércio	Empregada doméstica	Empregada doméstica (diárias)	Roça; Fabricação de carvão; cozinheira	Nunca trabalhou fora de casa (Pastoral da Criança)	Trabalhou em supermercado

NOME	FLORIANA	BARTIRA	SUSANA	VIOLETA	DEISE	ROSEMARY	LISANE	JOANA	AÇUCENA	POTIRA	GARDÊNIA	MARJORE
										(teve restaurante)	ça voluntária)	
QUALIFICAÇÃO	Não	Não	Tec. em vendas e secretariado	Básico em Informática	Não	Não	LIBRAS, assessoria de imprensa	Não	Secretariado, informática básica	Não	Marketing, vendas e recepcionista	Não
OUTRAS POLÍTICAS	Não conseguiu BPC – filhos com deficiência	Não	PMCMV	Não	Não	Não	PMCMV	Não	Não	Não	Não	Não
PBF (VALOR EM REAIS)	82	325	82	82	130	171	171	150	Não revelou	120	257	82

## 4. A TRAJETÓRIA DAS MULHERES DE CALAMA E DA ZONA LESTE DE PORTO VELHO-RO

Este capítulo apresenta as trajetórias das mulheres entrevistadas na tentativa de situar o leitor sobre as suas vidas, seus relatos. Nesse sentido, o objetivo perseguido nesta seção é traçar uma análise sobre a presença do Estado na trajetória dessas mulheres, bem como a presença de outros atores e/ou instituições que emergem em suas falas e estão presentes nas suas narrativas.

No primeiro momento, apresento as entrevistadas, seu ambiente, o contexto em que estão inseridas e o contexto de sua origem para, a partir disso, pinçar questões relevantes para análise de suas trajetórias. Nesse percurso, questões como a migração, a religião, as políticas públicas, o Estado e outros atores sociais surgem enquanto temáticas que cruzam suas vidas e merecem destaque. Sendo assim, são abertas seções para explorar mais detidamente cada tema.

### 4.1. AS MULHERES: AS TRAJETÓRIAS

A entrada em campo em ambas as localidades ocorreu em momentos distintos. Em 2018, realizou-se a maior parte das entrevistas em Calama; no entanto, na Zona Leste – considerando também a decisão posterior em agregar o campo da região urbana –, as entrevistas ocorrem em 2019. Em Calama, a técnica da bola de neve se desenrolou de forma mais fluida: a cada entrevistada, eu saía com uma indicação de outra usuária que poderia vir a ser entrevistada por mim. Quando se esgotava, em algum momento, eu recorria a indicações do administrador do distrito ou à primeira entrevistada, com quem obtive muitas informações sobre a localidade, bem como dos moradores. **Nadi** representou para mim, nesta etapa da pesquisa, uma importante interlocutora no acesso à comunidade. Ao estilo de Doc – personagem essencial na pesquisa de Whyte (2005), *Sociedade de Esquina: a estrutura social*

*de uma área urbana pobre e degradada* –, **Nadi** representou uma facilitadora ao meu acesso a Calama, assim como possibilitou a ampliação da minha rede de contatos no distrito.

Cabe destacar, inclusive, que **Nadi** foi a única das mulheres cuja entrevista ocorreu fora do seu ambiente doméstico, de sua casa. Argumentei com ela, a fim de que eu pudesse conhecer sua casa, observar o local onde mora e que gostaria de conversar com ela em um local onde ela se sentisse à vontade. Contudo, foi categórica em me afirmar que se sentiria à vontade em qualquer lugar, mas preferia um ambiente mais calmo – em casa, não teria como me dar atenção, seus filhos não permitiriam. E o transcorrer das entrevistas me confirmou sua fala. Realmente, todas as entrevistas restantes foram realizadas nas casas das usuárias, ou no interior de suas casas ou embaixo a alpendres externos. Em praticamente todas, em meio aos nossos diálogos se sobrepõem outros diálogos entre as mães e seus filhos ou mesmo das crianças brincando ao nosso redor – sons que revelam ainda mais o cenário dessas mulheres-mães-donas-de-casa<sup>49</sup>.

Se **Nadi** foi importante em Calama, não posso deixar de fazer referência a Francisco, na Zona Leste. Inegável que a entrada em campo na zona urbana preocupava-me mais, o ritmo acelerado e individualizante (SIMMEL apud MELO, 2018) da cidade cujo modo de vida urbano e aparentemente racional (MARTINS, 2008; LEFEBVRE, 1991) poderia facilmente me ignorar por ser mais uma às suas portas era um fator a ser considerado. Além disso, eu desconhecia os bairros mais periféricos da Zona Leste, onde eu desejava me inserir.

Zaluar (1994) nos retrata uma cena bastante interessante sobre seu processo de entrada em campo na Cidade de Deus, bairro periférico do Rio de Janeiro. Uma cena envolvendo o medo do desconhecido e, principalmente, o medo fruto da imagem construída pela mídia acerca daquele lugar onde ela iniciaria sua pesquisa. Reportagens sobre violência e criminalidade faziam parte dessa construção ideológica que estigmatizava a periferia – algo não muito diferente da representação que se faz na cidade de Porto Velho sobre a Zona Leste.

*A Zona Leste não é somente esquecida, ela é abandonada. Tudo que não prestava se jogava pra Zona Leste. Tudo que acontecia de errado era a Zona Leste, poderia ter acontecido um crime lá perto da Jorge Teixeira... ah mas foi pra banda da Zona Leste.* Esse é um trecho extraído da entrevista realizada com Leonilson, atual presidente da Associação São Tiago Maior, situada na região. Ao justificar as razões pelas quais foram sendo criados projetos sociais na região, ele relata a forma como a sociedade porto-velhense percebia e

---

49 Mulheres-mãe-donas-de-casa é uma expressão utilizada por Sarti (1994) e que tomo emprestada para me referir às entrevistadas.

ainda percebe a Zona Leste. Essa percepção conecta a pobreza, a violência e a criminalidade, como se fossem questões simbióticas. Sua fala é representativa na medida em que ele também é morador da Zona Leste.

**Leonilson** – *Quando nós viemos morar no Tancredo Neves, nessa área aqui, existia cinco casas. O resto era só matagal pra tudo quanto era lado. Aí quando foram construindo as casas, quando nós viemos, nós éramos a quinta casa, aí o pessoal veio construindo mais, outra barraquinha... Na época você morava em casa de palha que era só mesmo a parede, em cima tudo aberto, ventilava. Não tinha isso de bandido nem nada. Aí foi crescendo, né, porque Porto Velho não crescia pra lá crescia pra cá.*

As famílias de Leonilson e Francisco chegam à região em um período em que a cidade sofre um processo de expansão urbana em direção à Zona Leste, a partir da década 1980, quando o município presencia o ciclo de prosperidade econômica devido ao garimpo. A região, até então explorada enquanto zona chacareira e, em muitos espaços ainda inexplorada, a partir desse momento, começa a receber vários movimentos de ocupações urbanas – as chamadas “invasões<sup>50</sup>”, conforme pontua Borzacov (2016). Diferentemente da Cidade de Deus, local que recebeu moradores removidos de outras áreas da cidade, a Zona Leste de Porto Velho surge como consequência do crescimento econômico do município<sup>51</sup> – afinal, a tendência de ocupação segue o sentido da terra firme.

Embora a Zona Leste carregue o estigma da violência, da pobreza, não senti e nem percebi – num primeiro momento – o medo que invadiu Zalar e nem a sensação da distância social entre mim e aquele lugar. Digo num primeiro momento porque, de fato, ao conversar com as moradoras, ao ser recebida em suas casas, eu senti em seus olhos e em suas atitudes a deferência com que me tratavam – algo sobre o qual, muito embora meus conhecimentos de socióloga pudessem me alertar, meus sentimentos de pertença a lugares como aquele não permitiam eu perceber que já não estou mais na mesma posição social.

Cresci em um bairro periférico, onde o entorno da minha residência eram casas de “invasão”, estudei o ensino fundamental no colégio do bairro, onde as gangues à porta da escola estiveram sempre presentes sob a vista grossa de qualquer um que pudesse evitar a

50 Conforme Nascimento *et al* (2012), muitas áreas atualmente urbanas na capital eram terras devolutas. Por isso destaco o termo invasão que é utilizado pela autora, um termo que não parece adequado quando se trata da ocupação de terras que não estavam cumprindo sua função social, conforme prevê a Constituição de 1988. O termo ocupação cumpre melhor a designação do ato ao qual a autora se refere.

51 Segundo Borzacov (2016), apenas o Bairro Embratel, que se situa na região, aparece enquanto um bairro que surge para receber moradores removidos de outras áreas, no caso, moradores das proximidades do Rio Madeira que viviam no ramal São Domingos e no Bairro Baixa do União.

presença daqueles meninos ainda adolescentes oferecendo drogas aos estudantes. Mesmo privilegiada, sendo filha de professores da rede pública de ensino, nunca tive e ainda hoje não sei o que é ter alguém em minha casa realizando os serviços domésticos. Cresci em um ambiente em que as minhas melhores amigas eram e continuam a ser as filhas das domésticas, as mães de minhas amigas eram trabalhadoras como outras, não as via em um lugar subalterno porque estávamos “em pé de igualdade”, frequentando praticamente os mesmos espaços.

No meu imaginário, continuo a ser aquela Barby, moradora da vila, da periferia, estudante de uma escola cujos muros viviam pichados com as marcas das gangues locais. No meu imaginário, estar ali, nos bairros pobres da cidade, era reviver um espaço de uma posição social que já não é mais minha. Foi quando as mulheres entrevistadas, ou mesmo Francisco, meu facilitador, reconheceram-me como alguém diferente – o que de fato eu sou –, é que percebi que estava em uma posição semelhante à de Zaluar (1994, p. 11), havia entre nós os obstáculos de classe: *“Comecei a me dar conta, por esta forma violenta, da invisível e poderosa hierarquia da nossa sociedade.”*

Sendo assim, é possível dizer que não vivi o medo da violência, mas vivi o medo de não ser aceita em um espaço ao qual julgava pertencer de alguma forma. No entanto, embora destemida em adentrar nos bairros, eu precisaria de alguém que pudesse abrir as portas para mim, essa pessoa foi Francisco. Indicado para mim por um colega, que havia me dito que Francisco era envolvido com projetos sociais e era morador do Bairro Mariana. Francisco e sua esposa me receberam em sua casa e me indicaram algumas mulheres de que eles tinham certeza que recebiam Bolsa Família e, a partir disso, senti-me capaz de explorar mais a região. Assim, do Bairro Mariana, segui rumo a outros bairros, como o Socialista, Jardim Santana, Tancredo Neves e São Francisco.

#### 4.1.1. AS CASAS

Em Calama, casas simples, em sua maioria, um ou dois quartos, todas com acesso à água encanada da CAERD<sup>52</sup>, com fossas sépticas e sem nenhum acesso ao tratamento de lixo.

---

52 Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia



Aliás, o lixo é um problema central da comunidade ribeirinha – figura entre as mais frequentes reclamações das moradoras. Há pessoas que ainda enterram o lixo, mas em sua maioria, colocam fogo. Em suas falas, relatam que só quem mora na região central do distrito é que coloca o lixo à beira do rio. “*Lá na frente, eles tudinho joga na beira do rio, eu falo pro administrador, o Abelha, que ele não enxerga que o pessoal manda jogar lixo lá na frente (Yasmin)*”

Importante fazer aqui uma distinção a respeito das moradias. Na Zona Leste, na maioria das casas das usuárias, não se utiliza de água da CAERD, mas de poços artesianos. O saneamento básico é um dos problemas sociais mais evidentes da capital. Em *ranking*<sup>53</sup> sobre saneamento básico, das 100 (cem) maiores cidades brasileiras, Porto Velho figura em último lugar pela segunda vez consecutiva, em 2019, apresentando um índice de 31,78% de atendimento total de água. Ou seja, nem um terço da população do município tem acesso à água tratada. Assim, é comum as casas serem abastecidas de água através de poços artesianos, sem tratamento algum por parte dos moradores na sua maior parte.

Suas casas também são simples, mas são mais amplas, com mais cômodos e de alvenaria (diferente das casas de Calama). Essas diferenças também respondem à realidade distinta em que vivem as famílias, vale destacar que construir uma casa de alvenaria no distrito ribeirinho exigiria mais custos para transporte dos materiais, sem considerar que, dependendo da localidade no distrito, as casas podem sofrer com possíveis cheias do Rio Madeira.

Existe, na Zona Leste, a presença mais forte da família extensa<sup>54</sup> nas casas das mulheres, como netos, pais/mães e sogros/sogra. Na casa de seis entrevistadas, foi possível evidenciar que moravam com mais pessoas – cunhados que estão temporariamente buscando moradia, sogras e pais que abriram as portas para os filhos e suas noras, bem como novas famílias sendo constituídas pelos filhos e filhas das entrevistadas. Como é o caso de **Floriana**, que abriga novamente a filha (22 anos) que casou e separou-se recentemente, trazendo consigo dois filhos, um de seis anos e outra de dois anos de idade, e outro filho dela, com 23 anos, que também se separou, mas construiu um *uma pecinha* (um cômodo, um quarto) aos fundos de sua casa. **Susana**, que há dois anos mora em Porto Belo II, empreendimento do PMCMV, temporariamente está recebendo sua ex-cunhada e sua sobrinha em casa, *dando*

53 Disponível em: <[http://www.tratabrasil.org.br/images/estudos/itb/ranking-2019/PRESS\\_RELEASE\\_\\_\\_Ranking\\_do\\_Saneamento\\_NOVO.pdf](http://www.tratabrasil.org.br/images/estudos/itb/ranking-2019/PRESS_RELEASE___Ranking_do_Saneamento_NOVO.pdf)> Acesso em mar. 2020.

54 Por família extensa, me refiro a familiares que estão além da fronteira da família nuclear conjugal, pais-filhos.

*uma força* após a separação do casal. Outro caso é o de **Rosemary**, ela e sua família precisaram buscar abrigo na casa de sua sogra após o marido perder o emprego. **Deise**, atualmente, mora com o pai e a madrasta, mas, quando casada, morava com o marido na casa da sogra – lugar onde me recebeu para nossa entrevista, onde ela deixa os filhos para poder continuar estudando.

Isso foi notado de forma diferente em Calama. Ao que parece, entre as entrevistadas do distrito foi mais presente a ideia e a realidade da família enquanto núcleo independente que precisa de sua própria casa para viabilizar-se, conforme aponta Sarti (1994).

Quem casa, quer casa. Começamos por aí. Com o casamento, o ideal é a formação de um núcleo independente, porque uma família precisa de uma casa, aliás, condição para viabilizar uma família [...] A casa é onde realizam o projeto de ter uma família, permitindo, como observa Klaas Woortmann (1982), a realização dos papéis centrais na organização familiar, o de pai de família e de mãe/dona-de-casa (SARTI, 1994, p. 76).

A presença de filhos e filhas com os netos nas suas casas foi menos frequente e suas falas demonstram sua percepção sobre isso: estar casado significa ter sua própria casa. **Maiara**, quando perguntada sobre os filhos que moram consigo, responde à situação da filha de dezoito anos como se respondesse a uma pergunta cuja resposta é óbvia: “*Não. É casada.*” Sua filha, obviamente, não morava em sua casa, porque tinha sua própria família.

Dentre as usuárias de Calama, a maioria possui companheiros, há três mulheres solteiras e/ou separadas e uma viúva, que ainda sofre o luto de um pouco mais de três anos. De maneira geral, são mulheres entre os 19 e 58 anos, a aparência das mulheres mais jovens, em Calama, especialmente, denota a experiência da lida no campo, todas parecem ser mais velhas do que realmente são. A entrevistada com mais idade, por exemplo, teve uma trajetória que inclui o trabalho em seringais em sua juventude e, até os dias atuais, um trabalho árduo na roça – ela completou 59 anos no Natal daquele ano<sup>55</sup>.

---

55 A entrevista foi realizada em 1º de outubro de 2018.

#### 4.1.2. AS ORIGENS

Na elaboração dos meus roteiros de entrevista, não dispus nenhum questionamento sobre a raça/cor/etnia das usuárias. Utilizei a categoria raça para identificar as mulheres, em detrimento das categorias de cor e etnia. Considerando raça como uma construção social, uma categoria que, longe de dar significado à dimensão biológica, diz respeito a um marcador social de diferença (SCHWARCZ, 2012) que estabelece hierarquias e discriminações sociais, utilizei a heteroclassificação das entrevistadas com base na minha percepção. Isso porque, em Calama, onde realizei as primeiras entrevistas, houve casos de mulheres que se autodenominavam enquanto *caboclas*, e esse termo, no sentido em que elas atribuíam, carregava o peso do olhar dos outros e não os seus próprios olhares. Ademais, há um debate extenso sobre o uso do termo caboclo, sobre suas conotações pejorativas que permearam a história brasileira e também sobre seus usos enquanto identidade cultural ou mesmo não-identidade (RODRIGUES, 2006; OLIVEIRA, 1997).

Oliveira (1997), ao analisar o lugar dos índios nos censos nacionais, problematiza os termos pardos, caboclos e mestiços e aponta o quanto esses termos puderam, ao longo da história, invisibilizar a população indígena. Segundo o autor, o racismo à brasileira que construiu as bases para a constituição de uma identidade nacional baseada na democracia racial utilizou categorias como essas para legitimar o discurso da mestiçagem, a exemplo dos usos do termo pardo nos censos – o que reforçou as ideologias do branqueamento populacional ao longo do século XX. Além disso, o autor ainda salienta que ser pardo no Brasil tem diferentes significados a considerar a região a partir de onde se faz a referência. Ser pardo no sul do Brasil não é o mesmo que ser pardo na Amazônia.

*O que se registra em cada região como pardo tem uma origem histórica e uma realidade étnica absolutamente distinta e singular. No norte, para onde não existiu uma significativa transferência de escravos negros nem convergiram extensos fluxos de imigrantes, a categoria “pardo” evoca predominantemente e necessariamente a ascendência ou a identidade indígena (OLIVEIRA, 1997, p. 69).*

Essas questões também são exploradas por Schwarcz (2012, l. 1311) que, afirma o quanto este termo pode representar um *verdadeiro saco de gatos, a sobra do censo*. Por outro

lado, o termo caboclo não surge como uma categoria mais adequada para o caso de Rondônia, onde houve sim um fluxo de imigração considerável, em especial de sulistas. Isso porque não existe uma única definição do que seja caboclo, e a categoria perpassa a ideia de atribuição pelos outros, de um rótulo externo e negativo atribuído pelos que na Amazônia chegam, os não-caboclos (RODRIGUES, 2006).

*“Entretanto, a questão mais importante a ser considerada na análise da categoria caboclo é exatamente a da não-definição: o caboclo é aquele que está nas franjas, nas fronteiras da modernidade, o que é, de certo modo, contra a modernidade (RODRIGUES, 2006, p. 125)”*. A autora pondera que o termo caboclo pode atuar, nesse sentido, enquanto uma identidade de resistência das populações que têm sido rotuladas e abrir caminho para o exercício reflexivo e de constituição dos sujeitos amazônicos. Contudo, nas primeiras entrevistas, foi possível perceber que o ser caboclo, em suas falas, estava conectado à ideia do ser mestiço – nem índio, nem branco, nem negro – e não enquanto uma identidade política, de resistência.

Sendo assim, considerando que não acreditava ser possível utilizar o termo pardo enquanto um *curinga classificatório*, tampouco gostaria de lançar mão da categoria cor pela diversidade das percepções existentes sobre cor em nosso país, ou mesmo, etnia – já que não foi autodeclaratório – optei pelo uso da categoria raça enquanto questão de marca (SCHWARCZ, 2012). E, nesse aspecto, em um primeiro momento classifiquei as mulheres em brancas e não-brancas. As não-brancas, referindo-me a mulheres de origem negra, parda e indígena e cuja origem com exatidão não era possível apreender a partir do meu olhar e tampouco dos seus, considerando a forte presença do discurso colonizador que rotula aqueles que não são brancos, que atribui uma identidade negativa aos que não fazem parte da categoria “maior<sup>56</sup>”, os brancos (RODRIGUES, 2006). Ser não-branco, independente da origem, se indígena ou africana, é um marcador social de diferença e que, via de regra, é valorado negativamente em nosso país.

Contudo, ao fazê-lo, percebi que elaborar uma distinção binária entre brancos e não-brancos poderia incorrer em uma invisibilização das mulheres negras, assim como da única mulher declaradamente indígena que entrevistei. Sendo assim, identifiquei entre as não-brancas, as negras, a indígena e para aquelas mulheres cuja origem denotava mestiçagem e

---

56 O termo maior foi utilizado para ser fiel à afirmação da autora, mas talvez o mais apropriado seja o termo dominante. Isso porque na Região Norte os brancos nunca foram a maioria e os números dos censos históricos demonstram isso, conforme pontua Oliveira (1997).

cuja classificação demonstrou-se uma tarefa difícil, eu as aponte enquanto negras e/ou indígenas.

Assim, na Zona Leste foram entrevistadas sete mulheres brancas, duas negras e três mulheres negras e/ou indígenas. Em Calama, em uma proporção semelhante, foram entrevistadas seis mulheres brancas, duas mulheres negras, duas negras e/ou indígenas e **Nadi**<sup>57</sup>, única mulher a reivindicar sua ascendência indígena, reconhecendo a etnia Parintintins enquanto sua raiz cultural e identitária.

*Nadi é uma mulher de 39 anos, nascida em 1979, na localidade de Maici (localizada na fronteira político-geográfica entre RO-AM, em Calama), descendente indígena da etnia dos Parintintins. Filha de um homem branco com uma indígena, seus pais migraram de Maici para Calama quando o pai tornou-se cego devido a uma picada de cobra, e ela e seus irmãos já estavam em idade para estudar. Afirma que a razão da mudança era para que ela e seus irmãos pudessem estudar, mas há que se destacar que isso ocorre ao mesmo tempo em que o pai fica impossibilitado de trabalhar. Ele morre quando Nadi tem 8 anos de idade, mesma época dessa migração. Eles chegaram em Calama por volta do ano de 1987. A mãe cuidou da família praticamente sozinha e se tornou conhecida no distrito porque era parteira – uma atividade amplamente utilizada na região, não foram poucas entrevistadas que afirmaram terem seus filhos em casa com as parteiras locais. Nadi é a filha mais nova de uma prole com 7 mulheres e 3 homens, apenas um irmão e uma irmã não são mais vivos. Ela tem 4 irmãos residindo em Porto Velho, uma irmã em Roraima, outra em Humaitá-AM e um irmão que mora em sua casa. Nadi mora muito próxima ao barranco do rio, sua casa, de madeira, tem 5 cômodos e as marcas da enchente de 2014 – além da visível marca deixada pela água nas tábuas da casa, da pintura de um ‘x’ indicando que os moradores teriam direito à indenização referente à cheia. O banheiro de alvenaria não tem uma de suas paredes, que caiu com a força da água. Em sua casa, residem ela, seu marido, seus quatro filhos e seu irmão. O irmão e o marido atuam no mesmo ramo de trabalho, ambos são carregadores. Os carregadores são aqueles que ficam no barranco quando os barcos chegam para oferecer seus serviços de carregamento, ajudando os passageiros ou mesmo os comerciantes a descarregar todo e qualquer tipo de volume dos barcos para as suas casas ou estabelecimentos. Serviço essencial para o embarque e desembarque de cargas e que exige grande esforço físico. O pagamento é precário demais, segundo Nadi, ela afirma que o marido pode realizar um carregamento de uma geladeira (produto que exige bastante esforço), por exemplo, e no máximo receberá 30 reais pelo trabalho. Nadi demonstrou ter consciência política quando se refere à valorização do trabalho do marido, quando relata os abusos de autoridade que julga existirem por parte dos policiais militares locais, assim como quando menciona seus direitos, incluindo o direito ao usufruto da terra onde nasceu. De acordo com Nadi, o local onde nasceu é atualmente um território indígena e ela e sua família deveriam ter direito sobre parte dele, afinal eles eram moradores da localidade – afirmou*

57 Enquanto capítulo destinado à análise das trajetórias dessas mulheres, a partir deste momento, ao longo do capítulo ver-se-á textos em destaque a fim de apresentar parte da reconstrução dessas trajetórias.

*que pretende buscar mais informações a respeito disso. Ela estudou até a 8ª série do Ensino Fundamental, não continuou os estudos porque engravidou aos 15 anos. Relata que, ao ficar grávida, foi morar com a irmã, em Roraima, na tentativa de sua mãe em esconder a gravidez indesejada, algo que já havia acontecido com a referida irmã, que residia em Boa Vista. Em 1995, ela se muda para Roraima e tem seu primeiro filho, depois de 5 meses, conhece o primeiro marido, que a conhece e resolve registrar o filho dela como dele também. Com o primeiro marido, Nadi teve um filho em 1997 e morou em Manaus, assim como na Venezuela, seu marido trabalhava no ramo da construção civil – o que possibilitou conhecer esses lugares. Cansada das traições do marido, resolve voltar a Calama com os filhos – algo que só foi possível com a ajuda da Igreja. Nadi relata que a Igreja Adventista, congregação de que ela participa desde o ano 2000 foi quem possibilitou sua viagem de volta, emprestando dinheiro para que pudesse arcar com os custos de sua viagem. Foi exatamente neste ano que ela se tornou adventista e que ela retornou a Calama. Com o atual marido, Nadi tem 4 filhos, um menino de 12 anos, uma menina de 10, um menino de 9 e outro de 4 anos. O filho mais velho do atual casamento recebe BPC por ter sido diagnosticado com TEA em 2013 e o menino mais novo está em vias de receber diagnóstico semelhante. Os médicos que atendem seus filhos periodicamente no CAPS em Porto Velho suspeitam que o seu caçula possui TEA também. Ele está realizando consultas. Seus filhos mais velhos, frutos do primeiro matrimônio, moram em Roraima, chagaram a morar com ela, mas quando mais velhos, decidiram morar perto do pai. Nadi relata que o pai nunca ajudou com nada quando ela saiu de Roraima para Calama com os filhos, apenas quando os filhos foram morar com ele. Atualmente, os filhos não moram com o pai, mas moram juntos – o mais velho trabalha em um supermercado, já terminou o ensino médio e o mais novo ainda estuda. Ao falar sobre os filhos que estão distantes, Nadi se emociona bastante ao lembrar que está distante dos filhos. Nadi é dona de casa e afirma que “não trabalha” porque faz questão de fazer todas as tarefas da casa, não permite que seus filhos trabalhem – ela faz tudo para que seus filhos possam apenas estudar e brincar. Ela recebe 220 reais do Bolsa Família e o BPC do filho, além disso, a outra fonte de renda é o trabalho realizado como carregador do marido.*

Saliente-se que a família de origem das entrevistadas em Calama, em sua maioria, são famílias que saíram de comunidades ribeirinhas do Amazonas, que subiram o rio para se instalar em Calama. Um processo de busca por melhoria de condições de vida que não difere muito das famílias de origem das entrevistadas urbanas. É razoável afirmar que a maioria das mulheres entrevistadas carrega consigo a história de uma família que saiu do local de origem até Porto Velho em busca de uma vida melhor. No caso das famílias que moram na região urbana, as famílias saíram do interior do estado ou de outros estados para a capital.

Embora venham de famílias cuja origem é de outro lugar que não Porto Velho, a maioria das entrevistadas são nascidas na capital. No caso de Calama, as que não são calamenses, são de comunidades próximas ou de Humaitá, cidade do Amazonas que fica mais

próxima<sup>58</sup> de Calama quando comparado com Porto Velho, à exceção de **Laura**, que nasceu no interior do estado. Na zona urbana, há três mulheres que não são do estado, elas mesmas migrando com suas famílias para a cidade. Uma das entrevistadas é nascida no Paraná, mas ainda criança acompanhou os pais adotivos no processo migratório que colonizou o interior de Rondônia.

*Laura nasceu em Ji-Paraná, filha de mãe rondoniense e de pai capixaba. Completou 58 anos de idade em dezembro de 2018. Nascida em 1960, quando o município de Ji-Paraná ainda era o distrito Vila de Rondônia (pertencente ao município de Porto Velho). A região recebeu grande fluxo migratório ainda nesse período devido à abertura da atual BR-364, promovida pelo governo de Juscelino Kubitschek. Essa região, às margens dos Rios Ji-Paraná (Rio Machado) e Urupá, presenciou forte atividade extrativista, com diversos seringais na época. Laura trabalhou desde criança em seringais, e cita os seringais Santa Maria (Ji-Paraná) e Machadinho (Machadinho D'Oeste), ambos próximos ao curso do Rio Ji-Paraná, o mesmo que desemboca no Rio Madeira, exatamente em Calama. Sua mãe era filha de um seringalista. A mãe foi assassinada pelo pai de Laura quando estava grávida de gêmeos. Embora não saiba precisar quando foi isso, recorda que, logo depois do acontecimento, ela se mudou para Calama. Segundo Laura, seu pai vivia bêbado e não era trabalhador como sua mãe. Enquanto os filhos e a esposa trabalhavam extraindo o caldo da borracha, ele gastava tudo na bebida. O pai morreu mais tarde, ela não soube dizer quando. Ele nunca permitiu que os filhos estudassem, as escolas eram distantes. Eles nunca moraram na cidade, sempre no interior de seringais e, por isso, o perigo da floresta ainda era um impeditivo para que frequentassem a escola. Laura nunca aprendeu a ler ou escrever, apenas sabe assinar seu nome. Nenhum dos três irmãos também frequentou a escola. Relata que, vez ou outra, aparecia algum professor no seringal, lecionava alguns dias no ano e não mais aparecia. Vale lembrar que, durante a infância de Laura, a região em que ela morava estava dando os primeiros passos para emancipação através dos projetos de colonização durante o Regime Militar, as escolas realmente deveriam estar localizadas longe dos seringais. Casou-se com 18 anos, em 1978, e teve dois filhos do primeiro casamento. O primeiro marido a abandonou quando o filho mais novo tinha apenas 15 (quinze) dias de vida. Casou-se pela segunda vez com o atual marido, natural de Calama, com quem trabalhou no Seringal Machadinho. Com a doença do sogro, ambos foram morar em Calama. O sogro morre e deixa 7 (sete) filhos, que serão cuidados por Laura, já que a esposa do sogro não quis cuidar dos filhos. Laura teve 6 filhos, duas mulheres e quatro filhos homens, apenas uma de suas filhas não mora mais com ela – casou-se e, atualmente, mora na cidade de Cotiporã-RS. Todos filhos do seu sogro já não moram mais com ela. Atualmente, seus cinco filhos moram com ela e mais os filhos de sua filha, cinco crianças. Apenas seu filho mais novo, com 18 (dezoito) anos, ainda estuda e pretende ir para Humaitá-AM a fim de ingressar no Exército – segundo ela, em Porto Velho é mais difícil conseguir. Relata sempre ter incentivado os filhos a estudar para*

58 Humaitá – AM é o município que faz fronteira com Porto Velho – RO, nesse espaço geográfico de fronteira, Calama é o distrito situado nessa fronteira. Ainda assim, a distância entre os locais gira em torno de uma hora a duas horas de viagem de rio em voadeiras, o tempo dependerá da potência do motor da embarcação.

*nunca passaram situações pelas quais ela passou. Segundo ela, alguns estudaram, outros não a escutaram. Com experiência em seringais, na pesca, plantando feijão, mandioca, batata e outros insumos para consumo próprio, Laura atualmente não pode trabalhar porque sua saúde não permite. Relata problemas de coluna. Sua rotina de trabalho sempre foi muito pesada, roçando mato para ela e para outras pessoas a uma diária de 20 (vinte) reais. Ela e o marido realizavam o mesmo trabalho, saíam para pescar ou roçar mato. Ela recebe o benefício do Seguro-Defeso. O marido é pescador profissional. Ambos estão com a saúde debilitada e atualmente seus filhos fazem esse serviço. O marido, no momento da entrevista, estava trabalhando para um amigo na construção de sua casa – uma ajuda mútua, troca de serviços, já que o amigo também está os ajudando na construção de sua casa. Em construção, sua casa possui dois cômodos e algumas paredes, inclusive externas, eram improvisadas com lençóis. Tem uma roça há uns 30 minutos (a pé) de sua casa. Relata que o agente comunitário raramente vai a sua casa, mas quando há médicos não há o que reclamar do serviço da UBS (no momento da entrevista, havia médico cubano lotado na UBS através do Programa Mais Médicos). Dificilmente, vai a Porto Velho. Mesmo tendo um filho de criação morando lá, quando precisa se deslocar à cidade, fica no barco mesmo. Faz compras pelos mercados da beira. Recebe o valor de 140 reais do PBF, deixa acumular dois meses do benefício para poder ir a Porto Velho retirar. O esposo, como sabe ler, é quem administra o dinheiro do cartão. Provavelmente é ele quem se dirige até Porto Velho, ela não deixou isso claro. Afirma não ter uma religião, mas gosta de frequentar as “igrejas dos crentes” (Adventista e Assembleia Madureira). Segundo ela, a administração do distrito nunca fez nada pelos moradores, quando os moradores precisam é a “Igreja que ajuda”. Laura claramente está se referindo a ações beneficentes, como fazer doações de roupas ou cestas básicas. Ela queixou-se que a administração não disponibilizou gasolina, mesmo que 3 litros, para ela poder atravessar o rio para buscar mandioca. Prefere o período de seca do rio – é melhor para plantação e tem mais peixes, apesar de tornar o deslocamento mais demorado.*

Por fim, é importante destacar as características quanto ao aspecto religioso. Vale destacar que a religião e a igreja cumprem papéis importantes na vida dessas mulheres. Sendo assim, cabe desenhar em linhas gerais as características religiosas delas. Em Calama, houve uma diversidade maior entre as respostas sobre a religião: seis são declaradamente evangélicas; uma adventista; apenas uma se declarou católica – mas relata que frequenta a Igreja Assembleia de Deus, e outra *acha que é católica*; apenas uma disse que não tem religião; e outras três mulheres disseram que acreditam em Deus – uma frequenta qualquer igreja em que seja acolhida e as outras duas disseram que não têm religião, mas preferem a Igreja Evangélica – sentem-se melhor em meio aos ritos evangélicos em relação aos católicos.

Por outro lado, na Zona Leste, não houve sequer uma mulher que alegasse ser católica atualmente, já que algumas delas relatam ter crescido sob influência da Igreja



Católica, no entanto, atualmente, são evangélicas. Nove mulheres frequentam igrejas evangélicas. Entre as congregações mais citadas estão a Igreja Presbiteriana, a Cristã do Brasil e a Assembleia Madureira. Uma das entrevistadas alega que não possui uma religião *fixa*, outra afirma não ter religião e, por fim, há uma entrevistada que responde “*apenas creio em Deus*”.

Vale mencionar que a igreja e a religião para essas mulheres ocupam um lugar de destaque no cotidiano delas. Para muitas, é o único local que frequentam além de suas casas. Lembro aqui o apontamento de Sarti (1994) sobre a importância do trabalho para as mulheres pobres, afirmando que ele pode representar certa liberdade em relação ao confinamento doméstico de que muitas mulheres-mães-donas-de-casa padecem diariamente. Woodhead (2002) ainda sugere que as religiões proveem um espaço social para as mulheres, onde elas podem estabelecer redes de relações ou mesmo articularem suas esperanças e convicções morais – e para compreender a participação feminina nos espaços religiosos, é necessário entender quais são os espaços abertos às mulheres na comunidade onde elas estão inseridas.

Considerando o trabalho como um aspecto importante na vida das pessoas, resta tecer alguns comentários sobre o trabalho na trajetória dessas mulheres. Importa salientar que nenhuma das entrevistadas, em ambos os locais, possuem carteira assinada. Isso é uma informação pertinente quando pensamos na história dos direitos sociais, algo que até bem pouco tempo era privilégio dos trabalhadores formais. Aliás, ter uma carteira de trabalho assinada em algum momento de suas vidas é algo que poucas das mulheres entrevistadas relataram – uma moradora da Zona Leste, e outra moradora de Calama, que está há pouco tempo no distrito, relatou uma experiência de 8 dias em um supermercado na cidade de Porto Velho.

Na Zona Leste, nove mulheres afirmam serem donas de casa, embora uma delas esteja atuando como cuidadora de uma criança. Destaca-se esse caso porque, perguntada sobre trabalho, a entrevistada responde que “não trabalha”, é dona de casa. Mas, posteriormente, afirma que está cuidando de uma criança que é deixada em sua residência pela mãe. Ela cuida da criança durante 8 horas do seu dia, desde cedo da manhã até o fim da tarde e, mesmo assim, não se percebe enquanto cuidadora, ou mesmo babá. Duas mulheres realizam “bicos” como diaristas, e apenas uma das entrevistadas possui um trabalho fixo como motorista, realiza entrega de leite a domicílio, com sua moto.

Em Calama, o trabalho além das lidas domésticas está mais presente entre as entrevistadas, embora sazonal. Com exceção de uma entrevistada, que atua como empregada doméstica em um estabelecimento comercial, seis mulheres conseguem gerar renda em trabalhos que são sazonais/eventuais, como o tratamento de peixe e o descasque da mandioca – estas recebem diárias pelos seus serviços. As outras quatro mulheres são donas de casa. Sobre trabalho, algumas delas relatam a “ajuda” que fornecem aos maridos na lida da roça e na pesca. Saliente-se que Silva (2000) pontua a característica ribeirinha de que o trabalho da pesca é um papel dos homens, e não das mulheres – talvez, por isso, relatam “ajudar” os maridos.

Considerando todas as entrevistadas, à exceção de uma, o trabalho como doméstica é a única porta de saída para geração de renda. Muitas relatam a própria trajetória e a das mulheres que conhecem, como suas mães, avós, irmãs e filhas, como uma trajetória cuja única alternativa possível de emprego é trabalhar como doméstica. O fato é que, excetuando duas ou três que não comentam algum passado ou presente relacionado com a vida da roça, a grande maioria das entrevistadas só conhece o trabalho da roça e doméstico, o que as leva vender sua força de trabalho na área que lhes é familiar. Todavia, a profissão de doméstica, apesar de ter sido regulamentada na última década, ainda guarda a pecha da precariedade, devido ao uso da figura da diarista como forma de manter a informalidade das trabalhadoras domésticas.

## **4.2. MIGRAÇÃO**

Desde as entrevistas realizadas em Calama até as realizadas na cidade, há um processo macrossocial bem visível nos relatos de todas as mulheres: a migração. A maioria das mulheres entrevistadas tem em sua trajetória a marca de processos migratórios. Algumas ainda crianças chegaram a Porto Velho com suas famílias. Outras mesmas foram as responsáveis pela mudança, migrando com seus maridos e filhos em busca de melhores condições de vida. Percebendo nisso a forte influência do Estado como propulsor de um mecanismo desenraizante, vale explorar o papel dele nesse sentido.

Um primeiro ponto a salientar é o quanto a busca pelos serviços de educação pública configura um motivo para o deslocamento das famílias para outros lugares. Isso é possível notar na fala da maioria das mulheres de Calama. **Guaraci**, por exemplo, ao relatar as razões pelas quais os pais migraram para Calama, responde: “*Pelo fato de eles colocarem a gente na escola, né, porque a gente morava na margem do rio, né, plantava.*” **Janaína** e **Tacira** também relatam situação semelhante:

**Janaína** – *A gente tinha uma infância muito boa. Tipo de menino do interior mesmo, brincava, a gente estudou pouco, né? Porque naquela época o colégio no beiradão ia só até a quinta série, quarta, quinta série, foi só isso, aí depois que meu pai mudou, né? Pra cá pra Calama, os meus irmãos estudaram mais tempo, né? Aí, no caso, eu, a minha, eu estudei pouco, né? Porque eu estudei lá, né?*

**Pesquisadora:** Por que a senhora veio pra Calama?

**Tacira** – *Porque tinha fechado com a voadeira, o pessoal tinha fechado os colégios na beira do ribeirão, né, aí não tinha como meus filhos estudar eu vim embora pra cá pra eles poder estudar.*

Essas falas apontam para o fato de que não há serviços, ou melhor, não havia, à época desses deslocamentos, serviços que garantissem acesso à educação, ao menos, acesso a todo o ciclo da educação básica. Isso provocou a necessidade de as famílias que almejavam que os filhos completassem os estudos migrarem para uma localidade maior, como Calama.

Vale salientar que Calama possui uma escola municipal que oferece ensino infantil e ensino fundamental, bem como uma escola estadual que oferece ensino fundamental a partir do sexto ano, além de oferecer o ensino médio. O que fora relatado pelas entrevistadas é que seus pais, ou elas mesmas, se deslocaram para Calama porque era a comunidade mais próxima, que oferecia continuação para os estudos.

**Tacira** nasceu em 1972, na localidade de Ilha Nova, situada no âmbito do distrito de Calama, e ainda criança morou em Calama por um período e chegou a morar no Ceará, local onde morava a avó paterna – afirma não se recordar de quanto tempo ou quando morou em outro estado, mas lembra ser criança e ter tido sarampo à época. Embora tenha morado em outros locais, a maior parte de sua infância, e até quando se separa dos pais de seus filhos, ela morou em Ilha Nova. Seu pai era cearense, e sua mãe, de Rondônia, e tiveram doze filhos, seis mulheres e seis homens. Tacira casou-

*se cedo, aos onze anos, e aos doze anos teve seu primeiro filho<sup>59</sup>. Ao todo, teve doze filhos, como sua mãe. Relata que se casou porque o pai não a deixava sair, fazer nada. Até por ter casado cedo, abandonou a escola muito cedo, assim que casou. Ela só cursou a primeira série do ensino fundamental, afirma saber escrever alguma coisa, mas não sabe ler. Tudo o que sabe, sobre a lida doméstica, pesca, entre outras habilidades, afirma que aprendeu com a mãe, sua referência – relata que sempre morou perto da mãe. Sua mãe faleceu um ano antes de nosso encontro, e o pai, há sete anos – talvez tenham sido os únicos eventos aos quais ela soube situar temporalmente de forma exata, sem titubear. Seus pais se separaram quando ela ainda era jovem, não se recorda quando. Recorda que a mãe criou os filhos sozinha, da mesma forma que ela. Todos seus filhos são filhos do seu primeiro marido, teve doze filhos e dois faleceram. Atualmente, moram com ela quatro filhos, o mais novo, com 13 anos, é nossa referência para sabermos quando ela se separa do marido, que, segundo ela, foi quando o mais novo tinha 1 ano de idade. Com o primeiro marido moravam em Ilha Nova e em seu relato aparecem duas justificativas para a mudança para Calama, uma delas se refere ao fechamento de escolas na comunidade e se mudar era a possibilidade de os filhos continuarem os estudos e, em outro momento, ela relata que fugiu do marido porque ele era violento e bebia demais. Suspeita-se que ambos saíram de Ilha Nova juntos por razão da escola dos filhos, considerando que ela acredita que mora em Calama há 15 anos (desde 2003) e separou-se depois, em 2006, quando o filho mais novo já estava com 1 ano de idade. Afirma que o pai de seus filhos nunca ajudou na criação deles, ela tentou colocá-lo na justiça, mas ele nunca ajudou em nada. Ele era pescador e fazia diárias, mas gastava tudo em cachaça. Ele quis voltar, chegou em Calama atrás dela e se instalou na casa dela, precisou chamar a polícia para que o ex-marido saísse de sua casa. Trabalhou como diarista, mas não está trabalhando. Ainda é casada no papel com o ex-marido, por isso enfatiza que não é casada com o parceiro atual. Passou quatro anos sem morar junto com alguém. Segundo seu relato, vive com o atual companheiro há mais ou menos 8 anos (desde 2010), ele pesca e caça. Ela também gosta de sair para pescar, mas ele não deixa, por causa do sol e para ela não ficar doente, segundo ela. Ele não gosta que ela trabalhe, ela afirma em outro momento. Atualmente, apenas um de seus filhos ainda permanece na escola, está no quinto ano. Relata a dificuldade que tem de manter os filhos na escola, eles não querem estudar, apesar de sua insistência, relata. Afirma que o Juizado já foi à sua porta porque seus filhos não estavam estudando, mas ela se queixa não conseguir mantê-los na escola, eles fazem uma diária aqui, outra ali, recebem dinheiro e não querem voltar à escola. Além do menino de 13 anos, moram com ela uma filha, de 18, outro filho, de 27, e outro filho, sobre o qual ela não soube dizer a idade, todos eles dormem na sala, ela e o companheiro, no quarto – a casa tem 3 cômodos. Ela se ocupa dos afazeres domésticos apenas, os filhos eventualmente podem realizar alguma tarefa. Ela afirma não ter religião, mas deve ser católica porque gosta de ir a festas. É ela quem decide como administrar a renda familiar, que hoje é proveniente do PBF e da pesca do marido. Ela também o ajuda com o serviços de pesca, possui*

---

59 Eu não a perguntei se esse casamento foi oficializado nessa época, o fato é que eles ainda permanecem casados. Mas há de se ponderar que seu casamento ocorre quando **Tacira** ainda é uma criança, sob o olhar do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990). Ainda sim, em 1983, data em que ela se casa, o Código Civil e o Código de Menores que vigorava não permitiria um casamento oficializado de uma menina menor de 16 anos de idade. Sendo assim, muito provavelmente ela não casou oficialmente, mas viveu com o referido marido desde essa idade, o que confere com a idade do primeiro filho, de acordo com seu relato.

*carteira de pescadora artesanal e recebe o seguro-defeso. Ela sugere que a presença do homem em casa é útil porque é mais um para ajudar financeiramente nos gastos da casa, salienta que é “juntada”, e não casada (de forma legal). Raramente se desloca a Porto Velho e quando o faz é para resolver algo relativo ao Bolsa Família. Ela recebe 160 reais do PBF. Quando necessita ir à cidade, fica no barco porque a única filha que mora na cidade “a cada dia está num canto diferente”.*

O Estado, por meio da política educacional, está presente e “ausente” ao mesmo tempo. Apesar do movimento recente para a universalização do ensino básico através da garantia ao direito de ter acesso à educação básica por parte de todos, independente da idade<sup>60</sup>, a realidade de comunidades ribeirinhas próximas a Calama denuncia o contrário. As famílias que desejam que seus filhos continuem estudando precisam se deslocar dos seus lugares de origem em busca de acesso<sup>61</sup>. O Estado aparece aí enquanto propulsor desse movimento de deslocamento das famílias. Afinal, ele estabelece os lugares onde haverá ou não escolas e quais serviços elas ofertarão. É a ausência de alguns serviços do Estado que leva o deslocamento desses sujeitos a outros locais. Sua ausência marca a sua presença nesse processo.

Todavia, não só em busca de serviços educacionais as famílias migram. A precariedade ou inexistência de outros serviços ou mesmo a dificuldade de se manter em seus lugares de origem são outros fatores que contribuem nessa dinâmica. **Maria**, que morava em uma comunidade ribeirinha menor que Calama, relata que sua mudança para a sede do distrito não apenas está relacionada à política educacional, mas ao acesso aos serviços de saúde para sua filha: “*E vim pra cá por causa do estudo, porque lá não tinha mais estudo e médico também, que minha filha precisava de médico. Por isso que eu vim pra cá.*”

***Maria** está morando há nove anos em Calama. Nascida em 1975, ela é oriunda do Lago do Cuniã, uma comunidade próxima ao distrito, também ribeirinha – localizada no interior da Reserva Extrativista Lago do Cuniã, espaço territorial que visa a proteger o meio ambiente e o modo de vida e cultura das populações tradicionais, com manejo sustentável dos usos de recursos naturais. Ela viveu no Cuniã até seus 18 anos de idade, depois disso, já morou em Porto Velho e na Gleba do Rio Preto, região ribeirinha banhada pelo Rio Machado e Rio Preto. Maria é filha de pai cearense e mãe amazonense, mas desconhece a razão pela qual os dois foram morar no*

60 LDB, recentes alterações que garantem a oferta de ensino básico ao longo da vida (2013 e 2018)

61 Há transporte fluvial escolar, mas muitas famílias não se sentem seguras em deixar seus filhos realizar travessias cotidianamente para ir à escola, ou porque acreditam ser perigoso ou porque suas casas anteriormente eram distantes do rio, provocando a necessidade de se descolar até o barranco para acessar o transporte escolar.

*Lago do Cuniã. Relata que eles sempre trabalharam em roça, com castanha e com seringa, mas o pai acabou tornando-se fiscal do IBAMA e sua mãe o ajudava na manutenção (cozinhas e fazia faxina para o alojamento) da Unidade de Conservação que existia/existe no local. Depois de aposentados, ambos foram morar em São Carlos, também distrito ribeirinho de Porto Velho. Sua mãe ainda é viva, e seu pai faleceu em 2011. Criada em meio a 8 irmãos e 4 irmãs, todos trabalhavam na roça para plantar o alimento para o consumo – afirma que desde cedo trabalhou. Na época, relata, a escola na localidade era até a 4ª série e, se quisesse continuar estudando, deveria se deslocar a outra comunidade. Na sua infância, estudou na escola local e, depois que surgiram os projetos de Supletivos no período que morou na Gleba, ela concluiu o ensino fundamental, já adulta. Foi após o casamento, com 18 anos, que Maria deixa o Lago do Cuniã. Tem sua primeira filha aos 20 anos, ao todo teve três filhos: a menina, com 22 anos, um menino, com 17, e outro, com 15. Foi por causa de sua filha que Maria mudou-se para Calama, a menina nasceu com problemas no intestino e precisou fazer algumas cirurgias ao longo da vida. Depois disso, ela manteve a necessidade de ter atendimento médico de forma frequente. Então, quando sua filha estava com 13 anos (2009), eles resolveram ir morar em Calama para facilitar o atendimento médico e para possibilitar a continuidade dos estudos dos filhos também. Sua filha, atualmente, está morando em Porto Velho, em bairro da Zona Leste (São Francisco) para cursar o técnico em enfermagem e almeja fazer o curso superior, mora com a tia. Os filhos ainda moram com ela e estão estudando, sem defasagem idade/ano escolar. O marido trabalha como microscopista na SUCAM (Superintendência de Campanhas de Saúde Pública). Quando se conheceram, ele trabalhava no quartel. Ao que parece, esse órgão ao qual ela se referiu já foi extinto, muito provavelmente ele trabalhe no Laboratório da Secretaria Municipal da Saúde existente em Calama ou outro órgão relacionado aos serviços sanitários. Ela já trabalhou vendendo salgados nos barcos, ela costumava pescar com o marido mais vezes – atualmente se queixa dos insetos que aumentaram muito e, por isso, tem ido pouco à pesca –, sua ocupação atual é descascando mandioca em farinha próxima a sua residência e, às vezes, na Associação da Farinheira. Ela conta que se associou à organização, mas que pensa em não mais participar porque ela planta mandioca para consumo, e não para venda, então acredita que não vale a pena permanecer. A Associação da Farinheira é uma entidade em que os sócios podem produzir sua farinha a um custo menor (destinado para a manutenção das máquinas), utilizando o maquinário da associação e também a mão de obra de outros sócios – o que, segundo Maria, compensa apenas para quem produz farinha em grande quantidade. Ela possui a carteira de pescadora artesanal e recebe o Seguro-Defeso. Relata que também já fez alguns cursos promovidos pela EMATER, como o curso de aproveitamento da macaxeira. Diferentemente da maioria das entrevistadas, ela e o marido não possuem um sítio roçar, plantam o básico no quintal de sua casa. Talvez essa distinção exista porque o marido é servidor público, apresentando uma condição socioeconômica melhor em comparação às outras entrevistadas, que mantêm roça a fim de garantir o consumo de alimentos para a subsistência. Sua casa é própria, também queima o lixo como a maioria dos moradores e, sobre o abastecimento de água, ela não soube dizer se era tratada ou não, de qualquer forma, ela utiliza água sanitária ou cloro para sempre realizar a higienização da água. Em sua casa moram ela, seus filhos, seu marido e seu sogro. Confessou-me que apenas reside com o marido, mas que há um bom tempo eles não são “marido e mulher” – decidiram em comum acordo manter as aparências até que os filhos*

*atingissem a maioridade. Cresceu em um ambiente de evangélicos, relata que o pai era “batista” e mais tarde tornou-se “assembleiano”, da Assembleia de Deus, e todos frequentavam a Igreja – ou melhor, ouviam os cultos na rádio. Mais tarde, casada com um homem cuja família era católica, chegou a frequentar a Igreja Católica, mas atualmente congrega na Igreja Cristã do Brasil. Rememora que iniciou a receber Bolsa Família na época em que chegou em Calama, entre 2008 e 2009, e salienta o quanto o dinheiro foi importante para comprar medicamentos para a sua filha, que vivia doente. Quando indaguei sobre sua relação com a Unidade Básica de Saúde do distrito, ela foi contundente em afirmar que sempre quando precisou obteve atendimento e destaca as atuações do Diretor da UBS e do antigo enfermeiro, que se dispunham inclusive a aplicar medicações na sua filha em casa, se necessário. Ademais, se nega a fazer o exame preventivo em Calama, só o fazia na época em que o antigo enfermeiro atendia, hoje prefere fazer em Porto Velho. Maria não precisa ir com frequência a Porto Velho, mas quando o faz, fica na casa das irmãs e prefere ir de expresso – porque a embarcação é mais rápida e chega durante o dia na cidade. Em período de safra para descascar a mandioca, ela inicia seu trabalho às 7 h e termina às 17 h, sua diária é de 40 reais. Em sua casa, o orçamento doméstico é decidido em conjunto com o marido.*

O caso de **Maria** é emblemático, ela se mudou para garantir que os filhos pudessem ter acesso aos estudos, mas, principalmente, acesso a atendimento médico. Sua filha precisava de cuidados médicos periódicos e por isso **Maria** precisou se mudar para um local onde pudesse contar com uma estrutura melhor do que ela tinha acesso quando morava em uma comunidade ribeirinha menor.

Somado a esses fatores, existe o aspecto econômico de custo e da qualidade de vida e moradia. **Yasmin** e **Ana Rosa**, por exemplo, mencionam em seus relatos que um dos atrativos de Calama é o fato de que é possível ter uma casa a um custo bem menor do que se fosse na cidade. Ambas saem da zona urbana de Porto Velho para morar em Calama porque o custo de vida é menor e porque é mais *tranquilo*. Nesse aspecto, cabe distinguir o que significa tranquilidade para elas: enquanto para **Ana Rosa** significa afastar o marido das *más companhias, das drogas*; para **Yasmin**, a tranquilidade é poder criar seu filho em um ambiente mais seguro, onde ele possa estar próximo da escola.

*Yasmin – É, eu vim por causa do neném, porque hoje ele começou a estudar com três anos, hoje ele tem cinco, vai fazer cinco agora em novembro, né, aí com três anos ele começou a estudar, estudou ano passado, né, ano passado ele fez quatro, esse ano ele fez cinco, ele já tá no segundo ano (pré- dois), eu vim pra cá porque é mais, mais perto, as escolas, mais fácil.*

**Pesquisadora** – E aí vocês estão juntos, e aí você chegou, tu tinha me falado antes, né, que tu chegou a vir pra cá pra Calama porque ele tinha problema com bebida. É isso?

**Ana Rosa** – *Isso.*

**Pesquisadora** – Bebida e outro...

**Ana Rosa** – *E outro tipo de vício né;*

**Pesquisadora** – Droga?

**Ana Rosa** – *Era droga. Não era nem bebida.*

[...]

**Ana Rosa** – *As amizades dele, só era amizade de gente que não, que não era boa, entendeu? As amizades dele. Então eu vivia cansada. Olha, eu tomava remédio de pressão, eu não dormia de noite era andando na porta pra cozinha, assim, não dormia, pra mim já ia chegar alguém, já ia roubar a casa que ele tava pra rua, ele foi fazer acho que na casa de alguém, ou colega de alguém, chegava bem aqui fazia barraco com os meninos, tudo isso. Eu tava tipo com depressão já, eu não dormia de noite, não sabia o que era dormir, eu durante o dia só era estressada.*

**Pesquisadora** – Aí tu resolveu vir pra cá?

**Ana Rosa** – *Eu vim. Eu vim sem dinheiro sem nada.*

Trouxe esse excerto da entrevista com **Ana Rosa** para demonstrar o quanto foi lento o processo pelo qual a entrevistada, enfim, revelou qual era o vício do marido, assim como para evidenciar que ela se mostrou disposta a recomeçar do “nada” para se afastar da vida que levava enquanto morava com o marido adicto na zona urbana de Porto Velho. Saliento o destaque na palavra “nada” porque, apesar de afirmar que foi para Calama sem dinheiro, sem nada, é razoável supor que a ida a Calama não teria acontecido se ela já não houvesse uma rede de apoio no distrito – no caso, uma irmã e a família do seu primeiro marido, pai dos seus primeiros filhos, com quem relata ter uma boa relação de amizade.

*Ana Rosa é uma mulher de 35 anos, nascida em 1983, em Humaitá-AM. Muito jovem se mudou com os pais para Calama. Segundo ela, a ida para Calama, em 1995, estava relacionada à presença das irmãs da mãe no distrito, sua mãe possuía parentes em Calama e para dentro do Rio Machado, enquanto o pai tinha raízes em Humaitá, tendo alguns parentes em Porto Velho. Contudo, não viveu toda a sua infância e juventude em Calama, afirma que os pais não se estabeleciam muito tempo em determinado lugar, e mudavam-se com frequência, moraram perto de Maici, para dentro do Rio Machado, em Humaitá e outras comunidades onde*



podiam plantar mandioca, feijão e fazer sua farinha. Exatamente por se mudarem muito, Ana Rosa acredita que os pais não tinham preocupação com os estudos dos filhos, garantindo sua permanência na escola – ela chegou a frequentar a escola, mas não sabe ler nem escrever. O pai teve tuberculose, ela acredita que na época que chegaram em Calama ele já devia estar com esse problema no pulmão porque ele sentia muito cansaço. Quando foram para Calama, ela relembra que passaram tempos muito difíceis, inclusive passando fome, porque seu pai não conseguia trabalhar bem. Ela tinha 3 irmãs e um irmão, era a segunda filha na ordem dos irmãos. Seus pais morreram em 2009, ela morava em Porto Velho à época. Engravidou e casou-se com 15 anos, em 1998. Teve 3 filhos com o primeiro marido, uma garimpeiro morador de Calama e que até hoje vive no distrito, com quem os filhos moram – à exceção da filha de 18 anos, que hoje está casada. Ela não pôde criar seus filhos porque o ex-marido não permitiu que ela os levasse quando decidiu se separar. Segundo ela, ela acreditava ser muito jovem à época e não queria permanecer casada, então, com 22 anos, decidiu se separar e mudou-se para Humaitá (onde os pais moravam) e depois para Porto Velho. Com o ex-marido ficaram os três filhos, um menino, de 7 (hoje com 20 anos), uma menina, com 5 (hoje com 18 anos), e um menino de 2 anos (hoje com 16, com quem relata não ter uma boa relação) – ela afirma que o pai dos filhos alegou que nenhum outro homem criaria seus filhos. Ela manteve contato com os filhos, mas diz não ter proximidade. Ana Rosa relata ter uma boa relação com o ex-marido, “como se fossem irmãos”. Depois de separar-se, morou com os pais por pouco tempo e logo foi trabalhar como empregada doméstica em Porto Velho. Um ano após sua separação, ela encontra o atual marido, com quem está junto há doze anos, com quem tem três filhos, um menino, de 11 anos, uma menina, de 7, e outro menino, de 5. De 2006 a 2014, ela morou em Porto Velho com o marido, com quem passou por alguns problemas que a fizeram decidir retornar a Calama. Segundo ela, o marido chegou a trabalhar na Usina de Santo Antônio por um período de dois anos, tempo em que estava satisfeita com o emprego do marido, mas ele não quis mais trabalhar no local porque alegava ser longe de casa (eles moravam na Zona Leste). O caso era que o marido passou um bom tempo envolvido com o uso de drogas, chegou a internar-se, mas retornava às companhias e às drogas, relata. Cansada, conta que viveu um período depressivo e com o nascimento de seu último filho resolveu dar um basta naquela situação – quando a criança estava com 1 ano, ela decide abandonar o marido e voltar a Calama (2014). O marido a procurou pouco tempo depois, prometendo mudança de comportamento e ela o aceitou, e nunca mais quis retornar à cidade, porque queria mantê-lo distante das amizades que representavam má influência. Segundo ela, ele é um rapaz muito trabalhador, trabalha com carpintaria e em Calama faz isso e outros trabalhos que surgem. Ela vive em uma casa própria no bairro Sapezal, eles não possuem roça – é a única entrevistada que diz não gostar da vida da roça. Ela trabalha como diarista em um estabelecimento comercial em Calama, afirma que conseguiu emprego no distrito logo que chegou. Ela revela que não tem religião, mas gosta de orar, se tivesse que dizer quais das orientações religiosas ela prefere, afirma que as igrejas evangélicas são mais atrativas, porque ela não gosta de rezar, mas, sim, orar. Afirma que ora sempre a Deus, acredita em Deus, mas não segue doutrina religiosa. Seu pai era evangélico (ela acredita que seja da Assembleia de Deus), mas não foi criada no interior da religião. Relata que chegou a frequentar a Igreja Batista por um período, quando estava morando em Porto Velho, por influência da família do marido. A família dele é toda evangélica e não aceitou o vício do seu

*marido, por isso afirma ter sofrido muito porque enfrentou sozinha a doença dele. No emprego atual, Ana Rosa está há um ano e meio, trabalha em torno de 6 a 8 horas diárias, depende da quantidade de serviço. Recebe 500 reais de salário e não tem carteira assinada. Por causa do horário do seu trabalho e também porque não gosta, é o seu marido que prepara o almoço para os filhos, mas o restante das tarefas domésticas é ela quem faz. Recebe 296 reais no PBF e o marido realiza bicos. É o marido que ajuda os filhos nas tarefas escolares, nenhum dos filhos está em idade defasada na escola. Eles não pescam e nem plantam. Ela é quem administra as despesas da casa, ele repassa o dinheiro que recebe a ela. Afirma que prefere o período de seca do rio, nessa época as pessoas possuem dinheiro para contratar seu marido. Raramente vai a Porto Velho, mas confessa que precisa ir para procurar atendimento médico para sua filha, por orientação da professora da escola, já que sua filha apresenta dificuldades de aprendizagem e demonstra comportamento agitado. Como suas cunhadas moram muito longe, ela precisa de dinheiro para ir a Porto Velho. Sobre o atendimento médico em Calama, ela relata que possuía confiança no antigo enfermeiro que não está mais no posto, os médicos cubanos que passaram pela UBS, pelo menos os homens, não inspiravam confiança nela – sugere assédio dos profissionais quando a paciente era mulher.*

O vício e o envolvimento com álcool e drogas dos homens nas famílias das entrevistadas não foram uma presença sutil, mas recorrente. Essas questões apareceram quando as mulheres relatam as razões por que administram o valor que recebem do Bolsa Família, mas também quando justificam o bem que a Igreja fez em suas vidas ou na vida de seus maridos/pais/irmãos/filhos. Ainda trazendo a fala de **Ana Rosa** como exemplo, é interessante observar que ela migra para Calama, e o marido a segue lhe prometendo parar com os vícios, ela o aceita. Sobre o marido ela relata: “*Ele sempre foi trabalhador. Trabalhador, trabalhador, trabalhador, só o ruim só era isso* [se referindo ao vício].”

Essa relativização na reprovação do comportamento do marido está em consonância com o que Sarti (1994) nos mostra em seu trabalho: a bebida e o jogo são percebidos enquanto transgressão às regras da família porque podem representar o desvio do dinheiro que deveria servir para prover a família. Mas, se ele mantém seus vícios e trabalha, trazendo dinheiro para casa, a reprovação a essas atitudes pode se relativizar. Atualmente, o marido de **Ana Rosa** está em Calama, longe das amigas que o influenciavam de forma errada e está *sossegado*, trabalhando, segundo ela.

Na Zona Leste, a migração também aparece na fala das entrevistadas, é possível captar os processos macrosociais que mencionei anteriormente quando escrevi sobre a história do município: os sucessivos ciclos migratórios ocorridos em Porto Velho e em Rondônia também. No caso, foi possível perceber dois ciclos em suas falas: o último,

ocasionado pela construção das Usinas nos anos 2000, e o ciclo de imigração impulsionado pela colonização dirigida à época do Regime Militar.

A construção das Usinas de Jirau e Santo Antônio provocaram intenso fluxo de mão de obra para Porto Velho, tanto de forma direta quanto indireta. Dentre as entrevistadas, houve duas mulheres que realizaram elas mesmas a migração nesse período, ambas com vínculo familiar, são cunhadas. A primeira a chegar a Porto Velho foi **Floriana**, ela vem acompanhar o marido, que conseguiu emprego na construção de uma usina. Oriundos de Cruzeiro do Sul, no Acre, à época, era a oportunidade de melhorar de vida. O marido, que, de acordo com ela, é motorista, trabalhou como ajudante de pedreiro na construção da usina e, com o *dinheiro da usina*, eles conseguiram comprar um terreno no Mariana e construir uma casa. Ela, como diarista, não conseguia ganhar mais que duzentos e cinquenta reais ao mês quando morava em Cruzeiro do Sul, para eles a cidade já não oferecia condições para se viver bem – por lá, ela realizava diárias e ajudava o marido na roça.

A experiência da família motivou a família de **Gardênia**, irmã do marido de **Floriana**.

**Pesquisadora** – E vocês quando vieram pra cá, como é que foi? Ele achou oportunidade? Em que época que vocês vieram? Em que ano vocês vieram?

**Gardênia** – *Nós viemos em dois mil e treze.*

**Pesquisadora** – Dois mil e treze tava acabando o período das usinas né?

**Gardênia** – *Era. Aí ele começou a trabalhar na Direcional.*

**Pesquisadora** – Aonde?

**Gardênia** – *Na Direcional.*

**Pesquisadora** – Ah... Estavam construindo bastantes locais aqui. Mas ele já veio com essa oportunidade ou ele veio tentando no escuro?

**Gardênia** – *Foi, veio tentando no escuro (risos).*

**Pesquisadora** – É?

**Gardênia** – *Veio passear, né, e aí encontrou uma força: fica, fica. Achou um pessoal dizendo que aqui era melhor do que lá, aí ele acabou ficando.*

Essa *força* a qual ela se refere foi o incentivo do cunhado para permanecerem em Porto Velho porque, mais cedo ou mais tarde, eles conseguiriam oportunidade de emprego, o que, de fato, ocorreu<sup>62</sup>. Esses casos evidenciam o quanto a migração também é influenciada pela trajetória anteriormente realizada por familiares, conforme apontam Romanelli e Bezerra (1999, p. 78):

[...] a migração ocorre a partir da expectativa de contar com apoio de uma rede de relações pessoais, construídas no local de origem e que tem possibilidade de se reproduzir na cidade escolhida pelos migrantes para se estabelecerem, constituindo fonte de amparo para a integração no meio urbano.

Essa rede de relações que fornece o referido amparo para o estabelecimento em um novo lugar para as famílias dessas mulheres fica bastante evidente em suas falas. Isso foi perceptível não apenas nos relatos dessas duas mulheres que realizaram esse movimento, mas também nos outros relatos quando as mulheres contam como ocorreram as migrações de seus pais.

Além da migração realizada nos últimos dez anos, aparece a migração existente ao fim da década de 1970 e ao longo dos anos 1980 – devido aos garimpos de ouro e cassiterita. Esse processo aparece nos relatos da infância de algumas entrevistadas, filhas de migrantes, como são os casos de **Potira**, **Bartira**, **Marjore**, **Rosemary**, **Joana** e **Susana** – moradoras da Zona Leste. Com exceção de **Rosemary**, que desconhece a história dos pais e não soube relatar sobre suas trajetórias de migração, as outras entrevistadas relatam uma trajetória dos pais cujo movimento retrata a chegada deles para Porto Velho/Rondônia para o trabalho no garimpo ou na roça. O caso de **Potira** representa aquele retrato fiel dos migrantes que participaram do processo de colonização de Rondônia durante a Ditadura.

***Potira** estava morando em uma casa de 3 cômodos no Mariana, situada aos fundos de um terreno que continha uma construção demolida na entrada. Em mais ou menos uma ou duas semanas, ela teria que deixar o imóvel porque o proprietário não queria adequar a ligação de energia de acordo com as orientações da empresa de fornecimento – o imóvel estava com instalações fora do padrão. O proprietário, não disposto a arcar com essas despesas, e Potira sem condições de fazê-lo e muito menos manter o aluguel, ficou acordado que enquanto a energia não fosse cortada ela e sua*

62 A Direcional é o nome de uma construtora que atuou na cidade na construção de diversos empreendimentos imobiliários que foram realizados no período do *boom* migratório devido às construções das duas Usinas Hidrelétricas (Santo Antônio e Jirau).

*família podiam permanecer no local. Potira nasceu em janeiro de 1975, em Janiópolis-PR, e ainda bebê foi entregue a sua família de criação que, de acordo com suas memórias, provavelmente, eram um casal de pessoas mais velhas, pois os irmãos aos quais ela se refere são todos adultos e casados quando relata fatos de sua infância e juventude. A família é oriunda do interior do Paraná e se desloca a Rondônia na época das migrações recorrentes advindas do Sul e do Sudeste. Ela não conseguiu estudar, nunca lhe foi permitido estudar. Alfabetizada, afirma conseguir ler, devagar, mas aos poucos consegue ler e escrever seu nome. De acordo com seu relato, a escola era longe de onde morava e não havia ônibus, precisava caminhar longos trajetos para permanecer na escola. Não cursou nem a primeira série, sabe apenas escrever seu nome. Essa família com quem veio morar em Rondônia residia em Espigão d'Oeste, interior do estado. Vale destacar que o município é fruto das colonizações realizadas por empresas privadas na década de 1970 e que, posteriormente, obteve regulamentação através do INCRA, tornou-se município em 1981. Esse contexto pode explicar as lembranças de Potira sobre sua infância, trabalhando na roça da família e não tendo acesso a escola próxima a sua casa. Recorda que foi muito explorada pela irmã, com quem trabalhou cuidando dos seus doze filhos. Um fato marcante em sua memória é a morte do pai, afirma que, depois que ele morreu, a sua vida foi muito difícil. Relata falta de carinho e amor por parte da família que a criou, afirma ter sido vítima de abuso sexual do cunhado e de muita violência por parte da mãe. Começou a trabalhar muito cedo, ainda adolescente, e já trabalhou em muitos lugares: restaurante, vendas, faxina, roça, produzindo carvão, entre outros. Segundo Potira, casou-se pela primeira vez para fugir da família, mas estava errada, assume que saiu de uma prisão para outra. Em 1989, ela foge de casa com um rapaz e vai morar junto dos pais dele – esse rapaz era afilhado dos pais dela. Ele, com 21, ela, com 14 anos, ele a mantinha dentro da casa dos pais enquanto fazia viagens frequentes – ele era casado e tinha filhos em Ji-Paraná. Ela acabou engravidando deste primeiro marido, com 16. Em 1991, ela tem seu primeiro filho, um menino que não conseguiu criar, o seu irmão que, atualmente, mora em Rolim de Moura o criou. Ela relata a tentativa de resgatar o seu filho e poder criá-lo quando conheceu seu atual marido, mas a criança não ficou muito tempo com ela, sempre pedindo para ficar com o padrinho (seu irmão). Foi nesse período, aos 21 anos de idade, que conheceu o seu atual marido, na época, um homem com 46 anos de idade. Com ele, Potira relata que já morou em Cuiabá quando ele foi trabalhar como vigilante, depois retornaram para Rondônia e trabalharam com café em Nova Brasilândia, depois disso, foram morar em Triunfo para trabalhar com carvão, abriram um restaurante em Itapuã do Oeste e, por último, ambos estavam morando em Vista Alegre do Abunã, distrito de Porto Velho localizado no meio do caminho em direção ao Acre. Estão casados há 25 anos, relata que ele criou sua filha (fruto de uma relação casual aos 19 anos) como se fosse sua, se ofereceu para buscar seu filho para que pudessem criar (o filho criado pelo irmão), e juntos sofreram com a morte prematura (causas naturais) do seu primeiro filho, aos 5 meses de idade. Depois disso, tiveram duas filhas, uma nascida em Triunfo (distrito de Candeias do Jamari) no ano 2000 e a segunda em 2001, quando eles já estavam morando em União Bandeirantes (localidade próximo ao distrito de Jaci-Paraná em Porto Velho). Ela afirma que o dom dela e do marido é trabalhar com carvão, mas que atualmente ela não pode trabalhar porque tem que cuidar da neta, que está sob sua guarda. A neta é filha da filha que é casada e não mora com ela, a menina, de 1 ano e 5 meses, teve a guarda entregue a Potira pela Justiça, a neném sofreu violência física por parte dos*

*pais e está precisando de cuidados médicos rotineiramente (fisioterapeutas, neurologistas, fonoaudiólogas, entre outros). Esse é o motivo da Potira precisar morar na cidade e não mais estar acompanhada do marido, que está trabalhando na roça em Jaci-Paraná, porque precisa manter o acompanhamento da neta às consultas médicas. O marido despence um mês ou mais trabalhando e fica por um breve período em casa. Em Porto Velho, Potira já morou no Tucumanzal, bairro próximo à BR-364, mas, ultimamente, tem morado na Zona Leste, nos bairros Socialista, Ulysses Guimarães e agora no Mariana. Com ela, moram suas duas filhas mais novas e três netos, uma neta, de 4 anos, um menino, de 2 anos, e a neta que está sob sua guarda, de 1 ano e 5 meses. Recebe 120 reais do PBF. No momento da entrevista, suas filhas estavam presentes e uma delas deixou evidente sua tornozeleira eletrônica, indicando que estava sob prisão domiciliar. Quando perguntei a respeito, sua filha me relatou que foi presa injustamente – porque estava passando no local onde havia pessoas vendendo droga e saiu correndo quando avistou a polícia, por isso foi presa. Potira, naquele momento, com um olhar de repreensão afirma: “Tava em frente da boca de fumo junto com as colegas...ai as colegas! Correu, mas num tava aprontando?! Tava junto!”. Perguntada sobre sua relação com o CRAS, afirma que em determinada época eles davam cestas básicas a ela, mas nunca mais fizeram. Sobre religião, Potira relata que frequenta a Igreja Mundial de Deus, mas sua família de criação não tinha religião – apenas dois irmãos que são adventistas. Relata que começou a frequentar a Igreja em um período em que seu marido estava doente e não conseguia sair da cama para ir trabalhar. Na época, uma vizinha da igreja ia em sua casa para orar pelo seu marido e ele melhorou. Mais tarde, sua filha caçula, com 14 anos, por volta de 2014/2015, conseguiu curar-se dos ataques de epilepsia e ela credita isso a sua fé. A partir daí, ela tem frequentado a Mundial de Deus.*

À exceção de **Potira**, que nasceu no estado do Paraná, e de **Bartira**, que nasceu no interior de Rondônia, as outras entrevistadas já são nascidas em Porto Velho, mas os pais são provenientes de lugares como Minas Gerais, Paraná, Espírito Santo, Piauí, Bahia, Amazonas e Pará. A origem dos pais se encaixa perfeitamente na descrição da população que migrou em massa para Rondônia no período entre as décadas 1970/1980, conforme aponta Perdigão e Bassegio (1992).

Enquanto em Calama os migrantes são de origem de comunidades menores, localizadas próximas ao distrito – embora situadas em territórios amazonenses – com um fluxo migratório mais homogêneo, na cidade é possível encontrar migrantes de diversas regiões. É razoável afirmar apenas que essas migrações ocorrem sempre por razões econômicas, por busca de trabalho, terras ou mesmo por educação, percebida enquanto um caminho para melhoria de vida. Como bem aponta Sarti (1994, p 25), essa é a expectativa que conduz à migração, o *leitmotiv* de migrar.

Entretanto, a busca por essa melhoria de condições de vida deslinda uma situação em que é evidente a “ausência” do Estado para promover a manutenção dessas famílias nas suas comunidades de origem, o que se percebe nesse processo é a atuação do Estado estimulando essa ruptura de vínculos comunitários. Dessa maneira, evidenciando o forte peso do Estado no processo desenraizante característico da modernidade brasileira (MARTINS, 2008).

#### **4.3. O ESTADO NA TRAJETÓRIA DE VIDA DAS MULHERES DE CALAMA E DA ZONA LESTE**

Embora outros aspectos sejam salientados nos relatos das entrevistadas, o objetivo central que guiou a pesquisa foi identificar a presença do Estado na trajetória de vida dessas mulheres. Nesse sentido, foi possível verificar uma variedade de políticas públicas que se entrecruzam ao longo de suas trajetórias, desde políticas habitacionais, previdenciárias, entre outras.

Como já mencionado anteriormente, o próprio processo migratório tem suas raízes na ação do Estado (deixar de agir também deve ser considerado). O Estado, através de políticas macroeconômicas e de infraestrutura, impulsiona processos migratórios, conforme se percebeu na própria história do município de Porto Velho e no estado de Rondônia. A pobreza e o desemprego, que também são resultados de fracassos do poder público, surgem como mobilizadores de migração de famílias que buscam lugares onde conseguir trabalho e melhorias de vida (ROMANELLI & BEZERRA, 1999).

Ademais, outras políticas públicas universais atravessam a vida dessas mulheres e de suas famílias. Todas usuárias do Sistema Único de Saúde (SUS) e da rede pública de ensino, as políticas de saúde e de educação têm um papel fundamental na garantia do acesso a esses serviços. Direitos sociais garantidos na Constituição e mais bem estabelecidos enquanto políticas públicas no país, representam fatores importantes para processos migratórios, conforme é percebido em Calama. Com isso se quer dizer que, mesmo políticas universais e com maiores investimentos públicos, algumas delas ainda são inacessíveis – não conseguem se efetivar de forma plena e satisfatória em todos os rincões do país.

Cabe destacar aqui duas questões referentes a Calama nas áreas da educação e da saúde. Durante a pesquisa de campo, o distrito sofreu diretamente o impacto da decisão de Cuba em retirar os médicos cubanos do Programa Mais Médicos<sup>63</sup>. Sendo atendidos por médicos cubanos nos últimos anos, os moradores da localidade ficaram sem a presença desses profissionais e, por conseguinte, sem atendimento médico no distrito, tendo que recorrer à Humaitá-AM, cidade cuja distância está um pouco mais de uma hora e meia de voadeira. Também nesse período, houve uma mudança na forma como o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM - começou a ser aplicado. Agora o estudante realiza as provas do ENEM em dois finais de semana (antes era apenas em um). Essa mudança que ocorre a partir de 2017 impacta fortemente os adolescentes que precisam realizar o ENEM para ingressar no ensino superior, isso porque a prova não é aplicada em escolas do distrito, e os jovens precisam arcar com custos de transporte e estadia de dois finais de semana em outra cidade, Porto Velho ou Humaitá.

Esse cenário evidencia o quanto questões que parecem triviais para outras regiões do país, ou mesmo para a região urbana de Porto Velho, possuem um impacto distinto em comunidades distantes das cidades, de difícil acesso. Apesar de Calama possuir uma Unidade Básica de Saúde (UBS), seu funcionamento atualmente ocorre sem a presença de médicos ou mesmo de enfermeiros, contando apenas com técnicos em enfermagem – o que revela a ausência da equipe mínima<sup>64</sup> de Saúde da Família. Assim ocorre com a política educacional, apesar de estar bem mais equipada do que outras comunidades ribeirinhas próximas, oferecendo vagas para todo o ensino básico – do ensino infantil ao ensino médio, o distrito não oferece local de prova para o ENEM, o que dificulta o acesso de famílias de baixa renda ao ensino superior.

---

63 O Programa Mais Médicos é instituído pela Lei n.º 12.871, de 22 de outubro de 2013, durante o Governo Rousseff, e tinha por objetivo suprir uma demanda de recursos humanos na área da assistência básica em saúde no país, em especial, dirimir desigualdades regionais no atendimento em saúde. Entretanto, o Programa também estava articulado com a educação, atuando também enquanto instrumento de aperfeiçoamento, estimulando a pesquisa e a troca de conhecimentos e experiências. Nesse sentido, o Programa estabeleceu um Projeto Mais Médicos para o Brasil, em que prevê o intercâmbio de profissionais estrangeiros para atuar no país quando houver vagas disponíveis depois de serem preenchidas por brasileiros. A partir disso, através de um acordo de cooperação internacional com a Organização Panamericana de Saúde/OMS e com Cuba, houve muitos cubanos preenchendo as vagas onde não haviam profissionais brasileiros suficientes para suprir a carência. Em lugares remotos, como Calama, foi comum a presença dos médicos estrangeiros atuando na atenção básica em saúde (UBS). Através dos relatos, constatou-se que trabalharam no distrito 3 médicos cubanos. Entretanto, com o fim do acordo em 2018, após eleição de Jair Bolsonaro à presidência da República, o país e precisamente locais como Calama ficaram sem atendimento médico.

64 De acordo com a Portaria n.º 2.436, de 21 de setembro de 2017, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a equipe mínima da Estratégia Saúde da Família deve contar com um médico, um enfermeiro e auxiliares ou técnicos em enfermagem. Em Calama, só há auxiliares de enfermagem.



Na zona urbana, apesar da precariedade de alguns serviços, a oferta de vagas escolares não emergiu como uma questão relevante na fala das mulheres. Inclusive, algo interessante percebido da realidade urbana foi o fato de que algumas entrevistadas tiveram acesso à educação em escola privada, no caso, uma escola mantida por uma associação sem fins lucrativos, a Casa de Saúde Santa Marcelina. A escola em questão é uma unidade do grupo Santa Marcelina do Brasil<sup>65</sup>, a Escola Marcelo Cândia, e está localizada no Bairro Marcos Freire – aparece na fala das mulheres como uma boa escola na região. **Marjore** estudou lá, e uma das filhas de **Floriana** está estudando nessa escola. Segundo ela, o valor da mensalidade é de vinte reais, o que é bastante acessível para uma instituição privada. Contudo, como se trata de uma associação filantrópica, é compreensível e explica a concorrência das vagas ofertadas pela escola.

#### 4.3.1. O BOLSA FAMÍLIA NA VIDA DAS MULHERES

As mulheres entrevistadas são usuárias do Programa Bolsa Família, uma política de combate à pobreza, e a pergunta que surge é como se efetiva a política vidas delas. A pobreza material é mais um obstáculo para se viver dignamente neste país. Além de todas as dificuldades que se impõem aos moradores de Porto Velho por se situarem em uma região menos dinâmica economicamente, o município ainda é muito precário na oferta de serviços básicos como saneamento, saúde, transporte público, entre outros. O que esperar da periferia da cidade e de uma comunidade situada à margem do Rio Madeira a mais de cem quilômetros da cidade?

A periferia urbana estudada é uma região que se constituiu através de sucessivas ocupações ocorridas ao longo do final do último século, e ainda ocorrem, porém, agora, sob a tutela do Estado, por meio da expansão de empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) no sentido leste da cidade. Esse movimento centrífugo, que joga a população pobre para as franjas urbanas, ocorreu de forma desordenada em períodos anteriores e, atualmente, ele é consentido pelo Estado – não obstante a ausência de infraestrutura adequada para receber um contingente populacional considerável. Para se ter ideia da dimensão dos

65 Dados no site da Escola. [https://www.santamarcelina.org.br/educacao/o\\_colegio\\_unidade.asp?id=50](https://www.santamarcelina.org.br/educacao/o_colegio_unidade.asp?id=50)

empreendimentos do PMCMV em Porto Velho, o Orgulho do Madeira possui 4 mil unidades de apartamentos, e o Cristal da Calama conta com quase 3 mil casas – ambos bem distantes do centro da cidade, no limite dos contornos urbanos<sup>66</sup>.

Para as mulheres da zona urbana e da zona rural, o Bolsa Família possui significados diferentes. Qual o significado da transferência de renda para essas famílias? Refletindo sobre a realidade rural, como se efetiva a política na ausência de um caixa eletrônico da Caixa Econômica Federal e de um CRAS? Esses foram alguns dos questionamentos que nortearam meu olhar para as famílias de Calama. Por outro lado, na Zona Leste, meu olhar voltou-se a captar quais eram as eventuais dificuldades das famílias para acessar a política, considerando que, aparentemente, sacar a renda ou serem atendidos pelos CRAS não seriam problemas a serem enfrentados na cidade.

Calama possui uma UBS com agentes comunitários em saúde, porém, não há no município uma equipe destinada para atender o distrito na dimensão da assistência social (CRAS Itinerante). As especificidades do município sugerem que haja uma Equipe Volante ou um CRAS Itinerante. Entretanto, o que existe é uma equipe – que nem sempre é a mesma, segundo informações de trabalhadores da assistência – e que atua como Equipe Volante. Essa equipe está vinculada a um CRAS na cidade (CRAS Betinho na Zona Leste) e tem-se a programação de visitas *in loco* duas vezes ao mês – note que são duas vezes ao mês para atender 8 distritos. Apenas dois distritos possuem cadastrador, e essas viagens da Equipe Volante se resumem ao recadastramento dos usuários do PBF e ao atendimento de demandas judiciais.

O CRAS Itinerante ou uma Equipe Volante deveriam promover o acesso das famílias aos serviços prestados pelo CRAS, facilitando e viabilizando o trabalho social com as famílias (BRASIL, 2009b). Ou seja, existe uma equipe para realizar atendimento aos distritos, mas, de fato, não há condições suficientes para que essa equipe consiga efetivar o trabalho esperado por um equipamento de referência. Não se percebe, na realidade do município, uma efetivação das propostas estabelecidas pela Política Nacional de Assistência Social. Isso é bastante claro em relação a Calama, o que não parecia ser o caso dos bairros da Zona Leste. Na região há três CRAS destinados ao atendimento dos bairros da região, os CRAS Betinho, Irmã Dorothy e Paulo Freire. Entretanto, não foi o que se constatou.

---

66 Disponível em: <<http://www.rondonia.ro.gov.br/seas-da-sequencia-a-entrega-de-imoveis-nos-residenciais-cristal-da-calama-e-orgulho-do-madeira/>> Acesso em: dez. 2019.

São três equipamentos para atender especificamente a Zona Leste, o que evidencia a demanda por serviços socioassistenciais na região. O atendimento de cada CRAS é territorializado e nas entrevistas houve menção aos CRAS Irmã Dorothy e Betinho – este último mais frequente – e nenhuma das entrevistadas disse buscar atendimento no CRAS Paulo Freire, apesar de algumas delas residirem no território de abrangência do referido CRAS. Todavia, as menções ao CRAS não sugerem uma relação real entre as usuárias e o equipamento. Quando perguntadas sobre sua relação com o CRAS, a maioria das mulheres responde que a relação é boa – só precisam ir até o equipamento quando é necessário o recadastramento e quando não conseguem fichas, encaminham-se diretamente à Central do CadÚnico.

Vale salientar que as mulheres entrevistadas, nenhuma delas recorre ao CRAS para quaisquer outros serviços além do recadastramento. Elas não sabem o que o centro pode lhes oferecer, suas atividades, programas e serviços. Ele representa apenas o local onde elas devem realizar a atualização cadastral e que, caso não consigam, podem dirigir-se para o centro da cidade e realizar diretamente na Central – o que muitas alegam preferir porque na Central o atendimento é mais rápido, segundo elas. Segundo o Gerente da Central, isso ocorre porque lá há muitos cadastradores, o local é destinado a lidar apenas com questões do PBF, o que não é o caso dos CRAS. Percebe-se, através dos relatos, que o CRAS não atua na vida delas de forma a constituir-se-lhes uma referência em serviços de assistência.

De acordo com o PNAS (BRASIL, 2005), os Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) deveriam atuar como referência na execução dos serviços socioassistenciais locais, oferecendo informação e orientação sobre a rede de proteção básica às famílias, bem como atuar na mediação entre os usuários e outras instituições sociais e o Estado. Contudo, em seus relatos, é evidente que o CRAS não representa para essas mulheres esse papel de mediador, tampouco é a referência para a resolução de quaisquer problemas relacionados ao Bolsa Família – esse papel é representado pela Central do CadÚnico. E isso pode representar um problema quando pensamos acerca da efetividade do Programa Bolsa Família caso ele não esteja em consonância com outras políticas da rede socioassistencial.

Singer (2012) aponta para o fato de que as mudanças que o lulismo conseguiu imprimir ao longo dos governos do PT estão além do Bolsa Família. A diminuição da pobreza e das desigualdades sociais realizada nesse período ocorreu pela valorização do salário mínimo, pela diminuição do desemprego, pelo acesso ao crédito, além de outras políticas macroeconômicas. O caso é que me parece difícil que as famílias que dependem do Bolsa

Família possam libertar-se da dependência da transferência de renda caso não encontrem um meio de gerar renda através do trabalho/emprego. E esse processo torna-se mais lento quando o equipamento estatal planejado para servir como promotor da integração dos usuários dos serviços assistenciais ao mercado de trabalho não funciona como deveria.

Em entrevista com o Gerente das Políticas de Transferência de Renda do Município, Vítor Nascimento salienta que essa atualização cadastral que, periodicamente é realizada pelos usuários, é feita com os atendentes do Bolsa Família nos CRAS ou na Central do CadÚnico – a função desses atendentes (cadastradores) é apenas atualizar o cadastro dos usuários ou resolver quaisquer questões referentes ao Programa, os serviços de referência são realizados pela equipe técnica dos CRAS. Quanto aos serviços da equipe técnica, Raimunda Rocha – Gerente dos Serviços Ofertados pelos CRAS do Município – assume que os serviços de acompanhamento das famílias atendidas pelo PBF ainda não estão *cem por cento em atividade* porque existe um déficit bastante significativo em relação aos recursos humanos para compor equipe técnica suficiente para atender a demanda do município.

Assim, surge uma semelhança entre a realidade de Calama e da Zona Leste. Embora haja equipamentos dos serviços públicos socioassistenciais mais próximos das moradoras na zona urbana – algo que não ocorre na zona rural –, a presença deles no cotidiano das famílias que recebem transferência de renda é indiferente para ambas as realidades estudadas. No entanto, a semelhança para por aí, receber a transferência de renda do Estado morando na cidade é vivenciar essa política de forma mais plena do que morar em uma comunidade ribeirinha.

Para as moradoras de Calama, ser usuária do Bolsa Família significa recorrer à cidade todas as vezes em que se recebe alguma notificação para regularização de cadastro ou mesmo para sacar o “benefício” - isso porque o correspondente bancário que existia no distrito não está mais em funcionamento, o que força as usuárias a se deslocar até Porto Velho. Mas o que esse deslocamento implica?

As viagens a Porto Velho presumem custos mais altos que o próprio valor da renda recebida pelo PBF. O valor da passagem de barco varia entre o valor do barco recreio, que é de 60 reais, e o valor do barco expresso, que é 70 reais. Portanto, ida e volta são duas vezes esses valores. Além disso, os moradores de Calama devem arcar com custos de alimentação, hospedagem e transporte na cidade, porque não há ida e volta em um mesmo dia – estamos nos referindo a um deslocamento de 5 a 12 horas de viagem em embarcações que não

realizam viagens todos os dias. Essas viagens apenas se tornam menos onerosas, para algumas, porque as famílias contam com o abrigo de familiares residentes na cidade.

Muitas entrevistadas relatam que deixam o seu “benefício” acumular dois meses para poderem se deslocar para a cidade ou, quando não têm condições financeiras de arcar com os custos da ida a Porto Velho, solicitam a algum familiar ou conhecido que esteja planejando ir à cidade para que saquem o “benefício”; ou, na pior das hipóteses, já mantêm o cartão em posse de algum familiar residente na cidade, assim, ele pode enviar o dinheiro via expresso<sup>67</sup>. Toda essa logística para ter acesso ao dinheiro transferido pelo Estado não faz parte da realidade das mulheres da zona urbana. A dificuldade de acesso ao dinheiro pelas usuárias de Calama demonstra o quanto o valor do Bolsa Família para essas usuárias corresponde a uma quantia menor.

Muito embora as usuárias da zona urbana não necessitem arcar com esses tipos de custos para ter acesso ao “benefício”, há de se apontar aqui o problema de mobilidade urbana enfrentado por elas. Segundo as entrevistadas, na Zona Leste existe apenas uma agência lotérica em que é possível sacar o dinheiro e uma agência da Caixa Econômica Federal. Vale destacar que a região é de uma extensão territorial considerável, porquanto a expansão territorial urbana ocorreu de forma horizontal. O transporte mais frequentemente utilizado por essas mulheres é a bicicleta ou o sistema de táxi compartilhado, principalmente, quando precisam andar com crianças ainda muito pequenas. Quando perguntadas sobre as principais carências que percebem em seu território, todas são enfáticas em apontar o transporte público.

#### 4.3.2. POLÍTICAS QUE ATRAVESSAM A VIDA DAS MULHERES

O Programa Bolsa Família não faz parte da única política de Estado<sup>68</sup> que atinge essas mulheres e suas famílias. Ao longo de suas trajetórias, o Estado está presente sob a forma de outras políticas públicas setoriais, que as atingem direta ou indiretamente. Nesse sentido, trago menção às políticas públicas que surgem em meio aos relatos, podendo

---

67 A embarcação cobra um valor para entregar encomendas, atualmente 10 reais.

68 Por mais que o PBF não seja uma política de Estado, mas de governo, aqui me refiro a política de Estado enquanto uma política pública, realizada através do poder público.

representar políticas/programas/serviços que as atendem ou já as atenderam, ou a seus familiares.

A educação, como política pública, talvez seja a mais fortemente presente. Talvez porque seja universal ou mesmo porque ela é percebida como um caminho para a melhora das condições de vida. A ideia de que a educação é capaz de interromper o ciclo da pobreza – contida na condicionalidade Educação do PBF – também é partilhada pelas usuárias. Acreditam na escolaridade como caminho possível a garantir acesso a melhores condições de vida, de emprego, não obstante o número considerável de mulheres que não conseguiu completar sequer o ensino básico, ou, nas palavras delas, “*terminar os estudos*”. Essa expectativa, compartilhada por essas mulheres, representa também o produto da atuação do Estado na construção de consensos e definições legítimas, produto de uma violência simbólica que também é operada pelo sistema educacional (BOURDIEU, 2014).

Segundo Bourdieu (1989), o poder simbólico é um poder de construção da realidade social, poder de estabelecer a ordem social, um consenso sobre o mundo social, sobre categorias de classificação. O Estado, como monopolizador da violência física e simbólica, exerce essa violência por meio do sistema de ensino, de acordo com o autor. O sistema de ensino faz parte das instituições que são fiduciárias da crença organizada, do que é reconhecido como legítimo e desempenham um papel essencial na reprodução dessa crença, do oficial (BOURDIEU, 2013). Esse consenso sobre o papel da educação, ou melhor, da escolaridade na melhoria das condições de vida das pessoas, é praticamente inquestionável em nossa sociedade.

Dentre as entrevistadas de Calama, apenas duas completaram o Ensino Médio, as mais jovens entrevistadas: **Araci**, com 31 anos, e **Yasmin**, com 28 anos. **Araci** relatou desejo de ingressar no Ensino Superior, inclusive, no momento da entrevista, acreditava ser possível comparecer ao segundo final de semana de provas do ENEM, mesmo não tendo comparecido ao primeiro.

*Araci – [...] Eu passei no Enem! Fiz a primeira e passei. Mas aí a minha irmã, eu pedi pra ela me inscrever, né, aí ela esqueceu de me inscrever. Aí, aqui, como aqui era ruim de internet, né, aí eu passei e falei [para a irmã]: olha a menina só me falou que eu passei, aí tu vê pra que que tem lá assim que me encaixe melhor, aí tu me inscreve. Aí ela perdeu, ela não conseguiu me inscrever. Se não era pra mim tá fazendo faculdade?!*

*Araci – [...]já eu me inscrevi agora [referindo-se ao ENEM]. Só que aí eu me inscrevi, aí a minha filha teve uma coisa da igreja lá, pra baixo do Humaitá, aí eu*

*perdi a primeira parte. Agora tem que dar um jeito de fazer a segunda, que pode, né, fazer.*

**Pesquisadora** – Pode?

*Araci* – *Quem não fez a primeira parte, eles vão dar uma chance, que tem muita gente que não pode ir, aconteceu alguma coisa assim, né, imprevisto. Ai eles vão dar uma chance de fazer, mas essa segunda parte é muito difícil. A primeira é uma redação, redação pra mim não é difícil, foi boa, e o tema tava muito bom esse ano. Nossa, se eu tivesse ido...*

A situação de **Araci** é típica em Calama. Os moradores do distrito possuem uma deficiência no acesso a todo tipo de informação. Vale dizer que até a mídia televisiva local do município não é acessível para os moradores de Calama. Não há sinal de televisão, de canais abertos. Os moradores precisam de antenas parabólicas ou TV por assinatura via satélite, e os canais que chegam às suas casas são canais do Amazonas. No período do trabalho de campo, iniciou-se a venda de internet para os moradores, mas a um preço muito acima do praticado na cidade. Então, os moradores se utilizam da “internet da EMATER”<sup>69</sup>, sinal de internet que é disponibilizado livremente pelo órgão público e cujo sinal é ruim, considerando o número sempre excessivo de acessos. Ademais, as informações da cidade chegam sempre por terceiros, por pessoas que retornam da cidade e repassam informações, inclusive as informações por parte do poder público passam pelo filtro do administrador do distrito.

**Araci** não tinha a menor ideia de que não seria possível realizar a segunda parte da prova do ENEM naquele ano. No ano anterior, ela precisou da ajuda de outras pessoas para ter acesso à internet e se inscrever no vestibular com a nota do ENEM, que, segundo ela, era o suficiente para entrar em algum curso superior. Assim como ela, muitas pessoas que compartilham de sua realidade vivem em um lugar que está muito longe de fazer parte de uma sociedade da informação, como muitos autores definem nossa sociedade atual.

Embora não exista uma grande diferença de idade entre **Araci** e **Yasmin** e o restante das entrevistadas de Calama, as outras mulheres apresentam baixa escolaridade ou nenhuma. Essa realidade na zona urbana já é distinta. Na Zona Leste, houve 4 mulheres que mencionaram ter vontade de ingressar no ensino superior. A maioria das mulheres chegou a ingressar no Ensino Médio – cinco já concluíram e duas ainda não. Por outro lado, as que não chegaram ao Ensino Médio não possuem nem o segundo ano do Ensino Fundamental.

<sup>69</sup> Os moradores se deslocavam de suas casas com seus celulares e acessavam a internet embaixo a uma árvore que existe na frente do prédio da EMATER, à época, era a única forma de acessar internet, havia pouquíssimos lugares com internet. Com a chegada da comercialização da internet, alguns estabelecimentos comerciais passaram a assinar o serviço e vender o acesso por tempo para os moradores.

Para se ter em conta a realidade educacional em que essas mulheres-mães-donas-de-casa estão inseridas, basta ter em conta que o “*fim dos estudos*” é percebido a partir da conclusão do Ensino Médio. Algo evidente quando se referem à escolaridade dos filhos: “*já acabou os estudos*”, “*já se formou, graças a Deus*”. Completar o Ensino Médio é uma conquista, porque é um lugar onde poucos, dentre os que lhe são próximos, chegaram. A educação, para muitas das entrevistadas, é o meio pelo qual seus filhos não precisarão passar a vida que elas viveram e vivem. Parece-me muito claro que, para elas, se seus filhos estudarem, eles não trabalharão na roça, não precisarão casar muito cedo e poderão conseguir empregos melhores do que o de empregada doméstica e de pedreiro.

Outra política universal, mas cuja assistência se mostrou menos evidente, é a saúde pública. Embora o SUS atravessasse a vida das usuárias do Bolsa Família através da garantia de vacinação e o acompanhamento da saúde da mulher e das crianças, ele não garante cem por cento das necessidades dessas famílias. Quando perguntadas sobre a saúde e quais equipamentos elas buscam quando precisam de cuidados de saúde, as Unidades de Pronto Atendimento (UPA) e as Unidades Básicas de Saúde (UBS), assim como a rede hospitalar pública, são lembradas. Entretanto, na Zona Leste existe a figura da FIMCA, uma extensão do hospital-escola de uma Rede de Faculdades Privadas – Faculdades Integradas Aparício Carvalho – que, por um valor irrisório, realiza atendimento aos moradores dos bairros da Zona Leste em diversas especialidades médicas.

Só são atendidos pela FIMCA os moradores que possuem cadastro na instituição. É interessante observar que as Faculdades Aparício Carvalho pertencem a uma família da elite política local, os filhos de Aparício Carvalho são Mariana Carvalho (deputada federal) e Maurício Carvalho (vereador em Porto Velho). Segundo um entrevistado que atua em projeto social no Bairro Mariana, *em ano eleitoral, sempre chega aquela cartinha da FIMCA*. A instituição da FIMCA que presta serviços de saúde está localizada em um local estratégico, na periferia da cidade e onde mais a população necessita da oferta de serviços de especialistas na área da saúde. Vale lembrar que, embora as famílias usuárias do Bolsa Família consigam agendar consultas na UBS através do agente comunitário de saúde, essas consultas demoram para serem realizadas – o que obriga muitas famílias a recorrerem às alternativas existentes.

A preocupação com a saúde da família, em especial a dos filhos, obriga as mães a buscarem alternativas e, se necessário, pagar pelo atendimento médico deles. Como o caso de **Maria**, que se mudou para Calama para estar próxima do atendimento de saúde, e o de outras mães da Zona Leste que mencionam que preferem pagar pelo atendimento na FIMCA ou em



qualquer local que ofereça atendimento com um valor acessível a esperar pelo SUS. Não é à toa que se percebe uma proliferação de clínicas populares na região, a caminho da Zona Leste. Não são poucas clínicas médicas que avistamos com propagandas de preços acessíveis em suas fachadas, em diversas especialidades médicas.

Apesar da saúde e da educação configurarem como condicionalidades do Programa Bolsa Família, percebeu-se que a preocupação em relação a essas esferas existe independente da imposição do programa, ao menos entre as mulheres entrevistadas. Algumas demonstraram que sempre tiveram cuidados nas áreas da educação e da saúde, mesmo antes de receber Bolsa Família – algumas recebem o “benefício” há pouco tempo e relatam que sempre atuaram na preservação da saúde dos filhos e na manutenção deles na escola. É o caso de **Maria**, que relata que, mesmo antes de receber o Bolsa Família, teve muita preocupação em manter a carteira de vacinação dos filhos atualizada, talvez até porque seu marido sempre trabalhou na área da Saúde Pública, mas também relatou preocupação em garantir continuação dos estudos dos filhos e, por isso, resolveu mudar de localidade para facilitar o acesso dos seus filhos à escola, bem como garantir melhores condições de atendimento em saúde para a filha. Além disso, é possível citar o caso de **Lisane**, que recebe o Bolsa Família há pouco mais de um ano e fez questão de afirmar que o Programa não mudou suas preocupações sobre saúde e educação, uma vez que é algo que sempre manteve.

Além das políticas universais, outras políticas surgem na realidade das famílias das mulheres entrevistadas, entre elas, cabe destacar o Seguro-Defeso e o salário-maternidade para as mulheres da região rural, o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) para as mulheres da Zona Leste e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) – que aparece em ambos contextos.

O Seguro-Defeso trata-se de um “benefício” previdenciário que é garantido aos pescadores artesanais que ficam impossibilitados de garantir renda através da pesca durante o período de defeso – período de reprodução dos peixes. Em Calama, esse “benefício” possui um papel importante na vida das famílias que dependem da pesca artesanal. Como são quatro parcelas no valor de um salário mínimo cada, e, normalmente, são pagas em uma parcela única, esse valor representa o equivalente ao abono natalino e ao décimo terceiro salário dos trabalhadores formais urbanos<sup>70</sup>. Com esse valor em mãos, as famílias podem realizar certos desejos de consumo, como dar entrada na casa própria ou mesmo adquirir bens de consumo.

---

70 Aqui se trata de uma comparação com o trabalhador formal que elaboro, elas não são iguais.

Uma grande parcela das mulheres entrevistadas relatam receber o Seguro-Defeso. Algumas alegam não ter recebido ainda suas carteiras de pescadoras artesanais e por isso nunca chegaram a receber o seguro, mas já se inscreveram na Associação de Pescadores. Algo interessante sobre isso é que essas mulheres que ainda não receberam suas carteiras, e mesmo aquelas que já a possuem, a maioria não pratica a pesca.

Dentre as entrevistadas, apenas uma relata que pesca com o marido, mas as outras entrevistadas não praticam, apenas seus companheiros. Essa dinâmica – na qual as mulheres são titulares da carteira de pesca artesanal, mas são os homens que realizam a atividade – intrigou-me. Então procurei a Associação de Pescadores em Porto Velho. Entretanto, chegando à associação, não consegui que ninguém me concedesse entrevista, mas tive uma conversa informal com um rapaz que estava fazendo serviço de atendimento ao público. Segundo o rapaz, as famílias optam em colocar a mulher como titular do Seguro-Defeso porque, dessa forma, os homens não ficam impedidos de conseguir outros empregos com a carteira assinada ou mesmo porque muitos homens não possuem a “*ficha limpa da justiça*” e, por isso, são as mulheres titulares da carteira de pesca.

Destaco essa questão da pesca e da titularidade do cartão de pescador artesanal porque é razoável supor que a escolha da mulher como titular faz parte de uma estratégia familiar para garantir renda durante o inverno, período em que ocorre o defeso. Vale dizer que elas não pescam, mas seus companheiros o fazem.

Ainda sobre o referido seguro, é importante salientar uma especificidade sobre o cruzamento das políticas na região ribeirinha: o seguro é pago normalmente, segundo os relatos das mulheres, em uma única parcela, ao fim do período de defeso (fevereiro); mas, em novembro, que é o mês em que se inicia o defeso, a transferência do Programa Bolsa Família cessa, e só retorna após os quatro meses do Seguro-Defeso. Ou seja, nesse interstício em que o “benefício” previdenciário deveria ser pago, mas que, comumente, é efetuado em uma única parcela pelo Estado ao fim do período, a família não recebe nenhum dos “benefícios” - isso foi apontado pelas entrevistadas como um problema. O pagamento do Seguro-Defeso deveria começar a ser efetuado em novembro, mês em que o período se inicia e continuar a ser creditado até fevereiro. O fato relatado pelas entrevistadas é que o pagamento é realizado em fevereiro, são depositadas as quatro parcelas referentes ao período de Defeso todas de uma única vez.

Além do mencionado seguro, outra política emerge dos relatos: o BPC. O Benefício de Prestação Continuada surge nos relatos de algumas mulheres, senão como um “benefício” existente em sua realidade, como um “benefício” já requisitado, mas negado pelo Estado. **Nadi** tem um filho que é usuário do BPC. Diagnosticado com TEA (Transtorno do Espectro Autista), seu filho de 13 anos recebe renda do “benefício” há mais ou menos três anos. À época de nossa entrevista, **Nadi** relata sua dificuldade para acessar o benefício devido à morosidade para conseguir o diagnóstico e, conseqüentemente, o laudo que lhe permitiria pleitear o benefício no INSS. Seu filho mais novo também foi diagnosticado com TEA, no entanto, ela pleiteou o benefício no órgão, mas foi negado – segundo os atendentes do INSS, só poderia haver um benefício por família.

Essa questão é pertinente e revela uma condição que não é somente de **Nadi**, tanto que em novembro de 2019 foi aprovado no Senado Federal o Projeto de Lei 3.260/2019, que permite a concessão do BPC para mais de um membro de uma família, fazendo com que o INSS não mais compute o valor do benefício para fins de cálculo da renda familiar *per capita* no processo de concessão do BPC<sup>71</sup>.

**Floriana** tem dois filhos com problemas de saúde – um filho com deficiência física e outra menina que apresenta transtornos psíquicos, mas ela não conseguiu BPC para seu filho mais velho e, por isso, nem tentou pleitear para sua filha mais nova. Segundo ela, se o menino, que apresenta problemas maiores, não conseguiu o “benefício” (na sua percepção o problema físico é mais impeditivo ao trabalho do que o problema cognitivo), a menina também não conseguiria.

O BPC trata-se de um “benefício” assistencial reservado às pessoas idosas ou de qualquer idade que não tenham renda *per capita* familiar superior a um quarto de salário mínimo e estejam impedidas de gerar renda por quaisquer deficiências. No valor de um salário mínimo, o “benefício” contribui na renda familiar e é de suma importância para que se mantenha o acesso à política de saúde, por exemplo. É o caso de usuárias de Calama, que precisam se deslocar para Porto Velho para que seus filhos possam realizar o acompanhamento de saúde – por mais que a política em si seja “gratuita”, o deslocamento para acessar a política não é.

O Benefício de Prestação Continuada constitui transferência de renda realizada pelo Estado brasileiro a fim de garantir um direito constitucional de assistência àqueles que não

---

71 Fonte: Agência Senado

conseguem prover seu próprio sustento, independente de contribuição à seguridade social. Destinado aos idosos e a pessoas com deficiências, o BPC representa um importante benefício para a manutenção do acesso dessas pessoas a uma vida digna. Além dele, encontrou-se a ocorrência de outro auxílio financeiro do Estado como o salário-maternidade, o que, no caso, não corresponde a um “benefício” assistencial, e sim, previdenciário – concedido às mulheres que comprovem atividades de trabalho rural.

É interessante observar que o salário-maternidade surge em meio às entrevistas de Calama e, ao modo do Seguro-Defeso, também aparece enquanto uma renda ansiosamente aguardada pelas famílias. No caso do salário-maternidade, a ansiedade fica por conta da vinda do “Barco da Justiça”, que ocorre uma vez ao ano e leva os serviços do Judiciário, assim como de outros órgãos públicos, como o INSS<sup>72</sup>. Segundo algumas entrevistadas, elas podem pedir esse auxílio em até cinco anos após o nascimento de seus filhos e, por isso, aguardam o “Barco da Justiça” para solicitar o salário-maternidade. Entretanto, precisam comprovar suas atividades de trabalho e, na maioria dos casos, em Calama, fazem-no por meio de testemunhas.

**Ana Rosa**, precisou de testemunhas para solicitar o salário-maternidade, mas, ao que parece, suas testemunhas prestaram testemunhos desencontrados e, devido a isso, ela teve seu auxílio negado.

*Ana Rosa – [...] eu fiz até um auxílio-maternidade das minhas duas meninas, mas nunca recebi, eles recusaram. Eu fiquei muito triste, que era o que eu tava precisando demais pra dar uma entrada assim na minha casa, não tem uma casa[sic]. [...] então na hora da minha testemunha eles foram perguntar o que dela: Ela cria galinha? Ela cria pato? Ela disse que eu criava sendo que eu não criava. Então eu falei uma coisa e ela falou outra, então ela falou uma coisa que não era verdade, tá entendendo? [...]E a minha testemunha disse que ela não disse isso d'eu criar galinha. Foi a mulher lá que me disse quando eu liguei pra lá.*

O referido salário-maternidade é um auxílio previdenciário que é destinado às mulheres que trabalham em atividade rural, no caso, salário-maternidade rural. O caso de **Ana Rosa** é interessante porque de fato ela não realiza atividades rurais, ela trabalha como doméstica em um estabelecimento local, e seu marido atua como pedreiro, pintor, marceneiro,

---

72 Trata-se de projetos de promoção de acesso à justiça tanto da Justiça Federal quanto da Justiça Estadual. Nesse caso, são dois projetos: a Operação da Justiça Rápida Itinerante do Tribunal de Justiça de Rondônia e o projeto de Juizados Especiais Federais Itinerantes da Justiça Federal da 1ª Região (JEFIT). Disponível em: <<https://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/juizado-especial-federal/jef/juizado-especial-federal/jef-itinerante/>>/<<https://www.tjro.jus.br/juizado-especiais-justica-rapida>> Acesso em: jan. 2020.

entre outras atividades que não estão ligadas à roça, como outras entrevistadas. **Ana Rosa**, muito provavelmente, lançou mão de uma estratégia para acessar o auxílio, considerando que muitos moradores se utilizam apenas da prova testemunhal para comprovar suas atividades rurais, ela só precisaria que suas testemunhas falassem o mesmo que ela para os técnicos do INSS.

Na Zona Leste, a presença de outras transferências de renda para as entrevistadas não foi algo significativo. Entretanto, surge na zona urbana e que não se encontra na região ribeirinha: programa de política habitacional. O Programa Minha Casa Minha Vida apareceu nas entrevistas, dentre as mulheres-mães-donas-de-casa que participaram desta pesquisa, duas foram contempladas com uma unidade nos empreendimentos realizados em Porto Velho através do programa.

**Lisane**, à época de nossa conversa, estava ansiosa pela sua casa própria. Morando de favor em uma casa com três cômodos, onde ela, o marido, seus filhos e seus enteados dividiam o mesmo quarto, **Lisane** relata que aguarda desde 2015 pelo seu apartamento no Residencial Porto Belo III, que, até o momento, não havia sido entregue pelo PMCMV. Sobre o Programa, quando perguntada se teria se inscrito ela responde:

***Lisane** – Ah, eu me inscrevi, em 2013, meu primeiro filho Kaique, tinha 3 anos de idade. Três anos que ele tinha quando eu me inscrevi. Foi ate na Talismã, não sei se a senhora lembra. [...] Foi na Talismã que teve. Menina, era gente, gente, gente, aí, como eu tinha o meu filho, queria ter minha casa também, né, todo mundo sonha... [...] Pois é, aí eu fiz a inscrição, foi em 2015 que teve outro sorteio, porque o de 2014 não teve. O sorteio de 2014 que era pro Orgulho do Madeira, mas não saiu, eu não fui contemplada. Aí em 2015 eu fui contemplada, aí to esperando porque o meu é o Porto Bello III.*

Os Residenciais Porto Belo são em quatro, dois estão prontos e já possuem moradores e os outros dois não haviam sido entregues até o momento das entrevistas. **Lisane** irá ser vizinha de **Susana** e da irmã de **Violeta**. **Violeta** e **Susana** foram duas mulheres que tive a oportunidade de entrevistar em visita ao Residencial Porto Belo II. **Violeta** não é moradora do residencial, mas estava no salão do condomínio no dia que fiz a visita porque queria realizar uma consulta oftalmológica que estava sendo oferecida aos moradores de forma gratuita, sua irmã é quem de fato é moradora.

**Violeta** é uma jovem de 22 anos de idade, a mais nova de todas as entrevistadas. Ela possui um filho e mora no bairro Três Marias, também na Zona Leste. Prontamente, ela se

ofereceu para me dar entrevista quando percebeu que eu estava fazendo uma pesquisa, disse que recebia o Bolsa Família e que poderia conversar naquele momento porque demoraria muito até chegar a sua ficha<sup>73</sup>. A irmã de **Violeta** reside no Porto Belo II e representa a base de apoio da irmã, considerando o desemprego de **Violeta** que, atualmente, vive apenas com a renda do Bolsa Família para sustentar a si e ao filho. Segundo ela, sua irmã é quem a ajuda a sustentar a criança porque o pai do seu filho não paga pensão e está ausente na criação do menino – sua irmã é como se fosse uma mãe para ela.

**Violeta** – *Eu não sei a história assim, toda [sobre a relação dos seus pais]. Eu só sei que quando eles se conheceram a minha irmã mais velha já tinha nascido, porque ela não é filha do mesmo pai.*

**Pesquisadora** – Ah, mas os teus outros irmãos são?

**Violeta** – *É. Só que nós é tudo apegado, nós foi tudo apegado com a nossa irmã mais velha.*

**Pesquisadora** – Foi uma segunda mãe pra vocês?

**Violeta** – *Também. A minha mãe precisava sair pra trabalhar e ela que cuidava da gente. A minha irmã é um amor de pessoa, ela tá sempre com a gente. Tipo: essa semana minha bomba tá quebrada e eu tô passando a semana aqui, porque a bomba quebrou.*

[...]

**Violeta** – *Aí continuando, a minha irmã, ela cuidava da gente, cuidou da gente em tudo. De todas as formas.*

**Susana** é moradora do Porto Belo II, contemplada com um apartamento de dois quartos para ela e sua família. Atualmente, está abrigando a cunhada e seus filhos temporariamente. **Susana** possui dois filhos, e o marido possui carteira assinada, a única entrevistada cujo cônjuge possui carteira assinada, considerando que as outras relatam que os maridos trabalham na construção civil como pedreiros ou ajudantes de pedreiro, mas seus contratos não são formais. Havia poucos meses que ela estava morando no condomínio, estava realizada por estar na sua casa própria. Sua família inteira mora na Zona Leste, a mãe e

73 Nesse dia, havia oftalmologista atendendo no salão do condomínio de forma gratuita os moradores do local. Isso foi uma iniciativa da síndica, que, através do seu capital social e de sua rede de relações, procura proporcionar atividades para as crianças e os jovens do condomínio, assim como trazer serviços que estão distantes dos moradores. Em seu discurso, relata que a situação de muitos moradores é precária e, quando assumiu o compromisso de ser síndica, se propôs a transformar o residencial em um lugar bom para se morar. Seu empenho resultou na extensão, para dentro do Porto Belo II, de atividades que são oferecidas pela Praça CEU.

as irmãs também residem na região e, *desde que se entende por gente*, ela mora na Zona Leste, apenas trocando de um bairro a outro – mas apenas agora possui *sua casa*.

O PMCMV está presente em Porto Velho, e a maioria de seus empreendimentos populares estão localizados na Zona Leste. O Programa Minha Casa Minha Vida é lançado em 2009, impulsionado pela crise financeira que atinge vários países em 2008, mas tem suas raízes na criação do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), em 2005, cuja lei de criação lançou as bases para a implementação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), ambas políticas habitacionais com fins de promover o acesso à moradia para as classes mais baixas. Embora tenham sido as construtoras as grandes beneficiadas com essas políticas, com o expansivo lucro e alto rendimento na construção das moradias (ALCÂNTARA, 2019).

O fato é que, segundo Alcântara (2019), mesmo planejado para ser um programa de promoção ao acesso à moradia, o PMCMV foi muito mais um programa econômico e de geração de emprego em resposta à crise ocorrida em 2008, que afetou o mercado financeiro e protagonizado pelo mercado do que uma política pública com objetivo de combater o déficit habitacional. A autora ainda acrescenta que é a população que recebe até três salários mínimos que compõe 90% do déficit habitacional do país, contudo, são destinadas apenas 40% das moradias construídas para esse público (Faixa 1 do Programa<sup>74</sup>) – o que contribui para problematizar a real motivação do programa e sua eficácia no combate ao problema fundiário, considerando que as unidades habitacionais para essa população eram construídas em regiões distantes do centro, estimulando a atuação do Estado em investir na infraestrutura desses locais e a especulação imobiliária.

Região periférica e sem infraestrutura adequada para a expansão urbana em curso, a Zona Leste sempre representou um local mais barato para se morar, onde famílias pobres poderiam vislumbrar o sonho da casa própria. Resultantes de sucessivos processos de ocupações urbanas, os bairros da região possuem pouca ou nenhuma infraestrutura para receber esses empreendimentos, mas preenchem um requisito fundamental para o processo de espoliação urbana: estão distantes do centro urbano.

Conforme alguns estudos na área da política habitacional (SANTOS; MOURA, 2019; ALCÂNTARA, 2019), Porto Velho não foge à regra e apresenta as mesmas

---

74 Na Lei nº 11.977/2009, que dispõe sobre o PMCMV, eram previstas três faixas de renda: uma primeira faixa, destinada a famílias com até 3 salários mínimos; uma segunda faixa, destinada a quem recebia de 3 a 6 salários mínimos, e a terceira faixa, destinada com famílias cuja renda era até 10 salários mínimos.

características que podemos evidenciar em outras cidades. Empreendimentos do PMCMV, cujas etapas de construção e entrega das unidades não seguiram o cronograma prévio e, quando entregues, são apenas unidades de moradia que não são acompanhadas de serviços e estrutura urbana – desconectados da malha urbana, esses residenciais não constituem a efetivação do direito digno à moradia.

No limiar entre a função de garantidor de direitos e de atender aos interesses de mercado, o Estado possui um papel fundamental e balizador da vida dessas pessoas atendidas por políticas habitacionais. Sugere-se inclusive que sua presença está em uma proporção bem maior do que na vida dos sujeitos usuários apenas de políticas de transferência de renda, já que define o estilo de vida dos sujeitos através do estabelecimento de padrões de moradia, distâncias e vizinhança.

Tanto na zona urbana quanto na zona rural, não foi possível identificar membros nas famílias que dependam de alguma aposentadoria e contribuam com a renda familiar. Em todas as entrevistas, os casos eram de famílias nucleares e, por vezes, havia a presença de outros laços de parentesco residindo com as entrevistadas apenas de forma eventual. A aposentadoria de algum ente da família poderia apresentar alguma forma de garantia de renda familiar além do Bolsa Família, considerando que nenhuma das entrevistadas possuíam emprego formal, com a carteira assinada. Como é o caso de **Nadi**, que recebe o BPC pelo filho com TEA, e **Guaraci**, que recebe pensão por morte do marido.

#### 4.3.3. FAMÍLIA, COMUNIDADE, LAÇOS QUE IMPORTAM.

Não obstante as especificidades apontadas em ambas as localidades, existe uma característica comum às trajetórias de vida das moradoras: na “ausência” do Estado, são os laços familiares e de comunidade que emergem à cena. São os membros da família, da igreja e da vizinhança os atores que surgem para suprir as lacunas deixadas em aberto pelo poder público. Percebe-se a forte presença desses atores sociais nas trajetórias relatadas – o vizinho que cede a casa para que a moradora tenha onde morar; a ex-sogra que cuida dos filhos (mesmo os que não são netos) para que a mãe ainda jovem continue os estudos; irmãos da



igreja que contribuem para fornecer uma cesta básica quando a família está em dificuldades financeiras; as inúmeras famílias (irmãos, irmãs, cunhadas (as), pais) que abrem as portas de suas casas para abrigar os familiares; os irmãos de igreja que ajudam na construção da tão sonhada casa própria; a associação que contribui com gêneros alimentícios a quem precisa; entre outros exemplos.

Quanto àqueles que Singer (2012) chama de subproletários ou lumpen, nas palavras de Martins<sup>75</sup> (2011b), o Estado não conseguiu elevar sua condição para proletários, como supõe o movimento realizado pelo lulismo (SINGER, 2012). Pelo menos, não foi o que observou-se para o caso das mulheres entrevistadas em Calama e na Zona Leste. Essas mulheres ainda estão muito distantes de serem consideradas proletárias ou se situarem em uma lógica capitalista de relações de trabalho. Mesmo as que já se submeteram ao trabalho remunerado, ou estiveram sob a lógica do trabalho precário e informal.

O que se quer sugerir é que esse movimento recente do lulismo, conforme nos define Singer (2012), ou mesmo de um avanço da consolidação democrática no país (DAGNINO *et al*, 2006) deve ser discutido com muito cuidado, resguardando o necessário debate sobre as desigualdades regionais brasileiras. Rondônia, como último fronte da expansão capitalista no país, ainda preserva flagrantes resquícios de um Brasil que se quer esquecer.

Vale destacar que a região vivenciou casos de massacres indígenas e, mais recentemente, de camponeses, escravidão por dívidas, entre outras violações dos direitos humanos em sua história recente<sup>76</sup>. Além disso, não é demais salientar que até o início do século passado a região era considerada um lugar ideal para “depositar” sujeitos que não eram bem-vindos em outras regiões do país<sup>77</sup>. Enquanto inferno verde<sup>78</sup>, a região sempre foi ignorada pelo Estado brasileiro até se tornar cara aos olhos de capitalistas ansiosos por investir na extração de minérios.

Essa história, que é muito recente e que possibilita que vislumbremos o cenário no qual essa população marginalizada está inserida, porque, além de estarem aquém das promessas da modernidade, elas estão situadas aquém do escopo do Estado.

---

75 Destaco a obra de 2011, mas ele resgata essa expressão em obras anteriores de forma recorrente (MARTINS, 1993; 2002; 2008).

76 Massacre de Corumbiara, escravidão por dívida, entre outras práticas de violação dos direitos humanos registradas em sua história. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2017/02/rondonia-registra-quase-30-casos-de-trabalho-analogo-escravidao-por-ano.html>> Acesso em: dez. 2019.

77 Menezes (2001)

78 Para usar uma expressão cunhada pelo escritor Alberto Rangel, autor de *Inferno Verde* (1908), obra literária sobre a região amazônica.

A migração, nesse sentido, aparece como oportunidade para esses sujeitos. Muitas vezes influenciados pela experiência anterior de algum familiar ou mesmo pela aposta no escuro, a mudança de lar pode ser a única alternativa viável para a sobrevivência, segundo suas percepções. O relato de **Floriana** demonstra essa preocupação, quando relata as razões de sua família ter abandonado Cruzeiro do Sul/AC na esperança de conseguir melhores condições de vida, já que o máximo que conseguira ganhar no Acre seria duzentos reais por mês fazendo diárias como doméstica. Vale destacar que, no caso de **Floriana**, um irmão dela já morava em Porto Velho e serviu de exemplo de história de sucesso.

Quando me refiro à família à guisa de ator social importante nas trajetórias dessas mulheres, aponto para uma categoria que abarca os laços familiares que importam para essas pessoas, laços de sangue e de afeto. Embora a legislação de criação do Programa Bolsa Família estabeleça a família como aqueles que vivem sob o mesmo teto, também considerando os laços afetivos, aqui a categoria família terá uma definição mais ampla e maleável, a mesma colocada pelo Plano Nacional da Assistência Social (2004, p. 41):

“Nesta perspectiva, podemos dizer que estamos diante de uma família quando encontramos um conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos e, ou, de solidariedade. Como resultado das modificações acima mencionadas, superou-se a referência de tempo e de lugar para a compreensão do conceito de família.

Adotar essa perspectiva é estar ciente das mudanças que o conceito de família adquiriu ao longo dos anos e consciente da diversidade da família brasileira. Embora a família possa ser interpretada como uma instituição que ganhou feições distintas com a modernidade, sendo forjada no processo de individualização, conforme aponta Singly (2011), é necessário que reconheçamos as especificidades da família brasileira, em especial as da família pobre. Nesse sentido, é de suma importância considerar os laços afetivos e de solidariedade, sem pensar a família apenas como laços consanguíneos.

Conforme as orientações da PNAS, e mesmo as legislações pertinentes que fazem referência à família a quem se destina as políticas de combate à pobreza, como o PBF, a família deve ser vista como uma instituição em constante transformação, assim como as redes de reciprocidade social, e isso deve ser respeitado, bem como devem ser reconhecidos os vínculos afetivos e morais (BRASIL, 2005). Dessa forma, é importante não pensar a família

de uma forma tradicional e estática e reconhecer que há vínculos afetivos que não necessariamente são consanguíneos.

Isso também é resgatado por Fonseca (2000), quando apresenta um estudo sobre famílias pobres na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. A autora destaca algumas características que marcam as famílias estudadas: há predomínio de uniões consensuais sobre uniões legalmente instituídas, uma alta taxa de instabilidade conjugal e de (re)casamentos, uma circulação de crianças, famílias apenas com mães e filhos, entre outras composições. A organização familiar das camadas populares no Brasil, há muito tempo, apresentam configurações bem distintas dos modelos tradicionalmente conhecido como modelo conjugal estável, segundo Fonseca (2000).

Essa constatação também é percebida no contexto das famílias das mulheres entrevistadas em Calama e na Zona Leste de Porto Velho. Um dos pontos mais convergentes, talvez, seja o alto índice de (re)casamentos e uma composição familiar em que filhos, enteados, padrastos e madrastas convivem em uma mesma unidade residencial. A dinâmica da unidade residencial demonstra o quão difícil é perceber a família como instituição estática, conforme percebido por Fonseca (2000). Outra semelhança é o casamento enquanto uma união consensual, sem, necessariamente, ser registrado civilmente. Em Calama, por exemplo, **Tacira** nunca se divorciou do primeiro marido. Por isso, fez questão de dizer-me que era *apenas juntada* com o atual companheiro, já que não poderia casar-se porque permanece casada com o pai de seus filhos.

Embora haja relatos em que se percebe determinada circulação de crianças, mães que deixam seus filhos serem criados por parentes (**Potira, Bartira, Joana, Guaraci, Gisele, Ana Rosa**), sem opção de escolha, os casos não indicam que as causas sejam o (re)casamento em si, mas antes uma ausência de condições econômicas adequadas para criar os filhos. E, nesse sentido, outro ponto bastante interessante é pensar os (re)casamentos como estratégia econômica, embora não seja possível resumir esses casamentos a um pensamento utilitarista (FONSECA, 2000). O fato é que algumas mulheres relatam ser difícil criar os filhos sem a *ajuda* de um homem em casa – explicitamente dito por **Tacira** e lamentado por **Guaraci**.

As moças se mostram ansiosas para casar e as mulheres separadas para casar de novo. Poder-se-ia supor que esse desejo é motivado por imperativos da sobrevivência. Porém, nossas observações sugerem que as mulheres sozinhas vivem muitas vezes melhor que as famílias “completas”. Deduzimos que o motivo do casamento vai muito além da ordem material. Ao casar, a mulher tem esperança de

alcançar não só uma certa satisfação afetiva, mas também um status respeitável. Imagina-se sempre que se uma mulher está só é porque não consegue arranjar um homem. Ademais, a mulher sem marido perturba a paz da comunidade; ela desafia a virilidade dos homens e atíça o ciúme das mulheres. A presença de um marido como tutor da sexualidade feminina resolve o problema (FONSECA, 2000, p. 18).

Há algumas diferenças substanciais entre as famílias estudadas por Fonseca (2000) e as famílias que estudei, talvez por questões culturais ou mesmo temporais. Dentre as entrevistadas em Calama e Zona Leste, apenas uma mulher (**Laura**) afirmou que não decide nada sobre os gastos em sua casa, tanto com o valor que recebe do PBF ou mesmo da renda que ela e o marido recebem de diárias – segundo ela, porque não sabe ler. Todas as outras entrevistadas, em sua maioria, decidem sozinhas sobre como gastar a renda da casa (não apenas do PBF, mas também outras rendas, inclusive a dos maridos). Outra parcela de mulheres relata que decide em parceria com o marido como administrarão a renda. Algo distinto ao encontrado por Fonseca (2000) em sua pesquisa. Ademais, é interessante observar as mulheres que entrevistei não demonstraram dar mais importância a laços de sangue do que laços por aliança; em nenhum relato foi possível perceber distinções elaboradas pelas mulheres, ou mesmo por seus familiares (segundo sua perspectiva contida nos relatos).

A família surge frequentemente nas falas das usuárias do Bolsa Família. A família surge como suporte quando moradoras de Calama precisam ir a Porto Velho para resolver qualquer questão para a qual há necessidade de ir à cidade, são os familiares que as recebem na cada deles para que tenham lugar onde dormir. Nesse aspecto, vale ressaltar que todas as entrevistadas de Calama possuem parentes que moram em Porto Velho, quer sejam irmãos, filhos ou sobrinhos que possam lhes ajudar de alguma forma.

**Pesquisadora** – E aí quando tu vai, tu fica lá com a tua irmã? Como que é?

**Araci** – *É. Eu fico na casa da minha irmã mais velha.*

**Pesquisadora** – Aí tu fica lá na casa dela, tem pelo menos esse suporte. Onde que ela mora lá?

**Araci** – *Ela mora lá nos Três Marias.*

**Pesquisadora** – Ah, então, a senhora tem algum lugar, algum porto, digamos assim, quando vai pra lá né?

**Maiara** – *É. Eu vou mais pra casa desse meu cunhado que é doente.*

**Pesquisadora** – E vocês têm onde ficar?

**Kauane** – *Tem, a minha irmã que mora lá, ele também as irmãs dele mora tudo lá.*

Além de ter parentes em Porto Velho, muitas possuem parentes em Humaitá-AM também, rede que contribui aumentando as possibilidades de locais para onde os moradores de Calama podem recorrer caso precisem de algum serviço inexistente ou precário no distrito. Muito embora a maioria das entrevistadas possuam familiares na cidade, há quem prefira não se utilizar desse suporte ou quem realmente não veja a presença de familiares na cidade como um suporte.

**Pesquisadora** – A senhora tem filhos morando lá?

**Laura** – *Não. Só tenho um filho de criação.*

**Pesquisadora** – Morando lá? E, aí, quando a senhora vai, a senhora tem onde ficar lá? Tem como ficar lá na casa dele?

**Laura** – *Não, fico no barco mesmo, no caixotão mesmo.*

**Pesquisadora** – Fica no barco?

**Laura** – *É, porque pra ir pra casa dos outros tudo é longe, até a gente chegar lá, a gente já faz as compras tudo ali na beira.*

**Pesquisadora** – A senhora tem onde ficar lá?

**Tacira** – *Não. Agora, quando eu for agora, eu vou ficar lá no barco mesmo, né, porque a minha filha, a única que tem casa em Porto Velho, é a minha menina, agora tá morando em Joana D'arc, agora também não tem casa lá, já tão na casa do... morando de aluguel, outro dia tá num canto, outro dia tão noutra.*

[...]

**Pesquisadora** – No Joana D'arc, e os outros dois não têm casa na cidade?

**Tacira** – *Não, o Tiago tá morando numa casa que eles tão alugando, aquela minha casa minha vida né, aí a sogra dele ganhou, aí deu pra ele a casa.*

**Pesquisadora** – Ah tá, e a outra mora aonde?

**Tacira** – *A outra mora numa casa dum companheiro dela, na casa dele, né, não quer nada com a vida.*

**Laura** prefere fazer suas compras próximo ao porto do Cai N'água, local onde há alguns mercadinhos que comercializam de tudo um pouco, atendendo a demanda dos *chegantes* que aportam dos barcos e que, provavelmente, não se deslocam para locais mais distantes do porto para realizar compras, para evitar maiores gastos com transporte. E não existe apenas a distância dos mercados, mas também a distância dos familiares. **Laura** aponta isso, alegando que não pernoita na casa do filho de criação porque sua casa é longe. A irmã de **Araci**, por exemplo, reside no bairro Três Marias, que é situado na Zona Leste – está no sentido oposto da localização do porto, o rio fica a oeste da zona urbana.

Deslocar-se até Porto Velho para as moradoras de Calama requer tempo e dinheiro, tempo porque não existe transporte para o trajeto cidade-distrito/distrito-cidade todos os dias, e dinheiro porque não requer apenas o custo com o transporte fluvial, mesmo contando com a hospedagem de familiares, elas necessitam arcar com custos do transporte urbano. Vale dizer que elas não podem lançar mão de estratégias como fazem com o barco que realiza o transporte fluvial. De acordo com **Araci**, por exemplo, é possível pagar a passagem depois, algo que não é, se elas optarem por viajar com o expresso.

**Pesquisadora** – E aí, quando tu vai, tu vai de quê? Tu vai de barco? De expresso? Como que é tu vai?

**Araci** – *Eu vou de barco, é mais barato, né. Expresso é muito caro (riso).*

**Pesquisadora** – Mas é dez reais a diferença né?

**Araci** – *É porque, assim, eu chego lá, aí eu pago depois, né, que às vezes eu vou pegar meu dinheiro, aí já pago depois, que eu já conheço o pessoal.*

**Pesquisadora** – No barco tem essa possibilidade?

**Araci** – *É porque no expresso tem que pagar na hora, senão, não vai, né. E lá não, eu tenho intimidade com o pessoal do barco, não conheço os do expresso, já conheço o dos outros lá que eu viajo e chega lá paga né;*

Essa “camaradagem” existente por parte dos responsáveis pelos barcos passeio se deve ao fato de que conhecem a realidade dos moradores dos distritos. Na maioria das vezes, os moradores se encaminham para a cidade para poder vender seus produtos ou mesmo para receber o Bolsa Família, assim eles deixam para efetuar a cobrança do valor da passagem no retorno dos moradores ao distrito, considerando que retornam com dinheiro.

Na Zona Leste, o contexto em que a presença dos laços familiares se mostra importante no cotidiano de vida das moradoras é distinto, não é apenas um lugar para ficar de que elas precisam, a família está presente cotidianamente. Não foram poucas as entrevistadas que relataram terem morado com parentes até conseguir sua própria casa. Mesmo os filhos constituindo novas famílias, muitas ainda abrigam os filhos em espaços anexos à casa ou mesmo em um dos quartos da casa. Ainda há casos de entrevistadas que cederam espaços de suas casas para irmãos. Diferentemente da zona rural, em que a existência da família extensa nas casas das usuárias foi menos presente, na zona urbana, essa condição foi mais frequente.

Essa distinção notada, talvez, se deva ao fato de que construir ou comprar uma casa, ou ainda um terreno, na zona rural é menos dispendioso do que na cidade. O fato é que em Calama a presença de familiares na residência das entrevistadas, tanto como forma de favor a eles ou o contrário, foi relato raro. **Maria** diz que o sogro mora em sua casa porque é idoso e requer cuidados, não poderia morar sozinho. Além dela, apenas **Tacira** menciona a filha morando em sua casa, mas o faz de forma a demonstrar insatisfação pelo retorno da filha: *“Ai ai... e essa que veio de Porto Velho também, tava morando lá e veio embora pra cá também ficar aqui em casa.”*

Entre as entrevistadas da Zona Leste somente quatro mulheres disseram morar apenas com sua família nuclear, pais e filhos. O restante das entrevistadas apresenta a presença de outros familiares ou de seus filhos com os filhos deles, demonstrando o suporte familiar intergeracional existente. **Susana** abriga a cunhada temporariamente como forma de dar-lhe suporte após seu processo de separação. **Floriana, Gardênia, Joana e Potira** ajudam a cuidar dos netos que moram com os pais em suas casas. **Potira** mora de favor em uma casa precária e depende da ajuda de outras pessoas para poder se manter, mas, por determinação judicial, ela cria a filha de uma de suas filhas, cujo poder familiar lhe foi subtraído devido à violência e maus tratos à recém-nascida. Atualmente, **Potira** acompanha a neta de 1 ano e cinco meses a consultas com médicos especialistas, terapeutas e fonoaudiólogos para tratar as sequelas da violência. **Deise** mora com o pai, a madrasta e seus filhos, mas todos os dias deixa os filhos com a ex-sogra para poder estudar – o endereço de **Deise** no seu cadastro do PBF é o endereço da ex-sogra. **Rosemary** mora com o marido e seus filhos na casa dos sogros. **Marjore** morava com o pai até sua morte, que ocorreu há pouco tempo – ela nunca gostou de depender dos outros, mas a insistência do pai e a construção de um espaço só para ela e os filhos em sua casa fez com que ela se mudasse para a casa dele –, ele morreu um mês após sua

mudança – em um acidente entre tantos que sofreu em sua moto, trabalhando, entregando leite, atividade que é feita por **Marjore** agora.

Em praticamente todos os relatos da zona urbana, foi possível identificar a atuação da família em algum momento da vida das usuárias, ou sendo elas mesmas o suporte para familiares, ou o contrário. São familiares que abrigam os migrantes em sua chegada, que se solidarizam durante um processo de ruptura (divórcios/morte), que oferecem o teto por uma breve passagem, oferecem os cuidados às crianças, enfim, são atores importantes no cotidiano desses sujeitos. No entanto, é razoável supor que essa família atualmente estende seus laços através da comunidade, ou por meio de lideranças locais da sociedade civil, da vizinhança ou mesmo por meio de instituições estabelecidas, como associações e igrejas.

#### 4.3.4. ASSOCIAÇÕES, IGREJAS E OUTRAS LIDERANÇAS

Não apenas entre familiares é possível identificar a solidariedade existente na vida dessas mulheres-mães-donas-de-casa. **Bartira** relata que o pessoal da igreja a ajuda doando alimentos. Além disso, quando sofreu violência doméstica do marido, foram as irmãs da igreja que a apoiaram e a acompanharam para registrar a ocorrência. **Bartira** não é de Porto Velho. Migrante, e com uma trajetória marcada pela violência e o abuso sexual por parte de familiares desde sua infância, viu no casamento a alternativa para escapar abusos que sofria. Casada pela segunda vez, foi com o atual marido que chegou a Porto Velho porque, à época, ele havia arranjado um emprego na cidade.

**Pesquisadora** – Mas nessa época em que a senhora sofreu violência doméstica, a senhora teve amparo?

**Bartira** – *Aí fiquei um bom tempo, fiquei sofrendo, lá no começo. Eu tenho família, mas é a mesma coisa de não ter, minha família que eu chamo é o pessoal da igreja, é a minha amiga Laura que é só a minha família, os outros tão lá não sei aonde, tudo doído.*

[...]

**Bartira** – *Religião, sou evangélica*



**Pesquisadora** – Evangélica de qual igreja?

**Bartira** – *Da cristã daquela que era a Imep, né, agora é outro nome, ali do asfalto.*

**Pesquisadora** – A mundial?

**Bartira** – *É.*

**Pesquisadora** – Ou presbiteriana?

**Bartira** – *É aquela igreja.*

**Bartira** frequenta essa igreja, mas não sabe identificar sua denominação exata. Em nossa conversa, transpareceu que ela mais frequenta a religião com o objetivo de obter ajuda dos congressistas do que pela sua fé. Mas não apenas *do pessoal da igreja* ela obtém ajuda, segundo ela, o Grupo Espírita Francisco de Assis também desempenha esse papel. Esse centro espírita foi citado em mais de uma entrevista, ao que parece ele, oferece sopa aos domingos para os pobres.

A Associação São Tiago Maior também atua na região e não são recentes suas atividades. Tive a oportunidade de entrevistar o responsável pela Associação atualmente – Leonilson, que contou um pouco sobre a história da entidade e como ela surge a partir das atividades de cunho sociais realizadas pelo Padre Enzo na Paróquia São Tiago Maior há mais de trinta anos. Tudo se inicia com um serviço de acolhimento para meninos de rua.

*Associação São Tiago Maior inicia sua história com a vinda do Padre Enzo Mngano para Porto Velho, no ano de 1988 (aproximadamente). O Padre foi emprestado pela diocese da Itália para diocese de Porto Velho. Na época, a previsão seria que sua viagem para o município seria uma experiência missionária de 3 anos, mas acabou se estendendo, e o Padre permaneceu no município por 30 anos. Hoje, o Padre retornou à Itália, mas frequentemente retorna a Porto Velho, é o Presidente da Associação. Na sua chegada, foi alocado na Paróquia São Cristóvão (centro), mas logo passou a integrar a Paróquia São Tiago Maior, localizada na Zona Leste. Naquele tempo, segundo o presidente em exercício da Associação, a Zona Leste era longe da cidade, havia muitas chácaras e terrenos vazios. O contexto trazido por esse relato está coerente com a fala de outros entrevistados da região, assim como está alinhado com o registro histórico dos bairros da cidade através da obra de Borzacov (2016). Os anos 1970, e mais precisamente ao longo da década de 1980, representam o período em que a cidade foi se expandindo em direção à região, com sucessivas ocupações dos espaços vazios. Nas palavras de Leonilson, presidente em exercício, na época, “não havia nada, só lama” na região. Na Paróquia São Tiago Maior, havia um padre (Padre Alfredo), também italiano, que realizava um trabalho social e educativo, mas que já estava com idade avançada.*

*Considerando o interesse em expandir a Igreja Católica na região, já que existiam apenas 2 capelas na Zona Leste, e considerando a vontade de Padre Alfredo de que o trabalho social continuasse, o Padre Enzo assumiu essa tarefa na Paróquia São Tiago Maior. Atualmente, são 14 igrejas na Zona Leste. De fato, houve uma expansão ao longo desse tempo. Muito embora o foco fosse expandir a Igreja Católica na cidade que estava crescendo economicamente e em termos populacionais, Leonilson afirma que o Padre Enzo sempre priorizou o papel social da Igreja, dando especial atenção às crianças, adolescentes e aos idosos. Sobre suas ações, destaca que um dos primeiros projetos realizados foi a Casa Família Mãe dos Pobres, um abrigo para acolher crianças que viviam na rua – meninos. Mais tarde, um projeto que rendeu frutos até os dias de hoje foi a abertura de uma creche para que as mães trabalhadoras - “mães com necessidade que não tinham marido e encontravam dificuldades para poder trabalhar” - pudessem deixar seus filhos. Esse projeto, chamado Escola Lar de Nazaré, atendeu na época em torno de 200 crianças e, a partir disso, a demanda cresceu de tal forma que a escola passou a ofertar ensino infantil e fundamental – em 1994, a escola atendia quase 900 crianças. Nesse mesmo período, em 1993, é criado o projeto do Arraial da Paróquia, com mostras folclóricas e participação das escolas, objetivando promover um evento artístico e cultural na região. Entre os anos de 2004 e 2005, surge o convite para que o Padre Enzo retorne à Itália, assim como a sugestão do Bispo para que as ações sociais que estavam sendo realizadas fossem remanejadas para outro espaço, desvinculando os projetos da Paróquia com o objetivo de mantê-los, independente das trocas de gestão da Igreja. Assim, nesse momento, segundo relata Leonilson, nascia a ideia da Associação São Tiago Maior, um espaço com vistas a trazer atrativos para uma região periférica que é estigmatizada pela pobreza e pela violência, oferecendo atividades culturais, educacionais, artísticas e sociais para a comunidade da Zona Leste. Então, em 2006, criou-se a entidade que passou a atuar em outro espaço físico que não o da Paróquia São Tiago Maior – instalou-se em um terreno de 110mx250m, que pertencia a um casal que admirava o trabalho social do Padre Enzo e que ofereceu o espaço a um custo bem inferior ao do mercado, com a condição que as árvores que ali existiam permanecessem no local. Atualmente, a Associação conta com um espaço verde bem amplo, com uma horta comunitária, uma quadra poliesportiva, uma capela privada, uma escola, ateliês, um ambulatório e um Museu de Presépios Internacional tombado como patrimônio do estado de Rondônia. Deixaram de ser o Centro Social da Paróquia São Tiago Maior, ligado a Arquidiocese de Porto Velho para tornarem-se uma Associação cujo nome fantasia é Vila Jesus de Nazaré. O ambulatório São Camilo foi construído para atender a comunidade e funcionou até o ano de 2017 contando com a parceria do município na oferta de recursos humanos e materiais. Leonilson relata que a última troca de gestão municipal não manteve a parceria. Vale dizer que em 2016 é eleito Hildon Chaves, do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) para a prefeitura da capital, o governo que antes era do PSB (Partido Socialista Brasileiro). Atualmente, o ambulatório funciona em alguns dias, sempre com médicos e trabalhadores em saúde de forma voluntária. De 2006 a 2014, a Associação conseguiu manter a escola Jesus de Nazaré cobrando um valor de 30 reais de cada aluno e, ainda assim, tinham dificuldades para manter o funcionamento. Então, em 2014, a escola passa a ser responsabilidade do município, que paga o aluguel do espaço à entidade (é com essa quantia que a Associação mantém suas despesas com funcionários). A construção do empreendimento Orgulho do Madeira do PMCMV, que está situado ao lado da Associação gerou uma demanda de*

*vagas na escola muito além do que a Associação conseguia atender com os recursos que disponibilizava. A municipalização ocorre paralelamente às entregas de apartamentos no Orgulho do Madeira – a escola atende mais de 1600 crianças. Sobre as atividades ofertadas nos dias de hoje e seus números: há 12 funcionários, em torno de 49 voluntários, são atendidas em torno de 89 crianças na escola de balé, 38 idosos no Grupo de Roda de Conversas e 114 crianças cadastradas para participar das atividades ofertadas aos sábados – em que são realizadas brincadeiras, atividades esportivas, a Feira de Talentos (onde o comportamento das crianças gera Talentos e eles são trocados por alimento e/ou brinquedos) e as crianças realizam refeições. Interessante notar que os alimentos disponibilizados na Feira de Talentos são fruto da horta existente na Associação, bem como doações – os produtos em abundância também são doados pela entidade, ela possui parceria com o Programa Mesa Brasil do SESC. O SESC aparece enquanto grande parceiro da entidade, em especial na promoção dos Arraiais, durante dez anos eles contribuíram com a realização desses eventos, atualmente essa parceria não existe mais porque a situação financeira do SESC não é a mesma, relata Leonilson. A horta recebe manutenção tanto dos funcionários quanto dos voluntários, que também participam de uma Feira de Talentos que disponibiliza os alimentos produzidos e doados – aqui é o trabalho realizado pelos voluntários que se torna Talentos a serem trocados na Feira.*

Na ótica de Padre Enzo, segundo Leonilson, esse serviço não era suficiente, seus esforços não estavam sendo dirigidos para a causa daquela situação, mas para os sintomas. Então, ele se empenha na construção de uma escola de ensino fundamental onde havia uma creche para que as mães pudessem deixar suas crianças e pudessem trabalhar e onde crianças poderiam passar em tempo integral – além das atividades de ensino regular, havia uma escola de arte que possibilitaria as crianças permanecerem o dia na escola.

De acordo com Leonilson, que sempre foi morador da região e conheceu o trabalho do Padre desde a infância, a intenção do sacerdote era promover acesso às pessoas moradoras da região às mesmas oportunidades daqueles que moravam no centro da cidade. Àquela época, não existia mais da metade dos bairros que atualmente existem.

**Leonilson** – *De lá pra cá, foi se criando....nós temos muitos projetos para beneficiar a Zona Leste. Por quê? Porque a Zona Leste não era somente esquecida, ela era abandonada. Tudo que não prestava se jogava para a Zona Leste. Tudo que acontecia de errado, era a Zona Leste. Poderia ter acontecido um crime lá perto da Jorge Teixeira...ah, mas foi pra banda da Zona Leste. Então, assim, para gente tentar tirar essa imagem escura, essa imagem feia da Zona Leste, nós começamos a criar projetos, projetos culturais também.*

Com o foco na área social, as atividades do padre continuaram a se expandir até que o bispo sugeriu que o padre arranjasse um local específico para realizar projetos e serviços na área social a fim de desvincular essas atividades da religião. Foi dessa maneira que surgiu a Associação São Tiago Maior – atualmente, uma associação da sociedade civil sem vínculos partidários ou religiosos, de forma oficial. Isso porque, de acordo com o representante da entidade, o vínculo moral com o catolicismo está presente: *“Hoje nós somos uma entidade sem fins lucrativos, independentes da igreja a nível de estatuto, né, mas, assim, a nossa raiz é católica”*.

A São Tiago Maior oferece cursos profissionalizantes, manteve uma escola de ensino fundamental que atualmente está sob os cuidados da prefeitura (a associação apenas recebe o aluguel do espaço), mantém uma horta comunitária e, frequentemente, realiza doações de alimento para famílias que estão em risco alimentar.

Esse processo pelo qual as obras sociais de padre Enzo adquirem um caráter educativo ocorre juntamente após o processo de revolução no interior da Igreja Católica brasileira, que a conduziu a uma aliança com a classe trabalhadora e, dessa forma, a uma maior ênfase no trabalho de conscientização dos cristãos e na defesa de um pensamento crítico por parte dos intelectuais da Igreja (MARTINS, 2011b). Coincidentemente ou não, essa desvinculação da esfera religiosa, transferindo as ações da Paróquia São Tiago Maior para outro local, e fazendo isso através da constituição de uma organização da sociedade civil, ocorre um pouco antes de a Igreja Católica se afastar dos altos escalões do governo Lula. Nesse sentido, é provável que a Igreja estivesse realizando uma tentativa de se desvincular da imagem política que obteve ao longo do processo político que se inicia durante o Regime Militar e culmina na eleição de Lula. Aliás, a Igreja não, uma parte dela que preferiria manter distância do governo petista (MARTINS, 2011b).

Convidada para presenciar o dia da Feira de Talentos<sup>79</sup>, percebi que a Associação realiza muitas atividades em um sistema de trocas – mantém um voluntariado que se dispõe a contribuir nos dias em que a Associação recebe crianças da comunidade e para realizar a manutenção do espaço físico. Em troca, esses voluntários recebem *vouchers* para serem trocados por produtos produzidos pela horta comunitária. Estive presente em um dia que a associação recebe crianças da comunidade para passarem a manhã inteira lá. As crianças

<sup>79</sup> Uma feira onde são comercializados produtos plantados na horta da Associação e cujo valor é indicado em quantias cuja referência é a moeda própria denominada “talento” - esse valor é adquirido pelos voluntários através das atividades realizadas por eles ao longo da semana. Por exemplo: voluntário que participou da limpeza do salão em determinado dia, recebe seu pagamento em “talentos”, para posterior troca na Feira de Talentos com produtos produzidos pela Associação ou doados por comerciantes parceiros.

recebem café da manhã, almoço, são realizadas brincadeiras e muitas outras atividades socioeducativas – realmente, são necessárias muitas pessoas para trabalhar, muitos voluntários, e muitos deles são pais das crianças que frequentam a São Tiago Maior nesses dias.

Conhecer a São Tiago Maior teve tanta importância quanto entrevistar Francisco Lima porque ambos, guardadas as proporções, atuam nas lacunas abertas pelo Estado na vida dos moradores pobres da Zona Leste. Na oferta de atividades lúdicas e socioeducativas para crianças a fim de promover acesso a um direito fundamental de crianças e adolescentes (BRASIL, 1990), a Associação realiza um trabalho muito semelhante ao de Francisco em seu Projeto.

Francisco Lima abriu “as portas da Zona Leste” para esta pesquisa. Estudante de Ciências Sociais, ele me foi indicado por um colega que me disse ser ele uma liderança na região e o qual poderia abrir caminhos para que pudesse entrar em campo. E, realmente, ele se mostrou uma figura-chave. Desde 1994, ele atua com esportes no Bairro Mariana. Ao longo desse tempo, já foi conselheiro tutelar e presidente da Associação de Bairro. Atualmente, ele está trabalhando para registrar a Associação Esportiva e Cultural do Bairro Mariana, no intuito de institucionalizar seu projeto com o futebol a fim de obter apoio financeiro para a manutenção da atividade.

Com a mesma linha de raciocínio apresentada por Leonilson sobre os projetos culturais, Francisco acredita no esporte como uma atividade capaz de afastar as crianças e jovens da violência e das drogas. Segundo ele, o projeto já proporcionou muita mudança na comunidade do Mariana. Quando ele começou a trabalhar com o futebol, teve que lidar com a disputa entre gangues, tanto no interior do Mariana quanto entre gangues de bairros contíguos. No entanto, atualmente, após a conquista do respeito por parte da comunidade como um todo, a partir de sua atuação com o esporte, ele consegue reunir jovens não apenas do Mariana como de bairros vizinhos para um torneio de futebol. É muito interessante o fato de que ele não trabalha com futebol apenas para meninos, o projeto está consolidando um time de jovens mulheres que treinam diariamente – o reconhecimento do seu trabalho se concretiza com o convite para assumir o time de futebol feminino do Sport Club Genus, clube de Porto Velho, na disputa do Campeonato Estadual de Futebol Feminino<sup>80</sup>.

---

80 Disponível em: <<http://rondoniaovivo.com/esporte/noticia/2019/09/06/estadual-2019-genus-confirma-treinador-para-o-rondoniense-feminino.html>> Acesso em: nov. 2019.

Ainda na Zona Leste, tive a oportunidade de visitar a Associação do Bairro Jardim Santana. Exatamente ao estilo que encontrei no discurso de Leonilson e de Francisco, Romeuzinho da Comunidade, atual presidente da Associação dos Moradores, repete a mesma melodia. Discurso esse muito alinhado à perspectiva de valorização da sociedade civil, mas não a partir de um projeto democrático-participativo, mas de um projeto mais alinhado com o neoliberalismo, em que o discurso da cidadania é incorporado de forma perversa, despido de significado político (DAGNINO *et al*, 2006).

Sobre isso, os autores afirmam que há em jogo na sociedade a disputa pela hegemonia entre dois projetos políticos, o neoliberal de um lado, e o democrático-participativo de outro. Entre ambos existe uma confluência perversa que reside na incorporação do discurso participativo da sociedade civil, porém, com significados distintos. Enquanto o projeto democrático-participativo valoriza a participação política da sociedade civil para o avanço democrático, o neoliberal reduz essa participação à participação do terceiro setor (associações dos mais variados tipos), concebendo a participação da sociedade civil como mera presença de entidades e atores sociais da sociedade civil, esvaziando o significado de participação enquanto um espaço para debate e conflito de ideias (DAGNINO *et al*, 2006). Nesse discurso, há uma revalorização da filantropia (BURITY, 2007) e associações de bairro, organizações sociais e religiosas ganham destaque nesse processo.

Na referida Associação, são realizadas diversas atividades que objetivam proporcionar lazer para as crianças e jovens do Bairro Jardim Santana, assim como levar acesso à informação e garantir serviços urbanos para o bairro. Cabe destacar que a Associação dos Moradores do Jardim Santana elabora com frequência ofícios à prefeitura para cobrar serviços de infraestrutura, como iluminação e melhorias nas ruas, particularmente no período de chuva, em que as ruas do bairro ficam intrafegáveis. Muito embora exijam serviços do poder público, não hesitam, ao mesmo tempo, em buscar apoio de comerciantes locais para ajudarem a solucionar essas questões. Em nenhuma dessas associações/projetos, percebe-se o movimento no sentido de reivindicar a presença do Estado ou mesmo reivindicar espaço para a participação popular. O movimento ocorre no sentido de suprir sua “ausência” tomando para si o papel que deveria ser executado pelo Estado.

Em Calama, a presença de associações ou lideranças comunitárias mais proeminentes foi mais tímida. Em um primeiro momento, eu não havia identificado nenhuma associação além da Associação da Farinheira, uma associação ainda em constituição e que tem um perfil

mais próximo a uma cooperativa de trabalho<sup>81</sup>. Entretanto, de fato, no distrito não existe uma entidade que realize atividades ou serviços semelhantes às aquelas encontradas na Zona Leste. O que encontrei mais tarde foi a menção, por parte de uma das moradoras locais, de uma Associação em Porto Velho que realizava algumas atividades socioeducativas nos distritos ribeirinhos – e foi assim que cheguei a Marcuce dos Santos.

Marcuce é enfermeiro, trabalha na Secretaria Municipal da Saúde e é bem atuante no Baixo Madeira. Ele criou a Associação Beradeiro com o objetivo de prestar serviços de educação em saúde, focando na prevenção e diagnóstico de Infecções Sexualmente Transmissíveis – ISTs<sup>82</sup>, por meio de testes rápidos em comunidades socialmente vulneráveis. Segundo ele, as palestras, *workshops* e todas as atividades realizadas pela Associação na região ribeirinha são voltadas para a promoção de saúde e qualidade de vida de forma preventiva e, por isso, direcionam as atividades para a saúde sexual de jovens e adolescentes – suas atividades se iniciam a partir de uma parceria com as escolas. Seu interesse pela região inicia-se durante sua graduação na UNIR, onde, à época, existia um projeto de extensão interdisciplinar intitulado Projeto Calama, que consistia em um projeto guarda-chuva que abrigava vários outros subprojetos de desenvolvimento local em diversas áreas profissionais – à época, ele percebeu que a área rural necessitava de mais acesso ao conhecimento de como lidar com a saúde de forma preventiva.

A Associação Beradeiro não atua apenas em Calama, mas em toda região ribeirinha e, por vezes, participando de ações de saúde ou sociais promovidas pelas secretarias municipais de Porto Velho<sup>83</sup>. É interessante observar que a Associação surge a partir de um projeto que Marcuce havia criado no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, mas que, entretanto, não logrou êxito na continuidade por diversos motivos, entre eles, a falta de recursos financeiros e a descontinuidade gerada pelas trocas de gestão. Organizar uma associação lhe parecia uma alternativa viável para conseguir manter o trabalho que havia iniciado no interior do espaço do Estado.

Percebe-se que o Estado deixa de investir na continuidade de uma ação, alegando escassez de recursos, mas retoma parceria com a sociedade civil representada pelas

---

81 A associação existe para que se mantenha uma farinheira de uso coletivo, onde os produtores podem beneficiar a mandioca a um preço menor, sem depender de terceiros para a produção da farinha.

82 Marcuce menciona em nossa conversa que Porto Velho tem um perfil epidemiológico preocupante, em 2015/2016 Porto Velho passa a ser a 2ª capital do país em casos de Doenças Sexualmente Transmissíveis e dentro deste perfil, o maior número de casos eram de jovens e de pessoas oriundas de comunidades rurais.

83 Conforme é possível perceber através de suas publicações informativas em sua página nas redes sociais. Disponível em: <<https://web.facebook.com/associacaoberadeiro>> Acesso em: jul. 2019.

associações sem fins lucrativos. Esse movimento é percebido através dessas parcerias que a Associação Beradeiro estabelece com as Secretarias de Saúde, Assistência Social, entre outras, mas também é percebido na parceria que a Associação São Tiago Maior possui com Secretaria de Educação, de Saúde e outras, assim como no apoio que o projeto de Francisco recebeu da Vara de Execuções Penais e Medidas Alternativas do TJ-RO através de materiais comprados com recursos dela.

Nesse sentido, o Estado ausenta-se de seu papel de garantidor de direitos na área da educação, saúde, esporte, lazer, entre outros, para terceirizar esses serviços. Embora não vejamos a consolidação dessa terceirização de forma explícita como existe na cidade de São Paulo (GEORGES; SANTOS, 2016; GEORGES; CEBALLOS, 2014), é possível vislumbrar um horizonte de terceirização do papel do Estado nas zonas mais periféricas de Porto Velho, nesse caso, as periferias urbana e rural do município. Regiões cujas populações que já são severamente castigadas pela “ausência” do Estado não chegam a conhecer o *status* de cidadania de um Estado de Bem-Estar Social, cidadania enquanto direito social promovido pelo Estado. A perspectiva que emerge nesse contexto é a do cidadão consumidor que, inserido na lógica do mercado e não do direito social, está sujeito à ideia da meritocracia (COUTO, 2015).

Sobre lideranças comunitárias em Calama, é interessante observar o papel que cumpre a Família Silva no distrito. Isso porque nomes pertencentes a essa família emergem nos relatos de todas as entrevistadas. A Família Silva aparece no contexto político e social da localidade, demonstrando capilaridade da sua presença em diversas áreas, na política, da educação e, principalmente, na saúde.

*Benjamim Silva atuou como enfermeiro no distrito ao longo de 40 anos. Nascido no Amazonas, serviu ao exército e tornou-se enfermeiro. Após sair das Forças Armadas, voltou a Calama para atuar como enfermeiro do então Território Federal de Rondônia. Digo que voltou, porque a raiz da família é da região, do entorno de Calama e Humaitá, uma região de fronteira político-geográfica entre os estados de Rondônia e Amazonas. Seu pai, que também é pai de Pedro Silva – pai de Abelha – é que nasce no Nordeste e migra para os seringais no período do Ciclo da Borracha (provavelmente, o segundo Ciclo). Casado com uma amazonense também profissional da área da saúde – auxiliar em enfermagem – ambos tiveram 8 filhos: 5 mulheres e 3 homens. São os nomes dos 3 homens, filhos do casal, que surgem de forma recorrente nos relatos. Jofre, que atua como professor no distrito, Arielson, que atuou como enfermeiro no distrito, e Ademilson, atual diretor da UBS, auxiliar em enfermagem. Benjamim Silva empresta seu nome à rua situada à frente do barranco – entrada do distrito – e também à Unidade Básica de Saúde. Ele faleceu em 1995, e sua esposa, três anos mais tarde. Era*



*conhecido, assim como sua família, de acordo com o relato do filho Jofre, como hospitaleiro e solidário. Seu filho relata que cresceu presenciando seus pais receberem em sua casa pessoas que aportavam em Calama, pesquisadores, políticos, servidores públicos, entre outros que, de passagem, aportavam no distrito. Ademais, enquanto trabalhadores da saúde, não eram poucas as vezes em que os pais cuidavam de pessoas com malária ou outras doenças, no interior de suas casas, relata. Benjamim Silva era conhecido e prestigiado pelos políticos da região, recorda o filho.*

**Jofre** é o apelido de Aldamir Silva. Calamense nascido em 1970, cresceu no distrito e ainda jovem muda-se para Porto Velho para servir às Forças Armadas (Aeronáutica) e continuar os estudos. Formou-se em Calama no Magistério, curso técnico oferecido à época pela Escola General Osório. Credita a essa experiência do magistério o fato de não ter querido continuar como militar, considerando que à época não havia cursos na área da educação dentro da Base Aérea, segundo ele. Em 1989, ele inicia o curso de Pedagogia, na UNIR, formou-se em 1994/1995, e chegou a trabalhar em Porto Velho não muito mais que quatro anos, em uma escola da periferia (Zona Sul) da cidade. Contudo, relata que sentia a necessidade de retornar a Calama, isso porque percebia que a comunidade era muito importante para seu pai e sua família, acreditava que poderia contribuir com a comunidade. Assim, entre 1998 e 2000, ele retorna ao seu lugar de origem para lecionar na Escola Estadual General Osório, onde havia estudado. Mais tarde, em 2007, ele ingressa como professor da rede municipal de ensino e, desde lá, está atuante nas duas escolas existentes no distrito. Há quase vinte anos em Calama, hoje ele trabalha na Orientação Pedagógica das escolas. Ele já atuou como diretor da escola estadual à época do Governo de Ivo Cassol (segunda gestão, 2007-2010) a convite deste. Vale destacar que, perguntado sobre suas relações políticas com o então governador, ele afirma que não o conhecia. No entanto, relata que muito provavelmente teria sido indicado por alguém a quem ele e sua família teria hospedado em sua residência, considerando que recebem muitas pessoas – uma tradição da família.

**Arielson Silva** não foi entrevistado, mas entre os nomes da Família Silva que emergem nos relatos, o dele se destaca. Enfermeiro, formado pela UNIR, de acordo com os irmãos, atuou durante muito tempo na UBS do distrito. Há pouco mais de três anos, ele não atua mais na comunidade, está em uma UBS na cidade. Sempre que mencionado, seu nome surge para indicar admiração pelo seu trabalho como referência de profissional da área da saúde – inclusive atendendo a domicílio quando algum morador precisava de atendimento e demonstrando ter muito conhecimento sobre as enfermidades mais frequentes. Registra-se que muitas moradoras possuíam confiança em Arielson enquanto profissional, confiança que algumas não depositam nem nos médicos que pela unidade trabalharam. O que pode ser atribuído pela relação de proximidade e intimidade estabelecida ao longo dos anos, tendo em vista que Arielson é “filho de Calama”.

**Ademilson Silva** é o atual diretor da UBS e também é continuamente citado quando o assunto das entrevistas se encaminha para área da saúde, associado ao irmão Arielson. Houve desencontros nossos em Calama e não consegui efetivar uma entrevista gravada com Ademilson, mas tivemos conversas quando visitei a UBS e entrevistei algumas agentes comunitárias. Ele relatou muita dificuldade em manter uma equipe mínima de profissionais da saúde na UBS, no momento de nossas conversas ainda havia um médico cubano do Programa Mais Médicos na unidade. Entretanto, de acordo com ele, os médicos não ficam por muito tempo na localidade e depois que Arielson saiu da UBS não foi mandado outro

*profissional de enfermagem para Calama. Naquele momento, a unidade funcionava somente com auxiliares de enfermagem e os agentes comunitários em saúde. Frequentemente deve ir a Porto Velho porque todas as questões administrativas são solucionadas na cidade. Ele é o filho mais velho de Benjamim Silva e, ao que parece, mantém a postura do pai de atender aos moradores a qualquer momento e, se necessário, realiza orientações quando é procurado em sua residência.*

***Abelha** é como prefere ser chamado Lagenilson Silva. Pertencente à Família Silva, ele é filho de Pedro Silva. Pedro, irmão de Benjamim, ainda é vivo e mora em Humaitá. Ele teve sete filhos com Dona Morena, quem dá o nome para uma das pousadas existentes no distrito. Dona Morena não foi entrevistada por mim, mas é possível resgatar um pouco de sua memória através do trabalho de CALDAS FILHO (2000), ela foi sua entrevistada. A família de Pedro e Dona Morena criaram um dos irmãos de uma das entrevistadas, ela aponta a família como uma “família que possuía condições” – se referindo a condições econômicas. O fato é que a família de Abelha morava em frente à casa da entrevistada em questão. Juntos, tiveram sete filhos e Abelha é o terceiro filho do casal nascido em Calama, em 1973. Morando até os 21 anos no distrito, chegou a trabalhar no garimpo, relata. Na data da entrevista, com 46 anos, Abelha estava há pouco mais de dois anos como administrador do distrito – iniciando o trabalho na gestão Hildon Chaves, do PSDB (2017-2020). Embora nascido e criado em Calama, Abelha muito jovem decide ir a Porto Velho, termina o terceiro ano do Ensino Médio na cidade e continua morando na zona urbana até 2010/2011, quando retorna a Calama para assumir a pousada da mãe. Durante sua estadia em Porto Velho, onde irmãos mais velhos já moravam e seu pai tinha casa, Abelha atuou como assessor do Presidente da Câmara dos Vereadores da cidade, passou em concurso para Agente Comunitário em Saúde (não deixou claro se atuou efetivamente no cargo), atuou como assessor na Prefeitura Municipal, como representante comercial de medicamentos e também como bancário em um banco privado. Chegou a cursar Administração, mas não continuou. Possui o registro de Corretor de Seguros, mas não atua mais na área. Em todo seu relato, foi possível destacar que sua trajetória profissional sempre foi permeada por indicações – demonstrando sabedoria em lidar com sua rede de relações. Esse capital social o conduziu ao cargo de Administrador de Calama. No entanto, cabe salientar que esse capital se constitui também através da rede de relações de seu pai. Abelha afirma não possuir filiação partidária, nunca quis filiar-se.*

***Pedro Silva**, irmão de Benjamim Silva, é filho de um migrante que sai do Nordeste para plantar tabaco na região de Calama na época do Segundo Ciclo da Borracha, quando a localidade aparece como um entreposto importante na logística própria da economia regional do período. Segundo seu filho, ele atuou em diversas frentes, como fotógrafo, comerciante, criação de gado, garimpo e aposentou-se como subdelegado de Polícia do antigo Território Federal de Rondônia. Possuía forte relação com o então Delegado de Polícia que tornou-se político (vereador, deputado), o senhor Paulo Moraes, com quem mais tarde Abelha trabalhará de assessor. Vale mencionar que Paulo Moraes é pai de um atual Deputado Federal de Rondônia, o senhor Léo Moraes. Atualmente morando em Humaitá, constituiu outra família depois de separar-se de Dona Morena.*

É possível afirmar, com base nos relatos, que a comunidade da região de Calama presencia três gerações da Família Silva: a primeira, com a presença do pai nordestino que

migra para a localidade no período do auge da economia da borracha. Nesse caso, no Segundo Ciclo, período que se inicia durante a Segunda Grande Guerra. Não obstante a borracha ser o principal produto, o comércio e o extrativismo eram atividades bastante presentes na região, considerando que Calama era um entreposto na rota da borracha e o entorno permeado por seringais que escoavam a matéria-prima por meio do Rio Madeira e Rio Machado. Caldas Filho (2000) resgata a memória desse período através das falas de seus entrevistados, destacando o saudosismo de uma época de prosperidade local.

Não é possível saber, pelos relatos, se o Silva da primeira geração já se apresentava como uma pessoa bem posicionada socialmente na região. O fato é que os seus filhos Pedro e Benjamim surgem no cenário local como pessoas mais bem colocadas social e economicamente, ainda ocupando posições de prestígio social – enfermeiro e policial, ambos servidores do Estado. Muito embora não seja possível resgatar a origem dessa posição distinta que a referida família ocupa na comunidade de Calama, nos dias de hoje, é razoável sugerir que ela ocupa uma posição importante na dinâmica do lugar.

Aparecer como uma família que *possuía condições econômicas* e o fato de alguns de seus integrantes poderem ter acesso ao ensino superior podem ser considerados um indício disso. Ademais, em uma comunidade em que a maioria da população gera sua renda através do trabalho sazonal, ser servidor público demonstra uma estabilidade financeira que àquela não é permitido o desfrute. Dessa forma, percebe-se a Família Silva como parte representante de uma elite local detentora de capital econômico, mas, principalmente, de capital simbólico na forma do prestígio social, com o qual a família é reconhecida no distrito (BOURDIEU, 1989).

Cabe destacar que os filhos de Benjamim Silva herdaram o capital simbólico e social do pai, que, por sua vez, adquiriu esse capital através de suas práticas como enfermeiro na localidade e, quiçá, não tenha herdado esse capital do pai. Junto ao capital simbólico é razoável supor que herdaram o capital econômico que os permitiu acessar os meios pelos quais suas ações ganham legitimidade – seus diplomas, reconhecimento por parte do Estado de sua autoridade sobre assuntos ligados à saúde ou à educação (BOURDIEU, 1989; 2013).

Por outro lado, no caso de Abelha, vê-se claramente a utilização do capital social do pai para inserir-se no mundo da política. Sua indicação para administrador do distrito está diretamente relacionada ao seu passado atuando como assessor na Câmara de Vereadores de Porto Velho, atividade que exerceu por indicação de contatos políticos da rede de relações que

estabelece a partir de sua origem, considerando que Pedro Silva mantinha amizade com Paulo Moraes. Moraes foi vereador na Casa Legislativa durante dois mandatos; no último, foi Presidente da Câmara de Vereadores (1997-1998), período em que Abelha afirma ter trabalhado como assessor do então vereador. Vale salientar que Paulo Moraes, depois de vereador, foi deputado estadual por dois mandatos e chegou a ser Secretário de Estado da Segurança Pública do governo Ivo Cassol (2003-2010) – ou seja, foi um político de destaque no cenário regional. Sobre o governador Cassol, cumpre ressaltar que ele se elegeu pelo PSDB, embora tenha trocado de partido depois, ainda no mandato de governador do estado (VIANA, 2019). Esse detalhe se faz importante porque pode representar uma ligação da Família Silva com o PSDB, apesar de nenhum dos entrevistados ter admitido estar filiado a qualquer partido político. No entanto, Jofre é indicado para diretor da escola pela gestão de Ivo Cassol, e Abelha é indicado para administrador do distrito na gestão tuana de Hildon Chaves (2017-2020).

Nesse sentido, Abelha não aparece nesse contexto como um agente detentor de capital simbólico conforme os primos que, enquanto intelectuais legitimados pelo Estado, estão encarregados do trabalho simbólico de construção do mundo social em Calama (BOURDIEU, 1989). Abelha está posicionado conforme capital social construído ao longo de sua trajetória profissional e como integrante da Família Silva – herdado de Pedro Silva, mas também de Dona Morena, que é figura de destaque na comunidade, sendo seu hotel até poucos anos o único estabelecimento hoteleiro do distrito (CALDAS FILHO, 2000).

*O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras* (BOURDIEU, 1989, p. 15). Essa legitimidade é outorgada pelo Estado que, no contexto do distrito, está diretamente relacionado com as lideranças locais.

#### 4.3.4.1. A RELIGIÃO

Retornando ao gancho proporcionado pela situação de **Bartira**, é possível perceber o quanto a religião possui um papel fundamental na vida das mulheres-mães-donas-de-casa entrevistadas. Fazia parte do roteiro perguntar sobre suas religiões, entretanto, na maioria das vezes, o tema religioso emergia em nossas conversas – principalmente para fazer referências a mudanças que ocorreram em suas trajetórias de vida ou de algum de seus familiares.

**Joana** – *Mana, eu conheci Jesus, eu tava no mundo, no mundo assim, fora, fazendo coisas que não devia. Não roubando, nem matando, nem fumando droga, isso não. Mas eu conheci Jesus, eu tava através da minha cunhada, ela era evangélica, ela é ate hoje, e um dia ela me convidou pra ir no culto [...]É muita briga, muita briga, muita briga, meu ex-marido não gostava nem que eu conversasse com os vizinhos. Não gostava. Eu tinha horário pra sair de casa. Se eu fosse na casa da minha irmã, ele tinha que mandar um irmão dele, e eu não gosto disso, porque a gente casa pra um ter confiança no outro, tipo assim, naquele pensamento que eu tinha era assim: eu mando em mim, eu faço do jeito que eu quero, é do meu jeito. Sempre eu tive essa opinião. Hoje em dia Deus já me moldou.*

O relato acima é de **Joana**. Antes mesmo de perguntá-la sobre sua religião, ela explicou-me a razão de sua separação, e a religião surge em nosso diálogo. Segundo ela, os seus relacionamentos anteriores terminaram porque ela ainda não havia encontrado Jesus, porque antes disso ela pensava poder fazer o que quisesse, o que tivesse vontade sem pedir consentimento a homem algum – *marido não manda em mim*, ela disse. Quando perguntei sobre sua religião, ela me apresentou um *testemunho* que reproduzo aqui por completo, mesmo que um pouco extenso, mas servirá para compreender o que Côrtes (2014) pondera sobre as narrativas de conversões, que são frequentemente utilizadas pelo emergente mercado do sofrimento no interior do movimento religioso pentecostal e neopentecostal no Brasil.

**Joana** – *Bom, a religião entrou na minha vida através da minha cunhada. Ela é evangélica há muito tempo, né, primeiro do que eu, através dela eu conheci Jesus porque, no entanto, eu não conhecia, eu só ouvia falar, mas conhecimento, igual tenho hoje, eu não conhecia. Então-se através dela, né, me convidou pra ir no culto, eu falei que eu não ia porque eu não tinha roupa, minhas roupas não eram adequadas pra andar na igreja, eu digo “eu não vou, de calça eu não entro dentro da igreja”. Aí ela falou “vamos menina, tu só é visitante, num tem nada a ver”, eu digo “eu não vou”. Aí ela falou “vou emprestar uma saia pra você”, emprestou*

*essa saia, aí eu fui, primeiro culto, assisti primeiro culto, normal. Gostei da palavra tudinho, aí outra vez um outro convite, fui de novo. Já vinha aceitar, entrar na igreja mesmo, ir pros pés do Senhor, já no terceiro culto. Foi um culto que teve na Assembleia de Deus, Unidos pela Fé, foi a primeira igreja que eu frequentei aqui né. Então-se é, eu peguei e me cheguei né, aos pés de Deus, só que quando eu pensava que quando a gente vinha pros pés de Deus, aceitava o Senhor Jesus como fala, era um mar de rosas, era tudo simples, não tinha luta. Eu via todos os crente feliz, não tem luta. Isso que a gente passa aqui no mundo num é nada. E aí eu fui, só que pra gente servir esse Deus que a gente serve hoje, é difícil. É difícil, você passa luta, você passa tribulação, tribulação que a gente fala é as pelejas, é as coisas que acontece no dia a dia, você conciliar a sua casa, quem trabalha fora, tem o seu emprego, tem o seu esposo, tem a sua família, então é difícil, então-se eu passei muita coisa, muita coisa mesmo. Quando eu voltei de novo (eu sai da presença de Deus), voltei pra onde que eu tava, no caso, no mundo que eu tava, de bebida, de sair, essas coisas, eu voltei. E aí aconteceu uma coisa muito difícil na minha vida, muito difícil mesmo. [O que aconteceu?] Deus, Ele é bom! Ele é bom porque através dum pastor que morava aqui, que era vizinho meu - ele foi embora para o Acre, ele fez uma oração porque eu tava pedindo a morte, que eu não aguentava mais de tanta dor, e eu tinha decidido a não andar mais em médico, eu tava afastada dos caminhos do Senhor, não queria mais saber de Deus. Então-se quando eu me lembro, eu me lembro que eu falei “Meu Deus, eu te peço que o Senhor me tirar dessa terra porque eu não aguento mais de dor, é muito sofrimento. Então eu espero que o Senhor me mate e me leve”, só lembro disso. Aí foi quando essa minha filha que tá aqui entrou em desespero, e lá o pastor tava orando, e aí ele disse que sentiu um impacto muito grande, só que ele não sabia da onde que vinha. E aí as minhas filhas se desesperaram tanto que elas correram e foram lá na casa do pastor chamar ele. O pastor tava finalizando a campanha na casa dele, aí ele veio. Eu lembro que depois que ele orou em mim, irmã, eu senti algo tão tremendo, voltei pros pés de Deus. Ele perguntou se eu queria voltar pros caminhos de Deus, e eu falei que sim, que eu queria voltar para o caminho. E aí ele foi orar e eu falei “Senhor, agora o Senhor pode me levar, porque eu já tô nos teus braços, já tô nos teus caminho, então-se pode me levar, e aí ele botou a mão sobre mim, orou, num vai mais nada. Perante Deus que esta aqui, irmã, eu não vi mais nada! O pastor disse que eu só gritei e apaguei. Irmã, um mês e meio sem dormir, diga ali como é que eu não tava, e ali eu apaguei, eu apaguei e vim me acordar no outro dia andando, parecia que eu nunca tinha ficado doente um dia da minha vida! Me diz aí se Deus num é bom? Deus é bom, irmã, Deus é bom! Deus é bom. Deus teve misericórdia de mim. Ele não me levou, ele se compadecceu, mesmo eu sendo uma pecadora, mesmo eu não tendo uma aliança com ele, mesmo eu não tendo honrado meu compromisso com Ele, mas honrou a mim, porque Ele me tirou daquela situação em que eu tava. Daí e nunca mais deixei Deus.*

Conforme demonstra Côrtes (2014), essas narrativas de sofrimento são aproveitadas pelo mercado de bens simbólicos das religiões pentecostais brasileiras, os “*ex-tudo*”, como a autora aponta, carregam consigo a marca de uma vida despedaçada, limítrofe e nem por isso são rejeitados por esse mercado emergente – há um espaço, mesmo que precário, destinado a eles – *pregadores-mendicantes*. O estudo da autora é bastante interessante para compreender a trajetória de **Joana** porque retrata exatamente o percurso que a entrevistada seguiu e segue, considerando que atualmente ela relata exercer a função de regente de louvor na sua igreja e o fato de não saber ler talvez seja o que a tenha impedido de não ser a pastora até o momento da entrevista. **Joana** é um dos exemplos a quem a fé e a comunidade religiosa servem de suporte.

É possível citar outros exemplos de relatos que abordam esse papel-chave que a religião tem exercido na vida das entrevistadas. **Guaraci** se esforçou bastante para me mostrar que tudo que aconteceu em sua vida foi por causa de Deus, trechos de seu relato são citações de passagens bíblicas, inclusive me convidou para o culto em sua igreja (Ministério Assembleia Madureira) naquela noite porque pregaria. Igrejas podem oferecer um espaço que as mulheres não encontram em outros lugares na sociedade em que vivem (WOODHEAD, 2002), convidar-me à igreja seria um convite para vê-la em um espaço de destaque, sendo ouvida e obtendo atenção de outras pessoas – por isso, fiz questão de assistir ao culto naquela noite.

**Guaraci** passou por várias denominações, desde a Quadrangular, Deus é Amor, Batista, Assembleia Missão e agora está na Madureira. Uma igreja sem identificação à porta, apenas cadeiras de plástico, um púlpito, ventiladores e uma caixa de som. A pregação de **Guaraci** naquela noite pode ser muito bem descrita pelas palavras de Côrtes (2014, p. 200): *“São pregações forjadas a partir da combinação desorganizada de passagens do Velho e do Novo Testamento com os episódios dramáticos de suas trajetórias pessoais, improvisadamente costuradas numa bricolagem em que tudo vale, tudo é permitido.”*

Woodhead (2002) escreve sobre mulheres e religião e sugere que a participação delas nas religiões está relacionada com o espaço que lhes é oferecido, e isso está diretamente relacionado com o tipo de sociedade em que a mulher está inserida. A partir do questionamento sobre quais espaços estão disponíveis para a mulher na sociedade em que ela vive, é possível compreender sua participação em atividades religiosas. Em uma sociedade moderna, em que há uma divisão social do trabalho e uma clara distinção entre a vida pública e privada, a religião passou a estar relegada à dimensão privada do social. Assim, conforme pontua a autora, a religião *tornou-se a esfera da mulher por excelência* (p.4), lugar onde é possível elaborar a manutenção dos valores tradicionais, da família e do papel da mulher nesse contexto – como demonstra a fala de **Joana**.

É interessante observar que a religião, como instrumento para lidar com os conflitos do cotidiano, está presente na fala de **Joana**, **Guaraci**, **Floriana**, **Lisane**, entre outras (BIRMAN, 1996; MARIANO, 2008). Por isso, além de se mostrar um espaço receptivo à presença feminina, as igrejas representam um ponto de apoio para essas mulheres, um local cuja oferta de soluções para problemas reais, imediatos (MARIANO, 2008). **Lisane**, por exemplo, relata o quanto seu irmão mudou depois que entrou para a igreja, antes não teria como ele continuar morando com sua mãe, agora ele é outra pessoa – ele bebia muito, mas,

depois que *conheceu, aceitou Jesus e pediu perdão, está transformado*. **Lisane** é casada com um diácono da Igreja Pentecostal Estrela da Manhã, eles casaram porque o esposo *tem função na igreja*.

**Floriana** traz uma história interessante sobre o papel da igreja e da religião em sua vida. Ela reconhece na igreja o local onde ela aprendeu a lidar com os filhos, em especial, o filho que possui problemas com drogas e que, atualmente, está cumprindo medida socioeducativa de internação. Antes de se converter, ela não sabia lidar com isso, ela batia, usava de violência acreditando que poderia retirar o filho do vício. Ao entrar na igreja, (Assembleia Madureira), ela aprendeu que a violência não era a solução: *Antes eu batia muito nele, eu batia mesmo, dava peia mesmo, mas eu vi que a peia não ajudava. Estava fazendo ele se distanciar mais da gente*. Sua conversão é exatamente contemporânea à época em que seu filho se envolveu com as drogas.

No Pentecostalismo em geral, a oferta de magia constitui a principal isca para atrair pessoas à igreja, onde se tenta recrutá-las, socializá-las e, se possível, convertê-las. Uma vez dentro dos templos, contudo, os indivíduos em busca da resolução de seus problemas cotidianos logo se vêem às voltas com sessões de descarrego de encostos, cultos de libertação de demônios, louvor a Deus e adoração do Espírito Santo, cobrança de condutas éticas e de ofertas monetárias etc. É por meio desses ritos, práticas e cultos, que exprimem as doutrinas ou, em sentido mais amplo, a teodiceia de salvação dessas igrejas, que os pastores pentecostais conferem novos significados religiosos ao desemprego, à pobreza, à doença, à briga conjugal, à depressão, à solidão, à infelicidade, ao sofrimento e aos infortúnios em geral. Por meio disso, procuram estimular clientes e virtuais adeptos a estabelecer compromissos duradouros com seu grupo religioso (MARIANO, 2008, p. 92)

A religião, a igreja, o convívio em uma comunidade, em um grupo de pertencimento, faz parte do cotidiano dessas mulheres-mães-donas-de-casa. E em muitos relatos foi possível perceber o quanto a religião, em especial a evangélica, aparece para essas mulheres como um espaço de cura, de busca para a resolução de seus dilemas mais imediatos e o quanto elas atuam enquanto mediadoras entre o profano e o sagrado, atribuindo-se a si mesmas o papel de resgatar sua família para o lado do bem, do Senhor – reforçando a ideia de que o papel feminino envolve a responsabilidade de cuidar de sua família (BIRMAN, 1996).

Foram poucas entrevistadas que afirmam não ter religião ou que apenas acreditam em Deus e não frequentam nenhuma igreja, ainda estas, que assim o dizem, carregam consigo a influência da doutrina evangélica – não acreditam em santos e nem rezam, apenas oram a Deus. Por outro lado, para as restantes das entrevistadas, a igreja é o mundo que elas



conhecem além dos muros de suas residências – a igreja constitui o espaço público frequentado por essas mulheres que estão relegadas ao espaço privado de suas casas.

Perguntadas sobre o lazer, o que fazem para se divertir, a maioria delas foi categórica em responder que não saem de casa a não ser para ir à igreja. Para muitas mulheres, seu lazer é ir à igreja, a única atividade que realizam, além das de domésticas, é participar de grupos da igreja ou realizar alguma tarefa de limpeza ou organização dela. Esse aspecto é importante ressaltar porque as mulheres reproduzem na igreja o papel que possuem em suas casas – limpam, organizam, recebem os fiéis na porta (BIRMAN, 1996; WOODHEAD, 2002). As entrevistadas que não mencionam a igreja como lazer dizem que gostam de ficar em casa ou, no caso de Calama, algumas mencionaram gostar de ir aos *banhos*<sup>84</sup>.

**Lisane** – *Ah aqui é... é difícil até te falar porque a gente quase não sai de casa. Quando a gente sai, a gente vai pra igreja, da igreja aqui pra casa.*

**Floriana** – *Bom, a minha diversão é sair pra igreja mesmo. (tom de riso) Ficar em casa.*

**Araci** – *Bom o lazer aqui, bom por enquanto é só a internet e ir pra igreja. O meu, né, assim, né.*

Vale ressaltar que, além do apoio moral e, de certa forma, afetivo que as igrejas representam na trajetória de vida dessas mulheres, elas podem representar um apoio material e um suporte para o acesso a determinados serviços. A Igreja Católica, por exemplo, possui uma trajetória de trabalhos sociais muito forte no meio rural, e isso é percebido em Calama quando ela aparece como parceira da administração para a cedência dos espaços da igreja para realizar eventos e ações sociais. Burity (2007) inclusive nos fala sobre as ações sociais das igrejas no Brasil e pondera que, a partir dos anos 1990, há uma tendência em chamá-las à cena a partir do discurso da terceira via, ou, conforme nos dizem Dagnino *et al* (2006), do projeto neoliberal em que a sociedade civil – as organizações religiosas estão inseridas nesse quadro – é chamada a se mobilizar no campo social, despontando uma revalorização da filantropia. Algo que a Igreja Católica já estava acostumada a praticar, inclusive atuando como parceira do Estado nesse sentido (BURITY, 2007; MARTINS, 2011b). Muito embora, a relação entre a

84 Expressão regional utilizada para designar lugares onde é possível tomar banho de rio.

Igreja Católica e o Estado brasileiro tenha percorrido caminhos cambiantes, por vezes, no mesmo sentido e outras vezes nem tanto, ao longo da história da República no país (MARTINS, 2011b).

É importante destacar que as grandes festividades que ocorrem na região ribeirinha e que atraem inclusive a população da cidade são as festas de santos – no caso de Calama, São Francisco de Assis, São José, São João e Nossa Senhora Aparecida, que são os santos que emprestam seus nomes às igrejas católicas que existem no distrito.

Há de se enfatizar que o trabalho da Igreja Católica com os mais pobres, em especial, com os camponeses e indígenas, teve um papel fundamental na história recente brasileira. O trabalho pastoral desempenhou inclusive consequências históricas mais amplas, não se restringindo à promoção de *justiça aos desvalidos*, de acordo com Martins (2011b), mas culminando com a ascensão de um metalúrgico à presidência da República.

Em Calama, por exemplo, tanto **Laura** quanto **Nadi** dizem receber ajuda das igrejas locais quando precisam – **Laura** se referindo à Igreja Católica, e Patrícia, à Adventista. À época da cheia do Madeira, tanto as escolas quanto as igrejas serviram de abrigo para os moradores que perderam suas casas. Na zona rural, é razoável supor que as igrejas possuem um papel bastante relevante na comunidade como um todo, não apenas para os fiéis.

**Laura** – *Aqui não tinha. Às vezes quando não tinha um corre aqui, às vezes, quem me ajuda aqui é o Padre, quando eu tô doente aqui. [O padre da igreja católica?] É, sempre ele me ajuda. Manda uma cesta básica pra mim quando eu tô doente, mas essa administração aí, morrer podre aí, duro aí, não liga não.*

**Nadi** – *[...] Ai vinha pra cá pra casa da minha mãe tanto é que foi assim, uma coisa tão difícil assim, quando eu ligava que ele não... igreja, agradeço muito a Deus por eu ser da igreja e que eles me ajudaram bastante. Eu liguei pra um rapaz daqui em Porto Velho, contei a situação que eu não tinha dinheiro pra vir embora pra cá, pra Rondônia, e aí eles mandaram todas as passagem pra mim vir de lá pra cá. Eu agradeço muito a Deus e à Igreja, né?*

O fato é que tanto as instituições religiosas quanto as associações e lideranças da sociedade civil possuem uma representatividade na vida dessas mulheres que não se pode ignorar. Suas atuações, tanto no âmbito do sagrado quanto no âmbito da filantropia, da ação social, são de fundamental importância na trajetória das entrevistadas. Considerando que essas ações podem constituir um espaço tanto para construção democrática através da mobilização

popular quanto para a despolitização (BURITY, 2007), o que se percebeu no contexto das trajetórias relatadas?

A religião e a ação de instituições religiosas, assim como a de lideranças comunitárias e organizações da sociedade civil, não apareceram nos relatos como grandes mobilizadores políticos na trajetória dessas mulheres. Ao fim e ao cabo, tanto as lideranças comunitárias quanto as igrejas surgem como atores que proporcionam o que a proteção social básica enquanto política pública deveria realizar: promovem fortalecimento de vínculos afetivos e comunitários, atuam no sentido de evitar as *situações de risco* (BRASIL, 2005) e ainda representam espaços em que essas mulheres se sentem valorizadas, a igreja torna-se seu lazer.

## 5. DIREITOS SOCIAIS NA *FRONTEIRA*

Neste capítulo final, após apresentar uma análise sobre o Estado nas trajetórias das mulheres usuárias do PBF em Porto Velho, discorro sobre os direitos sociais em um espaço caracterizado pela *situação de fronteira*. Resgato a categoria fronteira como importante aspecto do contexto estudado e, a partir dela, elaboro a (res)significação da pergunta de partida deste trabalho.

Se, antes de entrar em campo, a pergunta que me permitiu traçar os caminhos desta tese foi a busca pelas presenças e “ausências” do Estado na trajetória dessas usuárias em Porto Velho, após o trabalho de campo e os diálogos travados ao longo desses quatro anos de pesquisa – tanto com as mulheres quanto com a literatura –, o que se cristalizou foi a pergunta sobre o acesso aos direitos sociais desses sujeitos situados em locais que ainda podem ser considerados como parte de um espaço social que mantém características de fronteira (MARTINS, 1997b).

Nesse sentido, em um primeiro momento, redireciono o foco do debate e argumento em favor do uso da fronteira como categoria importante para compreender a realidade das famílias pobres em Porto Velho. E, a partir disso, aponto o olhar sobre a consolidação das políticas públicas sociais como direito social e o *status* de cidadania no município. Nesta seção, o objetivo é tecer as considerações que me permitiram alinhar as reflexões que me conduziram à construção de minha tese, qual seja, a de que a consolidação da política pública social não encontra terreno fértil em um município que ainda vive em *situação de fronteira*.

### 5.1. PORTO VELHO COMO *FRONTEIRA*

“Nas sociedades pobres, e em nossa sociedade brasileira em particular, os pobres do campo e da cidade não só não tinham privilégios a defender como não tiveram aliados, em suas lutas, para impor condições ao desenvolvimento econômico que a este obrigassem a algum compromisso com os direitos sociais e com a dignidade humana. De modo que, mais do que vistos e tratados como seres de trabalho e fontes de lucro, fossem reconhecidos como seres de direitos (MARTINS, 1993, p.13)”

Esse retrato da realidade brasileira está presente na introdução da obra “A chegada do Estranho”, de José de Souza Martins. Carregado com o olhar da experiência daquele que por muitos anos foi o *estranho* na Amazônia Ocidental, o texto de Martins (1993) fala muito ao sociólogo que deseja conhecer a realidade de lugares como Porto Velho, um município cujas especificidades permitem concebê-lo como um local em *situação de fronteira* (MARTINS, 1997b).

Ao propor uma sociologia do desencontro, do estranho, o autor nos traz algumas contribuições para pensarmos a realidade de territórios permeados por uma cultura antropofágica que assimila o outro, incorporando suas culturas ao mesmo tempo negando e inviabilizando sua própria. A história de Porto Velho talvez seja uma das mais recentes reproduções da história de todo os povos originários da América Latina, uma história de violência e destruição gerada a partir do encontro, da *chegada do estranho* que invade o território e mutila a cultura, o modo de vida e de pensar de comunidades camponesas, indígenas, entre outras (MARTINS, 1993).

Uma sociedade barroca (MARTINS, 1993), de fachada, ou, nas palavras de Oliveira (2003), um *ornitorrinco*, uma combinação do tradicional e do moderno, mas não situados enquanto opostos, mas enquanto contraditoriamente combinados, ambos retroalimentando-se e conferindo à sociedade brasileira e ao capitalismo brasileiro as suas especificidades.

Velho (2009) denomina o capitalismo no Brasil como um capitalismo autoritário, em que é possível vislumbrar a coexistência de formas não capitalistas de produção. Segundo o autor, *no caso do capitalismo autoritário, a chamada “fase” de acumulação primitiva ou original é muito misturada com a acumulação propriamente capitalista* (VELHO, 2009, p. 101). Martins (1993) chama atenção para as relações não capitalistas, como a escravidão, que é reinventada periodicamente no capitalismo brasileiro.

“O nosso capitalismo é tributário, baseado na extorsão. Por isso a escravidão renasce periodicamente no Brasil, mas renasce. Rosa Luxemburg se referia à escravidão por dívida, no Peru, no início do século. A mesma escravidão que havia em regiões do México até há pouco. De vez em quando reaparece aqui ou ali. No caso brasileiro, é um escândalo, porque a escravidão renasce a cada dia. Não se trata de escravidão em termos simbólicos. Compra-se e vende-se escravos, trancados à noite para que não fujam. Em Rondônia, um fazendeiro mandou cortar o tendão de seus trabalhadores para que não fugissem. Mata-se a quem tenta fugir. E ainda: se vende e se dá recibo. (MARTINS, 1993, p. 25)”

É interessante observar que a perspectiva de Martins (1993) e Velho (2009) estão alinhadas a partir do momento em que ambos os autores percebem o viés autoritário existente no capitalismo que se constitui no país. Muito embora seja necessário distinguir que enquanto Velho (2009) percebe esse autoritarismo como uma dimensão inerente ao modo capitalista brasileiro, Martins (1993; 1997b) aponta essas relações autoritárias como contradições no interior do sistema. Ao explicar o capitalismo brasileiro, forjado na exploração, especulação e na renda fundiária, Martins (1993) inclusive cita caso de Rondônia para exemplificar os arcaísmos que se combinam ao moderno no país. Não é exagero destacar que a escravidão não é apenas uma realidade de um passado recente situado na década de 1990, mas assombra a realidade da região até os dias de hoje<sup>85</sup>.

Como parte da última região que sofreu com o avanço do capital, Porto Velho guarda resquícios dessa história bastante recente, envolvendo escravidão, exploração e o desenraizamento de camponeses, indígenas, entre outras populações tradicionais. Ademais, não somente as populações locais são desenraizadas, mas há um circuito de deslocamento por meio do qual pessoas anteriormente desenraizadas de seus locais de origem aportam em Porto Velho e região em busca de melhoria de vida, oportunidade em meio a ciclos de prosperidade econômica impulsionados pelo Estado.

Esse desenraizamento social é como uma condição de vida (Félix, 2008). Em busca de melhores condições socioeconômicas, os trabalhadores rurais deslocam-se de seus locais de origem para lugares onde há atividades econômicas em efervescência – foco de atração de migrantes. O que fora percebido por Félix (2008) no sudeste do Pará ou mesmo por Velho (2009; 2013), ambos na Amazônia Oriental, também foi identificado nas entrevistas realizadas em Porto Velho, esse é o caso de **Bartira, Susana, Joana, Laura**, entre outras entrevistadas, que representam a segunda geração de migração ou mesmo a primeira, como **Gardênia e Floriana**.

O caldeirão cultural que esteve presente ao longo da construção da Estrada de Ferro também esteve presente em todos os ciclos econômicos pelos quais o município vivenciou, sendo o último há menos de dez anos, com a construção das Usinas Hidrelétricas no Rio Madeira. Porto Velho revela-se um local de imensa riqueza sociológica, um local de encontros, desencontros, da estranheza, um local que viveu, e sob certos aspectos ainda vive,

---

85 Disponível em: <<http://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2017/02/rondonia-registra-quase-30-casos-de-trabalho-analogo-escravidao-por-ano.html>> Acesso em: jan. 2020.

uma *situação de fronteira* (MARTINS, 1997b; 1993). Situação que o autor define como uma realidade expressão da diversidade: “*diversidade que é, sobretudo, diversidade de relações sociais marcadas por tempos históricos diversos e, ao mesmo tempo, contemporâneos* (1997b, p. 156).

Uma diversidade resultante do encontro de modos de vida, culturas e tempos históricos distintos. Uma diversidade visível quando se percebem os mundos rural e urbano presentes na realidade de muitas entrevistadas, algumas filhas de agricultores ou garimpeiros e hoje morando na zona urbana e trabalhando como domésticas em casas de família; outras que só conhecem a realidade da roça, da relação simbiótica com a natureza e suas vicissitudes, mas precisam saber lidar com a internet para acessar seus direitos; mulheres que nunca tiveram suas carteiras de trabalho assinadas ou sequer possuem uma, mas trabalharam a vida inteira vendendo sua força de trabalho a valores parcos. Um cenário que apresenta marcas de uma vida político-social recente permeada pelo clientelismo e patrimonialismo.

As contribuições de Martins (1997b; 2011b) me ajudam a pensar a realidade de Porto Velho e de toda a região da Amazônia Ocidental, localizadas exatamente onde tem ocorrido esse encontro entre o moderno e o tradicional, entre os processos econômicos de ponta e as relações servis de trabalho, como a escravidão por dívida, prática realizada até bem pouco tempo na região. A categoria *fronteira e situação de fronteira* explorada pelo sociólogo nos elucida uma maneira bastante profícua para pensar o município de Porto Velho e compreender o desenvolvimento das políticas públicas sociais no local.

É interessante observar que a categoria *fronteira*, de Martins (1997b) vai além do que Velho (2009; 2013) trata quando estuda as frentes de expansão e pecuaristas na região da Amazônia Oriental (2013) ou quando teoriza sobre o campesinato no capitalismo autoritário e direciona seu olhar para sua experiência de campo realizada no trabalho anterior (2009). *Fronteira*, em seu trabalho, está fortemente relacionada à noção de *fronteira enquanto frente* (Águas, 2013), à ideia de expansão das frentes econômicas em direção oeste, em direção a regiões ainda não exploradas. Segundo o autor, frentes de expansão se referem a avanços de atividades econômicas que ocorreram ao longo dos anos na Amazônia, mas não chegaram a consolidar uma ocupação permanente. A *fronteira em movimento*, afirma ele, seria esse movimento que ocorre a partir do século XX, em que surge uma *colonização efetiva e permanente* do território amazônico (2009, p. 396).

Águas (2013) traz uma contribuição importante para pensarmos as distintas percepções sobre o termo fronteira. De acordo com a autora, existe uma multiplicidade de significados envolvendo a concepção de fronteira, uma polissemia que permite uma gama infindável de usos, de *desenho* a *processos*, de limites físicos e geográficos a metáforas que explicam a divisão de grupos sociais, identidades, culturas e nações.

Segundo Walter, como linhas divisórias de diferenciação espacial, temporal e cultural, as fronteiras distanciam a identidade interna da alteridade externa. Mas, como entre-espacos compartilhados, ligam-nas. Por um lado, estabelecem hierarquias entre o interior e o exterior, transformando os sujeitos em estrangeiros e *ilegais*. Simultaneamente, “constituem o terreno onde as identidades são vividas e imaginadas numa interação tensiva de estase cultural (diferença enquanto separação) e transgressão cultural (diversidade enquanto relação)” (Walter, 2006: 6). Portanto, quando falamos de fronteira, estamos perante um significante cuja flutuação, raiz da sua produtividade teórica, é, “ao mesmo tempo, fonte de ambiguidades que só podem resolver-se através de um esforço redobrado de contextualização” (Ribeiro, 2001: 472). (ÁGUAS, 2013, p. 1 e 2)

Águas (2013) continua pontuando que a fronteira, a partir da modernidade, surge como uma linha que subjaz a ideia de soberania mas que, com o projeto colonial, ganha contornos para além do local. A partir de novas interpretações da fronteira, ela pode corresponder a um limite que separa, mas também a uma interface, uma intersecção entre diferentes mundos. Assim, a autora propõe entender a fronteira a partir de três modelos de análise: a *fronteira que separa*, a *fronteira como frente* e a *fronteira que une*.

O primeiro reúne as abordagens que a descrevem como uma linha divisória que marca a separação entre diferentes espaços – tenham eles a forma concreta dos territórios nacionais, ou sejam simbólicos, como a diferenciação de identidades. Já a *fronteira como frente* é um espaço que, à semelhança do *front* de batalha, avança para ganhar terreno. Vincula-se, portanto, à noção de *frontier*. Contrariando a aparente fixidez da concepção anterior, é uma fronteira em movimento, em progressivo distanciamento do centro. Em função desta distância, este é um espaço marcado por certa fluidez e criatividade, mas também por relações desiguais e pelo poder sem limites (Ribeiro, 2001). Enquanto a *fronteira como frente* implica num movimento linear, a *fronteira que une* revela-se como um lugar de encontro e negociação. Não é linear, não avança. Portanto, deixa de lado a concepção de *frontier* para abraçar a ideia de *borderland*, que vem sendo tratada pelos estudos pós-coloniais como espaço *in-between*. Esta fronteira pode surgir e desaparecer, mudar de forma, e tem na fluidez uma das suas principais características. Nesse sentido, o aquém da fronteira é um espaço ocupado, bem como o além da fronteira. E é na fronteira que esses *mundos* se encontram (ÁGUAS, 2013, p. 3).



A partir dos modelos de análise propostos por Águas (2013), é que argumento em favor de uma distinção entre a fronteira abordada por Martins (1997b) e Velho (2009; 2013). Embora ambos autores acompanhem processos semelhantes e compartilhem de uma análise marxiana destes processos e operando nas dimensões políticas, sociais, econômicas e culturais da *marcha para oeste*<sup>86</sup> em curso no país durante o último século, esses autores conceituam fronteira de forma distinta.

Enquanto Velho (2009; 2013) está dissertando sobre a *fronteira em movimento*, como ele mesmo destaca em sua obra *Capitalismo autoritário e campesinato* de 1974 (VELHO, 2009), em que fronteira é percebida como *frente* (ÁGUAS, 2013), Martins (1997b) elabora uma crítica à fronteira como frente de expansão ou mesmo frente pioneira. Para o autor, essas frentes estão postas na fronteira e, quando ele se refere à fronteira, não está se restringindo apenas a esses processos, mas a um processo mais amplo ao qual ele denomina de *contemporaneidade da diversidade* (Idem, p. 159). Seguindo os modelos de análise de Águas (2013), é possível sugerir que sua percepção da fronteira está articulada a uma noção de *fronteira que une*, espaço onde os *mundos* se encontram (ÁGUAS, 2013), onde ocorre o antropofagismo cultural que fundamenta a identidade latino-americana a que o autor se refere na obra citada ao abrir esta seção.

Vivemos a duplicidade, a dupla situação do nós e do outro, somos prisioneiros dessa dupla identidade; não podemos destruir o outro que temos imerso dentro de nós sem nos destruirmos. Somos nós e somos os nossos inimigos ao mesmo tempo. Esta é a nossa tragédia permanente, esta é a violência maior que nos trouxeram os conquistadores e que nos trazem ainda. Em consequência, matamos os nossos heróis, as nossas personagens e os nossos libertadores. A história da América Latina é a história da destruição dos que entre nós nascem para nos libertar, como se fossem outros que não nós mesmos (MARTINS, 1993, p. 21).

Conforme demonstrado em capítulo anterior, o município e a região possuem uma história permeada pela violência característica da *situação de fronteira*, enquanto parte de uma das mais recentes frentes pioneiras que ocorreram no país. Mas, além disso, o município foi e continua sendo palco para o encontro das diferenças, um espaço de interação de mundos diversos, principalmente, quando se direciona o olhar para os frequentes ciclos migratórios

---

86 Estratégia do governo brasileiro à época do Estado Novo quando há uma incorporação da ideologia nacionalista. A fronteira, nesse sentido, cumpria a função de auxiliar no processo de construção de uma identidade nacional, perspectiva apoiada na fronteira enquanto mito, como colocada em Frederick Jackson Turner e Cassiano Ricardo. *Marcha para Oeste* também deu nome para a obra de Cassiano Ricardo, contemporânea ao Estado Novo. Para mais detalhes ver Velho (2009).

que a região presencia. Nesse sentido, Porto Velho pode ser interpretada à guisa de uma fronteira que une, um espaço *in-between* (ÁGUAS, 2013).

*O espaço de encontro não é formado a partir do avanço no sentido geográfico. Pode emergir e desaparecer, desde que haja um ambiente propício à articulação com a diferença. É um lugar transitório e, de certa forma, precário e volátil* (ÁGUAS, 2013, p. 7). A fronteira pode ser interpretada enquanto um *campo*, uma estrutura de relações objetivas cujas interações são determinadas pelas posições dos agentes em campo – posições essas que não são estáticas (BOURDIEU, 1989). Enquanto campo, a fronteira é espaço de disputas e constantes lutas pelo poder de estabelecer os códigos morais e sociais, ou seja, luta pelo poder simbólico do campo, pelo poder de operar a lógica do jogo no interior desse campo.

Nesse cenário que se instaura a partir do avanço sobre a Amazônia Ocidental, em especial a partir da *reconquista*<sup>87</sup> promovida pelo Regime Militar a partir das décadas de 1960/1970 do século passado, o que se presenciou foi o domínio dos grandes proprietários de terras, mas também dos grandes empresários do Sudeste, que receberam incentivos para se instalarem na Amazônia. Essa elite dominante detinha poder sobre a vida e a morte dos sujeitos, a exploração do trabalho estava sob arbítrio dos senhores de terra cujo poder pessoal era emblemático – se ainda não o é (MARTINS, 1997b).

*O monopólio da violência pelo Estado acoberta toda espécie de violência privada: esta é a forma concreta da proteção de fronteiras e do bloqueio à vulnerabilidade* (OLIVEIRA, 1994, p. 8). Quando Chico de Oliveira menciona o bloqueio à vulnerabilidade, ele se refere à “vulnerabilidade” do território amazônico ao não contar com a presença do Estado, ou melhor, do branco civilizado para lidar com as riquezas presentes no território, considerando a incapacidade daqueles que ocupavam as terras “vazias” - os *não-gente*, os não-civilizados. A violência não foi apenas característica de um período da frente de expansão e pioneira que ocorreu sob um regime autoritário, mas ela é intrínseca à configuração de uma situação de fronteira. Isso porque vê-se nesse cenário um embate de temporalidades distintas, de modos de vida e interesses econômicos diferentes, por vezes, opostos (MARTINS, 1997b). Conforme Oliveira (1994), é o encontro do mundo emergente da mercadoria com o mundo da não-mercadoria. Nesse sentido, Martins (1997b) afirma que é essa combinação de tempos históricos, na recriação de formas arcaicas de dominação que surgem em meio a suposta modernização que são a base da violência que caracteriza a fronteira.

---

87 Chico de Oliveira disserta sobre o avanço sobre a Amazônia durante o Regime Militar, denominando metaforicamente o processo enquanto reconquista, a história da conquista repetida como farsa – fazendo referência à Marx, em sua obra O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte (OLIVEIRA, 1994).

Para Velho (2009), o capitalismo autoritário subsiste a despeito do regime político ser ou não autoritário. E, nesse sentido, ele mantém certos arcaísmos, como a acumulação primitiva, as relações tradicionais, paternalistas e autoritárias. Para explicar isso, Velho (2009) se utiliza da obra de Cassiano Ricardo<sup>88</sup>, cuja importância histórica no período da marcha para o oeste pode ilustrar *o mito da origem do autoritarismo* presente na fronteira. Responsáveis por transpor as linhas dos marcos territoriais, os bandeirantes – os pioneiros – eram os sujeitos que iniciariam a história do Brasil propriamente dito, colocariam fim na história de Portugal para iniciar uma história brasileira (processo de construção de uma identidade nacional). Para Ricardo, de acordo com Velho (2009), o Leste mantinha estreitas relações com a Europa enquanto o Oeste deveria ser conquistado por aqueles que estavam dispostos a construir uma soberania nacional e, distantes do centro de poder, os bandeirantes deram origem a um modo de governar genuinamente brasileiro.

O chefe de bandeira concentrava todo o poder em suas mãos: executivo, legislativo, judiciário. A bandeira não poderia subsistir sem uma autoridade. A bandeira precisava ser conduzida por seu chefe de uma forma militar, romana. De acordo com Ricardo, tratava-se de um Estado em miniatura. [...] Tinha de ser assim porque a tendência “natural” num meio tropical, corporificado pelo indígena, era um “comunismo selvagem” prevalecer. Somente o bandeirismo autoritário, antiliberal podia dar ordem e impor a racionalidade a essa tendência, estabelecendo uma “democracia hierárquica”. Para Ricardo seria esta a origem do apego brasileiro à autoridade forte e a um condutor que – contrariamente à prática “feudal” – cheio de espírito comunitário e de valor pessoal sai e se destaca da massa que sentiu a necessidade de ser governada (1970: 482-83) (VELHO, 2009, p. 334 e 335).

Essa imersão na análise de Velho (2009) é importante porque, segundo o autor, a obra de Ricardo e sua construção mitológica em torno da fronteira oeste possibilitou a justificativa e legitimação para o uso da força no âmbito da fronteira. *A bandeira, como o Estado, é uma espécie de extensão da família. E o chefe de bandeira uma espécie de pai de todos* (VELHO, 2009, p. 337).

E, neste ponto, cabe mencionar DaMatta (1997), quando ele discorre sobre a *casa* e a *rua* como esferas de ação social, domínios morais que revelam a gramática social do Brasil. Segundo o autor, qualquer evento poder ser interpretado de acordo com o código da *casa* (família, relações pessoais), o código da *rua* (leis impessoais, direito) e ainda por um código de *outro mundo* (religião, sobrenatural). A cidadania, para DaMatta (1997), estaria intrinsecamente relacionada à esfera da *rua*, das relações impessoais, parte de uma revolução

---

88 Já mencionada em nota anterior: Marcha para Oeste, de 1940 (VELHO, 2009).

individualista, segundo a qual a ideologia em que todos são iguais deve prevalecer – o que difere bastante da moral da *casa*. Se analisarmos o mito de origem da fronteira, conforme Velho (2009) pontua, a partir da noção de que sua organização política pode ser comparada a uma extensão da família e o chefe enquanto pai de todos, tem-se aí um espaço limitado para o surgimento da ética individualista e igualitária – o domínio moral da *casa* estaria se sobrepondo no espaço da *rua*.

*Se o monopólio legal da violência transformou-se no acobertamento de todas as violências privadas, qual será o território da consolidação democrática?* (OLIVEIRA, 1994, p. 10) É com essa indagação de Oliveira que se quer refletir sobre a realidade porto-velhense e sua configuração atual para pensar as políticas públicas sociais no município. Vale salientar que a Tese de Frederick Jackson Turner sobre a fronteira instaurou o mito de origem da democracia norte-americana. Para ele, a fronteira oeste ensejou o desenvolvimento capitalista, o individualismo e a democracia norte-americanos através da ocupação de terras livres por colonos em busca de liberdade das amarras de um sistema conservador – situado a leste (VELHO, 2009)

Defendo a ideia de que Porto Velho ainda se constitui como um espaço social caracterizado pela *situação de fronteira*, conforme define Martins (1997b) – uma *fronteira que une* (ÁGUAS, 2013). Embora tenham se passado alguns anos desde o início do processo das *frentes de expansão e pioneira*, é razoável sugerir que o município ainda mantém esse processo em andamento, considerando suas dimensões territoriais. As duas localidades estudadas contemplam mundos sociais bastante distintos, o que me leva a crer que ainda há territórios no município que ainda não vivenciaram a chegada dos agentes da sociedade moderna, da *frente pioneira*. Em Calama, por exemplo, é possível ainda perceber formas de relações não capitalistas atuando enquanto mediadoras da reprodução do capital, conforme análise de Martins (1997b) sobre as relações sociais e de produção na *frente de expansão* em comparação com as *frentes pioneiras*. Os moradores do distrito vivem sob uma lógica de comunidade, suas visões de mundo e de vida estão ainda centradas na família, ainda não expropriados da terra em sua maioria, não estabelecem uma relação capitalista de venda da sua força de trabalho enquanto mercadoria – eles ainda não estão apartados dos meios sociais de sua subsistência, do seu trabalho (MARX, 2013).

**Guaraci**, após a morte do marido, precisou *se virar*, fabrica remos, descasca mandioca e, sozinha, precisa dar conta de nove filhos ainda crianças e adolescentes. **Laura**

trabalha desde que *se entende por gente*, trabalhou muitos anos cortando seringa e até hoje<sup>89</sup> trabalha em serviço de roçado, limpando mato para os outros – nunca aprendeu a ler, nunca pisou no chão de uma escola, segundo ela. **Maiara** separou-se do companheiro que era violento e não conseguiu sequer que ele reconhecesse os filhos, nunca quis registrá-los até ela conseguir fazê-lo através do serviço do *Barco da Justiça*. **Maiara** acorda quatro horas da manhã todos os dias e tem que levar seus filhos pequenos consigo para fazer roçado na chácara dos pais, localizada a uns trinta minutos a pé de sua casa – em período de chuvas, precisa de canoa para atravessar um igarapé. Essas mulheres se viram como podem para gerar renda, realizam a limpeza de peixes, descascam mandioca para produtores de farinha a uma diária de 40 reais, estão bem distantes das relações contratuais de um capitalismo moderno.

Na Zona Leste, a situação não é muito diferente, o que distingue seu cotidiano de trabalho é que as mulheres da cidade vendem sua força de trabalho para outras famílias, famílias que terceirizam as tarefas domésticas ou o cuidado das crianças. Elas precisam trabalhar, e o que lhes é familiar é a lida doméstica. Mesmo na cidade, nenhuma possui carteira assinada – são diaristas –, embora sob relações contratuais, nenhuma delas é formal. Ademais, como moradoras das margens do urbano, desenraizadas socialmente ou filhas desse desenraizamentos (MARTINS, 1997b; FÉLIX, 2008), essas mulheres vivenciam a diversidade desse espaço transitório e precário (ÁGUAS, 2013).

Calama representaria uma comunidade ainda não alcançada completamente pela *frente pioneira* (MARTINS, 1997b), considerando a “ausência” do Estado ou sua presença latente – assim como a do capital. É razoável supor que a presença dos interesses do grande capital na região poderia provocar muitas mudanças, como ocorreu em outras localidades do município, a exemplo das comunidades que sofreram o impacto das Usinas Hidrelétricas construídas ao longo do Rio Madeira. Calama ainda não se mostrou atrativa para o capital e, assim, consegue manter um estilo de vida rural e comunitário. Embora esse cenário possa vir a mudar a partir da construção da Usina Tabajara, no Rio Machado, projeto que inclusive coloca em risco a sustentabilidade econômica da região, tendo em vista que o Rio Machado deságua no Rio Madeira exatamente em Calama. Cenário que, muito provavelmente, acarretará deslocamentos populacionais que acompanham esse tipo de empreendimento (FÉLIX, 2008) e provocará mudanças significativas no contexto socioeconômico local.

Por outro lado, a Zona Leste é o próprio produto da expansão do capital na zona urbana do município, configurando um resultado explícito do avanço das *frentes de expansão*

---

89 Na verdade, sua família não a deixa trabalhar atualmente devido a problemas de saúde.

e *pioneira* na capital. Produto de um desenvolvimento desigual próprio do capitalismo, cuja especificidade é a diversidade de temporalidades, de realidades que se desenvolvem em ritmos distintos – conforme nos traz Martins (1997b, p. 94), *o tempo da reprodução do capital é o tempo da contradição*. Esse desenvolvimento desigual foi estimulado pelo Estado e sua expressão na fronteira é a coexistência de uma *frente de expansão* responsável por abrir o caminho para o capital que se consolida a partir da *frente pioneira*.

A *frente pioneira* seria a ocupação pelos agentes da civilização, agentes do capital que carregam consigo o moderno, o urbano, o racional, entre outras instituições próprias do capitalismo moderno. Com ela, chega também a forte presença do Estado a fim de mediar os conflitos da situação de fronteira e defender os interesses políticos do capital (MARTINS, 1997b). Com a ausência dessas condições em Calama, sugere-se que no distrito ainda não se percebe o avanço da *frente pioneira*. Já na Zona Leste, é possível verificar a presença do Estado atuando nessa mediação, tanto na existência de equipamentos públicos de assistência social, como promovendo a expansão urbana em sua direção através de políticas de habitação.

Embora a Zona Leste não conte com ampla oferta dos serviços do Estado, enquanto região urbana, os moradores possuem maior facilidade de acessar os serviços oferecidos pelo poder público e que estão concentrados no centro da cidade. Há de se destacar que a região concentra a maioria dos equipamentos de serviços de referência em assistência social (CRAS), não obstante sua atuação ainda incipiente enquanto serviço de referência.

Essas questões me conduzem a pensar Porto Velho como um município com múltiplas territorialidades e possibilidades históricas, espaço social da alteridade, da transitoriedade, da articulação com a diferença – um espaço *in-between* (ÁGUAS, 2013). *A fronteira só deixa de existir quando o conflito desaparece, quando os tempos se fundem, quando a alteridade original e mortal dá lugar à alteridade política, quando o **outro** se torna a parte antagônica do **nós*** (MARTINS, 1997b, p. 151; grifo do autor).

O município que surge a partir de um processo de expansão da fronteira territorial e econômica, ainda constitui fronteira geográfica do país, porém, o mais importante para este trabalho é percebê-lo enquanto *fronteira sociológica*, *fronteira que une*, enquanto lugar do conflito, da alteridade, da diversidade, de temporalidades históricas desconstruídas (MARTINS, 1997b; ÁGUAS, 2013). Dessa forma, é possível compreender o local como um espaço de disputas e lutas pelo poder de definir o destino da fronteira, ou ainda, definir as regras do jogo a ser jogado (BOURDIEU, 1989).

### 5.1.1. (RES)SIGNIFICANDO A PERGUNTA DE PARTIDA

Quivy e Campenhoudt (2005) ressaltam a importância de uma pergunta de partida para dar início aos procedimentos investigativos nas Ciências Sociais. De acordo com os autores, é a partir dela que se inicia o desenho da pesquisa. Quando elaborei o projeto para ingressar no doutorado, minha pergunta era uma; após a primeira entrevista em campo, a pergunta modificou-se e, com a banca de qualificação, a pergunta se cristalizou em torno do papel do Estado na trajetória de usuárias do Programa Bolsa Família.

Contudo, a partir do trabalho de campo e do início da análise do material, foi possível perceber que ela poderia tornar-se mais clara e pertinente à medida que eu me familiarizava com o objeto. No ínterim entre a entrada em campo e o início da escrita desta tese, eu fui percebendo que poderia utilizar a categoria de fronteira para compreender a realidade estudada. Antes disso, fronteira não estava entre as categorias elencadas para trabalhar nesta pesquisa. Com o aprofundamento teórico sobre Porto Velho e região, assim como a minha aproximação de uma leitura mais acurada sobre o contexto das mulheres entrevistadas, a “pergunta de partida” foi (res)significada.

A observação dos desencontros temporais, à qual Martins (1997b) se refere, a percepção de que a violência, a precariedade e a transitoriedade (ÁGUAS, 2013) eram o cotidiano dos relatos estudados me conduziram a direcionar meu olhar para a política pública de proteção social básica. Percebendo a garantia dessa política como o mínimo necessário para que esses sujeitos pudessem participar do jogo político, minha pergunta passou a ser sobre como a política de assistência é capaz de se consolidar em um espaço de *fronteira*. Nesse sentido, busquei compreender o contexto de consolidação das práticas democráticas e da política pública de assistência social no município de Porto Velho.

## 5.2. AS POLÍTICAS SOCIAIS EM PORTO VELHO

Conforme vimos anteriormente, o lulismo carimbou um interstício da história política e social brasileira. Embora não seja possível creditar apenas ao governo petista os avanços na política social brasileira – mas a uma conjunção de fatores contextuais que permitiram esse processo –, é inegável que durante o lulismo houve ganhos substanciais na área. A criação da PNAS e a consequente consolidação do SUAS, que já estava prevista na LOAS, é um dos fatores que julgo fundamentais para pensar o passo à frente que fora dado no período lulista.

Entretanto, o que destaco enquanto *fingerprint* desse lulismo que esteve em marcha no país até bem pouco tempo é o fato de que na área social é possível perceber dois movimentos paralelos. Um movimento refere-se à construção de um sistema universal de proteção social em que os atores da sociedade civil estiveram presentes e pautaram a arena política através das Conferências Nacionais e outros fóruns de participação. E nesse ponto faz-se fundamental destacar o papel das mudanças provocadas pela Constituição de 1988, a qual estabeleceu as instâncias participativas e de controle social – resultado do processo de construção democrática da referida Carta e parte do projeto democrático participativo descrito por Dagnino *et al* (2006). O outro movimento é o consenso em torno das políticas que priorizam estratégias de ação focalizadas e cujo sentido aponta para programas de combate à pobreza, a exemplo do Bolsa Família. Enquanto surge uma força por parte dos trabalhadores da assistência social em transformar em política pública um campo permeado pela filantropia (COUTO, 2015), o consenso instituído pelas organizações mundiais atravessa essas lutas e apresenta-se como panaceia para a questão social por excelência (LAUTIER, 2010).

Essa conjunção de movimentos está alinhada com a tese de Singer (2012), segundo a qual percebe o lulismo como um pacto em prol de um reformismo lento e gradual e cujas consequências políticas refletem na transformação de uma polarização entre direita-esquerda para outra, entre ricos e pobres. Essa reforma lenta, *suficientemente fraca para desestimular conflitos* (*idem*, p. 22), está inserida em um contexto nacional e internacional pró-consenso (LAUTIER, 2010; RIZEK e GEORGES, 2018) que orientou as ações do governo brasileiro no âmbito das políticas sociais. Políticas que apresentam princípios



moralizantes e estão engajadas na lógica do mercado, na promoção do cidadão-consumidor (GEORGES *et al*, 2014; COUTO, 2015; GEORGES; SANTOS, 2016).

*Sob o signo da contradição* (SINGER, 2012, p. 9), o lulismo e os governos do PT – incluídos os governos Rousseff (2011-2016) – permitiram um gradual avanço no âmbito da proteção social no país. É razoável sugerir que esse avanço da consolidação da PNAS e do SUAS é muito menos um movimento por parte do Estado do que uma articulação oriunda da participação da sociedade civil no campo político das disputas por classificação, no estabelecimento do oficial. A construção de mecanismos legais que possibilitam a implementação da política pública enquanto garantidora de direitos sociais e de forma universal, como é estabelecido no SUAS, é uma mudança significativa no processo de mudança social.

Em Porto Alegre, Alana Jardim (2017) elabora uma pesquisa sobre o protagonismo popular na proteção social básica, realizando entrevistas e questionários com trabalhadores da assistência e usuários dos CRAS da capital gaúcha. De acordo com a autora, é possível perceber que os equipamentos estão servindo de referência aos territórios e promovendo ações que potencializam estratégias de participação comunitária, embora ainda haja resquícios de uma cultura de subalternidade.

Evidentemente, coexistem com essa cultura de subalternidade as práticas de resistência e essas são ameaçadoras potenciais a essa estrutura de hegemonia. Deprendemos que se trata da mesma contradição inerente à proteção social e às políticas sociais no capitalismo, servindo como instrumentos de apaziguação/conformismo e também, em antítese, como caminhos potentes de emancipação, garantia de direitos e ruptura com esse campo de hegemonia instável (JARDIM, 2017, p. 121).

Silva (2012) também aponta para um horizonte de mudança a partir da implementação da PNAS e do SUAS. Segundo a pesquisadora, ainda está em curso esse processo de mudança que requer um esforço dos trabalhadores da assistência em perceber que as mobilizações e organizações populares devem constituir parte estruturante da política de assistência, possibilitando um rompimento com a tradição conservadora da assistência no país a partir da consolidação da participação popular. A política de assistência ainda é atravessada por contradições que vão desde o conformismo à resistência, no entanto, ela representa uma

ferramenta de possibilidades no caminho em direção à política de proteção social enquanto conquista de cidadania.

Ainda assim, a pesquisa aponta que é bastante pequeno o percentual (4,1%) de municípios que contam com a participação dos usuários no planejamento participativo desenvolvido pela política de assistência local. A implantação do SUAS está ocorrendo paulatinamente, ganhando visibilidade nos municípios brasileiros, no entanto, ainda necessitando encarar algumas questões cruciais, como a perspectiva da assistência atrelada ao viés de benemerência e a escassez de recursos financeiros, humanos e de infraestrutura que impedem a operacionalização da política conforme prevista (COUTO *et al*, 2014).

Em entrevista publicada, respondendo sobre a equalização entre direito social e assistência social, Couto (2015) reitera o papel da participação e pressão populares na consolidação da assistência social enquanto direito. Adiciona (*idem*, p. 30): *“Para que a Assistência Social seja efetivamente um direito social é preciso dar a esse campo uma institucionalidade politizada, com debate sobre acesso, financiamento, enfim todos os elementos da política”*.

Muito embora a participação da sociedade civil na arena política decisória ainda esteja centrada no aspecto do controle social (SILVA, 2012), ela indica uma possibilidade de ruptura do *status quo* ou ainda, conforme Jardim (2017), uma potencial ameaça à estrutura hegemônica. Vale destacar que esse processo é muito recente e ainda passível de ser avaliado, considerando que está em “curso”. Não obstante os últimos acontecimentos políticos que ocorreram ao longo do tempo de execução desta pesquisa possam indicar uma ruptura deste processo. Vale mencionar que, em 2016, Dilma Rousseff (PT) é retirada do poder através de um processo de impeachment e, a partir de uma série de eventos políticos pré e pós esse processo, é possível identificar os indícios de uma dissolução do ordenamento de um novo social que vinha sendo desenhado pelo PT e mais tarde pelo lulismo (RIZEK, GEORGES, 2018).

O SUAS é, pois, uma realidade em movimento com ritmos e alcances heterogêneos. Sua implementação integra um processo dinâmico que se instala nos municípios e estados brasileiros, introduzindo deslocamentos e mudanças significativas nas referências conceituais, na estrutura organizativa e na lógica de gestão e controle público das ações na área (COUTO *et al*, 2014, l. 1706).

Um componente fundamental nesse processo é a gestão compartilhada do SUAS entre os entes federativos. Nesse aspecto, importa salientar que a gestão da política perpassa várias esferas de poder e, com isso, várias instâncias ou campos políticos distintos, cada um com configurações político-sociais específicas, imprimindo uma certa heterogeneidade na implantação do SUAS em todo território nacional. O que pode representar um ponto positivo na conexão entre a política e a realidade local, considerando que é possível realizar a leitura mais apurada das demandas locais e adequar as ações de acordo com as necessidades que se apresentam. Por outro lado, não é possível vislumbrar um padrão de consolidação das políticas a nível nacional.

O eixo estruturante de descentralização político-administrativa e territorialização do SUAS ressitua a concepção de território que se solta das amarras exclusivamente gerenciais ou administrativas de fronteiras de atendimento, sem negar que também existem tais certames organizativos, para incorporar uma perspectiva mais dinâmica de leitura e ação territorializada no âmbito do SUAS (JARDIM, 2017, p. 75).

A territorialização aparece como um componente importante para planejar as ações da política social a partir do conhecimento da realidade local, é necessário que se compreenda o caráter dinâmico do território. Os diagnósticos socioterritoriais servem como base de ação, mas também enquanto instrumento de mobilização e debate com a comunidade (JARDIM, 2017). Considerando esse aspecto da política pública, percebe-se o quanto ela está suscetível às especificidades e vicissitudes locais, em especial no âmbito da gestão.

Rizek e Georges (2018) mencionam as distintas configurações locais e territoriais que a municipalização da implementação de programas como o PBF resultou, considerando as diferenças regionais e suas formas de operacionalizar o programa. Mas não apenas o referido programa foi implantado de forma descentralizada, são as diretrizes da PNAS que orientam essa territorialização da assistência social, cabendo ao Estado coordenar e normatizar, e aos estados e municípios cabe a execução, *respeitando-se as diferenças e as características socioterritoriais locais* (BRASIL, 2005, p. 31).

Neste trabalho, essas questões devem ser consideradas para compreender a PNAS no município de Porto Velho. A heterogeneidade da implantação do SUAS devido à descentralização da política e seu enfoque territorial nos conduz ao entendimento de que esse processo ocorre de forma distinta em todo território brasileiro e sua efetivação vai se pautar

nas especificidades locais e regionais. No caso de Porto Velho, é razoável supor que esse processo está se realizando a passos lentos, conforme fora identificado ao longo da pesquisa.

O município de Porto Velho, por si só, apresenta características socioterritoriais bastante distintas na extensão de todo seu território administrativo. Salienta-se que a execução das políticas segue o escopo de uma administração que tem sob sua tutela um território de 34 mil km<sup>2</sup> de área em extensão, contemplando doze distritos, incluído o distrito-sede. Ao longo da pesquisa, percebe-se que os administradores distritais não possuem autonomia orçamentária e executiva. A fala de Abelha elucidada bem a situação dos distritos que estão distantes da cidade:

**Pesquisadora** – Como que tá sendo pra ti, essa experiência de administração? Qual é a tua função enquanto administrador?

**Abelha** – *Ah você não faz nada né. Você só faz o que eles pedirem [se referindo à Prefeitura], tudo que tiver de vir.*

**Pesquisadora** – O que tem de verba pros distritos?

**Abelha** – *Não tem verba.*

**Pesquisadora** – Não tem nada?!

**Abelha** – *Não tem verba, não tem recurso nenhum pra distrito.*

**Pesquisadora** – Mas não tem nenhuma rubrica pra você?

**Abelha** – *Não, tenho nada, nada. Se na saúde quiserem fazer alguma coisa faz, senão, não. Na educação a mesma coisa. [...] aqui é só um cargo de confiança.*

**Pesquisadora** – E como é que tu enxerga isso?

**Abelha** – *É difícil né, porque você não pode fazer nada. [...] E tudo é muito político né, Barby. Tudo é muito político e as pessoas, até mesmo político, não enxerga Calama como um bom reduto não! É muito fatiado. Pra você ter uma ideia, só pra deputado estadual foram 63 nomes dentro de Calama, 63! Não tem nenhuma representatividade não. Não teve nenhum deputado que levou duzentos, trezentos votos daqui.*

O relato de Abelha evidencia a forma como o município gerencia a política nos seus distritos. E vale destacar que são distritos que possuem especificidades socioterritoriais distintas, Calama, por exemplo, é um distrito distante da cidade e cujo acesso necessariamente deve ser feito via fluvial. A existência de Calama, assim como São Carlos, Nazaré e

Demarcação, todos distritos ribeirinhos, já indica que o município necessita de um olhar diferenciado para esses territórios. Na execução das políticas de proteção social básica, seria necessária a figura de um CRAS Itinerante, o que não ocorre. Um equipamento fundamental para atuar como referência nos serviços socioassistenciais com o objetivo de contribuir com a qualidade de vida das famílias que estão localizadas em seu território de abrangência, assim como a prevenção e redução da ocorrência de *situações de vulnerabilidade social*, além de promover o acesso a serviços socioassistenciais e setoriais (BRASIL, 2009a)

O fato é que, tanto para Calama quanto para os outros distritos (exceção de Jaci-Paraná), existe a figura da Equipe Volante. Essa equipe não é formada especialmente para atender os distritos e as localidades próximas aos mesmos, pelo menos em Porto Velho. De acordo com a Gerente Municipal dos CRAS, essa equipe é programada para realizar suas saídas duas vezes por mês, para realizar o atendimento a toda demanda e é composta por técnicos que atuam em um CRAS na Zona Leste. Ou seja, não há uma equipe formada exclusivamente para atender a esses territórios e o tempo destinado para atender a grande extensão territorial do município resta prejudicado. Dessa forma, é difícil supor que haja efetividade no trabalho que deve ser realizado nessas localidades distantes da cidade, como Calama.

Na Zona Leste, por sua vez, apesar de concentrar três unidades de CRAS na região, ficou evidente que os serviços realizados pelos equipamentos não atravessam a vida das entrevistadas. Suas experiências com o CRAS se restringem a idas ao equipamento apenas para atualizar cadastro no PBF, algo que inclusive algumas optam por fazê-lo na Central do CadÚnico, onde há maior número de atendentes.

**Lisane** – *Eu não tinha cadastro lá por causa que, como eu sou casada com meu esposo no papel, então os meus documentos ainda não tá com o sobrenome de casada. Aí... que eles exigiram que tem que ter né. E eu não consegui lá [referindo-se ao CRAS]. Aí eu falei assim: “rapaz eu vou lá central”! Aí eu fui lá no Bairro São Cristovão né.*

**Pesquisadora** – Que agora tá na Quintino Bocaiuva.

**Lisane** – *Isso. Aí fui lá e consegui por lá. Porque eu não ia conseguir pelo CRAS, mas por lá eu consegui.*

**Floriana** – *Eu nunca fui lá [perguntada se já havia procurado a Praça CEU] pra resolver alguma coisa assim... nunca fui não. Só fui aqui no CRAS aqui pertinho, no Betinho né.*

**Pesquisadora** – É, e aí no CRAS a senhora só vai mesmo pra ...?

**Floriana** – *Bolsa família.*

**Rosemary** – *É assim, eu só procuro o CRAS quando eu vejo ... quando é coisa ... sobre o benefício mesmo.*

Portanto, não existe por parte das entrevistadas nenhuma proximidade com a equipe técnica do CRAS ou mesmo demonstra ter consciência de que existem outros serviços ofertados pelo equipamento além do atendimento para o recadastramento/atualização do cadastro do PBF. O contexto das entrevistadas da Zona Leste é semelhante ao que se verifica em Calama: há a figura do atendente do PBF, aquele que atua na atualização cadastral das famílias –, mas não há uma equipe técnica de referência, não há no CRAS ou mesmo na Equipe Volante uma referência para quem se deve *demandar*. Como presumir que essas pessoas possam efetivamente participar politicamente da construção e manutenção da política pública? Como as usuárias podem perceber a proteção social enquanto direito social se não há uma institucionalidade politizada, como nos sugere Couto (2015)?

Os CRAS que deveriam ser equipamentos articuladores das políticas de proteção básica, promovendo acesso à informação e encaminhamento dos usuários para a rede socioassistencial, não estão desempenhando esse papel em Porto Velho. A partir da fala das usuárias do PBF, o que se percebeu é que o CRAS não é percebido como referência em proteção básica e preventiva, ele somente é procurado quando se faz necessária a atualização cadastral do Bolsa Família. Sendo assim, ele configura um *bureau* estatal que é acessado apenas para cumprimento das exigências impostas pelo Programa.

Em uma pesquisa sobre os CRAS e CREAS em São Paulo e Minas Gerais, Couto *et al* (2014) relatam que os CRAS são tomados pelo excesso de trabalho burocrático, e isso diminui o tempo e os recursos para o trabalho socioeducativo e mobilizador. Além disso, esses equipamentos apresentam uma precariedade do quadro profissional, baixos salários e alta rotatividade.

O que se observou pela pesquisa é que estando o CRAS em estágio inicial, a sua operação revela sistemas de gestão e metodológicos heterogêneos e em estágios diferenciados de transição. Encontram-se unidades mais mobilizadas para a adoção de trabalho social inovador, com ensaios e tentativas de construção de abordagens

que levam à reflexão crítica e análise das situações enfrentadas pelos indivíduos, famílias, grupos e territórios, e consequente elaboração de projetos coletivos de enfrentamento. Por outro lado, têm-se unidades mais desprovidas dessas iniciativas, mergulhadas em rotinas reiterativas e burocráticas, que não investem na mudança capaz de estimular rupturas gradativas com práticas conservadoras e tradicionais (COUTO *et al*, 2014, l. 3000).

No caso de Porto Velho, um argumento presente na gestão da política é exatamente o quadro insuficiente de profissionais para realizar os atendimentos e serviços previstos nos CRAS ou mesmo para a manutenção de uma Equipe Volante para atender os distritos de difícil acesso. Em entrevista com a Gerente dos CRAS em Porto Velho, é relatada uma situação muito próxima ao que Couto *et al* (2014) descrevem sobre unidades imersas em rotinas burocráticas e com escassez de equipe para atender a demanda local.

**Pesquisadora** – Nos CRAS, o que tem hoje o município? O que ele tá ofertando hoje? O que tem e o que tá no CRAS?

**Gerente** – *Ele oferta esses serviços que eu falei [90]. Ele oferece serviço técnico e nós temos a equipe técnica que é composta pela assistente social e pela psicóloga, esses são os serviços técnicos. Nesse serviço técnico, nós temos o Paif, que é o programa...serviço de atenção integral a família, antes era programa agora é serviço. Tem que ficar se policiando senão acaba falando errado. E, assim, o que essa equipe técnica faz? A gente não atende só a comunidade em si, nem os grupos e nem o Paif como deveria. A gente atende também Conselho Tutelar, Ministério Público, o Juizado, Promotoria e 'n' situações. E, assim, a equipe técnica trabalha... a que temos, a básica, que é a prevenção. E depois a especial que é depois dos direitos violados. Então a equipe técnica trabalha nessa prevenção antes dos direitos serem violados, antes, no fortalecimento de vínculo e famílias que estão em vulnerabilidade social.*

**Pesquisadora** – Existe algum tipo de acompanhamento que a equipe técnica faz com os beneficiários [referindo-me aos usuários do PBF]?

**Gerente** – *Ó, existe. Porém, atualmente, esse serviço não tá cem por cento ativo porque falta recursos humanos. E nós precisamos de uma equipe que dê reforço pra essa situação que são a condicionalidade que é saúde, educação e assistência. Então assim, quando a família entra numa condicionalidade a central manda a condicionalidade pros CRAS e os CRAS fazem a visita, faz o acompanhamento dessas famílias, incluem elas no Paif e fica ali monitorando.*

---

90 Quando apresenta seu papel enquanto Gerente, ela menciona alguns serviços dos CRAS: “[...] na assistência social os CRAS, eles são o centro de referência da assistência social. Eles funcionam assim... na prática, como que eu vejo que funciona os CRAS né que sou muito prática. A prática eu vejo assim, ele é o serviço ofertado lá na comunidade. É tanto que os CRAS eles ficam nos bairros mais distantes, naqueles que têm maior número de vulnerabilidade social. É um acesso perto da comunidade pra que não centralize tudo, pra que as famílias não se desloquem não tenham esse trabalho. Nos CRAS nós temos os serviços de convivência, nós temos os grupos, nós temos atendimento psicossocial que é com a psicóloga, assistente social... Nos CRAS também nós fazemos cadastro único. Nós temos a central, mas cada CRAS tem os seus cadastradores justamente pra aquelas famílias que não têm condições de se deslocar até a central - a gente sabe que não é todo mundo que tem dinheiro todo dia pra pagar passagem de ônibus pra vim e ir”.

Além disso, a Equipe Volante que atua no município, além de não compor uma equipe exclusiva para o serviço, está sobrecarregada com demandas externas – o que, de acordo com a Gerente, compromete o acompanhamento no âmbito da proteção social básica *de famílias que estão em vulnerabilidade social*.

**Pesquisadora** – Hoje o que um usuário pode esperar de uma Equipe Volante? Quais são os problemas ou quais são as questões que são resolvidas ou tratadas quando a Equipe Volante acompanha, faz essas idas?

**Gerente** – *Ó, o Volante na prática ele tá indo... não deveria, mas ele tá indo mais pra atender demandas judiciais, porque nós temos muitas demandas judiciais. Então assim, o Volante hoje específico ele tá indo mais pra atender essas demandas porque nós temos prazo e tem que responder. Mas, com a chegada dos nossos carros e com, se possível, que a gente já tá vendo se consegue contratar a equipe Volante, aí nós vamos poder trabalhar mais os nossos acompanhamentos em si. Mas agora a Equipe Volante tá descendo muito pra atender demanda judiciária.*

Nesse sentido, o que se percebe é uma política de proteção social básica ainda rarefeita, tanto na zona urbana quanto ribeirinha. Embora se perceba a capilaridade da política de saúde, em Calama, são patentes as dificuldades na manutenção da oferta de serviços médicos. A UBS no distrito cumpre o papel do atendimento básico em saúde e a existência de uma ambulância fluvial permite que casos mais graves sejam levados para Humaitá-AM e, de lá, possam ser encaminhados para Porto Velho de forma mais rápida<sup>91</sup>, se for necessário.

Na Zona Leste, conforme dito anteriormente, as mulheres e suas famílias não demonstram muitas dificuldades de acessar a política de saúde. Todavia, há de ser registrado o fato de que muitas das entrevistadas relataram não se limitar aos serviços públicos de saúde, em particular, quando precisam de atendimento especializado. Não obstante o relato de mais de uma mulher mencionando o uso de atendimento especializado em unidades de saúde públicas, como **Bartira**, que iniciou acompanhamento psicológico no CAPS e também menciona tratamento no CERO, e **Potira**, cuja neta faz acompanhamento médico no CERO e no CEM.

Sobre a busca de alternativas ao atendimento público em saúde, é interessante observar a presença das ofertas de serviços da iniciativa privada a um custo popular, ou

91 A distância entre Humaitá-AM e Porto Velho é em torno de 200 km através da BR-319. O trajeto de voadeira a Humaitá e depois via rodovia para Porto Velho ocorre em menos de 5 h, algo inimaginável via fluvial de Calama à cidade.



mesmo simbólico. Nesse aspecto, vale destacar a presença de instituições filantrópicas atuando na área da saúde, além da área social – vide caso da Associação São Tiago Maior, que mantinha um ambulatório atuante com recursos humanos fornecidos pela Prefeitura e, atualmente, apenas oferece serviços esporádicos, com profissionais atuando de forma voluntária. Georges e Santos (2016), referindo-se ao contexto da saúde na periferia da cidade de São Paulo, mencionam sobre as privatizações cruzadas, com organizações sociais atuando em diferentes frentes – cultural, social e na saúde – e estabelecendo as diretrizes dos serviços, inclusive conforme sua orientação religiosa. Tanto na zona urbana de Porto Velho quanto em Calama, não se presenciavam organizações sociais ocupando o espaço do poder público na oferta dos serviços básicos de saúde, apesar de elas estarem presentes na oferta de atendimento especializado – como o Centro de Extensão da FIMCA na Zona Leste.

Por outro lado, no que tange à garantia de direitos sociais na dimensão assistencial, é evidenciado através dos relatos que a atuação do Estado faz-se precária. O que a pesquisa demonstrou foi a forte atuação do Judiciário na ausência do Estado enquanto poder executor das políticas públicas. Ou seja, o poder público surge quando é demandado e, muitas vezes, isso ocorre após a violação de direitos ou a ameaça à violação. Um desses indícios é apontado pela fala das mulheres de Calama que percebem a operação da Justiça Rápida Itinerante do Tribunal de Justiça de Rondônia assim como a dos Juizados Especiais Federais Itinerantes da Justiça Federal da 1ª Região (JEFIT) enquanto um serviço essencial para que acessem seus direitos – benefícios previdenciários, trabalhistas, entre outros. O Judiciário aparece aqui enquanto o último guardião da cidadania para esses moradores – é a judicialização dos direitos sociais, isto é, o Poder Judiciário atuando como garantidor dos direitos.

A presença do equipamento judiciário em um ou dois momentos ao longo do ano parece ainda insuficiente para a demanda da presença do Estado na comunidade. No entanto, foi possível perceber que sua atuação é de fundamental importância aos moradores – em especial, às mulheres-mães-donas-de-casa entrevistadas. Uma das questões apontadas ao longo das entrevistas foi o fato de que as operações do Judiciário são fundamentais para as entrevistadas requererem salário-maternidade ou mesmo para exigir a responsabilidade parental dos pais através dos processos de pensão alimentícia.

**Pesquisadora** – Que esse é da Justiça Federal, né, que eu até trouxe... [Referindo-me a um *folder* explicativo sobre os serviços do Barco da Justiça que estava programado para ir a Calama ainda naquele mês]

**Kauane** – *É, só pra resolver negócios da justiça. Vou até fazer o auxílio-maternidade [salário-maternidade] dela.*

**Maiara** – *Eu era casada sim com o pai deles. Mas só que aí, né, teve uma época que veio uns pessoal do Conselho, né. Eles custaram estudar que ele [o pai das crianças] não queria tirar o registro dos meninos, né.*

**Pesquisadora** – Não queria tirar o registro?

**Maiara** – *Não queria registrar os meninos! Ele sumia toda vez que o pessoal do Conselho chegava aqui, ele sumia, né. Ai ele ... esqueci o nome da mulher do Conselho [...] ela todo ano ela ia lá em casa atrás dele todo ano. Parecia que ele percebia, né, todo ano em mês de novembro eles vinha, né, pra cá, pro rumo da Amazonas, pro rumo das pescarias, pro rumo da Amazonas, todo ano, todo ano ele fazia isso. Ai quando foi uma época eles vieram eu fiquei com raiva, né, ai conversei com o juiz, né. Ai ele foi [referindo-se ao juiz] e aceitou registrar os meus filhos como mãe solteira até eles tirar o registro. Até hoje ele não retirou o registro dos meninos.*

**Kauane** assume que aproveitaria a chegada do Barco da Justiça Federal para solicitar o pedido de salário-maternidade de sua menina de um ano de idade, considerando que há equipes do INSS que normalmente acompanham a Operação JEFIT. O relato de **Maiara** nos traz a presença do Judiciário no processo de registro dos filhos, assim como a figura do Conselho Tutelar que, através de suas cobranças, impulsionou **Maiara** a efetivar o registro de seus filhos – algo não realizado pelo pai à época do nascimento de seus filhos e tampouco reconhecido mais tarde.

E não apenas em Calama é possível perceber um processo de judicialização dos direitos. Entre as entrevistadas da Zona Leste foi possível perceber a forte presença de relatos que indicam a necessidade de recorrer ao Poder Judiciário para assegurar determinados direitos. Quando perguntadas sobre a necessidade de se deslocar até o centro da cidade, frequente foram as respostas que diziam que apenas precisavam ir até o centro para resolver alguma pendência no sistema judiciário – para se atualizarem sobre o andamento de processos, assim como reivindicarem seus direitos através da Defensoria Pública. Ademais, na cidade foi possível perceber a presença mais forte de menção ao Judiciário para se referirem a processos de violência doméstica ou abuso sexual – algo não percebido nas entrevistas em Calama. Nesse sentido, constatou-se um empoderamento maior das mulheres na cidade, no

que se refere a violação de seus direitos e a de seus filhos – através da busca pela garantia de justiça.

**Pesquisadora** – Ele reconheceu ela?

**Rosemary** – *Aham, reconheceu ela. Aí depois ele ficou desempregado. Não. Foi mandado embora, ele que pediu pra sair; pediu as contas. Saiu da empresa e depois ele não quis me ajudar mais, não me ajudava mais. Foi quando tava rolando já o processo, da justiça com ele e tal.*

**Pesquisadora** – Então tu chegou a botar né?

**Rosemary** – *Aham, aí ele ainda acabou indo preso né. Aí foi que eu fiz um acordo com a mãe dele porque eu sou muito apegada a mãe dele também. Porque assim, no momento que eu engravidei da minha filha, ela foi a que me acolheu, né, minha mãe não quis saber de mim.*

**Elisete** – *Assim, só quando eu dou uma pressãozinha [sobre a presença do pai de seu filho], mas presente assim, não, não é presente não. Mas assim, eu já coloquei em justiça, pra pagar pensão alimentícia e tudo. Paga uma vez, dois anos sem, tipo assim, não é um pai presente. Só se eu ligar e falar assim “oh to precisando disso” aí “ah vou ver se arrumo[resposta dele]”.*

**Violeta** – *Já tá com três meses que ele paga não, a pensão. [...] aí eu tô esses três meses esperando na justiça. Aí eu ligo lá [Defensoria] eles falam assim: “só vir aqui”. Aí quando eu consigo um dinheiro extra que eu vejo que não vai fazer tanta falta, aí eu vou lá e chego lá e eles falam assim: “tu vai ter que esperar tal dia”. Tipo, isso pra mim já é um prejuízo, pra mim ir lá de novo*

O relato de **Violeta** é emblemático para evidenciar o seu empoderamento como cidadã que percebe seus direitos violados e vai em busca do Poder Judiciário. Neste trecho, ela relata a situação de abuso sexual que sofreu do próprio pai quando perguntada se mantém contato com ele, considerando que havia dito que os pais eram separados.

**Violeta** – *Não, perdi. A gente ... ele tentou mexer comigo. Tipo, saí da escola, a minha mãe trabalhava, a minha irmã mais velha tava no trabalho do estágio, aí tava só eu em casa. Porque era assim, eu ficava de manhã em casa, de tarde, ia pra escola. Aí ele tentou mexer comigo.*

**Pesquisadora** – Te abusou?

**Violeta** – *Ele tentou meter a mão dentro da minha roupa, aí eu falei pra se afastar de mim, briguei. Aí ele se afastou e foi lá pra frente. Aí, quando eu vi que ele tava*

*longe, eu pulei o muro e fui pra casa da minha amiga, aí de lá liguei pra minha irmã mais velha e contei o que tinha acontecido. Eu não queria ligar pra minha mãe porque ela tava no trabalho, e eu sei com a minha mãe é, ela, tipo, já tem problema de pressão. [...] mas tipo teve processo, teve tudo, teve sentença. [...] foi tudo certinho, só que parece que não saiu a sentença. Eu fui lá esse ano ainda, parece que não saiu a sentença porque ele não compareceu à audiência, aí não terminou o processo, ficou aquele negócio parado. Se não ficar indo atrás é arquivado. **Eu acho isso um absurdo!** [grifo meu]*

**Pesquisadora** – E foi por isso que teu pai e tua mãe se separaram?

**Violeta** – *Foi. Aí o meu pai foi pro Pará, tipo ele foi embora, mas a família dele tá aqui, aí ele tá no Pará. A família dele ninguém acreditou, ninguém acreditou.*

Embora **Violeta** diga que a família de seu pai não acreditou que tal situação havia acontecido, ela relata que a mãe e a irmã acreditaram nela e foi por isso que seus pais se divorciaram. E, ao que parece, ela continua comparecendo nas repartições públicas do Judiciário para se manter informada sobre seus processos, tanto em relação ao pai quanto em relação à pensão da filha. Esse empoderamento e o conhecimento de seus direitos também são utilizados como estratégia antes de recorrer ao Estado. Vide fala de **Deise**, em que deixa claro que, se o pai de seu filho não o reconhecesse, ela não hesitaria em pleitear isso na Justiça – demonstrando conhecer seus direitos e de seus filhos.

**Deise** – *Não. Ele registrou! Porque agora tem que fazer. Se a pessoa... se eu sei que a pessoa é pai e se eu ir na justiça e pedir, eles fazem. Aí ele é obrigado a fazer: [...] Aí ele não quis esperar a justiça bater na porta da casa dele (risos).*

O caminho da Justiça também reflete nos serviços da assistência. Conforme mencionado anteriormente, a Gerente dos CRAS salienta que as solicitações do Poder Judiciário são responsáveis pela maior parte do trabalho da equipe técnica. Segundo ela, em razão do pequeno número de profissionais, resta prejudicado o trabalho dos equipamentos e, por conseguinte, a oferta dos serviços básicos de proteção social. O que pôde ser evidenciado como um problema a ser enfrentado pelo setor da assistência no município na IX Conferência Municipal da Assistência Social de Porto Velho. Na ocasião da Conferência realizada no ano de 2019, um dos pontos mais discutidos naquele encontro foi a judicialização da assistência social. Ou seja, o fato de que a política de assistência social no município está sendo implementada/demandada através do Poder Judiciário. Em análise conjunta dos participantes

do evento, todos trabalhadores da área e pessoas da sociedade civil, ficou clara a insuficiência do município em garantir os direitos sociais no âmbito da assistência.

Muito embora no plano jurídico-formal haja um avanço na consolidação da assistência social como política pública, ela não se efetivou de forma homogênea em todo o país, ganhando contornos distintos conforme os municípios, os estados e os territórios considerados vulneráveis. No município de Porto Velho, considerando os aspectos abordados nesta pesquisa, foi possível perceber que a política de assistência ainda está sendo desenhada. Ademais, alguns obstáculos se apresentam frente a isso, como a ausência de investimento na contratação de profissionais que possam suprir a demanda do município e de planejamento da execução conforme a realidade socioterritorial.

Porto Velho, como um município de grande extensão territorial e, com isso, de grande diversidade de carências, ainda não logrou êxito em implantar certos serviços que são essenciais para as especificidades locais e estão previstos nas normas da assistência, como o CRAS Itinerante (BRASIL, 2009a; 2009b). Mesmo lançando mão da figura da Equipe Volante, vale destacar que a equipe de profissionais para atuar nesse serviço não está apropriada da realidade ribeirinha na medida que são técnicos lotados em CRAS na zona urbana e que apenas duas vezes ao mês elaboram visitas aos distritos.

Não é demais lembrar que são onze distritos e cada um com suas especificidades – uma equipe para atender esse número de lugares em dois momentos por mês, que exige maior tempo para deslocamento, significa que os distritos ficam descobertos de atendimento por períodos maiores que trinta dias. O cenário da assistência em todo o município denuncia uma lacuna da presença do Estado na garantia de direitos sociais básicos, como acesso à proteção social. O Programa Bolsa Família, como ação de governo, foi calcado na ideia de combater a pobreza, mas, além disso, garantir acesso a essas famílias pobres a outros direitos sociais básicos – entre eles, saúde, educação e proteção social básica. Esta última ganha materialidade através da construção da PNAS, da implantação do SUAS e da criação dos CRAS que, além de executar os serviços ofertados ao nível de proteção social básica, deve atuar na mediação entre os sujeitos e o Estado – promovendo acesso à informação e orientação no que se refere ao acesso aos direitos de cidadania (BRASIL, 2005).

As associações, os projetos sociais e as instituições religiosas não são atores novos na história brasileira da assistência social, eles sempre estiveram atuando nesse setor e imprimiram o caráter filantrópico e caritativo, da benesse (COUTO, 2015; GEORGES e

SANTOS, 2015). Os pobres eram vistos como destinatários da bondade desses atores sociais, entretanto, a partir da Constituição de 1988, a assistência ganha os contornos de um direito social do cidadão, assim como a saúde, a educação, o trabalho, entre outros. Nesse sentido, faz-se de suma importância a presença ativa do Estado nessas dimensões da vida social, mas não o Estado demandado pelo braço da Justiça, mas aquele que garante os direitos e o acesso a eles, inclusive promovendo espaços de participação e controle social.

Estudos como o de Jardim (2017), que evidenciam os equipamentos de assistência construídos nos últimos anos como potencializadores da participação comunitária na consolidação do SUAS, não são os mais comuns, ainda é preciso investigar muito sobre isso, e a obra organizada por COUTO *et al* (2014) demonstra o quanto ainda se está a passos curtos nessa direção. E, quando tornamos os olhos ao contexto porto-velhense, percebe-se que o município ainda está muito aquém do ideal, mas também muito aquém do que a realidade de muitos lugares no Brasil.

### 5.3. STATUS DE CIDADANIA NA FRONTEIRA

[...] fui lá até com uma moça de lá do INSS, me viu lá e me chamou pra ficar sentada numa mesa e perguntou o que eu queria, aí eu mostrei o laudo do João pra ela. Ah, que o agendamento não tinha agora, já tava tudo cheio, só tinha de sete e meia e daqui a três meses, se tinha como eu ir lá [reportando a fala da atendente], eu disse: “agenda aí, pode agendar que eu vou dar um jeito de vim” [resposta à atendente]. Quando eu fui, já não era mais naquele mês, era já não sei quantos meses! Misericórdia! E aí eu disse, “quer saber vou deixar isso de mão!”. Acho que era mês, se eu não engano, outubro. Quando foi mês de novembro, o pessoal da justiça [...] Eles iam vim, mas só que não era, a rápida, que eles falam - a estadual - ia vim a federal. Aí eu não entendia muito bem, né, disse “eu vou lá”, digo “vou encarar”. Chegaram o pessoal da justiça, [...] quando chegou na minha vez tava uma promotora, defensora, um juiz e uma senhora representando o INSS. Aí perguntaram o quê que eu vim fazer e ainda bem que eu levei ele [se referindo ao filho deficiente]! Ele ficou numa cadeira, ficou assim ó, brincando com o dedinho dele. Meu filho, tu senta aqui, tá [reportando sua fala ao filho], digo não vai sair daí, tu fica com a tua perninha assim, porque os [não seguiu a frase]. Eles fazem o atendimento no barco, aí fica muita gente, né, nesse dia tava assim de gente [indicando muitas pessoas para serem atendidas no Barco da Justiça]. Eu digo, seja o que Deus quiser, aí o juiz: do que se trata? Eu dei o laudo pra ele, ele olhou pra ele [para João], Cadê ele? [o juiz pergunta a ela] Eu digo, é aquele ali ó, quando eu aponteí. Eu disse: seu juiz, eu já fui no INSS, deixa eu ver, umas três vezes, e eles sempre dão um jeito de mandar embora. Dá um jeito de “o agendamento tá cheio”; “só é lá pra aquele mês”... Aí sabe, eu fiquei triste porque uma coisa, **um direito que**

**eu, eu acho, né**, que meu filho vai ter, e as pessoas não tão levando em conta, do órgão que é o INSS, um órgão muito, eu digo muito competente; Né?! Um órgão que eu vejo assim, que é bem competente, mas assim, deixou a desejar pra mim, minha pessoa. Porque o meu filho é aquele lá, aí ele ficou olhando assim (o juiz né).. aí a senhora do INSS disse: Eu agradeço por você ter essa imagem nossa. Aí a moça lá procurou por aí no computador. Tá aqui, ó, ela foi mesmo três vezes, nas três vezes, eles recusaram [reportando a fala da atendente no Barco] Ainda bem, que eu tinha ido, né?! [...] aí não precisou de testemunha porque muitos lá precisava apresentar testemunha. Passou direto, chamou o João, pegou na mão dele e ele sempre assim ó de cabeça baixa [se referindo ao filho]. Ele é calmo, até demais. Aí eu olhei lá aquele papel, eu digo “seu juiz, o meu filho tá aposentado?” Ele disse: Ele já tá, ele já vai receber um benefício. Ele disse: a senhora não precisa mais de ir no INSS, ele já vai receber o dinheirinho dele. E aí ele recebeu direitinho. (**Nadi**, grifo meu)

A fala é de **Nadi**, moradora de Calama, com dois filhos deficientes, relatando a sua saga em busca de BPC para o seu filho. Esse trecho nos diz muito sobre o cotidiano dos ribeirinhos quando necessitam de algum serviço público e, para isso, necessitam se deslocar até a cidade de Porto Velho e ainda deparar-se com cancelamentos e (re)agendamentos de atendimentos. Destaquei parte desse relato para evidenciar algumas questões bastante pertinentes para pensarmos a dificuldade de acesso aos direitos sociais que moradores de algumas regiões de Porto Velho possuem.

**Nadi** não consegue ser assertiva quando se refere ao BPC do seu filho como direito, busca em mim, sua interlocutora, a confirmação para sua suposição. Espera em mim a confirmação de que está adotando a postura correta em reivindicar o direito do seu filho. **Nadi** é um exemplo de cidadã a cujo direito só acessou através da atuação do Judiciário. Ela não precisou judicializar o direito propriamente dito, mas só o acessou quando a Operação de Justiça Rápida Itinerante do JEFIT se deslocou até Calama em parceria com servidores do INSS e, na presença de oficiais do Direito, o INSS concedeu o BPC ao seu filho. Antes disso, ela precisou de deslocar mais de uma vez para Porto Velho – viagem que é dispendiosa – e se deparou com a negligência do Estado, ou talvez, com os mecanismos de uma tecnologia de governo moralizante. Afinal, suas três viagens de ida à agência do INSS em Porto Velho representam para ela, e para os atendentes, uma ação “digna de quem merece” acessar o direito.

Nesse caso relatado, o direito foi concedido em um ato travestido sob o véu da benemerência e do favor político, atravessando as relações estabelecidas entre a sociedade civil e o Estado, apontando para a reprodução de ações clientelistas – no caso, entre o

Judiciário, na pessoa do juiz mencionado, e a entrevistada, considerando que **Nadi** se percebe favorecida em ter tido seu benefício concedido sem a necessidade da testemunha.

É na esteira deste exemplo que pretendo demonstrar que o fazer político em Porto Velho ainda é permeado fortemente por mecanismos antiquados de relação entre o poder e o povo, conforme nos alerta Martins (2011b). A fronteira, enquanto um campo de disputas pelo poder de estabelecer os rumos locais, se constitui em um terreno fértil para a manutenção de relações arcaicas de poder. Onde o poder pessoal mantém uma importância simbólica, considerando a indulgência do Estado, a fronteira abre espaço para o surgimento de atores que ganham destaque nesse cenário, como lideranças comunitárias e/ou religiosas, organizações da sociedade civil e/ou Igrejas.

É na tecitura desenhada pela dinâmica das relações desses sujeitos e das instituições que estão presentes nessa configuração que se deve pensar que cidadania está sendo construída ao longo dos anos em Porto Velho. Vale destacar que a recente Constituição data da década de 1980, mesmo período em que o estado de Rondônia se constitui uma unidade da federação e deixa de ser um Território Federal. A formação de Rondônia e de Porto Velho enquanto capital de um estado da federação são processos tão recentes quanto a garantia de um Estado Democrático de Direito em nosso país. Soma-se a isso o fato de que o estado se forma a partir de uma política de Estado capitaneada por um regime autoritário e é elevado à condição UF a partir de interesses políticos do próprio regime.

E considerando a análise de Velho (2009), embora não se deva confundir o capitalismo autoritário com o regime autoritário, para o autor o regime político autoritário pode se apresentar necessário em alguns momentos do processo para o desenvolvimento do capitalismo autoritário. E a expansão econômica em direção à fronteira oeste brasileira, para a região de Rondônia em especial, é definitivamente a representação de um caso em que o regime político facilitou a expansão do capitalismo brasileiro.

De acordo com Viana (2019), os militares apoiaram a criação do novo estado visando à consolidação de uma maioria parlamentar no Senado Federal, considerando o enfraquecimento da base do governo no Senado e a crise do regime. Com a criação de Rondônia, o partido governista elegeria os três senadores em Rondônia em 1982, dado o prestígio político do governador Jorge Teixeira – indicado pelo regime para governar o então recém-criado estado de Rondônia (VIANA, 2019). Esse cenário político evidencia a força que o Regime Militar exerceu politicamente em Rondônia e, em especial, Porto Velho. Isso



porque, até o momento de criação do estado de Rondônia, existia uma elite política cujas bases estão situadas na região de Porto Velho e Guajará Mirim – frentes de expansão mais antigas – e, com a criação do estado, ocorre um deslocamento do poder que passa para uma nova classe politicamente dominante que surge a partir do eixo da BR 364 – cidades que resultaram dos processos migratórios impulsionados ao longo da década de 1970 (VIANA, 2019).

É possível perceber nesse processo que a elite política com base na região de Porto Velho era uma elite que estava alinhada ao governo militar e, sendo assim, alinhada ao regime autoritário. Nesse sentido, é razoável supor que a abertura democrática no município de Porto Velho encontrou entraves reais para sua consolidação de fato. Ademais, enquanto o processo de abertura democrática se inicia em fins da década de 1970 e início de 1980, Porto Velho e Rondônia ainda vivenciam forte influência de uma elite política que apoiava o regime. Assim, é possível sugerir que existe um “*delay*” razoável entre a realidade local e regional e a realidade nacional do processo de consolidação democrática. Mas é importante salientar que não estou sugerindo uma perspectiva evolucionista dessa consolidação democrática e, por isso, assinalo a expressão “*delay*”.

Destaco o cenário em que elites locais estão aliadas a um governo autoritário para supor que a democracia e as lutas que a acompanham, os conflitos de caráter democrático, encontraram grandes entraves para se estabelecer. Conforme dito anteriormente, se pensarmos Porto Velho enquanto fronteira e se considerarmos o mito de origem que envolveu a ideologia que promoveu as frentes de expansão e pioneira para Rondônia (VELHO, 2009), é esperado um contexto permeado pelo código moral da *casa*, em oposição ao código moral da *rua*, do individualismo e da impessoalidade (DAMATTA, 1997).

Considerando os aspectos políticos mencionados, é compreensível o destaque da atuação da Igreja Católica nesse cenário, haja vista os intensos conflitos agrários que ocorrem também nesse período, assim como os processos migratórios que mobilizaram a Igreja na defesa dos trabalhadores rurais sem-terra. As condições que se estabeleceram no estado de Rondônia a partir da década de 1970 com os projetos de colonização dirigida promovidos pelo Estado brasileiro provocaram mobilizações que contaram com forte apoio do trabalho pastoral da Igreja Católica (MARTINS, 2011b).

Aqui cabe destacar a discussão de Martins (2011b) sobre a ação pastoral da Igreja Católica e sua orientação conservadora, observação também realizada por Velho (2009) ao

apontar que o interesse da Igreja é paternalista e autoritário. Para Martins (2011b), a Igreja nunca deixou de ter uma orientação conservadora, embora tenha possibilitado um fazer histórico e político de práticas modernizadoras – salienta que o ideário conservador cuja perspectiva privilegia o modo de vida comunitário rural, o que permite compreender as ações da Igreja em diferentes momentos históricos no Brasil, desde seu apoio ao Golpe de 1964 até seu trabalho de base que possibilitou a criação do PT<sup>92</sup>.

Quando Martins (2011b, p. 154) menciona práticas modernizadoras, ele está se referindo à atuação da pastoral da Igreja junto ao movimentos de camponeses, índios e trabalhadores rurais sem-terra – um intenso trabalho de base que *se orientava no sentido da constituição da cidadania* desses sujeitos.

O que basicamente significa que a disputa pela reforma agrária ocultava, na verdade, mais do que uma luta pelo poder, uma concepção de poder. Até então, como vimos, esses trabalhadores estavam mergulhados em relações de dependência pessoal, tutelados pelos grandes proprietários de terra. Ainda que formalmente livres, suas relações não eram efetivamente relações contratuais. Baseavam-se antes na subjetividade dos fazendeiros, que impunham a seus dependentes não só critérios de extração do excedente econômico, mas também critérios de comportamento político e até interferiam na vida privada do trabalhador. Dessas relações não podia nascer o cidadão. Por isso, todo o trabalho de conscientização e alfabetização, supunha-se, permitiria converter um quase servo em eleitor e dotá-lo de informação política que pudesse situá-lo no conjunto da sociedade, na compreensão e defesa dos seus interesses (MARTINS, 2011b, p. 154).

Essa realidade do trabalhador quase servo faz parte da história de Rondônia e de Porto Velho, página de uma história recente permeada por violentas relações de trabalho, incluindo a escravidão por dívida. E isso inclui o atual cenário em que a informalidade e o trabalho precário compõem a realidade de muitas famílias em Porto Velho e que foi percebido nos relatos desta pesquisa. A grande maioria das mulheres na zona urbana relatam a informalidade dos empregos de seus maridos – quase todos trabalhando na construção civil. Dessa forma, é difícil imaginar que a consolidação democrática tenha sido, ou seja, um processo fluido em territórios rondonienses.

Somado a isso, existe um crescimento bastante acentuado da religião evangélica em Rondônia (ALVES *et al*, 2017). Esse movimento vem acompanhado também de certa despolitização das questões sociais mais manifestas, como desemprego, pobreza, entre outros

---

92 Martins (2011b) demonstra seu argumento de forma muito mais detalhada, evidenciando os percursos que a Igreja Católica adota desde a separação da Igreja e do Estado e sua oposição aos interesses oligárquicos que se mantém até os dias de hoje.

– já que as igrejas que ofertam serviços mágico-religiosos tendem atrair uma população carente de soluções imediatas e mágicas para seus dilemas cotidianos, os pobres (MARIANO, 2008). A religião, nesse sentido, não permite a abertura de espaço para o debate, para o político – como a Igreja Católica o fez à época da Ditadura –, ela surge enquanto um espaço despolitizador porque vincula-se ao espaço privado nas sociedades modernas (WOODHEAD, 2002).

Para pensar o avanço da consolidação da PNAS a nível local e regional, faz-se necessário pensar nessa constelação de forças que acabam por influenciar as configurações político-sociais que permitem ou não esses processos. A história do município e da região, por si só, nos conduz a pensar sobre a dificuldade de se estabelecer uma cultura democrática e participativa. Ademais, se direcionarmos o olhar para os atores que compunham o grupo de poder em Rondônia e Porto Velho durante muito tempo, é possível perceber uma miríade de lideranças políticas que assumem uma postura política personalista e pouco comprometida com a solidificação do sistema democrático e de participação cidadã.

Os partidos de esquerda no estado e na capital têm pouca expressão. O Partido dos Trabalhadores apenas começou a ganhar projeção regional a partir da eleição de Lula em 2002, quando elegeu  $\frac{1}{4}$  da bancada rondoniense na Câmara dos Deputados e 1 senadora – aparecendo como alternativa no cenário eleitoral de Rondônia. Em Porto Velho, nesse sentido, é significativo que o PT elegeu e reelegeu o prefeito da capital nos anos de 2004 e 2008, justamente sob a chamada “onda Lula”, que influenciaria sobremaneira o contexto político regional (VIANA, 2019).

Entretanto, cabe destacar que não houve uma sequência de vitórias na arena política para o PT a nível estadual, somente ocupando espaço no governo de Rondônia durante os governos do PMDB<sup>93</sup>, enquanto base. O prefeito eleito pelo PT em Porto Velho, Roberto Sobrinho, foi preso logo após sua saída da gestão devido a uma operação deflagrada pelo Ministério Público Federal, que apurou fraudes em licitações e desvios de verbas durante a gestão petista – o político foi condenado por improbidade administrativa<sup>94</sup>.

---

93 Com a coligação do PT e PMDB a nível federal com a candidatura da chapa Dilma /Temer em 2010 e 2014, o PT de Rondônia, apesar de ter lançado candidaturas próprias ao governo do estado, tanto em 2010 e 2014 não logrou êxito e, por isso, em segundo turno, em ambas eleições, o PT apoiou e compôs o governo de Confúcio Moura do PMDB. Para compreender o cenário político de Rondônia, de 1982 (na primeira eleição) até 2014, ver Viana (2019).

94 Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/condenado-por-improbidade-roberto-sobrinho-lidera-em-porto-velho/>> e <<http://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2013/04/ex-prefeito-roberto-sobrinho-e-preso-durante-operacao-em-porto-velho.html>> Acesso em: fev. 2020.

Esse cenário nos permite compreender que, embora o PT tenha adquirido expressão com a vitória de Lula em 2002, essa situação não perdurou por muito tempo, demonstrando a força do conservadorismo político na região. Muito embora não seja possível afirmar que o próprio PT não faça parte desta força conservadora local –, vale salientar que os processos abertos contra o então prefeito versavam sobre um esquema de favorecimento de construtoras – é razoável supor que existe um simbolismo na manutenção de um partido de esquerda na gestão municipal.

Essas questões político-partidárias são importantes para pensar o campo político local e suas configurações que ditaram os rumos da política de assistência social no município. A partir de 2004, é possível perceber uma configuração favorável à implantação das políticas recém-lançadas pelo governo federal, embora o governo do estado estivesse nas mãos do PSDB e isso pudesse de alguma forma prejudicar o alinhamento das três esferas de governo em consolidar a política pública. Supõe-se que durante os governos petistas no município tenha sido tempo suficiente para iniciar a implementação dos requisitos básicos – aqueles necessários para receber recursos do governo federal e do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) – dentre eles, a oferta de Proteção Social Básica através do CRAS.

Vale destacar que, no mesmo período em que a configuração política local foi favorável, houve o ciclo econômico das Usinas Hidrelétricas no Rio Madeira – o que de alguma forma poderia influenciar os rumos das decisões políticas, entre elas, a alocação de recursos para a área da assistência social. Soma-se a isso o fato de que disponibilizar a infraestrutura para a oferta de serviços socioassistenciais não conduz necessariamente à contratação de um quadro profissional adequado para a demanda local, esse ainda é um gargalo identificado na política de assistência em muitos municípios (COUTO *et al.*, 2014).

A saída do PT do governo municipal ocorre em um período que começa a arrefecer o ciclo das Usinas, o governo seguinte – que também pode ser considerado do espectro da esquerda<sup>95</sup> - precisou lidar com fim da construção das usinas, com a maior enchente histórica que ocorreu no município e, junto a isso, com a contínua campanha nacional de oposição ao modelo lulista de governo. Quando se pondera todo esse contexto político-social, é razoável sugerir que haja entraves para que política social a nível municipal adquira maturidade.

Outrossim, analisando Porto Velho como um lugar de fronteira, permeado pela violência, é esperada a existência de uma cultura do medo que possa refletir na participação

---

95 Mauro Nazif, que assume em 2013, é do Partido Socialista Brasileiro (PSB).

dos sujeitos na vida política e, conseqüentemente, do estabelecimento de uma relação cidadã com o poder público. Ademais, enquanto um espaço da alteridade em que as configurações locais dependem de contínuas articulações e diálogo, a fronteira se coloca enquanto um espaço de desafio (ÁGUAS, 2013). O jogo político e social das posições relativas nesse espaço se torna muito mais dinâmico e instável. Este espaço de processos antropofágicos (MARTINS, 1993), de hibridismos (ÁGUAS, 2013) e de uma moral ligada mais à casa do que à rua (DAMATTA, 1997) estaria aberto a relações democráticas e à conseqüente consolidação da política social enquanto direito?

A participação política da sociedade civil também se faz importante no processo de construção das políticas públicas, mas como imaginar esse cenário a partir da realidade das trajetórias estudadas? Qual o *status* de cidadania possível frente ao contexto das mulheres de Calama e da Zona Leste?

Tanto a Zona Leste quanto o distrito de Calama emergem nos relatos como territórios carentes de infraestrutura básica, desde a ausência de tratamento do lixo em Calama, cujo destino nas mãos dos moradores se torna um dilema, considerando as conseqüências ambientais envolvidas na escolha – queimar, enterrar ou jogar no rio – até a ausência de um sistema de saneamento básico na periferia urbana da cidade. Nos dois contextos, é possível partir de uma situação de moradia que, por si só, indica precariedade. No entanto, essas talvez não sejam as razões para que essas mulheres e suas famílias não estejam atuando ativamente no cenário político e contribuindo para uma consolidação da assistência social enquanto política pública, a exigindo enquanto direito social.

A minha tese é de que esse processo de consolidação se torna problemático a partir do momento em que Porto Velho ainda se constitui como um município em *situação de fronteira*. Ou seja, Porto Velho abriga distintas temporalidades, o tempo do capital que lança os pobres para as margens da cidade e o tempo das relações não-capitalistas de produção que ainda permitem que famílias vivam e sobrevivam do que produzem (MARTINS, 1997b). Enquanto *situação de fronteira*, a capital de Rondônia permite em seu território a coexistência de múltiplas territorialidades e temporalidades, mas também de múltiplas frentes de ocupação, tanto a *frente de expansão*, que é possível vislumbrar em Calama, quanto a *frente pioneira* que ocupou a cidade e expulsou para Zona Leste os já anteriormente desenraizados da terra e de qualquer meio de produção.

Mas não só por isso. Ao mesmo modo como Félix (2008) pontua em seu texto sobre mobilidade e desenraizamento social no Pará, é necessário direcionar o olhar para as trajetórias desses atores situados na fronteira, seus pensamentos e suas ações para compreender as condições em que os trabalhadores camponeses e migrantes se situam. São os relatos das mulheres desses territórios que me conduzem a pensar Porto Velho enquanto fronteira, lugar da alteridade, da diversidade, mas, principalmente, da violência. Uma violência que não é só constatada porque se está diante de um espaço fronteiriço, mas porque ela foi evidenciada nos relatos das trajetórias dessas mulheres.

Violência que se inicia com a necessidade de migrar, desse desenraizamento social provocado pelos deslocamentos em busca de melhores condições de vida e de trabalho e, ainda assim, um trabalho precário (MARTINS, 1993; FÉLIX, 2008). Em busca de trabalho, os maridos de **Gardênia** e **Floriana** saíram do Acre para Porto Velho, razão que motivou o pai de **Marjore** a sair de Minas Gerais para Rondônia, e a família de **Potira** sair do Paraná – uma migração da esperança, esperança de tempos melhores. O que se evidenciou foi uma realidade do trabalho precário, o emprego sem *ser fichado*, as entregas realizadas de moto e que podem custar vidas, os bicos de diarista, zeladoria “voluntária”, entre outros. Isso para falar da Zona Leste. Em Calama, os motivos para a migração e a situação de trabalho são outros.

Embora a precariedade na dimensão do trabalho tenha sido notada em uma proporção bem menor, considerando que a maioria das mulheres e seus maridos atuam na pesca, no extrativismo ou na roça –, torna-se difícil não concordar com a perspectiva de **Nadi** quando afirma que o marido é explorado em seu trabalho realizando carregamento para abastecer um estabelecimento de Calama e, por esse trabalho, receber no máximo 30 reais – o esforço físico para isso é descomunal. Na esteira do esforço físico, como julgar justo o pagamento de 40 reais para uma diária de 8 h descascando mandioca? Vale salientar que a diária do trabalho na mandioca só é paga depois que os produtores que contratam o serviço da diarista conseguirem vender o produto na cidade.

Entretanto, o paralelo que é possível traçar entre o distrito ribeirinho e a zona urbana não perpassa mais pela precariedade do trabalho do que pela forma como ele surge na trajetória das famílias das mulheres entrevistadas – desde a infância. Em Calama, a especificidade rural já nos explica esse processo, porquanto as atividades de produção envolvem o todo familiar e, desde muito cedo, o trabalho na roça ou nos afazeres domésticos é presente na vida dessas mulheres. Na periferia da cidade, esse início precoce também é encontrado. Quando não ocorre porque as mulheres são oriundas de zonas rurais, ocorre

porque precisam contribuir no sustento da família e surgem as primeiras experiências enquanto empregadas domésticas ou babás e bicos em lanchonetes e pequenos estabelecimentos comerciais do bairro.

Trajatórias de trabalho essas que muitas vezes marcaram uma vida sem acesso à educação, uma vida *sem pisar no chão de uma escola* como nos relata **Laura**, em Calama, e **Joana**, na Zona Leste. Muitas que até pisaram no chão da escola, mas as circunstâncias da vida ou mesmo a dificuldade de entender o que fazia naquele espaço – já que *não entendia nada*, como afirma **Potira**, as conduziram para a vida adulta e de responsabilidades muito precocemente. A responsabilidade pela família, pelos filhos, pelo espaço reprodutivo – a responsabilidade de ser mulher. Responsabilidade que fazem questão de afirmar que cumprem, responsabilidade de cuidado em relação à educação e à saúde dos filhos – mas que não cumprem porque o Estado as cobra, mas porque sempre se preocuparam em garantir uma vida que elas mesmas não tiveram a oportunidade de viver.

Trajatórias costuradas por um fio que é comum a todas as trajetórias, a violência. Violência presente no casamento com onze anos de idade de **Tacira** e que com doze tem seu primeiro filho, *sem ao menos saber como se cuida de uma casa*. Violência presente na infância de muitas mulheres que presenciaram suas mães sendo violentadas pelos pais e que, de alguma forma, hoje elas reproduzem quando recorrem à violência, conforme nos relata **Floriana** quando menciona como costumava agir quando o filho se envolveu com drogas. Violência que retira uma criança de um ano e cinco meses do poder familiar dos pais para que a avó cuide, que faz com que essa criança precise de acompanhamento de diversos profissionais da saúde para que consiga ter capacidade de se locomover e falar. Violência vivida por uma menina que, com quatorze anos, vê seu pai tentar tocá-la. Violência produzida pelas sucessivas traições dos maridos ou mesmo suas atitudes violentas. Violência de uma história de trabalho desde a infância em seringais. E aqui, é importante destacar esse relato, relato de alguém que viveu a história que lemos nos livros sobre Rondônia, sobre a região Norte, a história da economia da borracha. Como *pisar no chão de uma escola* quando se vive uma vida marcada pelo trabalho, um trabalho marcado pela violência de um regime de trabalho “quase escravo”?

O fio da violência que atravessa essas trajetórias me permitiu visualizar no trabalho de campo as evidências que possibilitam seguir a perspectiva interpretativa de Martins (1997b). Embora nossos trabalhos tenham quase trinta anos de distância, ainda é possível considerar o município de Porto Velho enquanto um lugar em *situação de fronteira*. E, nesse

sentido, argumento que é em virtude disso que a consolidação das políticas públicas sociais se torna difícil, mas não impossível. Afinal, como pontua Oliveira (1994), qual espaço é reservado para consolidação democrática onde o Estado é condescendente com as violências privadas?

Não obstante essa conjuntura que tende a dificultar o espaço para a consolidação de práticas democráticas e da política social enquanto direito, vale ressaltar que essas mulheres também atuam na construção desse espaço em constante disputa pela afirmação de seu lugar no jogo da *fronteira que une* (ÁGUAS, 2013). Isso é perceptível quando **Nadi**, indígena, não desiste da busca pelos direitos que reconhece seus e de sua família – apontando a injustiça em não poder receber o BPC de seus dois filhos, assim como na percepção da exploração vivida na rotina de trabalho do seu marido. Quando teve a oportunidade de relatar o seu caso ao juiz do Barco da Justiça, atuou conforme o esperado pelos agentes do Estado, seguindo a lógica moral estabelecida pelos dominantes, pelo Estado (BOURDIEU, 2013). No entanto, sua atuação domesticada representava uma estratégia para garantir sua participação do jogo e, assim, conquistar espaço a fim de demandar seus direitos.

**Violeta** e **Deise**, ambas mulheres muito jovens, ambas mulheres negras, ambas abusadas sexualmente por familiares, ambas vivenciaram uma trajetória de violência. Todavia, ambas demonstraram conhecer seus direitos e afirmam lançar mão de todas as estratégias possíveis para defendê-los. Ao relatar que, frequentemente, se desloca para o centro da cidade especialmente para acompanhar seus processos na Defensoria Pública, **Violeta** ratifica sua postura e disposição para a luta no interior do jogo político, social e cultural que se estabelece nesse espaço fronteiriço em construção. Um processo de construção que não prescinde da violência característica do antropofagismo cultural presente na *fronteira*. Porque enquanto uma *fronteira que une*, esse espaço também permite reformulações, reinvenções, assim como também se apresenta enquanto um lugar de riscos e incertezas (MARTINS, 1993; ÁGUAS, 2013).

Assim, torna-se razoável sugerir que o *status* de cidadania dessas mulheres subsiste através da atuação do Judiciário – o que ocorre, muitas vezes, depois que os direitos são violados. Mas, acima de tudo, é reivindicado por elas mesmas a partir do momento em que lhes é permitido jogar o jogo (BOURDIEU, 2013).



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*O Estado é onipresente e ausente*, afirma Lefebvre (1991, p. 133). É com essa frase do autor que pretendo iniciar essas notas finais. Quando me propus a identificar as presenças e “ausências” do Estado na trajetória de vida das famílias moradoras em regiões periféricas do município de Porto Velho, eu o fiz ciente de que falar em presença e ausência soa uma certa ingenuidade, ou, na pior das hipóteses, certo maniqueísmo político. Entretanto, não passa de uma estratégia a fim de obter a atenção do leitor para um fato que não é uma novidade nas Ciências Sociais – o Estado é onipresente, mas “ausente”. O que norteou este trabalho não foi “inventar a roda”, mas chamar atenção para a atuação do Estado, no que tange às políticas sociais, em um contexto de *fronteira*.

Porto Velho é um exemplo fiel da maneira como a política estatal pode orientar a forma como um município surge em meio à floresta e se mantém ao longo dos anos. Sua presença na região amazônica ganha força ao fim do século XIX e, desde lá, segue atuante nos rumos que a região seguiu. No entanto, cabe destacar que essa presença do Estado está atrelada aos interesses das elites locais, ou mesmo de elites do Sudeste do país que se deslocaram para a região a fim de explorar suas riquezas naturais. A presença do Estado também é sentida na sua omissão em vários momentos do curso da história local. E é precisamente no interior desse paradoxo da presença-ausência que este trabalho centrou os esforços na compreensão do contexto de consolidação das políticas públicas sociais no município.

Sendo assim, o que foi trazido ao longo dos capítulos não esgota o que foi percebido no trabalho de campo e nem compreende a totalidade da realidade dessas mulheres e suas famílias. Porém, lança luz a questões reais vividas por essas famílias, em especial, por essas mulheres que nos emprestam o olhar sobre suas vivências. Questões essas que dizem respeito ao papel desempenhado pelo Estado através das políticas públicas que cruzam suas trajetórias de vida.

Pensar o Estado sem perceber sua onipresença (LEFEBVRE, 1991; 2012; BOURDIEU, 2013) se mostrou impraticável. Ele opera em diversas frentes, na educação, na mobilidade urbana, na saúde, na política, na economia, na habitação, na alimentação, na

produção do espaço social, enfim, em todas as esferas de nosso cotidiano. Ademais, através de seus mecanismos de manutenção da ordem, como o sistema de ensino, o Estado quase que de uma forma *mágica* constrói o consenso explícito, o *sensu comum* e, assim, elabora a produção simbólica do mundo social (BOURDIEU, 1989; 2013).

Então o que se quis referir ao falar em ausência? O “Estado ausente” aqui significa o Estado omissivo, aquele que não está desempenhando o papel que lhe é relegado na Constituição de 1988 – o papel que se afiançou a ele no processo de redemocratização, de garantidor do *status* de cidadania. O papel que o reformismo forte – ideologia política que influenciou a redemocratização e a CF de 1988 (SINGER, 2012) – esperava do Estado.

Nesse sentido, tentou-se mapear as políticas públicas que cruzam as trajetórias de mulheres que são atendidas pelo maior programa de transferência de renda condicionada do país, focalizado em famílias pobres e extremamente pobres. Não seria possível entrevistar todas as mulheres usuárias em Porto Velho e nem se almejava isso, porque esse trabalho foi desenhado sob um viés qualitativo. Entrevistei mulheres que recebem Bolsa Família no distrito de Calama – comunidade ribeirinha – e mulheres residentes nos bairros da Zona Leste, periferia da zona urbana. Esta pesquisa buscou traçar paralelos entre os contextos rural e urbano no município por meio dos relatos de vida delas.

Da mesma forma que não é possível captar a totalidade da realidade de suas famílias a partir dos seus relatos, também não seria no empreendimento de elencar todas as presenças ou “ausências” do Estado, tarefa que, segundo Bourdieu (2013), nos torna modestos, considerando sua complexidade. Uma complexidade resultante da própria dinâmica que “cria” o Estado, uma entidade que existe pela crença, um lugar que existe essencialmente porque se acredita que ele existe (Idem, p. 38 e 39). Dessa forma, no decurso da análise das entrevistas realizadas procurou-se captar as ações do Estado a partir das mais variadas dimensões: educação, saúde, assistência social, habitação, trabalho/emprego/previdência, entre outros que pudessem surgir nos relatos – dando especial atenção às políticas de assistência social, que mais tarde tornaram-se o foco da análise.

Foi evidenciado um entrecruzamento de políticas que atravessam a trajetória dessas mulheres, em especial, o cruzamento entre políticas universais que há muito estão presentes no cotidiano de suas famílias – como a saúde e a educação – e políticas focalizadas como o BPC, PMCMV e o próprio PBF, política comum a todas entrevistadas. Além destas, é inegável a forte presença das políticas previdenciárias, como o seguro-defeso e o salário-

maternidade na realidade ribeirinha. Estes últimos, em especial o seguro-defeso, compõem a renda de suas famílias e são ansiosamente esperados como se fossem um bônus que torna possível a reforma da casa, a compra de um bem de consumo de maior valor, ou mesmo, a poupança.

A política educacional e de saúde mostraram-se como as mais presentes, mas também as mais demandadas. Vale mencionar que a busca por escola para seus filhos foi um dos motivos mais presentes para indicar as razões das migrações em Calama. Muitas famílias são oriundas de localidades menores em que não há escolas que ofereçam todo o ensino básico – o que impulsiona as famílias a migrarem para uma localidade maior, como a sede do distrito de Calama. A saúde também surge como fator importante, considerando que Calama possui uma UBS e, para quem exige maiores acompanhamentos nesse aspecto, o distrito surge como local mais próximo para muitas famílias.

Essas questões suscitaram uma discussão sobre a migração na vida dessas mulheres. Sendo Porto Velho um município caracterizado por uma história repleta de ciclos migratórios, a migração não poderia deixar de ser notada nas trajetórias dessas mulheres. Muitas delas são filhas de migrantes de outros estados que chegam a Rondônia exatamente em períodos característicos de intenso fluxo migratório. E elas acabam migrando do interior do estado para a capital. Conforme discutido no segundo capítulo, a história da região carrega as marcas de diversos desses ciclos. Entre as entrevistadas, na Zona Leste, evidenciou-se um maior número de mulheres filhas de pessoas que migraram à época do garimpo. Embora tenham sido entrevistadas mulheres que, elas mesmas, participaram do processo migratório, porém, no último ciclo – das usinas hidrelétricas.

Em Calama, a migração ocorre entre lugares muito próximos da região, como comunidades também ribeirinhas, mas localizadas mais abaixo no curso do Rio Madeira, já no estado do Amazonas. Por isso a origem da maioria das entrevistadas de Calama se situar no Amazonas, algumas em Humaitá – muito próximo do distrito –, mas há também origens mais distantes, próximas a Manicoré.

Migrar não é um problema para essas mulheres, Martins (1997a) já nos dizia isso, apontando para o fato de que a migração não configura um problema para o migrante, mas sim para as classes dominantes que se preocupam com a manutenção da ordem. Félix (2008) ressalta a importância da percepção dos migrantes sobre suas trajetórias, não impondo, assim, um olhar do observador sobre eles. Contudo, é importante pensar o que esse fenômeno

acarreta: a degradante transitoriedade que desenraíza os sujeitos, a superexploração (FÉLIX, 2008) ou mesmo a clandestinização do trabalho (MARTINS, 1997a). De fato, após trinta anos<sup>96</sup> desta reflexão do autor, a realidade dessas pessoas não mudou significativamente<sup>97</sup>. Nenhuma das mulheres estava trabalhando com carteira assinada e apenas uma já teve registro formal de trabalho. Ademais, nem seus maridos apresentavam essa situação, à exceção de um, que estava trabalhando em uma empresa como motorista, os outros estavam trabalhando em forma informal – recebendo diárias como auxiliares na construção civil. Aqui, referindo-me ao contexto urbano.

O Programa Bolsa Família, por meio de suas condicionalidades, deveria promover o acesso das usuárias a outros direitos de cidadania, como saúde e educação, bem como ser uma das portas de acesso à proteção básica. Entretanto, foi possível perceber que as mulheres já acessavam essas políticas, independente do PBF. Dessa forma, não há como não alinhar com autores que apontam o referido programa como uma mercadoria política de baixo custo (GEORGES e SANTOS, 2016; MARTINS, 2011b), que, além de não abrir espaço para o conflito (TELLES, 2013), e, dessa forma, estimular a criação de espaços para o surgimento de sujeitos políticos (BARROS, 2018), provoca uma despolíticação da questão social e uma funcionalização do papel feminino enquanto responsável pelo cuidado, reforçando, assim, estereótipos de gênero (GEORGES e SANTOS, 2016; RIZEK e GEORGES, 2018, RIZEK, 2016).

Os CRAS, enquanto equipamentos responsáveis por executar a proteção social básica atuando diretamente com famílias em *vulnerabilidade social*, conforme preconiza a Política Nacional de Assistência Social, se presume enquanto ator social presente no cotidiano das mulheres usuárias do PBF. Todavia, não foi encontrado na pesquisa. A relação entre as entrevistadas e esses equipamentos é praticamente nula, considerando que elas só acessam o CRAS a fim de atualizar o cadastro do Programa. Ou seja, o contato delas é com o cadastrador do programa, e não com nenhum componente da equipe técnica responsável pela política do CRAS. Esse achado possibilitou conduzir minhas conclusões em direção à constatação da precariedade com que os serviços de proteção básica – aqueles que visam à prevenção – estão funcionando no município de Porto Velho.

Ademais, nas duas realidades estudadas, há dois ritmos, duas temporalidades da vida social, mas também da assistência. Em Calama, não há sequer um CRAS destinado ao

---

96 Apesar de a obra ser de 1997, essa reflexão está no texto que originalmente foi publicado no ano de 1988. Ver texto “Migrações Temporárias, problema para quem?” em Martins (1997a).

97 Vide trabalho posterior de Félix (2008).

atendimento da comunidade, o que está em funcionamento é a figura de uma Equipe Volante, que atende a todos os distritos de Porto Velho – e que não são poucos, e cada um, com suas especificidades. Salienta-se que essa equipe reserva dois momentos ao mês para realizar visitas aos distritos, o que torna impraticável executar uma política de proteção social. Por outro lado, há de se destacar a ausência de recursos humanos suficientes para abranger a demanda de todo o município – algo que não é privilégio de Porto Velho, considerando que outros autores identificaram essa mesma carência em outros municípios pelo Brasil (COUTO *et al*, 2014). Quanto à Zona Leste, embora ela sedie três CRAS, as entrevistadas da região não relatam atuação deles, o que me permitiu supor que tampouco na zona urbana os equipamentos conseguem suprir as necessidades locais.

Nas lacunas presenciais do Estado, outros atores sociais surgem como personagens importantes no cenário cotidiano dessas mulheres. Entretanto, há diferenças substanciais entre o contexto de Calama e o da Zona Leste. Enquanto na zona urbana é possível perceber uma constelação de agentes, como lideranças de bairro, associações da sociedade civil, igrejas e líderes religiosos, em Calama, não se identifica essa diversidade.

No distrito ribeirinho, a religião e os irmãos de fé são atores importantes, são estes que atuam na rede de proteção dessas mulheres, além deles, a família e a vizinhança. Entretanto, cabe destacar o papel de referência que a Família Silva possui na comunidade. Referência esta também relacionada com o Estado, a partir do momento em que o Estado nomeia e legitima essa referência através do reconhecimento de títulos (BOURDIEU, 2013). Somado a isso, não é demais trazer a reflexão de Martins (2011b) sobre o peso das elites oligárquicas na política brasileira, por vezes, ela mesma ocupando posições políticas de tomadas de decisões, em cargos de gestão – como visto em Calama.

Muito embora haja uma variedade maior de atores na zona urbana, como associações de bairro e organizações da sociedade civil, a Igreja Evangélica é uma presença forte na trajetória das mulheres entrevistadas, e isso é traço comum em ambas as localidades. O crescimento da religião evangélica percebido do Brasil e em Rondônia foi constatado na pesquisa (MARIANO, 2008; ALVES *et al*, 2017). E o papel desempenhado pela comunidade religiosa na trajetória das usuárias corresponde a um refúgio em que se é possível vislumbrar uma rede de proteção mútua, mas também um espaço para superação de problemas individuais ou familiares (GEORGES e SANTOS, 2016).

Outro ponto comum nos contextos urbano e rural foi a presença do Judiciário enquanto instituição que cumpre o papel de guardião desses direitos e demanda do Estado à execução das garantias constitucionais. Ao mesmo tempo, como um ciclo de um moto-contínuo, a atuação do Judiciário é alegada como um óbice para o pleno desempenho das funções do Estado, tendo em vista que gera uma demanda que o poder público não pode relegar a segundo plano porque são exigidos prazos. Entretanto, o Poder Judiciário se apresentou como uma solução para muitas dessas mulheres-mães-donas-de-casa, solução para ausência da garantia de direitos e também enquanto estratégia no seu processo de empoderamento frente à sociedade. As mulheres demonstraram conhecer muitos de seus direitos e não demonstraram dificuldades em garantir o acesso a eles através do Judiciário.

Ao perceber a fragilidade da institucionalidade da assistência social enquanto direito social e, dessa forma, a “ausência” do Estado na garantia desse direito que compõe o *status* de cidadania dessas mulheres e suas famílias, procurou-se compreender as razões que contribuem para esse cenário. Diante disso, utilizando a categoria de *fronteira* de José de Souza Martins (1997b) foi possível obter uma interpretação da realidade do município de Porto Velho.

Calama e Zona Leste, enquanto territórios contidos no município e administrados pelo poder central da prefeitura<sup>98</sup>, fazem-nos perceber que a gestão local tem sob sua responsabilidade uma grande área, um território administrativo e geográfico que comporta diversas territorialidades. Essas territorialidades comportam diversas especificidades, identidades e, principalmente, temporalidades. Apresentando um desencontro de temporalidades históricas, coexistindo em seu território as *frentes de expansão* e *pioneira*, Porto Velho pode ser compreendida como um lugar em *situação de fronteira* (MARTINS, 1997b). Uma *fronteira que une*, conforme os modelos de análise de Águas (2013), espaço de conflito, de alteridade, da diversidade, mas que permite a emergências de espaços *in-between*.

*Situação de fronteira* em que o conflito é inerente. No entanto, não se trata da existência de um conflito em que se processa o reconhecimento de direitos, processo pelo qual a democracia ganha uma dinâmica igualitária (TELLES, 2013), mas de um conflito permeado pela violência e pelo domínio do poder pessoal. E essa presença foi evidenciada através dos relatos de vida das mulheres entrevistadas. A fronteira não é somente o desencontro de visões

---

98 Considerando que os administradores distritais não possuem autonomia para tomadas de decisões, salvo para resolver problemas de ordem imediata de acordo com a Lei Orgânica do Município.

de mundo, fronteiras geográficas, étnicas e culturais, ela é fronteira do humano – porque nela *o outro é degradado para viabilizar a existência de quem domina* (MARTINS, 1997b, p. 13).

A degradação do humano ocorre na medida em que essas mulheres demonstram em seus relatos serem vítimas das mais variadas formas e tipos de violência, desde a violência física, que pode ser empreendida por quem elas mais amam, até a violência simbólica, que as conduz a jogos de encenação necessários para obter acesso a seus direitos. Violências simbólicas exercidas pelo Estado, que produz a ordem moralizante, e violências físicas, que ocorrem na âmbito privado e são facilmente ignoradas pelo Estado.

Entretanto, são nas brechas dessa violência que essas mulheres se (re)inventam, (re)formulam e (re)constroem seu papel no espaço das disputas pelo estabelecimento das regras do jogo. Embora o cenário histórico-social dessa *fronteira* permita explicar as razões pelas quais a política pública social encontra dificuldade para se consolidar, a trajetória dessas mulheres permite evidenciar que há espaço para mediação, diálogo e emancipação a partir do caráter incerto e transitório inerente ao espaço fronteiriço.

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, Laís.; VALENZUELA, María Helena. Tempo de trabalho remunerado e não remunerado na América Latina: uma repartição desigual. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva.; HIRATA, Helena.; LOMBARDI, Maria Rosa. (Org.). **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

ÁGUAS, Carla Ladeira Pimentel. A tripla face da fronteira: reflexões sobre o dinamismo das relações fronteiriças a partir de três modelos de análise. **Forum Sociológico** [Online], n.º 23, 2013. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/sociologico/842>> Acesso em 08 jul. 2020.

ALCÂNTARA, Naiara Sandi de Almeida. **Casa nova e problemas antigos**: análise do pós-implementação do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) no período de 2009 a 2013. 2019. 122f. Dissertação. (Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais) Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2019.

ALVES, José Eustáquio.; CAVENAGHI, Suzana.; BARROS, Luiz Felipe.; CARVALHO, Angelita A. Distribuição espacial da transição religiosa no Brasil. **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, v. 29, n.º 2, p. 215-242, São Paulo, mai. 2017. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20702017000200215&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20702017000200215&script=sci_abstract&tlng=pt)> Acesso em: fev. 2020.

BAJOIT, Guy. Olhares sociológicos, imagens da pobreza e concepções de trabalho social. [2003] **Caderno CRH**, Salvador, v. 17, n. 40, p. 49-54, jan./abr. 2004.

BARAÚNA, Gláucia Maria Quintino. **Atingidos por barragens**: conflitos socioambientais no Rio Madeira. 2014. 338f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social) - Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2014.

BARROS, Joana da Silva. Da rua aos grandes projetos de desenvolvimento: os fios de um debate sobre a formação social brasileira e as formas da política dos “de baixo”. In: CUNHA, Márcia Pereira.; GEORGES, Isabel Pauline Hildegard.; OTA, Nilton Ken. (Org.). **Tempos do Social e da Política**. São Paulo: Alameda, 2018. p. 105-132

BERTAUX, Daniel. **Los relatos de vida**. Perspectiva etnosociológica. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2005. 143p.

BIRMAN, Patrícia. Mediação Feminina e Identidades Pentecostais. **Cadernos Pagu**, n. 6/7, p. 201-226, 1996. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1868>> Acesso em: 3 jan. 2020.

BORZACOV, Yêdda Pinheiro. **Os bairros na história de Porto Velho**. Porto Velho: Porto Madeira Gráfica & Comunicação Visual, 2016. 291p.

BORZACOV, Yêdda Pinheiro. **Porto Velho – 100 anos de história**. Porto Velho: Primmor, 2007. 258p.

BOSCHETTI, Ivanete. O SUAS e a Seguridade Social. In: BRASIL. **Cadernos de Estudos**. Desenvolvimento Social em debate. Textos para a V Conferência Nacional de Assistência Social. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, n.º 2 (suplemento), Brasília, 2005. p.10-16.



BOURDIEU, P. O Poder Simbólico. Lisboa: DIFEL, 1989. 311p.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**: Cursos no Collège de France (1989-92). São Paulo: Companhia das Letras, 2013. 573p.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 9 ed., Porto Velho. 251p.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004; Norma Operacional Básica – NOB/Suas**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.

\_\_\_\_\_. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução nº. 109, de 11 de novembro de 2009. Brasília: CNAS, 2009a.

\_\_\_\_\_. **Orientações Técnicas**: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.1. ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009b.

\_\_\_\_\_. **Síntese de Indicadores Sociais**: Uma análise das condições de vida da população brasileira (2019). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

BREDA, Roselene de Lima. **Efeitos da vulnerabilidade social**. Notas sobre o cotidiano de trabalho em um CRAS na cidade de São Paulo. 105f. 2016. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Sociologia) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.

BURITY, Joanildo. Organizações religiosas e ações sociais: entre as políticas públicas e a sociedade civil. **Revista Antropológicas**, Ano 11, v. 18, n. 2, p. 7-48, 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaantropologicas/article/view/23700>> Acesso em: 23 jan. 2020.

CALDAS FILHO, Alberto Frederico. **Calama**: uma comunidade no Rio Madeira. 2000. 219f. Tese (Programa de Pós-graduação em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

CASTEL, Robert. As armadilhas da exclusão. [1995] In: WANDERLEY, Mariângela Belfiore; BÓGUS, Lucia; YAZBEK, Maria Carmelita (Org.). **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDU, 2000. p. 17-50.

CAVALCANTE, Maria Madalena de A.; LOBATO, Luiz Cleyton H.; SILVA, Ricardo Gilson da C.; NUNES, Dorivalder D. Políticas Territoriais e Mobilidade Populacional na Amazônia: Estudo sobre as Hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio no Rio Madeira/ Rondônia/Brasil. In: XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais – ABEP. Caxambú, 2008 **Anais eletrônicos...** Caxambú: ABEP, 2008. Disponível em: <[www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/download/1699/1659](http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/download/1699/1659)> Acesso em: 18 fev. 2018.

CIM, Salvador. O processo migratório de ocupação no estado de Rondônia – Visão histórica. **Primeira Versão**. Ano II, n. 104, jun. 2003. Porto Velho. Universidade Federal de Rondônia. Disponível em: <[http://www.primeiraversao.unir.br/atigos\\_pdf/numero104Cinn.pdf](http://www.primeiraversao.unir.br/atigos_pdf/numero104Cinn.pdf)> Acesso em 10 jun. 2017.

COHN, Amélia. **Políticas sociais e pobreza no Brasil**. Planejamento e Políticas Públicas. IPEA, n.12, jan./dez. 1995, p.1-17.

COIMBRA, Marcos Antônio. Abordagens teóricas ao estudo das políticas sociais. In: Sérgio Henrique ABRANCHES, Wanderley Guilherme dos SANTOS e Marcos Antonio COIMBRA. **Política social e combate à pobreza**. 4 ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1998. 126p

CORTÊS, Mariana. O mercado pentecostal de pregações e testemunhos: formas de gestão do sofrimento. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 2, p. 184-209, dez. 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-85872014000200184](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-85872014000200184)> Acesso em: 13 jan. 2020.

COUTO, Berenice Rojas. [et al] (Org.). **O sistema único de assistência social no Brasil: Uma realidade em movimento**. São Paulo: Cortez, 2014. *Ebook Kindle*. 1922 KB. 330 p.

COUTO, Berenice Rojas. Politização como ferramenta de disciplinarização dos sujeitos. Entrevista. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos – IHU-Online** -, Ano XV, n.º 473, p. 27-32, set. 2015.

CUNHA, Eliaquim Timóteo; MOSER, Lilian Maria. Os projetos de colonização em Rondônia. **Revista Labirinto**. Ano X, n.º 14, p. 124-151 dez. 2010.

CUNHA, Rosani. **A garantia do direito à renda no Brasil: a experiência do Programa Bolsa Família**. Disponível em: <[http://www.undp-povertycentre.org/doc\\_africa\\_brazil/Webpage/missao/Artigos/ARTIGO\\_ROSANICUNHA.pdf](http://www.undp-povertycentre.org/doc_africa_brazil/Webpage/missao/Artigos/ARTIGO_ROSANICUNHA.pdf)> Acesso em: 06 abr. 2010.

DAGNINO, Evelina.; OLVERA, Alberto J.; PANFICHI, Aldo. Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. (Capítulo 1). In: DAGNINO, Evelina.[et al] (Org.). **A disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 2006. p. 13-91.

DELGADO, Guilherme C. O setor de subsistência na economia brasileira: gênese histórica e formas de reprodução. In: JACCOUD, Luciana (org.) **Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005. p. 19-50.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua: Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rocco Digital, 1997. *Ebook Kindle*. 500 KB. 163 p.

DRAIBE, Sônia Mariam. Por um reforço da proteção à família: contribuição à reforma dos programas de assistência social no Brasil. In: KALOUSTIAN, Sílvio M (Org.). **Família brasileira, a base de tudo**. 10ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 109-130

DRAIBE, Sônia Míriam. Brasil: Bolsa-Escola y Bolsa-Família. In: Ernesto Cohen e Rolando Franco (coord.) **Transferencias com corresponsabilidad**. Una mirada latinoamericana. Cap. III. México: FLACSO, 2006. P. 139-178.

ELIAS, Norbert. **Introdução à Sociologia**. Lisboa: Edições 70, 1980. 202p.

\_\_\_\_\_, Norbert. **O processo civilizador: formação do Estado e Civilização**. (Volume II). Rio de Janeiro: Zahar, 1993. *Ebook Kindle*. 1567 KB. 447 p.

\_\_\_\_\_, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. 201p.

\_\_\_\_\_, Norbert.; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. 224p.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do welfare state. **Lua Nova**, São Paulo, n. 24, p. 85-116, set. 1991. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64451991000200006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451991000200006&lng=en&nrm=iso)> Acesso em: 01 jul. 2017.

FAGNANI, Eduardo. A política social do governo Lula (2003-2010): perspectiva histórica. **Texto para Discussão**. IE/UNICAMP, Campinas, n.º 192, jun. 2011. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3105/TD192.pdf>> Acesso em: 13 fev. 2020.

FÉLIX, Gil Almeida. Desenraizamento social, superexploração do trabalho e mobilidade espacial no sudeste do Pará. In: XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu, Minas Gerais, Brasil, set./out. 2008. **Anais...** Disponível em: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/1702>> Acesso em: 08 jul. 2020.

FONSECA, Cláudia. **Caminhos da adoção**. 3ed. São Paulo: Cortez, 2006. 152p.

FONSECA, Cláudia. **Família, fofoca e honra**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2000.

FOUCAULT, Michel. A governamentalidade. [1978]. In: \_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. 25 ed. São Paulo: Graal, 2012. p. 407-431

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. CASA DE OSWALDO CRUZ. A ciência a caminho da roça: imagens das expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz ao interior do Brasil entre 1911 e 1913 Online. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1992. **Os grandes flagelos do norte**. pp. 111-154. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/5vx2d/pdf/intituto-9788575413074-06.pdf>> Acesso em: 30 mai. 2017.

GAMA, Andréa Sousa. As contribuições e os dilemas da crítica feminista para a análise do Estado de Bem-Estar Social. **Revista SER Social**, [S.l.], v. 10, n. 22, p. 41-68, ago. 2008. Disponível em: <[http://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/25](http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/25)> Acesso em: 24 jun. 2017.

GEORGES Isabel P.H.; CEBALLOS, Marco. Bolsa Família y la asistencia social en Brasil: de la lucha política a la mercantilización local. **Caderno CRH**, Salvador, v. 27, n. 72, p. 513-529, set./dez. 2014.

GEORGES, Isabel P.H.; RIZEK, Cibele S.; CEBALLOS, Marco. As políticas sociais brasileiras: o que há de novo?. **Cad. CRH**, Salvador, v. 27, n.º. 72, p. 457-461, dez. 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-49792014000300001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792014000300001&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 17 mai. 2020.

GEORGES, Isabel; SANTOS, Yumi G. **As “novas” políticas sociais brasileiras na saúde e na assistência**: produção local do serviço e relações de gênero. 1. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016. 355p.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça. Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, v. 26, n.º 1, jun. 2014, p. 61-73

HIRATA, Helena.; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, v. 37, no. 132., set./dez. 2007, p. 595-609. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742007000300005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742007000300005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)> Acesso em: 19 mai. 2016.

HÖFLING, Eloísa de Mattos. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. **Cadernos Cedex**, ano XXI, n.o55, p. 30-41, nov. de 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf>> Acesso em: 19 jun. 2010.

IANNI, Otávio. **Pensamento social no Brasil**. Bauru: EDUSC, 2004. 350p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Base cartográfica**. 12. v. 2015. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/downloads-geociencias.html>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

JARDIM, Alana Fernanda de Medeiros. **Protagonismo popular e proteção social no CRAS: a indissociabilidade desse movimento em debate**. 2017. 139f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Serviço Social) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

KAUFMANN, Jean-Claude. **A entrevista compreensiva: um guia para pesquisa de campo**. Petrópolis: Vozes; Maceió: Edufal, 2013. 202p.

KERSTENETZKY, Célia. Redistribuição e desenvolvimento? A economia política do programa bolsa família. **Dados**. Rio de Janeiro, v. 52, n. 1, mar. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v52n1/v52n1a02.pdf>> Acesso em: 05 abr. 2010.

KOWARICK, Lúcio. O preço do Progresso: crescimento econômico, pauperização e espoliação urbana. In: MOISÉS, José Álvaro. (Org.). **Cidade, povo e poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 30-48

LAUTIER, Bruno. O consenso sobre as políticas sociais na América Latina, negação da democracia?. **Caderno CRH**, Salvador, v. 23, n. 59, p. 353-368, maio/ago. 2010. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0103-49792010000200010&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0103-49792010000200010&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)> Acesso em: 27 fev. 2018.

LAUTIER, Bruno. O governo moral dos pobres e a despolitização das políticas públicas na América Latina. **Caderno CRH**, Salvador, v. 27, n. 72, p. 463-477, set./dez. 2014. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-49792014000300002&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-49792014000300002&script=sci_abstract&tlng=pt)> Acesso em: 17 mar. 2018.

LAVINAS, Lena; NICOLL, Marcelo. Pobreza, transferências de renda e desigualdades de gênero: conexões diversas. **Parcerias Estratégicas**, v. 11, n.º22, Edição Especial, jun. 2006. p. 39-75. Disponível em: <[http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias\\_estrategicas/article/view/280](http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/view/280)> Acesso em: 06 dez. 2017.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Editora Ática S.A., 1991.

\_\_\_\_\_, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001. 144p.

\_\_\_\_\_, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: 2006. Disponível em: <[https://gpect.files.wordpress.com/2014/06/henri\\_lefebvre-a-produc3a7c3a3o-do-espac3a7o.pdf](https://gpect.files.wordpress.com/2014/06/henri_lefebvre-a-produc3a7c3a3o-do-espac3a7o.pdf)> Acesso em: 14 dez. 2017.

\_\_\_\_\_, Henri. El Estado Moderno. **Geopolítica(s)**, v. 3, n.º 1, p. 137-149, 2012. Disponível em: <[http://dx.doi.org/10.5209/rev\\_GEOP.2012.v3.n1.40288](http://dx.doi.org/10.5209/rev_GEOP.2012.v3.n1.40288)> Acesso em: 23 nov. 2017.

LIMA, Valéria F. S. A.; REIS, Carlos Nelson; ARREGUI, Carola C.; TRIPIANA, Jorge. Contextualização socioeconômica e política dos PTRC na América Latina e Caribe. In: \_\_\_\_\_ (Coord.) **Programas de Transferência de Renda na América Latina e Caribe**. São Paulo: Cortez, 2014. p. 37- 84

MARIANO, Ricardo. Crescimento Pentecostal no Brasil: fatores internos. **REVER**. Revista de Estudos da Religião. p. 68-85, dez. 2008. Disponível em: <[www.pucsp.br/rever/rv4\\_2008/t\\_mariano.pdf](http://www.pucsp.br/rever/rv4_2008/t_mariano.pdf)> Acesso em: 13 jan. 2020.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. 220p

MARTINS, Barby de Bittencourt. **Do Fome Zero ao Bolsa Família: da emancipação ao assistencialismo?** 2011. 109f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2011a.

MARTINS, Barby de Bittencourt. Mundo do trabalho, gênero e políticas públicas: o papel do feminismo estatal nessa relação. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, vol. 22, núm. 2, p. 1121-1138 jul./dez. 2018.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e Tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1975. 161p.

\_\_\_\_\_, José de Souza. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993. 179p.

\_\_\_\_\_, José de Souza. **Exclusão Social e a nova desigualdade**. 3.ed. São Paulo: Paulus, 1997a. 140p.

\_\_\_\_\_, José de Souza. **Fronteira**. A degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997b. 213p.

\_\_\_\_\_, José de Souza. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2002. 228p.

\_\_\_\_\_, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. 2 ed. rev. e ampl. São Paulo: Contexto, 2008. 172p.

\_\_\_\_\_, José de Souza. **A política do Brasil lúmpen e místico**. São Paulo: Contexto, 2011b. 252p.

\_\_\_\_\_, José de Souza. **Uma Sociologia da vida cotidiana: ensaios na perspectiva de Florestan Fernandes, de Wright Mills e de Henri Lefebvre**. São Paulo: Contexto, 2014. 221p.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política: livro 1: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MDS - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Site construído e mantido pelo Ministério do Desenvolvimento Social. Disponível em: < <http://www.mds.gov.br>> Acesso em: 04 mar. 2018.

MEDEIROS, Marcelo. A trajetória do Welfare State no Brasil: Papel redistributivo das Políticas Sociais dos Anos 1930 aos Anos 1990. **Textos para discussão** IPEA, n.o 852 Brasília, dezembro, 2001.

MELO, Sérgio Ricardo Gomes dos Santos. Formas de subjetivação nas grandes cidades: modo de vida urbano em Georg Simmel e Louis Wirth. **Praça**: Revista Discente da Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, Recife, v. 2, n. 1, p. 50-65, 2018.

MENEZES, Nilza. Os sobreviventes do barco satélite. [2001] **Revista Primeira Versão**, ano I, número 54. Porto Velho: EDUFRO, 2001.

MONTE-MOR, Roberto Luis de Melo. **Espaço e Planejamento Urbano**: considerações sobre o caso de Rondônia. 1979. 225f. Dissertação. (Programa de Pós-graduação de Engenharia) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1979.

MOSER E ERNESTO 2016 MOSER, Lilian Maria; ERNESTO, Eduardo. A migração para Rondônia (Brasil) pós década de setenta: um olhar a partir dos estudos culturais. **Revista de História** da UEG - Anápolis, v.5, n.1, p. 74-102, jan./jul. 2016. Disponível em: <<http://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/4827>> Acesso em: 10 jun. 2017.

NASCIMENTO, Cláudia P; SANTOS, Carlos; SILVA, Maurício. Porto Velho: a produção do espaço urbano de Rondônia (1980/2010). **Revista Geografar**. Online. Curitiba, v.7, n.1, p. 20-52, jun. 2012 Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/geografar/article/view/22447/18461>> Acesso em: 10 jun. 2017.

NASCIMENTO, Cláudia P.; ALBUQUERQUE, Maria José N. Os migrantes no bairro São Sebastião – Porto Velho: uma leitura do processo de ocupação e colonização e seus reflexos em Rondônia. In: SILVA, Silvio. *et al.* **Desemprego urbano e sua face rural**. Curitiba: CRV, 2012.

NEDER, Gizlene. Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil. In: KALOUSTIAN, Sílvio M (Org.). **Família brasileira, a base de tudo**. 10ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 26-46

NOBREGA, Renata da Silva. “**Entra na roda**”: história, cotidiano e mobilidades em Rondônia. 2016. 250f. Tese (Programa de Pós-graduação em Sociologia) Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

OLIVEIRA, Francisco de. A Reconquista da Amazônia. **Novos Estudos**, CEBRAP, nº. 38, p. 3-14, 1994.

\_\_\_\_\_, Francisco. **Crítica à razão dualista**: o ornitorrinco. [2003] São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

\_\_\_\_\_, Francisco de. Hegemonia às avessas. **Revista Piauí**. Edição 4, jan. 2007.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Pardos, mestiços ou caboclos: os índios nos censos nacionais no Brasil (1872-1980). **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 3, n. 6, p. 61-84, out. 1997. Disponível em: <<http://jpoantropologia.com.br/pt/wp-content/uploads/2019/02/1806-9983-ha-3-06-61.pdf>> Acesso em: jan. 2020.

PERDIGÃO, Francinete; BASSEGIO, Luiz. **Migrantes Amazônicos**. Rondônia: a trajetória da ilusão. São Paulo: Edições Loyola, 1992. 221p.

PORTO VELHO. **Anuário estatístico do município de Porto Velho (2010-2016)**. Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão - Rosália Maria Passos da Silva (Coord.) Porto Velho: SEMPOG, 2017. 117p. Disponível em: <<https://sempog.portovelho.ro.gov.br/artigo/19643/anuario-estatistico>> Acesso em: fev. 2020.

PORTO VELHO. **Mapa de zonas de planejamento e bairros do município de Porto Velho**. Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão - Departamento de Planejamento Institucional e Gestão Estratégica. Porto Velho: SEMPOG, 2018. Disponível em: <<https://sempog.portovelho.ro.gov.br/uploads/arquivos/2018/02/25882/1519914146mapa-zonas-de-planejamento-e-bairros-02.pdf>> Acesso em: fev. 2020.

QUIVY Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. 2ed. Lisboa: Gradiva, 2005.

REGO, PINZANI, 2014 REGO, Walquíria Leão; PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família..** Autonomia, dinheiro e cidadania. 2ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014. 249p.

RIZEK, Cibele Saliba. Faces do lulismo: políticas de cultura e cotidiano na periferia de São Paulo. In: SINGER, André; LOUREIRO, Isabel. **As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?** São Paulo: Boitempo, 2016. 282p.

RIZEK, Cibele Saliba.; GEORGES, Isabel P.H. Políticas Sociais: tempos e territórios em disputa. In: CUNHA, Márcia Pereira.; GEORGES, Isabel Pauline Hildegard.; OTA, Nilton Ken. (Org.). **Tempos do Social e da Política**. São Paulo: Alameda, 2018. p. 219-260

RODRIGUES, Carmen Izabel. Caboclos na Amazônia: a identidade na diferença. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 9, n. 1, p. 119-130, jun. 2006. Disponível em: <[http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/3207/1/Artigo\\_CaboclosAmazoniaIdentidade.pdf](http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/3207/1/Artigo_CaboclosAmazoniaIdentidade.pdf)> Acesso em: jan. 2020.

RODRIGUES, José Freire. O rural e o urbano no Brasil: uma proposta de metodologia de classificação dos municípios. **Análise Social**. Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Lisboa, v. XLIX, n.º 211, 2º trimestre, p. 430-456, 2014. Disponível em: <[http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/AS\\_211\\_d04.pdf](http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/AS_211_d04.pdf)> Acesso em: 4 dez. 2019.

RODRIGUES, Taíla Albuquerque.; SALVADOR, Evilásio. As implicações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) nas Políticas Sociais. **SER Social**, Brasília, v. 13, n. 28, p. 129-156, jan./jun. 2011.

ROMANELLI, Geraldo.; BEZERRA, Neuzeli Maria de Almeida. Estratégias de sobrevivência em famílias de trabalhadores rurais. **Paidéia**. Ribeirão Preto, p. 77-87, jun. 1999.

RONDÔNIA. Secretaria de Planejamento do Estado de Rondônia. **Zoneamento socioeconômico-ecológico do Estado de Rondônia: texto explicativo e mapas de geomorfologia, vegetação e solos, escala 1:250.000**. Porto Velho, 1999.

RUIZ, Quetila. Porto Velho já vive período 'pós-usinas'. 2014. **Estadão**. Online. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,porto-velho-ja-vive-periodo-pos-usinas,1512059>> Acesso em: 26 mai. 2017.

SÁ, Dominichi M.; SÁ, Magali R.; LIMA, Nísia T. Telégrafos e inventário do território no Brasil: as atividades científicas da Comissão Rondon (1907-1915) **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. Rio de Janeiro, v.15, n.3, p.779-810, jul.-set. 2008.

SANTOS, Naiara Videira dos.; MOURA, Edila Arnaud Ferreira. Planejamento urbano e o direito à moradia: análise do Residencial Macapaba no município de Macapá-AP. **Novos Cadernos NAEA**. v. 22, nº. 3, p. 199-218, set./dez. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/6455/6455>> Acesso em: 08 já. 2020.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: OSAL : **Observatorio Social de América Latina**. Ano 6, nº. 16, jun. 2005. Buenos Aires : CLACSO, 2005.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho**. Um estudo sobre a moral dos pobres na periferia de São Paulo. 1994. 215f. Tese (Programa de Pós-graduação em Antropologia) – Universidade de Campinas, Campinas, 1994.

SCHUINDT, Elisângela Lima de Carvalho. **A diáspora barbadiana e o legado educacional em Porto Velho**. 2016. 77f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Letras) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2016.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário**. Cor e raça na sociabilidade brasileira. São Paulo: Claro Enigma, 2012. *Ebook Kindle*. 4206 KB. 150 p.

SCHWARTZMAN, Simon. **Redução da desigualdade, da pobreza, e os programas de transferência de renda**. Fev. 2006. Disponível em: <[http://www.schwartzman.org.br/simon/2006\\_desig.pdf](http://www.schwartzman.org.br/simon/2006_desig.pdf)> Acesso em: 06 abr. 2010.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 409p.

SILVA, Amizael Gomes da. **Amazônia**: Porto Velho. Porto Velho: Palmares, 1991.

SILVA, Maria das Graças S.N. **O espaço ribeirinho**. São Paulo: Terceira Margem, 2000.

SILVA, Maria Ozanira da S. Caracterização e problematização dos Programas de Transferência de Renda Condicionada (PTRC) na América Latina e Caribe. In: \_\_\_\_\_ (Coord.) **Programas de Transferência de Renda na América Latina e Caribe**. São Paulo: Cortez, 2014. p. 85- 246

SILVA, Marta Borba. **Entre a rebeldia e o conformismo**: o debate com os sujeitos demandatários da política de assistência social. 2012. 146f. Tese. (Programa de Pós-graduação em Serviço Social) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

SINGER, André. Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. 276p.

SINGER, André. **O lulismo em crise**: Um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018. 389p.



SINGLY, François. **Sociologia da família contemporânea**. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2011. 141p.

SORJ, Bila. Políticas sociais, participação comunitária e a desprofissionalização do *care*. In: **Cadernos Pagu** n.º 46, jan./abr. 2016. p.107-128. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332016000100107&script=sci\\_arttext&tlng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332016000100107&script=sci_arttext&tlng=en)> Acesso em: 06 dez. 2017.

TAKASHIMA, Geney M. K. O Desafio da política de atendimento à família: dar vida às leis – uma questão de postura. In: KALOUSTIAN, Sílvio M (Org.). **Família brasileira, a base de tudo**. 10ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 77-92

TELLES, Vera. **Pobreza e cidadania**. 2 ed. São Paulo: Programa de Pós-graduação em Sociologia da FFLCH-USP/ Editora 34, 2013. 168p.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato**: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. [online] Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. 243p. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/p8pr7>> Acesso em: 10 jul. 2020.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de Expansão e Estrutura Agrária**. Estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Coleção Antropologia da Amazônia. 3ed. Manaus: UEA Edições, 2013. 180p.

VÊRAS, Maura. Exclusão social – um problema brasileiro de 500 anos (notas preliminares). In: SAWAIA, Bader (Org.) **As artimanhas da exclusão social**. Análise psicossocial e ética da desigualdade social. 2ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 27-50.

VIANA, João Paulo Saraiva Leão. **Sistema partidário subnacional e competição eleitoral: o caso de Rondônia** (1982-2014). 2019. 248f. Tese. (Programa de Pós-graduação em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

WEBER, Max. **Estado e Sociedade**: fundamentos de uma sociologia compreensiva. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999. 586 p.

WHYTE, William Foote. **Sociedade de esquina**. [1943] Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005. 390p.

WOODHEAD, Linda. Mulheres e gênero: uma estrutura teórica. **REVER**. Revista de Estudos da Religião, n. 1, p. 1-11, 2002. Disponível em: <[www.pucsp.br/rever/rv1\\_2002/p\\_woodhe.pdf](http://www.pucsp.br/rever/rv1_2002/p_woodhe.pdf)> Acesso em: 23 jan. 2020.

YAZBEK, Maria Carmelita. Questão Social: Desigualdade, Pobreza e Vulnerabilidade. In: IEE. **Curso de Capacitação de Gestores Sociais**. São Paulo: IEE, 2008.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 110, p. 288-322, jun. 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282012000200005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000200005&lng=en&nrm=iso)> Acesso em: 03 fev. 2020.

ZALUAR, Alba. O antropólogo e os pobres: introdução metodológica e afetiva. In: \_\_\_\_\_ **A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994. p. 9-32

## APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM USUÁRIAS

### 1a) Família de origem

De onde são os pais? Caso sejam de outro lugar, por que vieram para cá? Foi algum incentivo de governo? Onde moravam? Conte-me sobre sua casa, sua infância, quem morava na casa?

1b) Houve incentivo para vir morar neste bairro? Foi “invasão”, comprou ou foi “beneficiário” de alguma política de habitação?

### 2) Escolaridade

Estudou? Onde estudou? Por quanto tempo estudou? Conte-me sobre seus estudos (vida escolar). Como? Houve algum tipo de incentivo de alguém, do governo, de outras pessoas?

### 3) Família constituída

É casada? Filhos? Quantos? Quantos meninos/meninas? Idade? Estudam? Conte-me sobre seus filhos. Seu relacionamento, há quanto tempo estão juntos? Conte-me sobre seu relacionamento.

### 4) Relacionamentos anteriores

Já teve relacionamentos anteriores? Conte-me um pouco sobre seus relacionamentos. Filhos de outras relações?

5) Sobre sua casa (energia, água, esgoto, tratamento do lixo, distância da cidade/do local de trabalho/de locais que frequenta/CRAS, condições de moradia...) a casa é própria? Como está a documentação dela?

Quem mora na sua casa?

### 6) Trabalho

Possui qualificação profissional? Trabalha em quê? Já trabalhou com o quê? Conte-me sobre suas experiências profissionais. Já precisou usar do seguro-desemprego ou seguro-defeso ou outro benefício previdenciário?

### 7) Religião (sua e da família)

Frequenta igreja? Qual? Com que frequência?

### 8) Rotina diária

Conte-me sobre sua rotina, afazeres domésticos (quem realiza?), trabalho.

### 9) Lazer

O que há de lazer no entorno de sua casa? O que costuma fazer e com quem?

### 10a) Relação com a capital/Transporte para PVH

Como se desloca até Porto Velho? Há necessidade de ir até a cidade? Conte-me a respeito de como funciona sua relação com a capital e como ocorre o acesso a ela. E os custos?

10b) Como são os serviços de transporte público nessa região? Fale-me sobre a mobilidade urbana, como faz para locomover-se na cidade. Sobre preço do transporte, como paga, tem vale-transporte ou tem algum tipo de isenção?

11) Para resolver qualquer questão junto ao poder público, qual órgão procura? O que fica mais próximo desta região? Quais órgãos existem no entorno da sua casa que são de fácil acesso? Precisa ir para o centro da cidade? Relação com CRAS/SEMASF/PREFEITURA[SUB]

12) Outras políticas do governo? Há outras políticas da prefeitura/sub? Quais?

13) Relação com o rio (cheias e baixas do rio)

Qual sua relação com o rio? Conte-me como você e sua família tem relação com o rio, trabalho, transporte, comida, o que ocorre com as cheias e as baixas.

14) Relacionamento intrafamiliar

Quem se ocupa dos afazeres domésticos, das compras de casa, como é administrado o valor do cartão, tomada de decisões?

15) Educação

As crianças/jovens estudam? Estão em que ano? Como é a relação dos filhos com a escola? Conte-me sobre a vida escolar de seus filhos e como você a vê.

16) Saúde

Como é o cuidado com a saúde? Há médicos no posto de saúde? Como é o acesso ao atendimento quando necessário? Conte-me como é o cuidado em relação à saúde da sua família.

17) Outras políticas? Participa de alguma política, recebe algum outro “benefício”? Exemplificar, na casa alguém recebe BPC, seguro defeso, entre outros (caso não tenha sido mencionado anteriormente)

18) Participação na vida política (associações, partido, movimentos sociais)

## **APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM AGENTES DO ESTADO (NÍVEL ADMINISTRAÇÃO)**

- 1) Identificação geral (idade, gênero, estado civil, filhos, escolaridade, naturalidade, origens, religião, raça,)
- 2) Identificação do trabalho (cargo, função, tempo de serviço, serviços anteriores, como chegou na assistência)
- 3) Qual o seu papel na política de assistência, em especial no PBF?
- 4) Como o PBF funciona? (todo o processo, quem atua e onde atua em cada localidade)
- 5) Há alguma parceria entre a SEMASF e outro órgão do poder público para efetivar a política? (qual; como se realiza essa parceria; se não existe, é porque não existe necessidade ou outro motivo)
- 6) Há parceria com entidades da sociedade civil (ONGs, Associações...)?
- 7) Sobre os CRAS (quantos, qual abrangência – região do município, quais serviços disponibiliza, qual equipe técnica existente)
- 8) Como funciona a Central do CadÚnico/Bolsa Família?
- 9) O PBF na cidade? (como funciona, como está organizado cada região [CRAS, Central de CadÚnico e setores de atuação], especificidades de cada região, qual equipe técnica existente)
- 10) E o PBF nos distritos (como funciona, quando funciona, especificidades de cada região (Baixo Madeira e Eixo BR), qual equipe técnica existente)
- 11) Quem realiza o acompanhamento? Como funciona o monitoramento das condicionalidades?
- 12) Sobre cadastramento (quando é feito, periodicidade, qual o perfil, quando a família é desligada – como é feito esse processo)
- 13) Houve aumento de cadastro de famílias após a cheia do Rio Madeira (2014)? (quando há eventos como esses, qual o protocolo de atuação da assistência em relação às famílias assistidas pelas políticas sociais e atingidas pela cheia; há inclusão das famílias atingidas nas políticas sociais existentes)

## **APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM AGENTES DA SOCIEDADE CIVIL**

1) Identificação geral (idade, gênero, naturalidade, religião, raça)

Origem dos pais, onde morou, irmãos, família de convivência na infância

Escolaridade, escolas públicas/privadas, cursos, profissionalização

Estado civil, família, Religião

Residência, localidade, distância do trabalho

2) Identificação do trabalho (cargo, função, tempo de serviço, serviços anteriores)

Como chegou na assistência, conte-me um pouco de sua trajetória profissional até aqui. Este é teu principal trabalho? Meio de renda ou é voluntário?

3) Quais os serviços são realizados por você/pela instituição? Existe uma equipe? Quem é a equipe? São profissionais de quais áreas? Quantas pessoas estão trabalhando ao todo? Alguém recebe? Voluntariado?

4) Qual o público atendido pela instituição? Como as pessoas ficam sabendo da existência desse serviço? Como você/a instituição realiza a divulgação da oferta desse serviço?

5) Quantas pessoas são atendidas?

6) É realizado algum acompanhamento das famílias atendidas? Quais são as maiores carências deste território?

7) Como é realizado o trabalho? Há contribuição de algum setor do poder público, alguma secretaria? Há um diálogo entre a instituição e o poder público?

8) Financiamento? Como é arrecadado o recurso necessário para dar andamento ao serviço? Quanto precisa para manter seu funcionamento?

9) Existe uma relação religiosa aqui, neste serviço? Há uma parceria com alguma entidade religiosa? Como?

10) Quais as atividades oferecidas aqui? Há atividades? Quem participa? Como sabe das atividades? Quem ministra ou organiza as atividades que são realizadas neste equipamento?

## APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (USUÁRIAS)

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO/USUÁRIOS

O (A) Sr. (a) está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa “PRESENCAS E AUSÊNCIAS DO ESTADO: UM ESTUDO A PARTIR DAS TRAJETÓRIAS DE “BENEFICIÁRIOS” DO BOLSA FAMÍLIA EM PORTO VELHO/RO”. A pesquisa será realizada pela doutoranda Barby de Bittencourt Martins e orientada pela professora Yumi Garcia dos Santos do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFMG.

Nesta pesquisa pretendemos compreender o significado do Programa Bolsa Família para famílias moradoras de Porto Velho-RO. Para esta pesquisa adotaremos os seguintes procedimentos: serão realizadas entrevistas semiestruturadas, onde há um roteiro seguido pela pesquisadora, mas a conversa será feita de forma livre onde o (a) Sr. (a) poderá relatar sua trajetória da maneira como se sentir confortável e essas conversas serão gravadas apenas com seu consentimento, podendo se recusar a participar a qualquer tempo e sem quaisquer prejuízos; serão realizadas observações por parte da pesquisadora de sua rotina diária e da comunidade como um todo, assim como podem ser registradas fotografias com o objetivo de ajudar a compor mais materiais sobre a realidade da comunidade. Tanto as fotografias e as gravações resultados dessa pesquisa ficarão sob responsabilidade da pesquisadora que se compromete com o sigilo de informações confidenciais, mantendo sob guarda durante 10 anos apenas aqueles materiais utilizados na escrita do trabalho e destruindo os demais após a defesa da tese. Além disso, a pesquisadora se compromete a manter o anonimato de sua participação, salvo interesse contrário de sua parte.

Dentre os riscos envolvidos na pesquisa estão o desconforto em expor sua rotina, suas ideias e sua trajetória, assim como o inconveniente de dispor do seu tempo para os momentos de entrevista. Entretanto, salientamos que o (a) Sr. (a) pode desistir a qualquer tempo, caso se sinta desconfortável em relação à pesquisa, considerando a voluntariedade de sua participação.

Nossa pesquisa tem o objetivo de gerar conhecimento sobre a realidade amazônica, em especial a realidade das famílias em situação de pobreza da região. Dessa forma, o benefício central é a geração de conhecimento que, indiretamente, pode vir a beneficiar o (a) Sr. (a) através da disponibilização dos resultados desta pesquisa para toda e qualquer pessoa que tiver interesse, assim como pesquisadores que queiram avançar no assunto, agentes que elaboram as políticas públicas e toda a sociedade civil, assim como o (a) Sr. (a).

Salientamos, novamente, que sua participação é voluntária, podendo recusar-se a participar ou retirar seu consentimento a qualquer tempo da pesquisa. Sua participação não implicará em nenhum custo/despesa, da mesma forma que não receberá remuneração por sua participação.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pela pesquisadora responsável e a outra será fornecida ao (à) Sr. (a).

Rubrica do pesquisador: \_\_\_\_\_

Rubrica do participante: \_\_\_\_\_

Eu, \_\_\_\_\_, portador do documento de Identidade \_\_\_\_\_ fui informado (a) dos objetivos, métodos, riscos e benefícios da pesquisa “PRESENCAS E AUSÊNCIAS DO ESTADO: UM ESTUDO A PARTIR DAS TRAJETÓRIAS DE “BENEFICIÁRIOS” DO BOLSA FAMÍLIA EM PORTO VELHO/RO”, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar. Declaro que concordo em participar desta pesquisa. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido assinado por mim e pelo pesquisador, que me deu a oportunidade de ler e esclarecer todas as minhas dúvidas.

Nome completo do participante: \_\_\_\_\_

Data:

\_\_\_\_\_  
Assinatura do participante

Nome completo do Pesquisador Responsável: Yumi Garcia dos Santos

Endereço: Omitido para publicação

CEP: Omitido para publicação

Telefones: Omitido para publicação

E-mail: yumigarciasantos@gmail.com

\_\_\_\_\_  
Assinatura do pesquisador responsável

Data:

Nome completo do Pesquisador: Barby de Bittencourt Martins

Endereço: Omitido para publicação

CEP: Omitido para publicação

Telefones: Omitido para publicação

E-mail: barby@unir.br

\_\_\_\_\_  
Assinatura do pesquisador

Data:

Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:

COEP-UFMG - Comissão de Ética em Pesquisa da UFMG

Av. Antônio Carlos, 6627. Unidade Administrativa II - 2º andar - Sala 2005.

Campus Pampulha. Belo Horizonte, MG – Brasil. CEP: 31270-901.

E-mail: coep@prpq.ufmg.br. Tel: 34094592.

## **APÊNDICE E – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (AGENTES DA SOC. CIVIL)**

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO/AGENTES DA SOCIEDADE CIVIL**

O (A) Sr. (a) está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa “PRESENCAS E AUSÊNCIAS DO ESTADO: UM ESTUDO A PARTIR DAS TRAJETÓRIAS DE “BENEFICIÁRIOS” DO BOLSA FAMÍLIA EM PORTO VELHO/RO”. A pesquisa será realizada pela doutoranda Barby de Bittencourt Martins e orientada pela professora Yumi Garcia dos Santos do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFMG.

Nesta pesquisa pretendemos compreender o significado do Programa Bolsa Família para famílias moradoras de Porto Velho-RO. Para esta pesquisa adotaremos os seguintes procedimentos: serão realizadas entrevistas semiestruturadas, onde há um roteiro seguido pela pesquisadora, mas a conversa será feita de forma livre onde o (a) Sr. (a) poderá relatar sua trajetória da maneira como se sentir confortável e essas conversas serão gravadas apenas com seu consentimento, podendo se recusar a participar a qualquer tempo e sem quaisquer prejuízos; serão realizadas observações por parte da pesquisadora de sua rotina diária e da comunidade como um todo, assim como podem ser registradas fotografias com o objetivo de ajudar a compor mais materiais sobre a realidade da comunidade. Tanto as fotografias e as gravações resultados dessa pesquisa ficarão sob responsabilidade da pesquisadora que se compromete com o sigilo de informações confidenciais, mantendo sob guarda durante 10 anos apenas aqueles materiais utilizados na escrita do trabalho e destruindo os demais após a defesa da tese. Além disso, a pesquisadora se compromete a manter o anonimato de sua participação, salvo interesse contrário de sua parte.

Dentre os riscos envolvidos na pesquisa estão o desconforto em expor sua rotina, suas ideias e sua trajetória, assim como o inconveniente de dispor do seu tempo para os momentos de entrevista. Entretanto, salientamos que o (a) Sr. (a) pode desistir a qualquer tempo, caso se sinta desconfortável em relação à pesquisa, considerando a voluntariedade de sua participação.

Nossa pesquisa tem o objetivo de gerar conhecimento sobre a realidade amazônica, em especial a realidade das famílias em situação de pobreza da região. Dessa forma, o benefício central é a geração de conhecimento que, indiretamente, pode vir a beneficiar o (a) Sr. (a) através da disponibilização dos resultados desta pesquisa para toda e qualquer pessoa que tiver interesse, assim como pesquisadores que queiram avançar no assunto, agentes que elaboram as políticas públicas e toda a sociedade civil, assim como o (a) Sr. (a).

Salientamos, novamente, que sua participação é voluntária, podendo recusar-se a participar ou retirar seu consentimento a qualquer tempo da pesquisa. Sua participação não implicará em nenhum custo/despesa, da mesma forma que não receberá remuneração por sua participação.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pela pesquisadora responsável e a outra será fornecida ao (à) Sr. (a).

Rubrica do pesquisador: \_\_\_\_\_

Rubrica do participante: \_\_\_\_\_



Eu, \_\_\_\_\_, portador do documento de Identidade \_\_\_\_\_ fui informado (a) dos objetivos, métodos, riscos e benefícios da pesquisa “PRESENCAS E AUSÊNCIAS DO ESTADO: UM ESTUDO A PARTIR DAS TRAJETÓRIAS DE “BENEFICIÁRIOS” DO BOLSA FAMÍLIA EM PORTO VELHO/RO”, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar. Declaro que concordo em participar desta pesquisa. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido assinado por mim e pelo pesquisador, que me deu a oportunidade de ler e esclarecer todas as minhas dúvidas.

Nome completo do participante: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do participante

Nome completo do Pesquisador Responsável: Yumi Garcia dos Santos

Endereço: Omitido para publicação

CEP: Omitido para publicação

Telefones: Omitido para publicação

E-mail: yumigarciasantos@gmail.com

\_\_\_\_\_  
Assinatura do pesquisador responsável

Data: \_\_\_\_\_

Nome completo do Pesquisador: Barby de Bittencourt Martins

Endereço: Omitido para publicação

CEP: Omitido para publicação

Telefones: Omitido para publicação

E-mail: barby@unir.br

\_\_\_\_\_  
Assinatura do pesquisador

Data: \_\_\_\_\_

Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:

COEP-UFMG - Comissão de Ética em Pesquisa da UFMG

Av. Antônio Carlos, 6627. Unidade Administrativa II - 2º andar - Sala 2005.

Campus Pampulha. Belo Horizonte, MG – Brasil. CEP: 31270-901.

E-mail: coep@prpq.ufmg.br. Tel: 34094592.

## **APÊNDICE F – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (AGENTES DO ESTADO)**

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO/AGENTES DO ESTADO**

O (A) Sr. (a) está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa “PRESENCAS E AUSÊNCIAS DO ESTADO: UM ESTUDO A PARTIR DAS TRAJETÓRIAS DE “BENEFICIÁRIOS” DO BOLSA FAMÍLIA EM PORTO VELHO/RO”. A pesquisa será realizada pela doutoranda Barby de Bittencourt Martins e orientada pela professora Yumi Garcia dos Santos do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFMG.

Nesta pesquisa pretendemos compreender o significado do Programa Bolsa Família para famílias moradoras de Porto Velho-RO. Para esta pesquisa adotaremos os seguintes procedimentos: serão realizadas entrevistas semiestruturadas que serão gravadas apenas com seu consentimento, podendo se recusar a participar a qualquer tempo e sem quaisquer prejuízos; serão realizadas observações por parte da pesquisadora da rotina diária dos equipamentos de assistência, assim como podem ser registradas fotografias com o objetivo de ajudar a compor mais materiais sobre a realidade do serviço de assistência no município. Tanto as fotografias e as gravações resultados dessa pesquisa ficarão sob responsabilidade da pesquisadora que se compromete com o sigilo de informações confidenciais, mantendo sob guarda durante 10 anos apenas aqueles materiais utilizados na escrita do trabalho e destruindo os demais após a defesa da tese.

Dentre os riscos envolvidos na pesquisa estão o desconforto em expor sua rotina, suas ideias e sua trajetória, assim como o inconveniente de dispor do seu tempo para os momentos de entrevista. Entretanto, salientamos que o (a) Sr. (a) pode desistir a qualquer tempo, caso se sinta desconfortável em relação à pesquisa, considerando a voluntariedade de sua participação.

Nossa pesquisa tem o objetivo de gerar conhecimento sobre a realidade amazônica, em especial a realidade das famílias em situação de pobreza da região. Dessa forma, o benefício central é a geração de conhecimento que, indiretamente, pode vir a beneficiar os participantes através da disponibilização dos resultados desta pesquisa para toda e qualquer pessoa que tiver interesse, assim como pesquisadores que queiram avançar no assunto, agentes que elaboram as políticas públicas e toda a sociedade civil.

Salientamos, novamente, que sua participação é voluntária, podendo recusar-se a participar ou retirar seu consentimento a qualquer tempo da pesquisa. Sua participação não implicará em nenhum custo/despesa, da mesma forma que não receberá remuneração por sua participação.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pela pesquisadora responsável e a outra será fornecida ao (à) Sr. (a).

Rubrica do pesquisador: \_\_\_\_\_

Rubrica do participante: \_\_\_\_\_

Eu, \_\_\_\_\_, portador do documento de Identidade \_\_\_\_\_ fui informado (a) dos objetivos, métodos, riscos e benefícios da pesquisa “PRESENCAS E AUSÊNCIAS DO ESTADO: UM ESTUDO A PARTIR DAS TRAJETÓRIAS DE “BENEFICIÁRIOS” DO BOLSA FAMÍLIA EM PORTO VELHO/RO”, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar. Declaro que concordo em participar desta pesquisa. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido assinado por mim e pelo pesquisador, que me deu a oportunidade de ler e esclarecer todas as minhas dúvidas.

Nome completo do participante: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do participante

Nome completo do Pesquisador Responsável: Yumi Garcia dos Santos

Endereço: Omitido para publicação

CEP: Omitido para publicação

Telefones: Omitido para publicação

E-mail: yumigarciasantos@gmail.com

\_\_\_\_\_  
Assinatura do pesquisador responsável

Data: \_\_\_\_\_

Nome completo do Pesquisador: Barby de Bittencourt Martins

Endereço: Omitido para publicação

CEP: Omitido para publicação

Telefones: Omitido para publicação

E-mail: barby@unir.br

\_\_\_\_\_  
Assinatura do pesquisador

Data: \_\_\_\_\_

Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:

COEP-UFMG - Comissão de Ética em Pesquisa da UFMG

Av. Antônio Carlos, 6627. Unidade Administrativa II - 2º andar - Sala 2005.

Campus Pampulha. Belo Horizonte, MG – Brasil. CEP: 31270-901.

E-mail: coep@prpq.ufmg.br. Tel: 34094592.